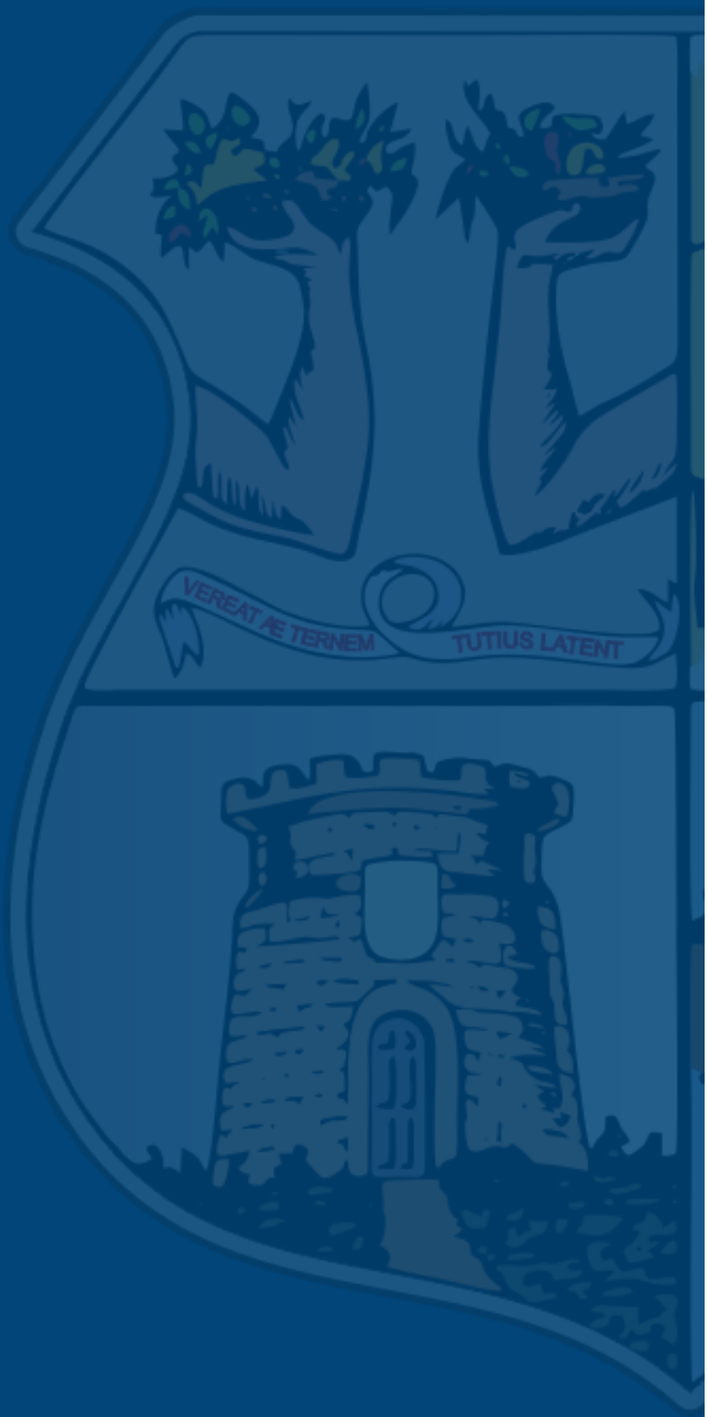
Projeto de lei

PPA

Plano Plurianual
2022 - 2025



tá selado!
FÓRUM PERMANENTE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

SEGEP
Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão

Prefeitura de Belém
Governo da nossa gente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Projeto de Lei

Plano Plurianual
2022 – 2025

Belém / Pará

Julho / 2021

PODER EXECUTIVO

EDMILSON BRITO RODRIGUES
Prefeito

EDILSON MOURA DA SILVA
Vice-Prefeito

ALDENOR MONTEIRO ARAÚJO JUNIOR
Chefe de Gabinete – GAB.PREF.

CLÁUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY
Secretário Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão – SEGEP

JURANDIR SANTOS DE NOVAES
Secretária Municipal de Administração – SEMAD

KARITAS LORENA DE SOUZA RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças – SEFIN

DILSON AUGUSTO COELHO LOUREIRO
Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência – SECONT

MÁRCIA MARIANA BITTENCOURT BRITO
Secretária Municipal de Educação – SEMEC

DEIVISON COSTA ALVES
Secretário Municipal de Urbanismo – SEURB

MAURICIO CEZAR SOARES BEZERRA
Secretário Municipal de Saúde – SESMA

IVANISE COELHO GASPARIM
Secretária Municipal de Saneamento – SESAN

APOLÔNIO PARENTE BRASILEIRO
Secretário Municipal de Economia – SECON

RODRIGO FERREIRA DE MORAES
Secretário Municipal de Habitação – SEHAB

SÉRGIO BRAZÃO E SILVA
Secretário Municipal de Meio Ambiente – SEMMA

CARLA CAROLINA QUEMEL DE ANDRADE
Secretária Municipal de Esporte, Juventude e Lazer – SEJEL

JOSÉ ALBERTO SOARES VASCONCELOS
Procurador Geral do Município – PGM

KEYLA DE NAZARÉ GUSMÃO NEGRÃO
Coordenadora de Comunicação Social – COMUS

GEORGINA TOLOSA GALVÃO
Coordenadora Geral do Fundo Ver o Sol/Banco do Povo de Belém - FVS

LÍVIA MARIA ARAÚJO NORONHA DE OLIVEIRA
Coordenadora da Mulher de Belém – COMBEL

JANE PATRÍCIA GAMA
Coordenadora da Diversidade Sexual – CDS

ELZA FÁTIMA RODRIGUES
Coordenadora Antirracista – COANT

MERILENE SILVA COSTA
Coordenadora das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional – COPSAN

ANDRÉ LUIZ BARBOSA DA CUNHA
Coordenador Municipal de Turismo – BELEMTUR

RODRIGO SILVANO SILVA RODRIGUES
Coordenador Geral do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova - PROMABEN

JOEL MONTEIRO RIBEIRO
Inspetor Geral da Guarda Municipal – GMB

MÁRCIA VIEIRA DA SILVA
Ouvidora Geral do Município – OGM

ELLANA FIAMA SOUZA DA SILVA
Agente Distrital de Icoaraci – ADIC

VANESSA EGLA ROCHA DO NASCIMENTO
Agente Distrital de Mosqueiro – ADMOS

MAIKENN EMANOEL SANTOS DE SOUZA
Administrador Regional do Outeiro – AROUT

ANA VALÉRIA RIBEIRO BORGES
Superintendente Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – SEMOB

EDNA MARIA SODRÉ D'ARAÚJO
Presidente do Instituto de Previdência do Município de Belém – IPMB

FRANCISCO ANTÔNIO GUIMARÃES DE ALMEIDA
Presidente do Instituto de Assistência e Saúde de Belém – IASB

ALFREDO CARDOSO COSTA
Presidente da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA

BRUNA DA SILVA CAVALCANTE
Presidente da Fundação Municipal de Assistência ao Estudante – FMAE

MICHEL PINHO SILVA
Presidente da Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL

ALICKSON SÉRGIO LOPES DE SOUZA
Presidente da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Eidorfe Moreira – FUNBOSQUE

BRUNO TRINDADE BATISTA
Presidente da Companhia de Tecnologia da Informação de Belém – CINBESA

LELIO COSTA DA SILVA
Presidente da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM

CHRISTIANE FERREIRA DA SILVA
Presidente da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC

ELIANA DE NAZARÉ CHAVES UCHOA
Diretora Presidente da Agência Reguladora de Belém – ARBEL

PREFEITURA DE BELÉM

EDMILSON BRITO RODRIGUES
PREFEITO DE BELÉM

EDILSON MOURA DA SILVA
VICE-PREFEITO DE BELÉM

CLÁUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

DÉBORA BEMERGUY
DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

BREMMER FIALHO BRELAZ
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

SALIM BECHARA RESQUE NETO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO

EQUIPE TÉCNICA
MARIA PAULA RIBEIRO BASTOS
PATRICKSANDRE OLIVEIRA DA SILVA
SMILE DE SOUZA GOLOBOVANTE
ÁLVARO LUIZ VINENTE DE SOUZA

COORDENAÇÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
HÉLIO ALVES DE OLIVEIRA
JANE ANDREIA CABRAL E SILVA
MARCOS ROBERTO SANTOS DA SILVA
YURY CHARLES PAULINO BEZERRA
CHRYSTYANE CARMO DA SILVA

Equipe de mediação social do Fórum Permanente de Participação Cidadã

ALAN VIEIRA DA SILVA
ANDREA MARIA MACIEL DANTAS
ARLENE SILVA SOARES
BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA
CARLITO CARDOSO QUARESMA
CHRYVILLEN FELIPE SANTOS DOS SANTOS
CLÁUDIA JANELLY RAMOS MORAES
ELAINE RODRIGUES CARDOSO
ELDENILSON DA SILVA MONTEIRO
ELIETE BITENCOURT CORRÊA
ENDERSON RENAN DA SILVA NEVES
GERMINO FERRAZ DE ANDRADE JÚNIOR
GRACINETTE OLIVEIRA BARBOSA
IANO DO SOCORRO COSTA SERRÃO
ISABELLA SANTORINNE DE SOUZA BRAGA
JACKSON SOUZA SOEIRO
JAQUELINE DAMASCENO ALVES
JOCEANE CORREA PIMENTEL CARRERA
JOSÉ CLÁUDIO CARVALHO TEIXEIRA
JOSÉ NAZARENO DO AMARAL VASCONCELOS.
JOVELIANO ALVES MARTINS
LENON VICTOR XAVIER BRASIL
LORENA ANDREIA CRAVO PINHEIRO
LUIZ CARLOS DA SILVA NUNES
MANOEL ANTONIO S. DO NASCIMENTO
MARIA JOSELI MOREIRA DE JESUS
MARIA LEIDIANE MORAES GOMES
NAELSON CORDEIRO PANTOJA
NELSON LIMA ROSA
PATRICIA HELENA PORTAL PIMENTEL
RAIMUNDO JOSÉ VIEIRA BORGES
SÉRGIO DAMASCENO SENA
WINSTON MOURA DE MENEZES

Mensagem à Câmara Municipal

Belém, 29 de julho de 2021.

Excelentíssimo Senhor

Vereador Zeca Pirão

Presidente da Câmara Municipal de Belém

Senhores e Senhoras Vereadores e Vereadoras,

Em consideração aos preceitos constitucionais, temos a honra de submeter à apreciação dessa egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2022-2025, um dos principais instrumentos de planejamento governamental, a médio prazo, contendo diretrizes, objetivos e metas de políticas públicas a serem cumpridos nos próximos quatro anos, através de programas e projetos, com seus respectivos recursos financeiros, os quais vão resultar em bens e serviços para o benefício da população.

O PPA está de acordo com as normas contidas nos artigos 165 da Constituição Federal e 204 da Constituição do Estado do Pará; na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão; na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF nº 101/2000), e no parágrafo 1º do artigo 105 da Lei Orgânica do Município e Belém.

O Plano Plurianual 2022-2025 é uma tradução das demandas, necessidades e aspirações de nosso povo, que deseja a transformação da realidade para trilhar um caminho sólido como garantia de futuro. Com essa premissa, ele foi construído

com base em princípios consolidados em nosso plano de governo aprovado nas urnas em 2020 e referendado num amplo processo de debate com as camadas populares e a sociedade civil organizada, através do processo de participação cidadã Tá Selado, o fórum permanente que reúne governo e moradores para juntos apresentar e avaliar propostas prioritárias visando orientar a gestão municipal.

Os princípios de nossa gestão são moldados na soberania popular e crença na democracia; na efetivação de políticas públicas para o bem-estar coletivo; na garantia de direitos e acesso universal ao saneamento; renda e trabalho digno; saúde para todos; educação libertadora; segurança cidadã; transporte e acessibilidade; justiça social e respeito à diversidade; preservação da natureza; e revolução tecnológica e inclusiva na economia.

O processo Tá Selado proporcionou que, depois de 16 anos, o PPA de Belém voltasse a ser discutido amplamente com a população da cidade e das ilhas. A elaboração começou em fevereiro, com as etapas preparatórias, definição da metodologia e promoção de oficinas de nivelamento destinadas a servidores da área de planejamento dos órgãos municipais. Em maio começaram as plenárias do fórum permanente com a realização de reuniões por bairros. Seguimos as medidas sanitárias para conter a proliferação do coronavírus e o contágio da Covid-19, estabelecendo participações virtuais e presenciais.

Nas reuniões por bairros, a população pode apresentar propostas e discutir projetos para toda a cidade. No total, ocorreram 76 plenárias considerando 78 bairros do município, no período de maio a junho, reunindo mais de 7,4 mil pessoas.

O Tá Selado também promoveu 41 plenárias de segmentos sociais e de políticas públicas setoriais ou temáticas, como: cultura; LGBTQIA+; idosos; segurança; saneamento e meio ambiente; audiovisual e artes visuais; samba; direitos e bem-estar animal; transporte e acessibilidade; cultura alimentar, entre outras, que reuniram cerca de 13,7 mil participantes.

As plenárias escolheram 1.576 delegados e delegadas, parte em votação e parte por aclamação, como representantes dos bairros e dos segmentos sociais e setoriais temáticas. Na eleição dos representantes, em junho, nos cinco bairros onde ocorreram votação, o comparecimento às urnas foi de 3.734 votantes. Assim, todo o processo participativo reuniu quase 25 mil pessoas.

As plenárias apresentaram 240 propostas. As demandas mais indicadas foram “mobilidade e acessibilidade”, “drenagem e esgotamento”, e “atenção básica à saúde”, citadas por moradores de 57, 55 e 51 bairros, respectivamente. Outras 258 propostas pontuais foram inseridas através da plataforma digital Tá Selado na internet.

Na terceira etapa do processo ocorreu a aprovação da proposta final de PPA 2022-2025. O documento foi discutido nas oito plenárias distritais com a participação de delegados eleitos por bairros, e na plenária geral de delegados dos segmentos sociais e das setoriais temáticas.

Assim, apresentamos a Vossas Excelências um Plano Plurianual gestado na realidade da população, moldado nos interesses da coletividade e elaborado democraticamente pela participação efetiva dos cidadãos e cidadãs. Nele, estão reunidos os programas prioritários e essenciais para o atendimento das demandas a curto e médio prazo, porém, forjados para sustentar a construção de uma sociedade plural, diversa, inclusiva, ambientalmente saudável e próspera no presente e para o futuro.

Senhores vereadores e vereadoras

O PPA 2022-2025 prevê para os próximos quatro anos uma receita de R$ 14,9 bilhões, oriunda de fontes próprias, transferências constitucional e voluntária, intraorçamentárias, amortizações de empréstimo e operações de crédito. Desse

total, R$ 14,6 bilhões serão distribuídos entre os programas temáticos para execução de projetos e de gestão, operacionalização e manutenção da administração pública. A quantia prevista de R$ 391,2 milhões irá para o custeio do Poder Legislativo municipal.

O Plano está estruturado em seis eixos temáticos, dois eixos de gestão e manutenção dos poderes Executivo e Legislativo; programas; objetivos; metas; indicadores de políticas públicas; ações; atividades; e projetos, entre estes, 17 definidos como prioritários pela ampla participação cidadã no processo Tá Selado. Esses requisitos são detalhados nos anexos que acompanham o documento base.

Os seis eixos temáticos, considerados eixos estratégicos de políticas públicas, discutidos e aprovados no fórum Tá Selado são:

Saúde, Educação e Segurança, constando de projetos como o Cidade Alfabetizada e Educadora para tornar Belém um território livre do analfabetismo; Saúde da Nossa Gente, que visa ampliar para 100% a cobertura da atenção básica à saúde; e o Segurança Cidadã, de valorização e preparo da Guarda Municipal.

Infraestrutura, Mobilidade, Habitação e Meio Ambiente, com destaque para os projetos Belém Integrada e Acessível destinado à conclusão do BRT e a implantação do sistema integrado de operação; o Belém Bem Cuidada para a gestão do saneamento, drenagem e esgotamento sanitário; e o Belém Nossa Moradia, para a conclusão das obras de habitação do PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária como prioridades da política habitacional do município;

Economia, Turismo, Inovação e Inclusão Produtiva tem projetos como o Cidade Inovadora e Inteligente, visando o desenvolvimento econômico inclusivo com sustentabilidade; o Belém das Ilhas, de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico do turismo com proteção ambiental; e o Donas de Si, voltado para o combate ao desemprego com capacitação e inclusão produtiva.

Assistência Social, Inclusão e Diversidade, contemplando projetos, entre eles, o Renda Cidadã Bora Belém, de enfrentamento à extrema pobreza; o Belém Cidade Acolhedora, de assistência à população em situação de rua e implantação da Casa de Passagem à população LGBTQIA+; e o Escolas de Cidadania para o fortalecimento dos direitos humanos.

Cultura, Comunicação, Juventude, Esporte e Lazer, abrange projetos, dentre eles, o Cultura de Nossa Gente, que propõe a implantação do Sistema Municipal de Cultura e a realização da Bienal de Arte; a Comunicação Social como direito e instrumento de inclusão; e o Belém das Ruas e da Juventude, de promoção do esporte inclusivo e lazer nas comunidades.

Gestão, Transparência e Participação Popular, reúne projetos, com destaque para a participação popular nas decisões governamentais através do fórum permanente de participação popular Tá Selado; e as estratégias de valorização do serviço público municipal no âmbito da formação e da assistência.

O PPA 2022-2025 chega em um cenário de desafios onde a pandemia do novo coronavírus ainda não está superada, embora Belém já tenha aplicado mais de um milhão de vacinas. As alterações nas perspectivas econômicas causadas pela Covid-19 têm afetado as receitas dos municípios, os menos favorecidos na partilha do bolo de recursos. Porém, mantemos um rígido controle da gestão administrativa e fiscal observando as projeções de crescimento com o retorno gradual das atividades comerciais e de serviços, setores seriamente afetados e preponderantes na economia local.

Mesmo diante desse contexto e do montante expressivo de dívidas deixado pela gestão anterior, avançamos este ano na reconstrução das políticas públicas municipais, executando ações como: o Belém Bem Cuidada, em sua frente de limpeza urbana; o Belém Vacinada, de combate à pandemia; o Bora Belém, de enfrentamento à extrema pobreza; além da entrega de equipamentos públicos de

saúde e a execução do projeto Terra da Gente, que já beneficiou mais de 350 famílias com a regularização fundiária. Ações que têm melhorado a vida da população na cidade e nas ilhas.

O PPA 2022-2025 vem consolidar a proposta de nossa administração de governar com o povo no atendimento de suas necessidades visando a garantia de um desenvolvimento econômico presente e futuro, com base na justiça social, inclusão, respeito à diversidade, preservação ambiental e interesse coletivo, transformadora e participativa na construção da Belém da Nossa Gente.

Na análise do presente Plano Plurianual, os nobres vereadores hão de considerar as propostas nele contidas, que foram definidas pelos próprios cidadãos e cidadãs a partir da realidade em que vivem, num expressivo debate participativo, com o propósito de melhorar as condições de vida de toda a cidade, sem excluir as prerrogativas constitucionais de parlamento municipal.

Renovo, perante Vossas Excelências, os compromissos da parceria de nosso governo com esta ínclita Casa de Leis, alicerçados no respeito, diálogo e interdependência entre Poderes, os quais têm garantido a efetivação de projetos de grande repercussão social no atendimento às necessidades da população.

Respeitosamente,

EDMILSON BRITO RODRIGUES

PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM

PROJETO DE LEI Nº / 2021

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2022/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1° Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025, em cumprimento ao disposto no art. 105, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Belém.

Art. 2º O PPA 2022-2025 terá como Eixos Estratégicos/Programas Temáticos:

I. Saúde, Educação e Segurança;

II. Infraestrutura, Mobilidade, Habitação e Meio Ambiente;

III. Economia, Turismo, Inovação e Inclusão Produtiva;

IV. Assistência Social, Inclusão e Diversidade;

V. Cultura, Comunicação, Juventude, Esporte e Lazer;

VI. Gestão, Transparência e Participação Popular.

Art. 3º O Plano Plurianual é estruturado por Eixos Estratégicos/Programas Temáticos, Programas de Gestão, Operacionalização e Manutenção da Administração do Poder Executivo e Programa de Manutenção da Administração do Poder Legislativo.

Parágrafo único. Os Programas, no âmbito da Administração Pública Municipal, para efeito do art. 105 da Lei Orgânica, são os integrantes do Anexo I e Anexo II desta Lei.

Art. 4º Os Programas a que se refere o artigo 3º desta Lei constituem o elemento de integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas que serão fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas ações a serem estabelecidas nos Orçamentos Anuais correspondentes aos exercícios abrangidos pelo período do plano.

§ 1º Integram o Plano Plurianual:

I. Apresentação, Introdução, Construção Participativa do Plano Plurianual 2022-2025, Diagnósticos e Principais Diretrizes e Ações por Eixo.

II. Anexo I: Quadro Síntese dos Programas Temáticos e Programas de Manutenção da Administração dos Poderes constituídos;

III. Anexo II: Quadro Geral Detalhado dos Programas Temáticos, com Subprogramas, Indicadores, Objetivos, Metas, Ações, Atividades e Projetos;

IV. Anexo III: Quadro Geral do Programa de Gestão, Operacionalização e Manutenção do Poder Executivo;

V. Anexo IV: Quadro Geral do Programa de Gestão, Operacionalização e Manutenção do Poder Legislativo;

VI. Anexo V: Quadro de Metas por Eixo/Programas Temáticos e Objetivos de acordo com artigo 2º da Lei nº 9.679 de 13 de julho de 2021 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022;

V. Anexo VI: Quadro de Projetos e Obras em Andamento – Relatório previsto no Art.45 da Lei Complementar nº 101/2000

VI. Anexo VII: Matriz de Financiamento do Plano Plurianual;

§ 2º As Leis Orçamentárias Anuais e seus créditos adicionais obedecerão rigorosamente os títulos dos Eixos/Programas Temáticos constantes neste Plano ou das Leis que o modifiquem.

§ 3º Para efeito das disposições do PPA 2022-2025 consideram-se como atributos dos Programas:

I. Indicador: Medida de referência que permite identificar e aferir, periodicamente, o alcance de resultado dos subprogramas auxiliando o monitoramento e avaliação.

II. Objetivo: Resultado que a Administração Pública Municipal deseja alcançar nas áreas de atuação;

III. Meta: Quantificação do Objetivo

IV. Ações: Conjunto de operações da qual pode resultar um produto (bem ou serviço) que contribui para o atingimento das Metas e alcance dos Objetivos.

V. Atividades: Instrumentos de programação que envolvem as operações contínuas e permanentes para manutenção das ações de governo.

VI. Projetos: Operação que possui uma limitação no tempo e contribui para o atingimento das Metas e alcance dos Objetivos.

Art. 5º As Atividades e Projetos referidos nos incisos IV, V e VI, do § 3º do Art. 4º correspondem a projetos e atividades da Lei Orçamentária Anual, em cada período do Plano, definindo o detalhamento da aplicação dos recursos financeiros.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO DO PLANO
Seção I

Art. 6° A gestão do Plano Plurianual 2022-2025 observará os princípios de eficiência, eficácia, efetividade, publicidade e moralidade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas temáticos e de seus atributos relacionados.

Art. 7° O Poder Executivo manterá sistema de gestão para monitoramento e avaliação do Plano Plurianual e dos Programas.

Parágrafo único. O Poder Legislativo poderá estabelecer sistemática de apoio e gestão ao Plano, no âmbito de suas competências.

Art. 8° Cabe à Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP), coordenar o processo de gestão do Plano.

Seção II
Da Vigência, Revisões e Alterações

Art. 9º O Plano Plurianual terá vigência de quatro anos a partir da data de sua promulgação, podendo ser revisto a cada dois anos ou a qualquer tempo em que o Poder Executivo julgar necessário para devidas adequações orçamentárias entre receitas e despesas, ou qualquer alteração imprescindível para que a Administração alcance os objetivos dos Programas do PPA.

Parágrafo único. O processo de revisão do Plano Plurianual será coordenado pela Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP), garantida a participação dos órgãos e entidades que compõem a Administração Municipal.

Art. 10º. A alteração ou a inclusão, substituição ou supressão de atributos nos Programas constantes nesta Lei, se necessárias, serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de Projeto de Lei.

§ 1° O Projeto de Lei Orçamentária encaminhado anualmente à Câmara, já incorporará os efeitos da revisão ou alteração do Plano Plurianual;

§ 2º O Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual 2022-2025, na forma estabelecida no *caput* deste artigo, será encaminhado à Câmara Municipal de Belém, até 31 de agosto de cada ano e compor-se-á de:

I – demonstrativo atualizado do Anexo do Plano, que conterá as inclusões, exclusões e alterações, qualitativas ou quantitativas, efetuadas nos Programas;

II – demonstrativo atualizado do Anexo pela adequação das metas físicas e financeiras em função da capacidade financeira e operacional do ente.

Art. 11º. As metas e os valores estimados para execução das despesas previstas neste Plano Plurianual estão condicionados à efetiva arrecadação das receitas nele previstas.

§ 1º As estimativas de valores de receita e de despesas constantes dos anexos desta lei, bem como suas metas físicas, foram fixadas de modo a conferir

consistência ao Plano Plurianual, não se constituindo em obrigatoriedade ou limites à programação das despesas nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as metas e prioridades para cada ano, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao Plano Plurianual.

§ 3º As leis orçamentárias anuais para o período de 2022 a 2025 devem ser compatíveis com os programas e metas constantes desta lei, observado o disposto no “caput” deste artigo.

§ 4º As metas referidas no “caput” deste artigo norteiam as ações da Administração Municipal e correspondem a quantidades e valores estimados, não constituindo limites para o cumprimento dos objetivos do plano de que trata esta lei.

§ 5º Considera-se revisão do Plano Plurianual a inclusão, a exclusão ou a alteração de programas.

§ 6º As leis orçamentárias anuais e seus anexos poderão criar, alterar ou excluir ações orçamentárias para o ano de sua vigência.

§ 7º Fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar os anexos desta lei a eventuais diferenças com relação à lei orçamentária anual de 2022, em seus exatos limites.

Seção III

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 12º. O Plano Plurianual 2022-2025 será monitorado e avaliado pelos órgãos e entidades da Administração Municipal sob a coordenação da SEGEP, à qual compete definir diretrizes e orientações técnicas para sua execução.

§ 1° O Monitoramento é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa orientada para o alcance dos Objetivos e atingimento das Metas prioritárias da Administração Pública Municipal.

§ 2° A Avaliação consiste na análise das Políticas Públicas e dos Programas do Plano Plurianual 2022-2025 e será consolidada pela SEGEP em Relatório Anual de Gestão – RAG que integrará anualmente a Mensagem do Prefeito à Câmara fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Art. 13º. Os órgãos e entidades responsáveis pelo gerenciamento dos Programas, Subprogramas, Objetivos, Metas e Ações, manterão atualizadas as informações referentes à execução física e financeira dos mesmos em banco de dados no sistema de informação municipal.

Art. 14º - Os programas que comportarem parcerias com financiamento de ações por outras fontes que não as do Tesouro Municipal deverão ser executados de acordo com as condições pactuadas, observando especialmente a utilização adequada da fonte de recursos externa ao Município e, quando for o caso, da contrapartida municipal.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15º. O Valor Global consignado no PPA 2022-2025, bem como a definição das Metas estão balizadas na estimativa da receita do Município e do limite de endividamento, devendo, obrigatoriamente, ser revisado quando da elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis do Orçamento anual do Município, em cada período.

Art. 16º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

PALÁCIO ANTÔNIO LEMOS, de de 2021.

EDMILSON BRITO RODRIGUES
Prefeito Municipal de Belém

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

1. **INTRODUÇÃO**
2. **CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO PLURIANUAL 2022-2025**
   - 2.1. O retrocesso da participação popular e seu resgate
   - 2.2. O PPA 2022-2025 como um produto da participação popular
3. **DIAGNÓSTICO E PRINCIPAIS DIRETRIZES E AÇÕES POR EIXO**
   - 3.1. **Saúde, Educação e Segurança**
     - i. Belém: Cidade Alfabetizada, Educadora e Inclusiva
     - ii. Belém com Saúde para a Nossa Gente
     - iii. Belém com Segurança Cidadã
   - 3.2. **Infraestrutura, Mobilidade, Habitação e Meio Ambiente**
     - i. Belém Bem Cuidada
     - ii. Belém Integrada e Acessível
     - iii. Belém, Nossa Moradia: Habitação e Regularização Fundiária
   - 3.3. **Economia, Turismo, Inovação e Inclusão Produtiva**
     - i. Belém: Cidade Inovadora, Inteligente e com Inclusão Produtiva
     - ii. Belém de Turismo Sustentável para o Desenvolvimento Socioeconômico
   - 3.4. **Assistência Social, Inclusão e Diversidade**
     - i. Bora Belém: Combate à extrema pobreza
     - ii. Belém, Cidade Acolhedora
     - iii. Belém da Diversidade, dos Povos e dos Direitos Humanos
   - 3.5. **Cultura, Comunicação, Juventude, Esporte e Lazer**
     - i. Cultura da Nossa Gente
     - ii. Belém de Todas as Vozes
     - iii. Belém de Juventude, Esporte e Lazer
   - 3.6. **Gestão, Transparência e Participação Popular**
     - i. Belém Democrática e Participativa
     - ii. Gestão com Valorização e Humanização do Serviço Público
     - iii. Gestão Descentralizada, com Ordenamento e Modernização

ANEXOS

ANEXO I: Quadro síntese dos Eixos/Programas Temáticos e dos Programas de Manutenção da Administração dos Poderes constituídos

ANEXO II: Quadro Geral Detalhado dos Eixos/Programas Temáticos com Subprogramas, Indicadores, Objetivos, Metas, Ações, Atividades e Projetos

ANEXO III: Quadro Geral do Programa de Gestão, Operacionalização e Manutenção da Administração do Poder Executivo

ANEXO IV: Quadro Geral do Programa de Gestão, Operacionalização e Manutenção da Administração do Poder Legislativo

ANEXO V: Quadro de Metas por Eixo/Programa Temático, Subprogramas, Programas e Objetivos de acordo com artigo 2º da Lei nº 9.679, de 13 de julho de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2022)

ANEXO VI: Quadro de Projetos e Obras em Andamento – Relatório previsto no Art.45 da Lei Complementar nº 101/2000

ANEXO VII: Matriz de Financiamento do Plano Plurianual

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Principais temas por distrito administrativo

Tabela 2. Número de Alunos Matriculados por Modalidade de Ensino e Ano na RME, 2013 a 2020.

Tabela 3. Número de Bibliotecas em Funcionamento, no Município de Belém - 2014 - 2020.

Tabela 4. IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental.

Tabela 5. IDEB dos anos finais do ensino fundamental.

Tabela 6. Crimes ocorridos no município de Belém no período de 2010 a julho de 2020.

IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental.

Tabela 7. Quantidade de Feiras e Mercados, Permissionários, Valor previsto de Arrecadação e Valor Arrecadado segundo Distritos de Belém, em 2020.

Tabela 8. Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Cadastro Único, por territorialidade de CRAS (ref.Julho, 2020).

Tabela 9. Pessoas em situação de rua identificadas no município de Belém em 2007, 2014 e 2015

Tabela 10. Quantitativo de atendimentos realizados pelos Centros Pop (2013-2020).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Delimitação da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova subdividida em quatro Sub-bacias.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Matrículas na Educação Especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos) na Rede Municipal de Ensino de Belém – 2015 – 2020.

Gráfico 2. Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE

Gráfico 3. Taxa de Mortalidade infantil, em residentes de Belém e Brasil, por mil nascidos vivos (2012 a 2020)

Gráfico 4. Mortalidade infantil por componente Neonatal em residentes, de 2012 a 2020.

Gráfico 5. Taxa de Incidência de Dengue em Residentes do Município de Belém - 2010 a Outubro de 2016.

Gráfico 6. Cobertura de estratégia Saúde da Família em Belém - PA (1998 a 2020).

Gráfico 7. Cobertura de estratégia Saúde da Família em capitais brasileiras (2010 a 2020).

Gráfico 8. Quantidade de Feiras e Respectivos Permissionários, segundo Distritos de Belém, em 2020.

Gráfico 9. Quantidade de Mercados e Respectivos Permissionários, segundo Distritos de Belém,

Gráfico 10. Quantidade Total de Feiras e Mercados e Respectivos Permissionários, segundo Distritos de Belém, em 2020.

Gráfico 11. Número de famílias inscritas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família no município de Belém, 2012-2019.

Gráfico 12. Percentual de Famílias Inscritas no Cadastro Único que são Beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Belém, 2012-2019.

APRESENTAÇÃO

A *Belém de Novas Ideias*, com participação popular e cuidado com a nossa gente. É com esse compromisso público que a Prefeitura de Belém inicia uma jornada de desafios para transformar a vida de todos(as) que vivem em nossa cidade.

Construída por vários homens e mulheres no decorrer de 405 anos, Belém é uma síntese de encontros e conflitos que formaram uma cultura única em um território caracterizado pela diversidade, riqueza e, infelizmente, desigualdade no direito à cidade.

Nossa gente merece viver melhor. Queremos oportunidades para nossos jovens, mulheres, vida longa e saudável para nossos idosos, segurança para nossas famílias e um futuro para nossas crianças, além de respeito e reconhecimento a toda diversidade humana.

Belém, de todas essas qualidades, necessita da intervenção do poder público capaz de transformar, de fato, as vidas das pessoas, e com inovação, tecnologia e cuidado mais humano.

Acreditamos que a Cidade é mais eficiente na mudança dos nossos históricos indicadores de elevada vulnerabilidade social à medida que resgate o protagonismo da gestão pública em seus diversos aspectos: na mobilização do genuíno sentimento de pertencimento territorial, no chamado à participação cidadã, no fornecimento de serviços públicos de melhor qualidade, no estabelecimento de regramento para a vida comum, no fomento a uma nova matriz econômica.

Nesse sentido, o governo e sua gestão, em uma cidade onde os recursos são escassos e as finanças públicas frágeis, necessita de ação coordenada e planejada para a construção de um futuro comum a partir de debate democrático de nossos objetivos e acompanhamento cotidiano de seus resultados.

O planejamento, portanto, permite estabelecer as estratégias e o horizonte das políticas públicas e programas, e deve alinhar-se às dimensões e diretrizes do

Governo Municipal, estabelecidas a partir de processos internos e através de diálogo social.

Nesse sentido, o planejamento municipal é um processo dinâmico e interativo para determinação dos objetivos, estratégias e ações do município. É elaborado por meio de técnicas administrativas diferentes e complementares, envolvendo de forma ativa os diversos atores sociais do espaço trabalhado. É formalizado para articular políticas federais, estaduais e municipais, para produzir resultados no município e gerar qualidade de vida adequada aos seus munícipes. É um projeto urbano global que considera as múltiplas temáticas municipais e valoriza a forma participativa e contínua de pensar o município no presente e no futuro.

O Plano Plurianual (PPA) 2022-2025 integra um projeto de desenvolvimento municipal, que vê no processo de discussão da cidade e definição de políticas públicas, através de ampla democratização dos instrumentos de gestão, um mecanismo de ampliação do acesso aos bens e serviços públicos. Acreditamos que a participação popular é o primeiro passo para a garantia de justiça social aos cidadãos e cidadãs.

O PPA 2022-2025 foi concebido a partir do Planejamento Estratégico de Governo e demandas resultantes das plenárias do Fórum Permanente de participação *"Tá Selado!"*, que definiram as dimensões estratégicas, tendo como balizador 06 (seis) Eixos Estratégicos/Programas Temáticos:

I. Saúde, Educação e Segurança;

II. Infraestrutura, Mobilidade, Habitação e Meio Ambiente;

III. Economia, Turismo, Inovação e Inclusão Produtiva;

IV. Assistência Social, Inclusão e Diversidade;

V. Cultura, Comunicação, Juventude, Esporte e Lazer;

VI. Gestão, Transparência e Participação Popular.

Esses eixos servem como agregadores das diretrizes para a atuação da gestão pública municipal, através de projetos e ações, com suas respectivas metas.

Ao construir esse novo projeto, a Administração Municipal traz como diretriz o resgate do planejamento de longo prazo com base na Visão de Futuro, que será construída com a marca “Belém 2035 – 200 Anos da Cabanagem”, que organizará metas para a superação de nossas mazelas sociais e gargalos infraestruturais mais candentes.

Este PPA foi estruturado a partir da visão de desenvolvimento sustentável, da difusão do conhecimento e informação, da diversidade socioespacial do território municipal e da participação popular, ampla e acessível a todos e todas; concepções estas que estimularam a elaboração de políticas públicas, em áreas temáticas prioritárias de atuação.

Como de praxe, para assegurar essa estratégia de desenvolvimento, o PPA apresenta, nos seus já mencionados 06 (seis) **Eixos Temáticos do Poder Executivo**, os seguintes atributos: Programas (a), Subprogramas (b), Indicadores (c), Órgão Principal e Órgãos Participantes (d), Objetivos (e), Metas (f), Ações (g), Atividades e Projetos (h).

A gestão atual tem se dedicado a fazer dos instrumentos de planejamento, assim como de todo o ciclo orçamentário, peças acessíveis na medida do possível ao maior número de pessoas. Combatemos a lógica tecnocrática do planejamento autoritário e a retórica superficial de seu esvaziamento. Almejamos mudança real na vida de nossos cidadãos e acreditamos que isso começa, agora, com um gesto, que é fazer um governo diferente e para todos que vivem em nossa cidade.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos tempos de crise econômica e pandêmica, cujos reflexos agravam os problemas estruturais em nossa cidade. Em meio a esse cenário de contundentes desafios – provavelmente os maiores de nossas vidas comuns – as responsabilidades da gestão pública se tornam ainda mais decisivas. Não vivemos na normalidade, ou vivemos um novo normal. O esforço de combate à pandemia do novo Coronavírus, em suas distintas mutações, teve consequências marcantes sobre a gestão do orçamento e sobre o próprio planejamento, em decorrência dos eventos inesperados e dramáticos.

Nesse sentido, a elaboração de um novo PPA e o ciclo do planejamento assume ainda maior relevância. Como planejar em meio à incerteza? Em sociedades marcadas pelo subdesenvolvimento, é na ação coletiva consciente, também refletida na ação estatal, que encontramos soluções para nossas enormes carências estruturais. É, portanto, nesse espaço político decisório, que Governo e Sociedade decidem, por meio dos instrumentos da gestão democrática participativa, quais políticas públicas serão implementadas no enfrentamento dos problemas, no aproveitamento das oportunidades e para o alcance dos resultados que alterem, positivamente, uma dada realidade para o atingimento de melhores condições de vida da população.

O PPA 2022-2005 apresenta uma mudança substancial em relação ao Plano que imediatamente o antecede, particularmente pelo seu caráter participativo, ao ter reunido cerca de 25 mil pessoas em um processo coletivo de elaboração de prioridades para os próximos quatro anos da gestão municipal.

Para a elaboração do PPA 2022–2025, a Gestão Municipal destacou como pilares: a) Participação Popular no processo decisório; b) Eixos Estratégicos de Gestão; c) Integração entre Planejamento – Orçamento – Avaliação; d) Visão Estratégica com foco em resultados de impacto socioeconômico e na democratização do acesso às políticas públicas.

É importante notar que o PPA apresenta somente os atributos básicos do plano conforme determina a Constituição. A parte operacional, ou seja, a definição das ações orçamentárias será integrada à Lei Orçamentária Anual (LOA), especificando os recursos orçamentários destinados à execução das políticas públicas.

Outra diferença importante se dá na linguagem, que esperamos ser mais acessível à população. Finalmente, outra característica diferencial é a prioridade aos investimentos realizados em prol das setores mais vulneráveis de nossas população, refletida, por exemplo, no programa de Renda Cidadã *Bora Belém*, nos programas de macrodrenagem e na inclusão produtiva de mulheres em extrema pobreza, através do programa *Donas de Si*.

Desta forma, objetivamos que o PPA 2022–2025 seja o instrumento para a melhor gestão dos recursos públicos, apoiados na valorização do planejamento e na avaliação dos resultados da ação pública, de forma a contribuir com a redução das desigualdades sociais locais, o equilíbrio econômico e o alcance dos cidadãos aos bens e serviços públicos.

A nomenclatura dos Programas foi definida com base na forma transversal e multissetorial de articulação entre os eixos estratégicos. Assim, os eixos passam a ser divididos em programas do PPA, cujos objetivos e metas a serem alcançados e atingidos são viabilizados a partir da execução dos Projetos, Ações e Atividades. Estes, conforme definição de atuação política e decisão popular por meio dos instrumentos de participação democrática, terão graus de prioridade de execução de acordo com programação orçamentária anual expressa na LOA.

O planejamento plurianual foi estruturado e pode ser visualizado por meio dos programas e seus atributos. Todos os programas a serem executados no PPA Participativo 2022-2025 foram estruturados na Dimensão Estratégica do Governo, articulada por meio dos EIXOS E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS, e das ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS de atuação da Administração Municipal. Com base

nesta definição e considerando as Diretrizes e Objetivos Estratégicos do Plano Diretor do Município de Belém (Lei nº 8.655/2008), como instrumento de planejamento norteador do desenvolvimento municipal, relacionando-os às proposições do Programa do Governo e às demandas sociais, determinou-se os Eixos e as Diretrizes Estratégicas da Gestão e seus Programas.

Os Programas elaborados a partir da definição dos Eixos Estratégicos deixam claro para o cidadão quais os problemas que o governo está combatendo e o grau de priorização atribuído à realidade que se altera para chegar a um cenário de mudança proposto. Assim, os Programas definem os caminhos exequíveis para as transformações da realidade que estão anunciadas nas Diretrizes Estratégicas.

O Programa retrata a ação governamental para a gestão de políticas públicas expressas em temas estruturantes onde são reveladas as transversalidades e multissetorialidades próprias das políticas, contribuindo para uma melhor compreensão de suas estratégias de implementação a partir da relação estabelecida entre as dimensões estratégica, tática e operacional do Plano.

Com a finalidade de criar condições para que o PPA estabeleça as soluções adequadas à viabilização das políticas, a construção dos programas requer a formulação de um conjunto de Objetivos e Metas, que são mensurados por meio de Indicadores capazes de medir os avanços conquistados, assegurando uma avaliação das ações de governo na busca de uma gestão por resultado.

Os Objetivos definem o que se quer alcançar para responder às necessidades e/ou oportunidades identificadas com a sociedade, refletindo nos Indicadores a melhoria de uma dada realidade social. Para tanto, indica as Metas a serem atingidas durante o período de vigência do PPA.

As Metas expressam a medida de alcance do Objetivo. Um único Objetivo pode apresentar mais de uma meta em função da relevância destas para o seu alcance, desde que sejam exequíveis e monitoráveis no período do Plano e, sempre que possível, devem ser acompanhadas de regionalização.

A meta é o elemento do Programa que permite verificar a evolução do Objetivo durante os quatro anos de implementação do PPA e não devem ser confundidas com o produto das ações orçamentárias.

O PPA 2022–2025 indica também as ações e seus produtos, ou seja, bem ou serviço a ser entregue a sociedade, factíveis de monitoramento ao longo de vigência do PPA.

Portanto, as metas de PPA estabelecem uma relação direta com o cidadão por traduzirem a atuação do governo com mais simplicidade e transparência. Para tanto, o PPA indicará o valor das metas para o ano de 2022 e o consolidado para o período restante (2023 a 2025). A identificação das metas para os demais anos de vigência do PPA ocorrerá em quadro específico a ser elaborado e anexado nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) subsequentes.

A regionalização da meta, denominada de Localizador, envolve os 08 (oito) Distritos Administrativos e porções do território diferenciadas pelas suas especificidades (bacias hidrográficas, áreas de interesse social, ambiental, de preservação do patrimônio cultural, dentre outras), devendo sua distribuição anual ser informada quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Os Indicadores permitem identificar, mensurar e comunicar, de forma simples, a evolução de determinado aspecto da intervenção proposta pelo programa, dialogando com o conjunto dos Objetivos propostos. Devem ser sempre passíveis de apuração periódica no período do PPA possibilitando a avaliação da intervenção realizada.

Temos ainda o projeto como atributo de um programa. O Projeto, enquanto um conjunto de operações a serem executadas, é o elemento de ligação do Programa com as fontes de financiamento - orçamentárias e extraorçamentárias - que serão vinculadas às ações enquanto atributo das leis orçamentárias (LDO e LOA). Assim, os projetos passam a possuir maior relação com a concretização dos

Objetivos do Plano, viabilizando o atingimento das Metas, físicas e financeiras anuais, e o resultado dos Programas.

Por fim, o PPA Participativo 2022-2025 apresenta os Eixos Temáticos, Programas de Gestão, Operacionalização e Manutenção da Administração do Poder Executivo e do Poder Legislativo. São compostos por um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental. Traduzem-se na oferta de produtos ao próprio Município e são normalmente associados às finalidades das áreas meio, não havendo a obrigatoriedade de Indicadores e Metas.

Vinculado aos Eixos/Programas Temáticos e Programas de Gestão, Operacionalização e Manutenção da Administração, o Valor Global expressa a estimativa do total dos recursos que serão investidos pela Gestão Municipal no período do Plano para o alcance dos Objetivos dos programas.

O PPA indicará o valor para o ano de 2022 e o consolidado para o período restante (2023 a 2025). O Valor Global dos Eixos Temáticos será especificado pelas respectivas categorias econômicas, e por outras fontes passíveis de captação de recursos.

Ressalta-se que toda e qualquer alteração, seja por exclusão, adição ou modificação dos atributos do PPA Participativo 2022-2025 após aprovação da lei que o instituiu, somente poderá ser efetuada mediante lei específica que altere sua estrutura.

É importante ressaltar que no Plano, as ações relativas à dívida pública, pagamento de inativos e pensionistas, indenizações, restituições e precatórios, pela própria natureza, não constam do PPA, por se tratarem de despesas assumidas pelo ente público e que não geram bens e serviços à população, compondo apenas despesas a serem incluídas na LOA, onde são classificadas na Função Encargos Especiais.

2. CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO PLURIANUAL 2022-2025

A participação popular na elaboração, implementação e fiscalização de políticas públicas ganhou amplitude no Brasil a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, de modo a contribuir para aumentar tanto a eficácia quanto a abrangência das ações públicas em níveis federal, estadual e municipal, no que se refere a políticas de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão social, saúde, educação, meio ambiente, segurança pública, defesa da igualdade racial, dos direitos das mulheres e de minorias sexuais, dentre tantas outras. Como é elucidado no artigo 193 da CF em seu parágrafo único acerca da participação popular:

> O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.

Dessa forma, corrobora-se que a participação da sociedade civil na elaboração, implementação e fiscalização de políticas públicas é assegurado pela Constituição Federal. Assim, a participação da sociedade pode ser realizada a partir das entidades representativas da sociedade em sua diversidade, tais como sindicatos, movimentos sociais, grêmios estudantis, centros acadêmicos entre outros. O que resulta em um caráter pedagógico de fortalecimento e amadurecimento da cidadania em suas multiplicidades culturais e diversidades.

Nesse intuito, o Estatuto da Cidade foi estabelecido no sentido de democratizar a gestão das cidades brasileiras através de instrumentos de gestão, dentre os quais podemos destacar o Plano Diretor, obrigatório para toda a cidade com mais de vinte mil habitantes ou aglomerados urbanos. A aplicação de tais instrumentos de gestão tem como objetivo a efetivação dos princípios constitucionais de participação popular e gestão democrática da cidade, bem como da garantia da função social da propriedade que se constitui na proposição de uma

nova interpretação para o princípio individualista do Código Civil, entre outros princípios.

Também, no que se refere aos planos, lei de diretrizes orçamentárias e de orçamentos, a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, indica o itinerário da participação popular por meio de audiências públicas. Esse indicativo reforça a necessidade e indispensabilidade da participação da sociedade no planejamento das finanças públicas e na execução de ações, obras e programas de governo.

O retrocesso da participação popular em Belém nos últimos anos e seu resgate

As experiências de participação popular durante as últimas gestões da Prefeitura de Belém são pouco expressivas, limitando-se apenas ao cumprimento da legislação, portanto, de caráter meramente formal. Isso se deu claramente pela falta de interesse do poder público municipal em dialogar com a população em seus anseios e diversidades, de abrir um espaço de diálogo e construção coletiva periódico e contínuo, para construção de programas, ações, obras e orçamentos que atendam as demandas sociais em Belém.

Na última gestão (2013 a 2020) ocorreram três audiências públicas para a construção dos dois últimos Planos Plurianuais (PPA), sendo que no PPA de 2014-2017, ocorreu uma única audiência pública. No PPA de 2018-2021, ocorreram duas audiências públicas, tornando débil e extremamente limitada a participação popular.

Entre os anos de 1997 e 2004, a exatos 157 anos da cabanagem, Belém vivenciou uma experiência de construção de um projeto coletivo, popular e democrático de uso do território desta cidade. A expressão deste processo se refletiu a partir de 1997, no Orçamento Participativo, e se ampliou, a partir de 2001, para o denominado Congresso da Cidade.

A implementação dessa experiência de participação popular se reveste de aspectos como um deslocamento da ênfase ao debate orçamentário, pelo fortalecimento de um modelo de planejamento apoiado em eixos temáticos articulados, e na ampliação das representações dos diversos grupos sociais, que passam a se constituir em um elemento de inovação frente aos processos anteriores das gestões passadas.

Em 2021, o processo de participação popular é retomado em Belém, após 16 anos de governos que mantiveram o povo alheio aos espaços de poder e formulação de políticas públicas. Apesar do contexto da pandemia, a participação popular foi retomada com o apoio de meios contemporâneos de interação e de conexão dos governos representativos com sua população, através da iniciativa do fórum permanente “Tá Selado!”.

O PPA 2022-2025 como um produto da participação popular

Três principais produtos são resultantes do *“Tá Selado!”*: o planejamento da cidade a curto e médio prazo, sintetizados diretamente no PPA e no Orçamento Participativo do município e um terceiro produto, um plano de longo prazo, chamado de “Belém 2035 - 200 anos da revolução cabana”.

A primeira fase do *“Tá Selado!”* objetivou a construção do Plano Plurianual 2022-2025 (PPA) participativo, que envolve em grande medida a primeira fase do processo de construção do plano “Belém 2035-200 anos da revolução cabana”.

Foram mobilizadas cerca de 25 mil pessoas entre os dias 24 de maio a 2 de julho de 2021 e, devido às restrições da pandemia, o processo foi parcialmente realizado de modo virtual, com pontos de transmissão para participação presencial - respeitando as medidas sanitárias de enfrentamento ao coronavírus. Constituiu-se de plenárias em que a população pôde debater os problemas locais e específicos de seus bairros, ilhas, distritos e segmentos. Foram realizadas também as eleições de delegados, com o intuito de constituir o Fórum Permanente de

Participação Cidadã, apresentando as demandas e propostas para a gestão municipal de Belém.

Como fase preparatória dos servidores do governo às plenárias do *Tá Selado!*, foram realizadas etapas de formação, instrução e leitura interna entre abril/21 e junho/21. Destinada aos setores de planejamento dos órgãos e entidades da administração municipal, contou com a participação média de 46 servidores da prefeitura que receberam treinamento para a qualificação do processo de elaboração do PPA 2022–2025 a partir da realização de oficinas de nivelamento e capacitação subdivididas em 4 módulos:

a. Módulo I: Oficina de Planejamento e Gestão Pública, realizada de 20 a 29 de abril de 2021, com a participação de 44 servidores municipais;

b. Módulo II: Oficina de Conceituação e Elaboração dos Atributos do PPA 2022 – 2025, realizada de 18 a 27 de maio de 2021, com a participação de 41 servidores;

c. Módulo III: Oficina de Noções de Planejamento Urbano – Desenvolvimento de Políticas Públicas no Território, realizada em 08 e 10 de junho de 2021, com a participação de 50 servidores;

d. Módulo IV: Oficina de Elaboração da Matriz do PPA 2022–2025, realizada de 22 a 30 de junho de 2021, com a participação de 49 servidores.

Após a realização das oficinas, o grupo técnico elaborou o documento Base do Plano Plurianual 2022–2025 nele constando os eixos e diretrizes estratégicas de governo, a contextualização das políticas públicas e a Matriz Preliminar dos Atributos do PPA. Este documento serviu de base para as discussões das Plenárias Distritais e, após contribuições e ajustes técnico-políticos, considerados a partir da participação cidadã, constituiu-se na Minuta do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2022–2025 encaminhado à Câmara Municipal de Belém (CMB).

A participação popular – conformada nas plenárias de bairro, segmentos sociais e temáticas, bem como nas propostas enviadas na plataforma do Fórum *Tá*

Selado! na internet – apontou a emersão de demandas populares que constituíram as prioridades na agenda das políticas públicas municipais. Tal seleção de temas, alinhados às necessidades cívicas, constituiu a égide sob a qual as secretarias municipais elaboraram, de modo integrado e intersetorial, o planejamento e as estratégias de políticas públicas que visam mitigar os problemas apontados e contemplar suas demandas de maior exequibilidade.

Por meio do Fórum *"Tá Selado!"* foram realizadas 76 Plenárias de Bairros considerando toda a territorialidade do município, 41 Plenárias de Segmentos Sociais e suas representações no território, 8 Plenárias Distritais correspondendo à totalidade dos distritos administrativos de Belém que validaram o texto da minuta de lei do PPA 2022 – 2025.

As plenárias foram realizadas em formato híbrido contando com salas remotas para a participação e locais com pontos de transmissão presencial em espaços de reconhecimento da comunidade, nos bairros e distritos. Para além desse formato de participação, o *Tá Selado!* disponibiliza por meio do site www.decide.belem.pa.gov.br espaço *on-line* de contínua participação cidadã. Até o fechamento deste documento, a plataforma *on-line* do *Tá Selado* constava com 1.084 participantes inscritos com 258 contribuições ao processo de elaboração do PPA 2022–2025.

Em números gerais, o processo de participação popular na elaboração do plano apresentou um total de 7.447 participantes nas 76 Plenárias de Bairro. Destes, 4.026 participaram de forma presencial, 1.724 acessaram as plenárias via aplicativo de reunião remota e 1.697 visualizaram em plataforma de transmissão áudio e vídeo. Do total de 78 bairros, temos em uma ordem decrescente, os 10 bairros do município com o maior número de participantes por plenária realizada: Jurunas (660), Condor (285), Guamá (246), Maracacuera (245), Pedreira (241), Barreiro (229), Marambaia (202), Telégrafo (154), Maracangalha (147) e Águas Negras (120).

Às plenárias de bairro seguiu-se à edição de 41 Plenárias por Segmento Social que totalizaram 13.730 participantes. Em ordem decrescente de participantes, temos a seguir os segmentos com maior representatividade no processo: Cultura, Saneamento e Meio Ambiente; Funcionalismo Público e Regularização Fundiária.

O processo do Tá Selado, reunindo as plenárias por bairros, por segmentos sociais e temáticas, e a votação para a escolha de delegados de bairros, teve a participação de quase 25 mil pessoas.

Nesse sentido foi compilado a incidência de temas por bairros nos distritos administrativos, conforme o quadro 2:

Tabela 1. Principais temas por distrito administrativo

	Tema	DAMOS	DABEN	DAENT	DAOUT	DAGUA	DAICO	DABEL	DASAC	Total
1º	Mobilidade e Acessibilidade	15	6	8	6	4	9	5	4	57
2º	Drenagem e Esgotamento	8	8	7	4	7	9	7	5	55
3º	Atenção Primária à Saúde	12	6	6	3	5	7	6	6	51
4º	Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	9	6	3	4	6	8	6	7	49
5º	Esporte e Lazer	10	5	5	4	6	8	5	5	48
6º	Pavimentação	9	8	7	6	5	7	2	4	48
7º	Capacitação e Inclusão Produtiva	9	4	2	3	3	6	1	4	32
8º	Creche	5	3	2	3	5	4	4	4	30
9º	Educação Básica	7	4	2	3	5	6	-	2	29
10º	Feiras e Mercados	4	1	5	3	5	2	3	4	27
11º	Iluminação Pública	5	2	-	3	4	4	2	2	22
12º	Segurança	4	3	2	2	3	4	2	1	21
13º	Regularização Fundiária	2	5	2	2	1	2	2	4	20
14º	Educação Ambiental	6	-	-	1	5	3	4	1	20
15º	Cultura	4	1	2	2	4	2	1		16
16º	Atenção Secundária à Saúde	-	3	2	2	-	-	-	2	9
17º	Turismo	7	0	-	1	-	-	1	-	9
18º	Abastecimento de Agua	3	3	-	1	1	-	-	-	8
19º	Assistência Social	3	1	-	-	1	1	-	2	8
20º	Idoso	3	-	-	-	1	-	2	1	7
21º	Habitação	-	-	-	1	5	-	-	1	7
22º	Juventude	-	-	-	-	1	4	-	1	6
23º	Patrimônio Histórico	-	-	-	-	1	-	5	-	6
24º	Atenção Terciária à Saúde	3	1	-	-	-	-	-	-	4
25º	LGBTQIA+	1	-	-	1	-	-	-	-	2
26º	Agricultura Urbana	1	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: SEGEP/Tá Selado, 2021.

As principais demandas do povo requerem um esforço transversal da gestão pública. Para melhor compreensão do processo de planejamento, as políticas públicas foram divididas em seis eixos estratégicos a partir da reestruturação do programa de governo “Belém de Novas Ideias”: 1. Saúde, Educação e Segurança; 2. Infraestrutura, Mobilidade, Habitação e Meio Ambiente; 3. Economia, Turismo, Inovação e Inclusão Produtiva; 4. Assistência Social, Inclusão e Diversidade; 5. Cultura, Comunicação, Juventude, Esporte e Lazer; e 6. Gestão, Transparência e Participação Popular.

1. “Saúde, Educação e Segurança” compreendem projetos e ações relacionadas à educação, saúde e segurança.

Os subprogramas, que compõem este Eixo Estratégico, são:

- Belém: Cidade Alfabetizada, Educadora e Inclusiva
- Belém com Saúde para a Nossa Gente
- Belém com Segurança Cidadã

As prioridades das políticas públicas nesse eixo são: a. *“Cidade Alfabetizada e Educadora*”, com o objetivo de construir uma cidade livre do analfabetismo; b. *“Rede Belém de Saúde nas Comunidades”*, que tem como meta a ampliação da cobertura da atenção básica para 100% da população; c. *“Segurança Cidadã”*, com estratégias para formação e qualificação da Guarda Municipal e aumento da cobertura de vídeo monitoramento.

2. “Infraestrutura, Mobilidade, Habitação e Meio Ambiente” apontam as estratégias para a melhoria da infraestrutura e acesso à cidade.

Os subprogramas, que compõem este Eixo Estratégico, são:

- Belém Bem Cuidada
- Belém Integrada e Acessível

- Belém, Nossa Moradia: Habitação e Regularização Fundiária

Nesse eixo, as contribuições das plenárias de bairros tiveram maior destaque e as prioridades estabelecidas foram: a. A gestão da drenagem e do esgotamento sanitário no subprograma *"Belém Bem Cuidada"*, incluindo portanto ações que compreendem os sistemas de microdrenagem e macrodrenagem; b. *"Terra da Gente"*, projeto municipal de Regularização Fundiária, apontando os rumos da política habitacional do município; a conclusão das obras de habitação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do PMCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida)*";* e c. *"Integra Belém"*, a conclusão das obras do BRT da Av. Augusto Montenegro e as estratégias para mobilidade urbana.

3. "Economia, Turismo, Inovação e Inclusão Produtiva" é o eixo que apresenta anseios por políticas públicas para a reestruturação econômica da cidade, focando na inclusão produtiva e promovendo incentivos do poder municipal para a inovação.

Os subprogramas, que compõem este Eixo Estratégico, são:

- Belém: Cidade Inovadora, Inteligente e com Inclusão Produtiva
- Belém com Turismo para o Desenvolvimento Socioeconômico

A solução proposta é o foco em três projetos direcionados: a. *"Cidade Inovadora e Inteligente: Recuperação Econômica",* estratégia que compreende o plano de reestruturação econômica e modernização da administração pública voltada para melhoria da eficiência e agilidade dos processos; b. *"Donas de Si"*, projeto de capacitação e inclusão produtiva com foco no público do *"Bora Belém: Renda Cidadã".* c. *"Belém das Ilhas"*, uma síntese de ações e projetos de estruturação das ilhas do município voltadas para incentivo ao turismo e o aproveitamento de suas oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico com segurança ambiental.

4. “Assistência Social, Inclusão e Diversidade”, eixo temático que agrega projetos e ações necessários para o avanço da democracia dentro das agendas das políticas públicas.

Os subprogramas, que compõem este Eixo Estratégico, são:

- Bora Belém: Combate à extrema pobreza
- Belém, Cidade Acolhedora
- Belém da Diversidade, dos Povos e dos Direitos Humanos

A transversalidade e a intersetorialidade caracterizam as prioridades desse eixo: a. A Assistência à População em Situação de Rua, que engloba um conjunto de ações do poder público para a assistência à população em situação de rua no contexto do aprofundamento da crise econômica e sanitária; b. *“Casa LGBTQIA+”*, casa de passagem da assistência social específica para a população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade; c. *“Escolas de Cidadania”*, projeto de valorização e ampliação da conscientização sobre os direitos humanos voltados para as escolas, comunidades e servidores públicos.

5. O eixo “Cultura, Comunicação, Juventude, Esporte e Lazer” agrega projetos e ações voltados à promoção da cultura, juventude, esporte, lazer e comunicação dentro das agendas das políticas públicas. A marca deste eixo é colocar o município no circuito cultural das grandes agendas de festivais e eventos internacionais.

Os subprogramas, que compõem este Eixo Estratégico, são:

- Cultura da Nossa Gente
- Belém da Comunicação Popular
- Belém de Juventude, Esporte e Lazer

As iniciativas prioritárias deste eixo são: a. *“Bienal de Artes”*, realização de um circuito de eventos culturais que abrangerá toda a cidade; b. *“Sistema Municipal de Cultura”*, projeto este que fará o cadastro, diagnóstico e demandas da cultura para estudos e análises para fomentar apoio e financiamento nesta área; c. *“TV Belém”*, iniciativa inovadora para pautar, criar e disseminar conteúdos amazônicos pensados a partir de uma linha editorial pautada na diversidade, inclusão e equidade do município de Belém; e d. *“Belém das Ruas e da Juventude”*, que é um projeto voltado à juventude no que tange o esporte, lazer e cultura jovem.

6. O Eixo “Gestão, Transparência e Participação Popular” agrega o desejo de valorização e humanização do servidor público com a gestão democrática a partir da Participação Popular. O Município necessita de boas práticas de gestão democrática e participativa, e da qualidade do serviço público. Desenvolver alternativas de participação popular e programas de valorização do servidor(a) é o caminho para todos os envolvidos praticarem o sentimento de pertencimento à cidade e ao órgão público.

Os subprogramas, que compõem este Eixo Estratégico, são:

- Belém Democrática e Participativa
- Gestão com Valorização e Humanização do Serviço Público
- Gestão Descentralizada, com Ordenamento e Modernização

As prioridades do eixo são: a. *“Tá Selado! Fórum Permanente de Participação Cidadã”*, que é o retorno da experiência da participação popular e democrática; b. Iniciativas de valorização e humanização do servidor público municipal, e; c. Revisão Participativa do Plano Diretor Municipal.

3. DIAGNÓSTICO E PRINCIPAIS DIRETRIZES E AÇÕES POR EIXO

Nos últimos 16 anos, as administrações públicas em Belém tenderam a governar a cidade se preocupando em curto prazo pelo período de vigência de seus mandatos. Assim, apresentam descontinuidades das políticas públicas com o abandono de programas e projetos de longa duração implantados por gestões anteriores, realizando investimentos insuficientes em infraestrutura e desorganizando ou ignorando os canais de participação popular nas decisões do governo criados entre 1997 e 2004, o que resultou no afastamento do povo dos espaços decisórios do governo municipal.

Como resultado, temos uma baixa capacidade de atrair investimentos; a deterioração da infraestrutura urbana; o desamparo dos munícipes, especialmente os que estão em situação de vulnerabilidade social e econômica; o crescimento da violência, especialmente contra mulheres e negros; e a ausência de informações e indicadores sobre o Município que comuniquem, de modo confiável e acessível, à gestão e à sociedade, a forma pela qual a Administração Pública atua.

Este quadro de baixa capacidade de atendimento e alcance dos serviços públicos reflete a necessidade de elevar a qualidade dos mesmos e de democratização do acesso às políticas públicas, principalmente aquelas mais afeitas à população. Desta forma, temos uma cidade desigual com alta concentração de bens e serviços públicos em porções do território melhor infraestruturadas e carência de atendimento em bairros mais afastados do centro expandido, notadamente nos distritos administrativos de Outeiro (DAOUT), Icoaraci (DAICO) e Mosqueiro (DAMOS).

A dinâmica do processo de construção social participativa coaduna-se à experiência de trabalho conjunto em condições especiais, soma-se ao propósito de aprofundamento da participação em um governo democrático, ao buscar diferentes formas de participação, seja presencial ou virtual, e distintos mecanismos que dão maior dimensão na construção do poder popular e de uma cidadania ativa.

A participação popular pressupõe a instituição de mecanismos que permitam a dignidade humana, a cidadania e a democracia. Essas instâncias visam produzir políticas públicas e decisões orçamentárias respeitando os anseios populares. Por isso, a Gestão Municipal tem como referência o Planejamento Territorial e Temático, aqui tratado como Setorial. O Planejamento Territorial que, por definição, envolve todo o território municipal, todas as pessoas, todos os bairros e todas as políticas a partir de cada lugar, na perspectiva de um Plano para a Cidade.

Por sua vez, os Setoriais constituir-se-ão em instrumentos dessa construção maior, que é o planejamento, e visam dar voz às especificidades próprias da sociedade civil organizada em suas diversas formas de saberes, fazeres, identidades e organizações que, ao lado de um Sistema de Informações Municipais e dos mecanismos de participação direta, possam subsidiar a Administração Municipal em uma gestão democrática e participativa. Este arranjo estrutural possibilitará aos cidadãos o direito de serem consultados e poderem deliberar sobre a cidade desejada, construindo uma democracia participativa que atuará em diferentes espaços consultivos como congressos e fóruns enquanto lugar de planejamento de toda a cidade.

A proposta do Planejamento de Governo perpassa por uma concepção de Gestão Descentralizada capaz de garantir maior aproximação dos moradores de bairros e distritos com o Poder Público, a descentralização dos serviços e agilidade nas respostas necessárias ao atendimento das demandas locais.

Assim, a concepção e execução de políticas públicas pressupõe articulação intersetorial e de complementaridade, não mais concebidas em ações isoladas, como na última década, que desconsideravam o fato de que estas se estruturam pelas diferentes dimensões da vida, perpassando os diversos âmbitos das políticas sociais, econômicas, de segurança cidadã, da infraestrutura e da diversidade social.

3.1. SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA

i. Belém: Cidade Alfabetizada, Educadora e Inclusiva

Objetivo 1101	**Tornar Belém um território livre do analfabetismo***
Objetivo 1102	Garantir o acesso e a permanência à educação, de forma integral, inovadora e com qualidade socialmente referenciada
Objetivo 1103	Fortalecer a gestão democrática na formulação e implementação das políticas educacionais
Objetivo 1104	Assegurar a formação e valorização permanente dos trabalhadores da educação
Objetivo 1105	Garantir a expansão e melhoria da infraestrutura da rede física dos espaços de educação pública municipal
Objetivo 1106	Garantir o acesso amplo ao Ensino Médio Profissional, aos Cursos Técnicos Subsequentes e a Prática da Pesquisa e da Extensão na área ambiental
Objetivo 1107	Garantir o acesso e a permanência à educação, de forma integral, inovadora com qualidade socialmente referenciada
Objetivo 1108	Garantir alimentação escolar saudável e de qualidade que atenda às carências nutricionais e assegure o pleno desenvolvimento físico, psíquico e intelectual dos alunos atendidos

Projeto 001	**Cidade Alfabetizada e Educadora: Belém, território livre do analfabetismo***

** Prioridades*

Os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) apontam que, em 2019, a Rede Municipal de Ensino possuía 176 unidades de ensino, sendo 82 escolas de educação infantil e ensino fundamental (EMEIFs), 14 escolas de educação infantil (EMEIs), 34 unidades de educação infantil (UEIs) e 41 Unidades Pedagógicas (UP), antes, Anexos, e 05 inscritos como Anexos.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na educação infantil de Belém existem 74.284 crianças fora da escola (62.059 de 0 a 03 anos e 12.225 de 04 a 05 anos) ou 69,5% do total de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos em 2018, com maior concentração na faixa 0 a 3 anos, que demandam creches, com base na população de 2019, estimada pelo IBGE. Apesar da presença de um grande déficit, o crescimento das matrículas municipais apresenta ritmo lento, incompatível com a gravidade da exclusão existente na oferta de educação infantil.

Em 2020, a Rede Municipal possuía 73.804 alunos matriculados, representando uma elevação de apenas 4,43% em 7 anos. O aumento de 2.721 matrículas em creches garantiu a maior parte dessa pequena elevação no número geral.

Tabela 2. Número de Alunos Matriculados por Modalidade de Ensino e Ano na RME, 2013 a 2020.

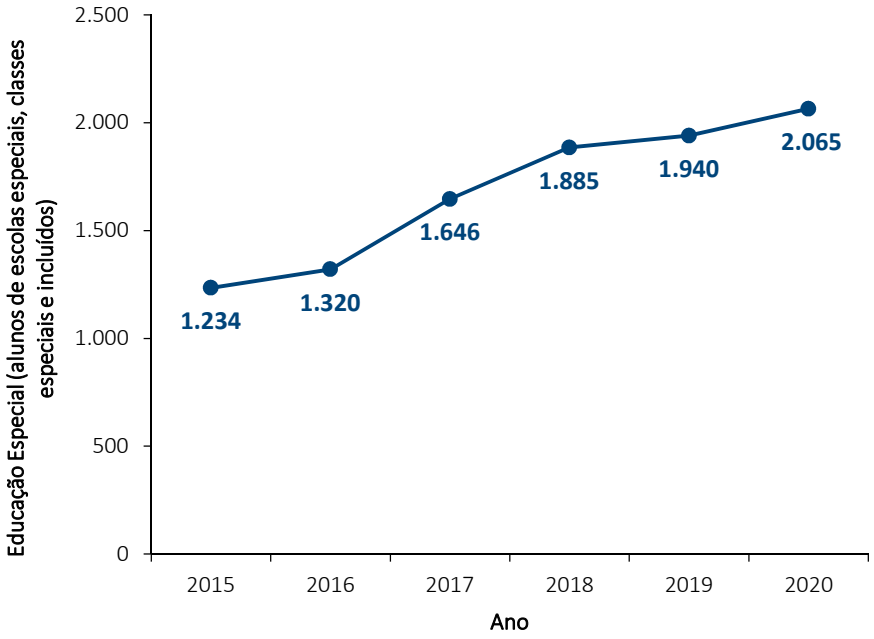
Nível de Ensino	Modalidade/ anos/fase		Ano							
			2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Educação Infantil	Creche		3.606	3.717	4.153	5.006	5.159	4.936	4.917	6.327
	Pré-Escola		14.292	14.813	14.740	14.903	15.537	15.357	15.254	15.249
Ensino Fundamental	Regular	Anos Iniciais	32.228	31.355	30.336	30.242	30.279	30.444	30.444	32.878
		Anos Finais	11.137	11.429	11.170	11.458	11.687	11.911	12.356	13.998
	EJA	1ª Fase	2.083	1.883	1.752	1.791	1.744	1.558	1.354	1.325
		2ª Fase	5.327	5.326	4.858	4.808	4.910	4.673	4.198	3.813
		EJA fundamental integrado			46	36	39	54	17	57
		PROJOVEM	1.878	1.701	2.265	1.992	-	-	149	0
Ensino Médio	Médio técnico integrado		118	146	122	132	155	124	100	42
	Médio profissionalizante								21	115
	EJA Integrada à Educação Profissional		-	-	46	36	39	54	17	0
Total			70.669	70.370	69.488	70.404	69.549	69.111	68.827	73.804

Fonte: CENSO ESCOLAR/NUSP/SEMEC.

Belém tem ainda o desafio de se tornar uma cidade plenamente alfabetizada e, assim, superar o déficit de pessoas de 15 anos ou mais que não tiveram direito de serem alfabetizadas. E foi justamente na educação de jovens e adultos que se registrou decréscimo sistemático nos últimos anos.

A Educação Especial tem, atualmente, 2.065 alunos matriculados na rede municipal de ensino. Contudo, há um enorme desafio de integrar as equipes da educação especial e as coordenações da SEMEC, o que precisa de ajustes para que haja avanço na qualidade dessa política.

Gráfico 1. Matrículas na Educação Especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos) na Rede Municipal de Ensino de Belém – 2015 – 2020.



Fonte: DEED/INEP/MEC; 2020: SIGA/SEMEC/BELÉM.

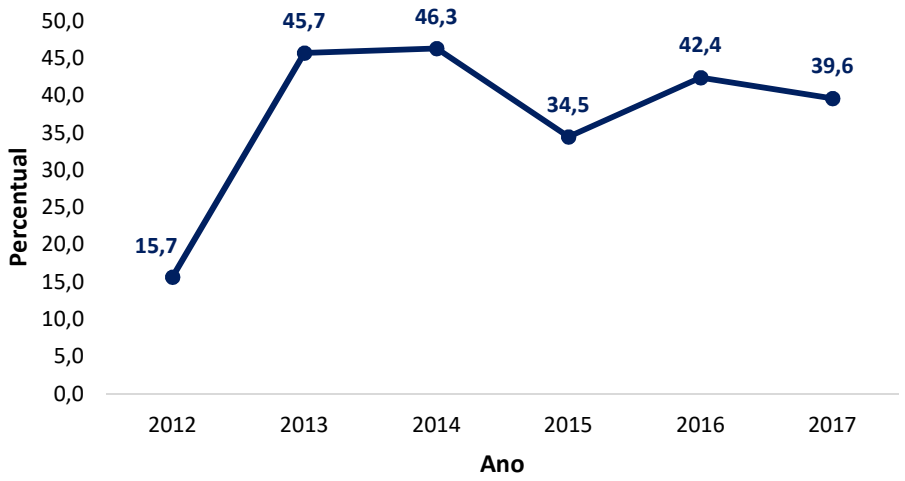
A Formação Continuada de professores(as) se faz apartada, na Educação Especial, daquela proporcionada a docentes do currículo regular, o que se considera entrave para que os alunos com deficiência avancem no seu processo de aprendizagem e se sintam incluídos(as) nas salas regulares.

O Plano Municipal de Educação de Belém, aprovado em 2015, indica o planejamento de políticas educacionais, entretanto, a valorização dos profissionais não se encontra suficientemente contemplada, segundo as metas estabelecidas. As políticas estruturadas entre os anos de 2005 a 2020 restringiram o desenvolvimento da carreira do magistério, o que indica a necessidade de investir em uma política de valorização dos trabalhadores(as) da educação no município de Belém, que somam 5.914 docentes.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribui para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentar saudáveis dos alunos, desenvolvendo ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais do alunado durante o período letivo.

O estabelecimento de uma obrigação legal de aquisição de parte dos gêneros alimentícios do PNAE produzidos na agricultura familiar teve resultados positivos para a melhoria nas condições de trabalho e de renda da população rural belenense. Os resultados da expansão do número de agricultores formam um significativo aumento na aquisição dos insumos da agricultura familiar, que passou de 15,7% em 2012 para 39,6% em 2017. Até 2012, todos os produtos da merenda escolar oriundos da agricultura familiar eram importados de outros municípios. Atualmente, passou a ser quase que na totalidade de produtores locais (94%).

Gráfico 2. Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE.



Fonte: Ministério da Educação/ FNDE/DIRAE/CGPAE/ PNAE.

Complementando a qualificação das práticas educacionais, cerca de 80% das escolas municipais possuem bibliotecas escolares setoriais. As demais unidades são atendidas pelo “Projeto Baú das Histórias”, que funciona como

minibibliotecas itinerantes levando o acervo bibliográfico às salas de aula como suporte didático ao currículo escolar.

Tabela 3 - Número de Bibliotecas em Funcionamento no Município de Belém (2014 – 2020)

Tipo	Até 2004	2012	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Biblioteca	40	69	70	78	79	80	71	72	83
Baú das Histórias (B.Itinerante)	0	54	54	54	54	96	65	65	75
Total	40	123	124	132	133	176	136	137	158

Fonte: DEMA/DIAD/SEMEC/SISMUB

Atualmente, 92% das escolas de ensino fundamental possuem quadra de esportes, necessárias à prática esportiva e ao lazer para as crianças e adolescentes.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos anos iniciais do ensino fundamental de 2007 a 2019, o setor vem sempre atingindo a meta ou se encontra acima do desempenho estadual e da meta nacional (Tabela 6). Quanto ao IDEB dos anos finais (Tabela 7), a rede municipal de ensino esteve acima da meta nacional estabelecida para os anos de 2007 a 2011, mas perdeu força após este período.

Tabela 4. IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental.

Dependência Administrativa		Ano								
		2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Federal	IDEB	-	5,4	5,8	-	6,2	6,5	6,8	6,8	-
	Meta	-	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6	6,8	7,0	-
Estadual	IDEB	3,1	3,0	**3,8**	**4,1**	3,7	4,3	4,5	5,0	-
	Meta	-	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
Municipal	IDEB	3,0	**3,4**	**3,9**	**4,4**	**4,1**	**4,6**	**5,1**	**5,3**	-
	Meta	-	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
Público	IDEB	3,2	**3,2**	**3,8**	**4,2**	3,9	4,4	4,8	5,5	-
	Meta	-	3,2	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5

Fonte: INEP/MEC

Nota: Os resultados em destaque referem-se ao IDEB que atingiu ou superou a meta

Tabela 5. IDEB dos anos finais do ensino fundamental.

Dependência Administrativa		Ano								
		2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Federal	IDEB	-	5,2	**5,5**	-	5,2	5,8	5,8	6,5	-
	Meta	-	-	5,3	5,5	5,8	6,1	6,3	6,5	6,7
Estadual	IDEB	3,1	2,9	3,0	3,1	3,0	3,2	3,3	3,9	-
	Meta	-	3,1	3,2	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1
Municipal	IDEB	3,1	**3,2**	**3,5**	**3,7**	3,8	4,0	4,3	4,4	-
	Meta	-	3,1	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,1
Público	IDEB	3,1	3,0	3,1	-	3,1	3,3	3,5	4,1	-
	Meta	-	3,1	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,1

Fonte: INEP/MEC

Nota: Os resultados em destaque referem-se ao IDEB que atingiu ou superou a meta.

Tornar Belém um Território Livre do Analfabetismo

De forma estratégica, a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), o Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque "Professor Eidorfe Moreira" (FUNBOSQUE) e a Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE) têm como prioridade “Tornar Belém uma Cidade alfabetizada, Educadora e Inclusiva, Livre do Analfabetismo” (Objetivo 1101), para garantir a alfabetização de 11.036 pessoas acima de 15 anos não alfabetizados, através do *Projeto 01* “*Cidade Alfabetizada e Educadora: Belém, território livre do analfabetismo”*.

Um país cuja população é alfabetizada e letrada apresenta melhores índices de desenvolvimento humano. Saber ler e escrever é fator essencial para o empoderamento e autoestima de homens, mulheres e crianças, energia que pode alterar os rumos dos indivíduos propiciando o aumento das chances de um emprego melhor e, por consequência, melhores salários. Alfabetizar a população pode alterar significativamente os rumos de uma sociedade e, focados nesse

objetivo, vários países têm assumido o compromisso de combater o analfabetismo. Os resultados desses esforços já foram notados, com a alfabetização atingindo cerca de 84% da população mundial, segundo dados da ONU. A alfabetização influi de maneira decisiva na vida das pessoas: uma sociedade alfabetizada e letrada certamente é uma sociedade melhor e mais bem organizada.

A alfabetização foi o assunto de maior relevância frente ao planejamento das políticas públicas da educação. Junto a isso, foram também pontos de destaque a ampliação das vagas na rede municipal; reforma e construção de escolas; acolhimento e inclusão de todos(as); cuidado e valorização dos(as) professores(as). Na perspectiva de uma educação capaz de educar dentro e fora das escolas, levando turmas de alfabetização para feiras, presídios e casas de acolhimento, destaca-se a preocupação com a inclusão dos ribeirinhos e dos assentamentos, com o acesso à biblioteca, a busca dos jovens em situação de vulnerabilidade, o apoio ao EJAI (Educação de Jovens, Adultos e Idosos) e a integração de ações com os movimentos sociais.

O resultado da participação cidadã no segmento da educação somado ao planejamento estratégico foi a designação da "*Cidade Alfabetizada e Educadora: Belém, território livre do analfabetismo"* como uma das prioridades do governo. Por conseguinte, um dos desafios pertinentes na educação municipal, apesar dos avanços das políticas públicas federais, ainda é a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Em virtude da não realização do Censo em 2020, os dados e indicadores disponíveis apresentam estimativas diferentes sobre o quantitativo do analfabetismo em Belém, fator que baliza a elaboração da estratégia das ações e políticas públicas na educação.

Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2019, em Belém havia 7.269 pessoas analfabetas, sendo 3.070 homens e 4.199 mulheres. Ainda segundo o TSE, em 2019, 86.411 homens e 93.907 mulheres não haviam completado o ensino fundamental. A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

– PNAD 2019 aponta um total de 2,7% de pessoas analfabetas em Belém com 15 anos ou mais. Estimativas do Ministério da Saúde, do período de 2017-2020, apontam que o município pode ter uma média de 32.663 pessoas analfabetas. Entretanto, informações do Cadastro Único para programas sociais – CADÚNICO – apontam o quantitativo de 11.096 pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas.

Importante destacar que as políticas públicas que refletem na alfabetização mostram grandes possibilidades de resgate e avanço a partir de iniciativas já experimentadas no município. Em 1997 teve início o Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos – PROALFA e entre seus objetivos haviam: atendimento dos servidores não alfabetizados da Prefeitura Municipal de Belém, com 4% de seu quadro funcional formado por pessoas não alfabetizadas; e o atendimento de algumas comunidades e bairros que apresentavam demandas referentes à problemática. Em parceria com a sociedade civil organizada, iniciou-se um movimento de alfabetização que tinha como princípios norteadores a educação libertadora proposta pelo educador Paulo Freire.

Em 2001, houve uma ampliação do PROALFA, possibilitando a organização do Movimento de Alfabetização (MOVA) – Professor Paulo Freire. Os MOVAS já vinham ocorrendo nos governos populares em algumas cidades brasileiras. Em Belém, pautou-se nos referenciais freirianos balizados pela politicidade do ato educativo, na investigação temática dos conteúdos a serem trabalhados nos círculos de cultura e na dialética da vivência humana onde os indivíduos são percebidos como seres inacabados em constante processo de transformação e aprendizagens coletivas. Naquele momento histórico, houve uma grande adesão da sociedade civil organizada ao desafio de alfabetizar as camadas da população que ainda não sabiam ler nem escrever e que habitavam as periferias de nossa cidade.

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) foi parte integrante do Projeto Político Pedagógico da Escola Cabana, para garantir o direito à educação aos trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, por razões diversas, ligadas na maioria das vezes ao aprofundamento das desigualdades sociais e ausência de políticas públicas de acesso aos direitos de cidadania, não houve a continuidade das políticas afirmativas para zerar o analfabetismo.

A partir de uma pesquisa realizada sobre o anuário de Belém no período de 2012 a 2017, observou-se que a partir do ano de 2015 houve uma significativa diminuição no número de escolas que ofertam a Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Havia 60 escolas ofertando a modalidade, em 2016 esse número caiu para 57 escolas e em 2017 houve uma redução para 40 escolas. No ano de 2020, a rede Municipal de Educação de Belém possuía apenas 33 (trinta e três) escolas que ofertam a EJA no turno da noite, com um total de 4.105 (quatro mil, cento e cinco) alunos matriculados. O indicativo é, portanto, de um cenário alarmante e não observamos, ao longo dos últimos anos, políticas públicas educacionais amplas voltadas para a superação do analfabetismo na capital paraense.

O Marco de Ação de Belém (2009), assinado por 144 Estados-Membros na Unesco, em que representantes da sociedade civil, reunidos em Belém do Pará, no decorrer da VI Conferência Internacional de Adultos, estabeleceu sobre o direito à alfabetização: “é um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político”.

Nesse cenário, considerando o referido marco e a partir do que fora direcionado pela participação popular e pelo programa de governo “Belém de Novas Ideias”, a Prefeitura de Belém, através da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), estabeleceu o “*Cidade Alfabetizada e Educadora: Belém, território livre do analfabetismo”*, que se norteia nas reflexões do educador Paulo Freire:

> A cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, e conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus

> vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A cidade somos nós e nós somos a cidade. (2020 p.28).

O projeto tem como parte integrante o Plano Municipal de Alfabetização que, por sua vez, a curto e médio prazo, tem metas para a superação do analfabetismo, construído em articulação com as universidades e movimentos sociais. A construção do Plano, a partir do Grupo de Trabalho *"Centenário de Paulo Freire: Belém, cidade alfabetizada e educadora"*, firmado pela portaria conjunta 001/2021 GAB.P/PMB, assinado pela Prefeitura de Belém e Secretaria Municipal de Educação, considerou as referidas demandas pontuadas na Participação Popular em Plenária do *"Tá Selado!"* e no Programa de Governo "Belém de Novas Ideias", instituindo todos os esforços para tornar Belém um território livre do analfabetismo.

A política municipal de Educação terá ao longo dos próximos 4 anos o foco na alfabetização, guiado por duas principais linhas de ações: I. busca ativa do analfabetismo em virtude da variação e diferentes dados sobre a situação do analfabetismo no município, ações amplas de busca e mapeamento serão realizadas ao longo do ano de 2022, onde o resultado fornecerá um novo horizonte de metas para as ações de alfabetização, e; II. ações de alfabetização em parceria com as universidades e movimentos sociais, onde há formação de turmas a partir do quantitativo indicado no CADÚNICO (11.096 pessoas), que serão alfabetizadas até o final de 2023.

ii. Belém com Saúde para a Nossa Gente

Objetivo 1201	**Ampliar e qualificar as Equipes da Atenção Primária de Saúde (APS) como ordenadora do cuidado nas redes de atenção, promovendo o acesso e resolutividade às ações e serviços da Atenção Básica***
Objetivo 1202	Garantir a Atenção Especializada de Saúde no nível Ambulatorial e Hospitalar de média e alta complexidade aos usuários do SUS
Objetivo 1203	Aprimorar a Rede de Atenção às Urgência e Emergência (RUE), a nível ambulatorial e hospitalar
Objetivo 1204	Garantir o acesso às ações e serviços, e qualificar o atendimento das pessoas com deficiência na Rede SUS Municipal
Objetivo 1205	Ampliar e qualificar o acesso as ações e serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), aprimorando a Política Municipal de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas
Objetivo 1206	Fortalecer as ações de vigilância dos agravos de maior incidência na população de Belém, com a implantação de novas estratégias de controle vetorial
Objetivo 1207	Promover a atenção integral à Saúde do Trabalhador na vigilância, promoção, proteção e reabilitação da saúde dos trabalhadores, para redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos
Objetivo 1208	Fortalecer a integração ensino, serviço e comunidade na Rede de Atenção à Saúde do município de Belém, bem como fomentar o desenvolvimento da pesquisa e extensão, e qualificação profissional no âmbito do SUS municipal
Objetivo 1209	Promover a consolidação da gestão da política municipal de saúde pública

Projeto 002	**Rede Belém de Saúde nas Comunidades***
Projeto 003	Hospital da Mulher e da Criança do Município de Belém*

** Prioridades*

A política pública de saúde de Belém é promovida a partir da estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS) composta por 217 estabelecimentos de saúde cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), o que representa 61,29% dos serviços próprios (dados até julho de 2020).

A Rede possui 14 hospitais, com um total de 1.267 leitos SUS (CNES/competência de out/2020), dos quais estão sob a responsabilidade da Gestão Municipal 2 (dois) Hospitais de Pronto Socorros Municipais (HPS do Guamá e HPS Mário Pinotti - HPSMP) e o Hospital Geral (Distrito de Mosqueiro – DAMOS) e 1 Hospital de Retaguarda Dom Vicente Zico. A rede opera com 1 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, possuindo 21 Unidades Móveis Pré-Hospitalar cadastradas, habilitadas e em funcionamento, tais como: 16

ambulâncias, sendo 12 unidades de suporte Básico - USB's, 4 unidades de suporte avançado - USA's, 1 Ambulancha e 4 motolânchas; 5 Unidades de Pronto Atendimento – UPA (Distritos de Icoaraci – DAICO; da Sacramenta – DASAC; do Guamá - DAGUA na Terra Firme e no Jurunas; e do Entroncamento - DAENT na Marambaia); 86 Unidades Básicas de Saúde (29 Unidades Básicas e 57 Unidades Saúde da Família – USF) e 10 Casas de Serviços Especializados.

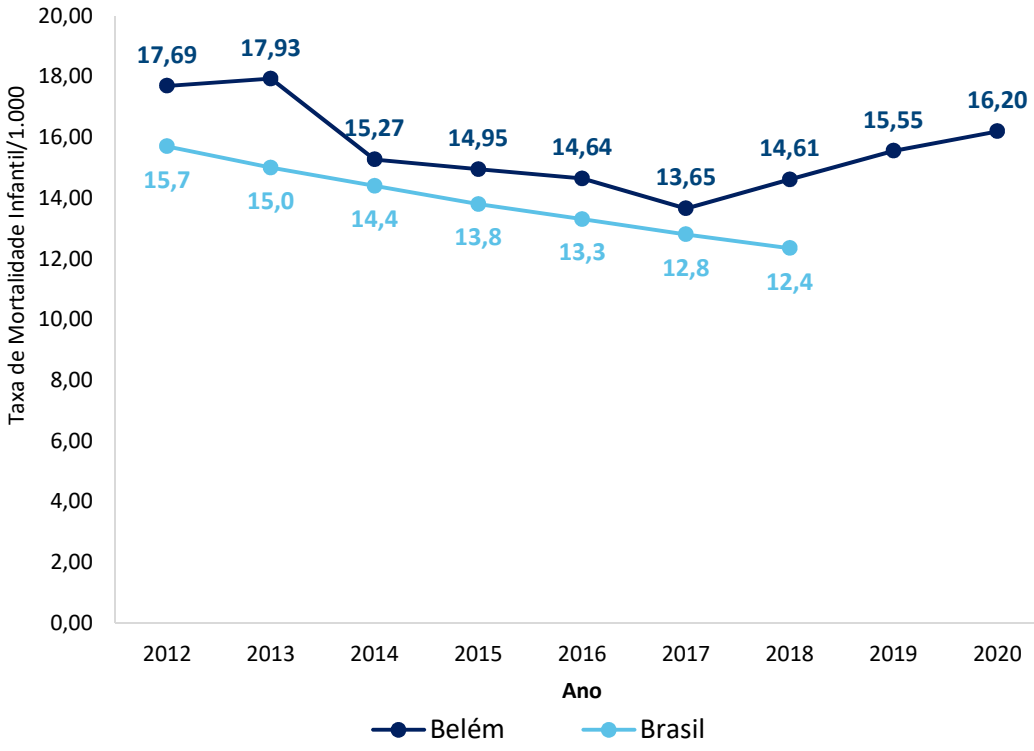
A descentralização da saúde é um processo inacabado em Belém. Muitos serviços e estabelecimentos existentes são gerenciados pelo Governo do Estado, como, por exemplo: a Unidade Básica de Saúde da Pedreira, as cinco Unidades de Referência Especializada e os cinco Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Esse processo de descentralização se efetivou apenas no nível de atenção básica, excluindo desse processo a UBS Pedreira.

O Município possui 123 Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) em atividade, das quais 97 se encontram cadastradas no SCNES (competência julho de 2020) e 21 Equipes de Saúde Bucal habilitadas, o que equivale a uma cobertura populacional na atenção básica de 43,80% e 21,73% de ESF (Ministério da Sa/SAPS). Possui ainda 12 Núcleos de Apoio à Estratégia Saúde da Família (NASF) credenciados e habilitados pelo Ministério da Saúde (MS), cobrindo 7 distritos administrativos (DAMOS, DAICO, DAOUT, DABEN, DAENT, DASAC e DAGUA); 3 Equipes de Consultório na Rua; 06 Equipes Multidisciplinar de Atendimento Domiciliar (EMAD) e 02 Equipe Multidisciplinar de Apoio (EMAP); e uma Equipe de Oxigenoterapia. A saúde bucal, se considerada o atendimento somente pelas ESF, cobre apenas 4,85% da população residente (competência julho de 2020).

A cobertura vacinal caiu nos últimos cinco anos. A Tríplice Bacteriana Acelular do Adulto (dTpa), por exemplo, prevista no Calendário de Vacinação de Gestantes, atingiu em 2019 somente 55,95% do referente extrato da população.

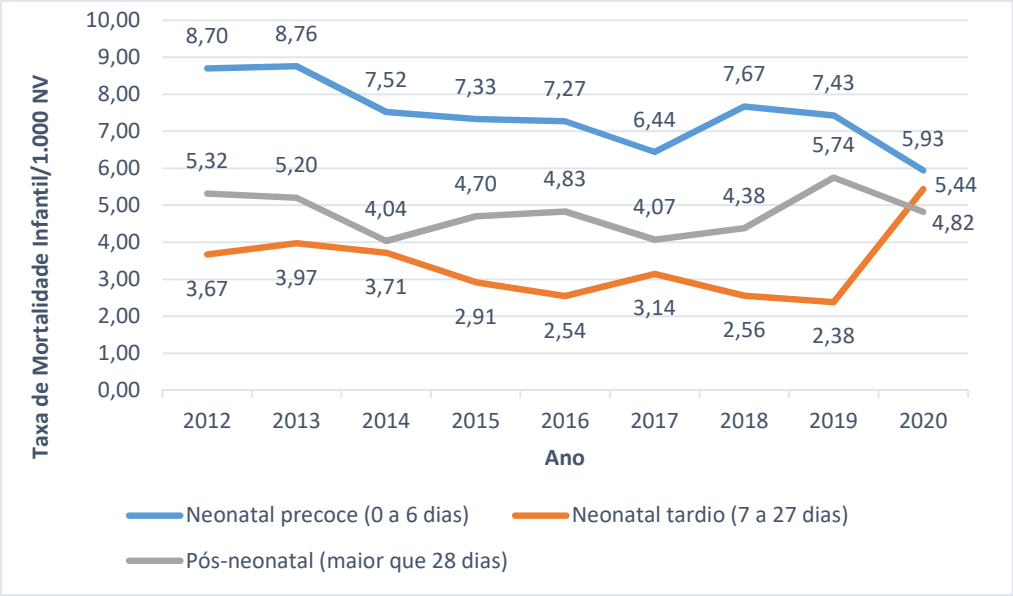
Ao longo de 2014 a 2018, a taxa de mortalidade materna em Belém encontra-se acima da taxa no Brasil. Em 2019, a taxa foi de 70,46 para cada 100 mil nascidos vivos. As consultas de pré-natal constam apenas 61% referentes àquelas gestantes que realizaram ao menos sete consultas. O parto tipo cesariano e o parto vaginal registram, respectivamente, 66% e 34%, o primeiro com percentual acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde que é de 56% para procedimento cirúrgico. Entre 2012 e julho de 2020, a taxa de mortalidade infantil no município manteve-se acima da taxa nacional.

Gráfico 3. Taxa de Mortalidade infantil, em residentes de Belém e Brasil, por mil nascidos vivos (2012 a 2020)



Fonte: Belém: Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM/DIAES/DEVS/SESMA; Brasil: IBGE, Projeção da População do Brasil 2018. Nota: Dados de 2019 e 2020 preliminares, portanto sujeitos à alteração (atualizado em 07/01/2021).

Gráfico 4. Mortalidade infantil por componente Neonatal em residentes, de 2012 a 2020.



Fonte: SIM/DIAES/DEVS/SESMA.
Nota: Dados de 2019 e 2020 preliminares, portanto sujeitos à alteração (atualizado em 07/01/2021).

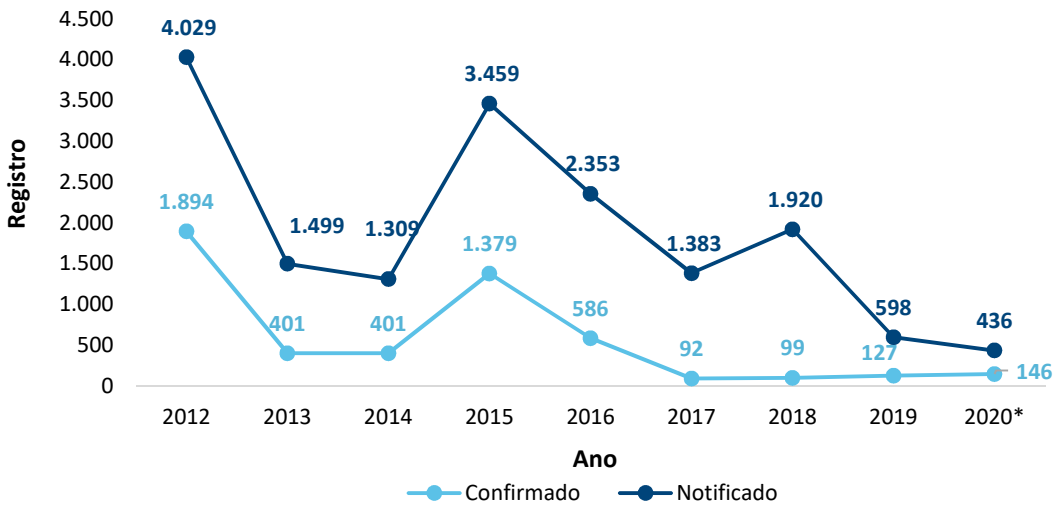
Observa-se que o grupo neonatal precoce (0 a 6 dias) concentrou o maior número dos óbitos ao longo de 2012 a 2020. A mortalidade neonatal tardia (7 a 27 dias), teve uma alta expressiva no ano de 2020 (5,44 por mil NV). A taxa pós-neonatal apresentou poucas oscilações desse período, com média de 4,82 (Gráfico 5).

Nos últimos anos, algumas ações essenciais para a redução das taxas não foram fortalecidas, como por exemplo: foco na atenção primária de saúde; ampliação da assistência às gestantes para garantir o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada na gravidez, no parto e no puerpério, bem como na implementação de ações integradas que assegurem às crianças o direito ao nascimento seguro, ao crescimento e desenvolvimento saudáveis; além da não ampliação na cobertura de imunização.

Em relação ao controle das doenças transmitidas pelo Aedes Aegypti houve redução de 35% dos casos em 2019 em relação a 2012. Na atenção básica, as

ações de controle e prevenção de Dengue têm que estar integradas às demais ações de saúde, além de realizar atividades de educação em saúde para evitar o agravamento ou situações de óbito pela doença. Os primeiros casos de Zika e Chikungunya foram registrados em 2015. No período de 2017 a setembro de 2020, a prevalência de casos são de Chikungunya, enquanto que a Dengue e o Zika vírus apresentaram, até setembro de 2020, 146 e 20 registros, respectivamente.

Gráfico 5. Taxa de Incidência de Dengue em Residentes do Município de Belém
2010 a Outubro de 2016.



Fonte: IBGE/SENAN/DEVS/SESMA

A Vigilância Epidemiológica monitora o agravo nos casos de Dengue por meio da investigação de todas as notificações suspeitas, realização de exame específico para o diagnóstico da doença, busca ativa de casos suspeitos nos Hospitais e Prontos-Socorros, atividades de educação em saúde, dentre outras. Dessa forma, o comportamento da doença apresentou declínio no período de 2016 a setembro de 2020 (Gráfico 6), com 586 registros em 2016 e 146 em 2020.

A Rede de Serviços de Saúde Mental atualmente em Belém é composta por 07 unidades, entre elas: Casa Mental do Adulto (CAPS III), Casa Mental de Mosqueiro (CAPS II), Casa Mental da Criança (CAPS I), Casa AD (CAPS AD II), a

Unidade de Acolhimento (UA), retaguarda ao CAPS Álcool e Outras Drogas e duas Equipes do Consultório na Rua. Diante dos índices crescentes de adoecimentos psíquicos percebe-se que a Rede é insuficiente para atender os usuários em situação de crise e risco de vida pessoal e social.

No geral, os serviços de saúde e as ações decorrentes da execução de programas estratégicos necessários para alterar as taxas apresentadas, encontram-se insatisfatórios, mas com potencialidade de fortalecimento e ampliação.

Rede Belém de Saúde nas Comunidades

A Secretaria Municipal de Saúde (SESMA) tem como prioridade para a saúde municipal "ampliar e qualificar as equipes da Atenção Primária de Saúde (APS) como ordenadora do cuidado nas redes de atenção, promovendo o acesso e resolutividade às ações e serviços da Atenção Básica" (Objetivo 1201), para ampliar a cobertura de atenção básica de 40% para 100% em 4 anos.

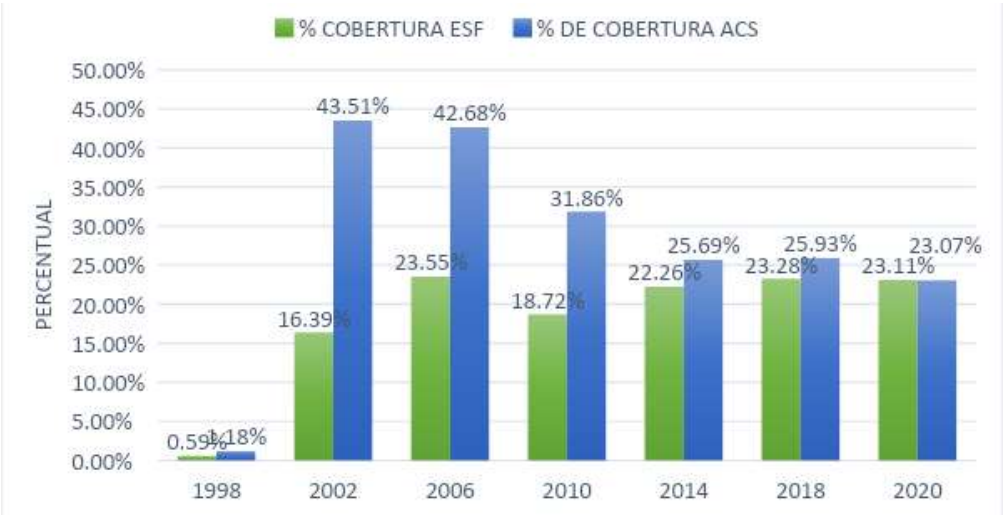
A Estratégia Saúde da Família (ESF) desempenha um papel fundamental no primeiro contato, na longitudinalidade e na coordenação do cuidado, operando como base na estruturação das redes de atenção, com suporte dos serviços de apoio diagnóstico, assistência especializada e hospitalar (Malta et al, 2013). O funcionamento da ESF se dá por meio de equipes de saúde da família, que atuam em áreas geográficas definidas e com populações adstritas contendo até 4.000 pessoas para cada equipe, sendo 3.000 a média recomendada, podendo ainda este número ser menor de acordo com o risco e a vulnerabilidade social da população coberta (BRASIL, 2011).

Ainda permanecem divergentes modelos de estruturação da Atenção Primária na Saúde, modelos que objetivam cuidados primários ora tradicionais permeados por profissionais generalistas, como enfermeiros e médicos sem formação específica em saúde da família, ora pela tríade de especialistas clínico-gineco-pediatra (método russo-bolcheviche Semachko), ora por profissionais

médicos com formação específica em saúde da família (baseado no modelo canadense e europeu), ora por equipes multiprofissionais com encontros clínicos que envolvem consultas individuais e atividades em grupo (BRASIL, 2015).

No município de Belém, podemos ver modelos mistos de equipes em uma mesma unidade de saúde, em especial unidades que trabalham os cuidados primários por meio da tríade de especialistas e por equipes multiprofissionais de saúde da família. Esses modelos têm sido um desafio no que tange a cobertura da população para os serviços de atenção primária, tendo em vista que o modelo de Estratégia da Saúde da Família garante melhor acesso às famílias por meio da territorialização junto ao agente comunitário de saúde. Com uma estimativa populacional de 1.492.745 habitantes, a cobertura de Estratégia de Saúde da Família em 2021 é de 22,8% e a cobertura de atenção primária é de 40%, o que corresponde a 665.000 pessoas cobertas. A tabela abaixo demonstra o quantitativo em percentual da cobertura de Estratégia Saúde da Família no município de Belém, desde a sua implantação em 1998 até o ano de 2020.

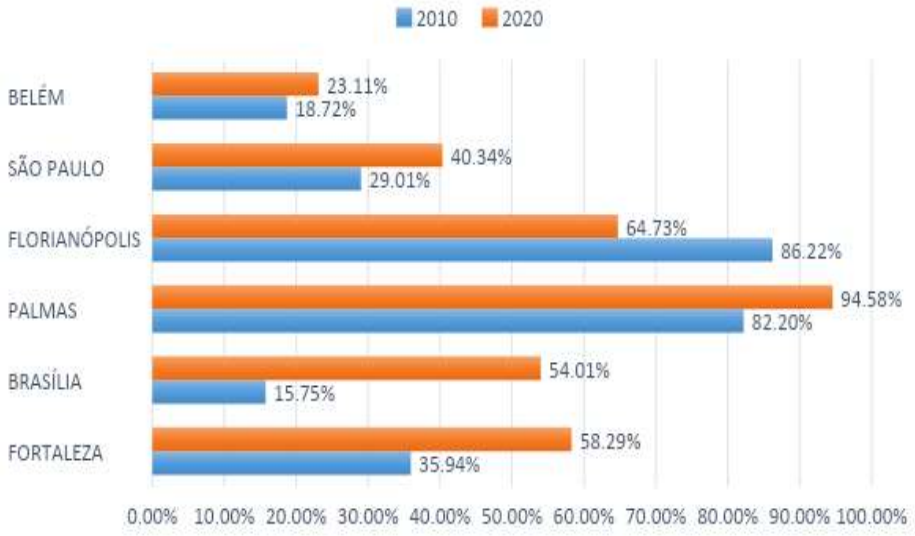
Gráfico 6. Cobertura de estratégia Saúde da Família em Belém - PA
(1998 a 2020)



Fonte: Ministério da Saúde Egestor Atenção Básica, 2021

A tabela abaixo demonstra o quantitativo em percentual da cobertura de Estratégia Saúde da Família nos municípios de: Fortaleza, Brasília, Palmas, Florianópolis e São Paulo, com o espectro de tempo de 10 anos, correspondendo ao período de dezembro de 2010 a dezembro de 2020.

Gráfico 7. Cobertura de estratégia Saúde da Família em capitais brasileiras (2010 a 2020).



Fonte: Ministério da Saúde Egestor Atenção Básica, 2021.

Com base nas tabelas acima, observa-se a cobertura das ESF referentes às 6 capitais brasileiras, onde identificou-se um crescimento em 5 dessas capitais e apenas Florianópolis apresentou decréscimo em seu percentual de cobertura.

Ao analisar o crescimento na cobertura com base na população de cada capital citada, percebe-se que, apesar da expansão significativa na Estratégia Saúde da Família em todo o território federal, o município de Belém não acompanhou o percentual, obtendo um acréscimo de apenas 4,39% na última década.

A implantação da Estratégia Saúde da Família permite direcionar os cuidados de cada equipe há um quantitativo estratégico da população. As características desse modelo prometem levar cuidados primários à promoção e

prevenção da saúde em tempo oportuno, ampliando acesso à saúde como direito inalienável dos indivíduos. Este modelo é avaliado por meio de indicadores que mostram o alcance e qualidade dos serviços. As limitações encontradas nas unidades básicas de saúde de Belém estão intimamente ligadas às dificuldades de alcance de indicadores.

Outro fator se refere a expansão da Atenção Básica em Saúde, com equipes atuando em território definido, com população adstrita, realizando ações de promoção, vigilância em saúde, prevenção e assistência, além de acompanhamento longitudinal dos usuários, fatores fundamentais na melhoria da resposta ao tratamento dos usuários com DCNT (BRASIL, 2011).

O desempenho para o financiamento depende das ações de saúde desenvolvidas pelas modalidades de equipes de saúde. Atualmente, as 104 equipes de saúde são compostas por, no mínimo, um(a) profissional enfermeiro(a), técnico(a) de enfermagem, médico(a) e agente comunitário de saúde. Os profissionais estão alocados em 56 unidades de saúde, destas 30 são prédio próprio e 26 alugadas. As unidades apresentam problemas estruturais que interferem nas ações estratégicas, visto que é necessário ter uma ambiência de acordo com a proposta de estrutura física das unidades pelo Ministério da Saúde, permitindo executar prevenção e promoção à saúde, de forma a ter resolutividades dos problemas.

Outra situação que precisa ser revista é o modelo de atenção primária adotado no Município de Belém. Segundo a Política Nacional de Atenção Básica, o serviço caracteriza-se:

> Por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades.

Todavia, o cenário da atenção básica ainda está alicerçado na baixa resolutividade e concentrado em um processo de trabalho desarticulado, centrado na doença e não na pessoa, com práticas imediatistas e fragmentadas. Portanto, é necessário que esse processo possa ser baseado nas linhas de cuidados e prevenções, envolvendo a interdisciplinaridade na perspectiva da autonomia do usuário.

Importante destacar que, a partir da portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, que instituiu o programa Previne Brasil, foi estabelecido um novo modelo de financiamento de custeio da atenção primária à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O novo modelo tem como um dos objetivos avaliar o acompanhamento da atenção básica por meio do cadastro da população pelas equipes de Saúde da Família (ESF) e equipe de Atenção Primária (EAP) no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), considerando a vulnerabilidade socioeconômica da população e o perfil demográfico por faixa etária da população cadastrada.

O planejamento da expansão da cobertura da Estratégia Saúde da Família, através do projeto Rede Belém de Saúde nas Comunidades, realizado pela Prefeitura Municipal de Belém em conjunto com as Secretarias Municipais de Saúde (SESMA) e de Coordenação do Planejamento e Gestão (SEGEP), considerou a Participação Popular através do *"Tá Selado!"*, nas plenárias dos bairros e do segmento de saúde, o Programa de Governo "Belém de Novas Ideias" e as novas disposições estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde.

Portanto, duas ações estratégicas principais foram estabelecidas para o alcance da meta de 100% de cobertura das ESF: 1. Cadastramento permanente: ações a curto prazo para o cadastro de 665 mil pessoas, e; 2. Implantação das ESF segundo viabilidade e demanda territorial, em compasso com o avanço do cadastramento.

iii. Segurança Cidadã

Objetivo 1201	**Aprimorar e consolidar o Sistema de Gestão da Política de Segurança Pública Municipal, intensificando as ações de monitoramento e enfrentamento à criminalidade com qualificação profissional do servidor da Guarda Municipal de Belém***

Projeto 004	**Sistema integrado de vigilância e vídeo monitoramento***

** Prioridades*

Do ponto de vista da segurança pública preventiva, grandes parcelas da população carregam as consequências da pobreza e da fome, acentuadas pelo desemprego no cenário de pandemia. A população convive com o aumento da violência e da insegurança.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2017 atesta que o Estado do Pará apresenta uma taxa de 10,3 mortes intencionais violentas para cada 100 mil habitantes, quando a média nacional é de apenas 3,8. Os dados apontam o perfil das vítimas: o índice de homicídios por armas de fogo contra pessoas brancas aumentou de 96 para 136, de 2003 a 2014, para as pessoas negras aumentou de 754 para 2.115.

No caso de mulheres vítimas de violência doméstica, Belém registrou um aumento dos casos de feminicídio em 118% no período da quarentena da COVID-19, enquanto os demais Crimes Contra a Pessoa diminuiu em 24%, evidenciando que as mulheres ainda ocupam um lugar de submissão doméstica, na maioria dos casos de seus companheiros afetivos.

Há também os índices sobre a violação dos direitos das pessoas idosas. Em 2017, a Polícia Civil do Pará apontou 187 crimes em Belém contra pessoas idosas, desde atitudes de abandono, violência psicológica e até maus tratos, cometidos em sua maioria por familiares.

Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, por meio do Sistema de Informação de Segurança Pública (SISP), apontam que dentre os principais crimes ocorridos em Belém, houve uma redução

de 15,2%, em 2019 em relação a 2010. Em 2019, os dados mostram uma redução no número de roubos com 34.449 ocorrências, 24% a menos que em 2018. Foram registrados 424 homicídios em 2019, sendo que em 2018 ocorreram 846. Até julho de 2020, tem-se um total de 67.465 ocorrências registradas.

Os números apresentados são preocupantes, mas, apesar da segurança pública não ser responsabilidade única e direta do Município, a Gestão deve atuar no enfrentamento à violência com investimentos em uma política de segurança pública preventiva que fomente a Cultura de Paz. Esse novo modelo possibilita a integração das políticas públicas com as ações de segurança pública em prol do objetivo comum, que é a sociedade, sendo este o melhor caminho para a redução da criminalidade no município de Belém.

Tabela 6 - Crimes ocorridos no município de Belém no período de 2010 a julho de 2020.

Crimes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Até julho de 2020
Homicídio	842	584	631	695	695	723	889	877	846	424	180
Latrocínio	78	27	36	38	38	43	37	45	60	22	5
Lesão Corporal Seguida de Morte	0	1	18	15	2	6	20	15	5	6	5
Roubo	54.512	58.418	52.182	56.748	56.834	58.711	56.251	56.169	45.564	34.449	12.731
Tráfico	751	1.125	1.330	1.066	1.024	1.048	692	586	887	1.404	767
Estupros	532	515	576	644	569	499	499	573	551	534	213
Furtos	29.441	39.075	37.678	43.816	42.209	40.732	39.711	42.065	39.130	42.231	14.495
Lesão Corporal	10.743	10.426	9.189	9.271	8.311	7.599	5.958	6.647	5.910	5.421	2.376
Homicídios no Trânsito	180	81	62	86	89	71	85	100	105	84	33
Morte no Trânsito	12	45	33	12	7	6	25	31	48	47	21
Lesão no Trânsito	2.207	2.934	2.263	3.298	3.355	3.011	2.877	2.890	3.243	2.797	828
Total de Ocorrências[1]	**181.614**	**217.213**	**182.609**	**171.243**	**178.954**	**178.039**	**171.339**	**175.591**	**160.138**	**153.965**	**67.465**

Fonte dos Dados: Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal - SIAC / SEGUP-PA

Nota: 1 - O Total de ocorrências inclui, além dos crimes elencados na tabela, todas as outras ocorrências ocorridas em Belém.

Para ter a Belém Segura, os princípios fundamentais não corroboram com o uso da força formalmente institucionalizada e aplicação de sanções desproporcionais como determinantes para a superação da violência. Assim, deverá ser construída uma política inclusiva, com inversão de prioridades e valorização de homens e mulheres em suas relações com os outros e o meio ambiente, que fortaleça os laços afetivos, de empatia, de cuidado e respeito às diferenças, capaz de resultar, de forma natural, definitiva e evolutiva, na queda dos índices de violência.

As principais estratégias devem ser pautadas pela preservação da vida, respeito aos direitos fundamentais, promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana. O uso intensivo de novas tecnologias, ações preventivas e resolução pacífica de conflitos, combinados com outras políticas que contribuam para a prevenção à violência, serão a base para estabelecer cooperação entre o Município, o Estado e o Governo Federal, visando atuação integrada e eficaz com moderna estrutura de coordenação dessa política.

A gestão da segurança pública municipal deve primar pela observância da estabilização da segurança coletiva com a garantia dos direitos sociais e humanos, e respeito à diversidade. Sob essa ótica, é necessário que o Município de Belém avance significativamente nas políticas de Segurança Pública Municipal, norteada pelos princípios de integração das instituições de segurança pública e de participação da sociedade nas ações combinadas de promoção de uma cultura de paz e prevenção à violência, possibilitando mudar o cenário de instabilidade, trazendo à população local mais segurança e qualidade de vida.

Assim, se faz necessário proteger a população por meio de ações voltadas para jovens, crianças, adultos, idosos e grupos em situação de vulnerabilidade, combinando o uso de tecnologias; de ações preventivas; e da participação da sociedade em instâncias próprias já definidas legalmente, tendo por objetivo máximo, a redução do sofrimento, preservar a vida e diminuir as perdas.

3.2. INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE

i. Belém Bem Cuidada

Objetivo 2301	**Promover melhorias na gestão da drenagem, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, limpeza urbana, abastecimento de água, meio ambiente e iluminação pública com redução dos riscos ambientais e urbanos para o desenvolvimento territorial sustentável e ordenado, para a melhoria da qualidade de vida.***

Projeto 005	Belém Bem Cuidada: Macrodrenagem Ariri-Bolonha
Projeto 006	Belém Bem Cuidada: Macrodrenagem Mata Fome
Projeto 007	Belém Bem Cuidada: Macrodrenagem Paracuri
Projeto 008	**Belém Bem Cuidada: PROMABEN***
Projeto 009	**Belém Bem Cuidada: Macrodrenagem***
Projeto 010	Belém Bem Cuidada: Microdrenagem
Projeto 011	Belém Bem Cuidada: Limpeza Urbana
Projeto 012	Belém Bem Cuidada: Pavimentação
Projeto 013	Belém Bem Cuidada: Gestão dos Resíduos Sólidos
Projeto 014	Belém Bem Cuidada: Iluminação Pública
Projeto 015	Belém Bem Cuidada: Ilhas
Projeto 016	Belém Bem Cuidada: Arborização Urbana
Projeto 017	Belém Bem Cuidada: Unidades de conservação e áreas especiais
Projeto 018	**ConViver Belém**
Projeto 019	Patrimônio da Nossa Gente

** Prioridades*

Considerando a gestão ambiental, responsabilidade comum do poder público e do conjunto da sociedade, a divulgação e o acesso aos dados e informações ambientais geradas revestem-se de especial importância para a elaboração e consolidação de uma política de saneamento que deva ser entendida como parte essencial da indução do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida da população. Isto se processa por meio da integração dos

serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais.

Observa-se contudo, que o acesso aos serviços é fortemente associado às condições socioeconômicas dos domicílios, sendo essencial priorizar a atuação do poder público em áreas de baixa renda para o alcance da universalização do acesso aos serviços de saneamento.

A Amazônia e notadamente o Município de Belém, com 14 (quatorze) Bacias Hidrográficas identificadas em sua porção continental, tem posição privilegiada em relação à disponibilidade de recursos hídricos, tanto de cursos d'água superficiais quanto à disponibilidade de mananciais subterrâneos.

Contudo, o crescimento urbano desordenado, o avanço populacional e a pressão imobiliária em áreas de preservação de mananciais e margens dos cursos d'água, os baixos índices de tratamento de esgoto sanitário, que têm os canais e igarapés, e até mesmo a Baía do Guajará como destinação final; a contaminação da água subterrânea por processos de percolação ou obras mal executadas, somadas a diminuição da cobertura vegetal, comprometem a qualidade da água ofertada para o abastecimento da população.

A questão do Saneamento Básico no Brasil, em particular em Belém, está diante de uma situação que requer uma postura ativa do governo municipal, do legislativo e da sociedade, tanto para melhorar o acesso e qualidade para a população, como para enfrentar os problemas decorrentes do novo marco regulatório instituído pelo governo federal (Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020).

Em 2019, em Belém, 29% das pessoas não tinham acesso à água potável, ou seja, de uma população estimada de 1.492.745 milhões de pessoas, cerca de 425.485 não usufruem desse direito. A rede geral de abastecimento de água possui

221.347 ligações (SNIS, 2019), sendo 92,2% residenciais, 7,1% comerciais, 0,3% industriais e 0,5% públicas.

Em relação ao esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais, Belém é a metrópole brasileira com as piores condições de infraestrutura urbana, ostentando indicadores nos quais, em 2019, 84% dos habitantes não tinham acesso à rede de esgoto. Além disso, apenas 9,22% do esgoto recebe tratamento sanitário e 90,78% é direcionado para os mananciais, fossas, rios e outros destinos que poluem o meio ambiente (SNIS, 2018). O esgotamento a céu aberto (vala, fossa rudimentar, rio, lago ou mar e outras formas de escoadouro), sem tratamento sanitário, abrange 12% dos domicílios (IBGE, 2019), e por isso a cidade de Belém se encontra entre os piores municípios no ranking do saneamento, configurando no 6º lugar entre os 10 piores (Trata Brasil, 2020 com base em dados do SNIS ano de 2018). Este quadro foi agravado pelo baixo investimento feito pelos governos nos últimos 16 anos.

Nessa perspectiva, Belém, apesar de ser uma capital cercada por um manancial de água doce, não consegue usufruir do acesso de forma universal, em decorrência do baixo investimento para a captação e abastecimento de água para população. E mesmo as áreas que são cobertas conforme apontam os indicadores, apresentam problemas. A qualidade do serviço é desigual e não se conta com água de forma ininterrupta e de qualidade.

Acrescente-se a esse cenário a necessidade de atualização do Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário (PDES) da RMB, elaborado e aprovado pela COSANPA em 2009, bem como os manuais de manutenção das obras, com revisão dos projetos de macrodrenagem das bacias hidrográficas de Belém.

Entre 1997 e 2004, a Prefeitura de Belém fez um grande investimento, reestruturando o Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto de Belém (SAAEB), órgão que foi responsável por alterar a oferta à população atendida. Que passou de 77.000 para 135.539 em sistema híbrido de abastecimento, por captação de

água subterrânea e água superficial, notadamente nos distritos DAICO, DAOUT e DAMOS, historicamente negligenciados pelo abastecimento de água potável. Esse esforço foi interrompido com a extinção do órgão em substituição a Agência Reguladora Municipal de Belém (ARBEL), criado com a função de fiscalizar o contrato entre a Prefeitura e a COSANPA.

As intervenções sanitárias nas bacias hidrográficas metropolitanas deverão ser o centro da política ambiental, mesmo que devido ao grande atraso, obras inacabadas e sem manutenção adequada, há que se definir ordem de prioridade. Importante notar, que locais que recentemente receberam intervenção de drenagem urbana continuam apresentando alagamento, como em pontos da Bacia da Estrada Nova e Bacia do Una, fruto do descaso e da falta de manutenção de serviços importantes feitos em décadas anteriores.

Além dos alagamentos, tais projetos de macrodrenagem apresentam contradições, como: na Bacia da Estrada Nova, houve a constatação do remanejamento, porém sem uma política habitacional que não afastaste o morador de suas origens; na Bacia Hidrográfica do Tucunduba, o projeto de macrodrenagem vem sendo historicamente marcado pela morosidade, retrocesso no processo de gestão participativa, morosidade na finalização dos loteamentos para o remanejamento na bacia e aplicação de reassentamento forçado.

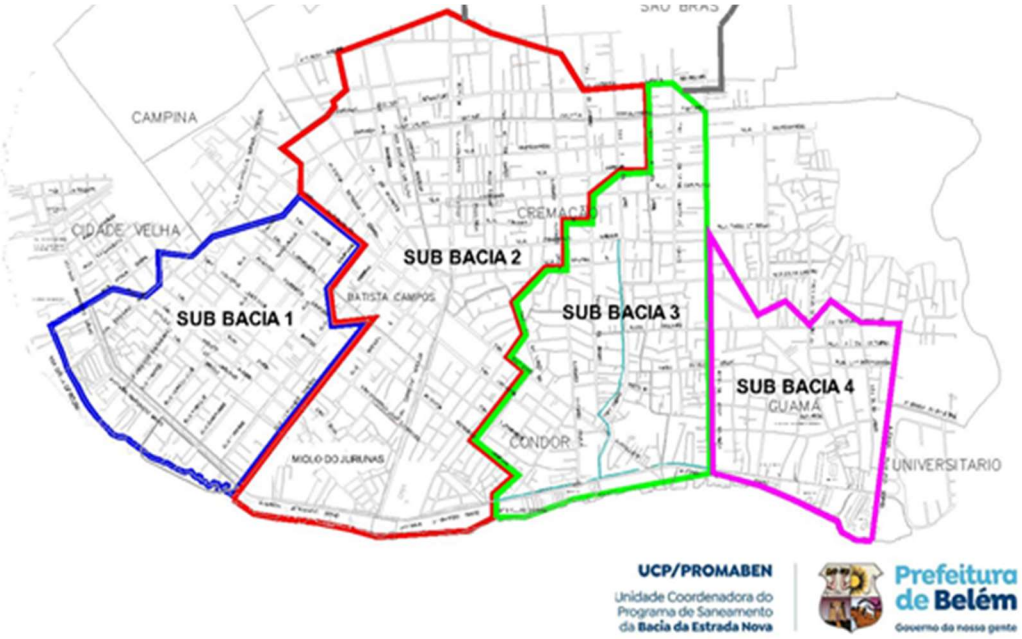
Para promover infraestrutura adequada em saneamento ambiental, a PMB executou as etapas de implantação do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN I), com a macrodrenagem das Sub-Bacias 1, 3 e 4, e PROMABEN II (Sub-bacia 1 e 2 da Estada Nova e requalificação urbanística-ambiental, e de manutenção da Bacia do Una).

Para o tratamento da macrodrenagem das bacias hidrográficas do município não abrangidas pelo PROMABEN I e II, foram elaborados projetos de obras para as Bacias do Mata Fome (Tapanã) e do Armas (Reduto e Umarizal). Os projetos foram encaminhados ao Governo Federal para captação de recursos. Para a Bacia

do Armas, foi estabelecida a cooperação técnica com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), Centro Regional de Belém (CR/BE), para o desenvolvimento de estudo hidrodinâmico da mesma, visando ampliar os conhecimentos e aperfeiçoar o projeto, bem como a construção de comportas no canal da Av. Visconde de Souza Franco.

Infelizmente as obras vinculadas ao PROMABEN se encontram atrasadas, com riscos de perdas de recursos captados e não foram feitos esforços para buscar financiamento nacional ou internacional para executar planos elaborados para as demais áreas. E, no caso do Paracuri, a obra foi paralisada e inconclusa.

Mapa 1. Delimitação da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova subdividida em quatro Sub-bacias.



Fonte: UCP/PMB, 2020.

Cabe ressaltar que expressiva parcela do déficit de abastecimento de água concentra-se na região insular, que apresentam características peculiares, como pequenos agrupamentos populacionais e de baixa densidade, que dificultam o acesso aos serviços de saneamento mediante soluções convencionais adotadas

em áreas urbanas, demandando do poder público uma abordagem diferenciada tanto no aspecto tecnológico, quanto na gestão e na relação com as comunidades.

Neste sentido, os objetivos relacionados à questão do abastecimento de água devem buscar a universalização do acesso e a promoção da saúde pública, assegurando a oferta de água para a indução do desenvolvimento econômico.

No tocante à geração, transporte, coleta e tratamento de resíduos sólidos, em 2019 foram produzidas em Belém cerca de 1.520 toneladas por dia (SESAN, 2020). Desse montante, aproximadamente 500 toneladas são descartadas de forma desordenada em cerca de 600 pontos de descarte na cidade, o que provoca acúmulo de lixo em ruas e rios urbanos, tornados agora canais, tanto nos bairros centrais quanto nos mais afastados. Este cenário se agrava pelo fato de a cidade não dispor de estrutura e condições para coletar e destinar adequadamente a produção de lixo.

A coleta de resíduos sólidos (doméstico, comercial e público) obedece 108 roteiros em dias alternados, e ocorre em sistema coleta porta a porta, atendendo 85% da população. O serviço é realizado por 2 empresas terceirizadas: a) Terraplena (Lote I – áreas centrais de Belém e Distrito Administrativo de Mosqueiro); b) Belém Ambiental (Lote II – Distrito Administrativo de Icoaraci, Outeiro e conjuntos habitacionais ao longo da Av. Júlio Cezar e Av. Augusto Montenegro e seus entornos). As prestadoras de serviço contam com um total de 54 caminhões equipados com coletor-compactador, totalizando até setembro de 2020 aproximadamente 228 mil toneladas de resíduos recolhidos e destinados ao Aterro Sanitário de Marituba.

O Município de Belém atua na coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos a partir do contrato administrativo com a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis (CONCAVES), que presta o serviço de coleta porta a porta, transporte e tratamento dos resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis nos bairros de Nazaré, Pedreira, Marco, Marambaia, totalizando 80 roteiros.

Além da coleta porta a porta, a coleta seletiva também é realizada em 36 Ecopontos (contentores de grande capacidade - 2.500 kg), distribuídos 29 locais de entregas voluntárias localizados ao longo das vias públicas e praças de maior circulação de pessoas nos bairros centrais e nos distritos de Mosqueiro e Icoaraci (SESAN, 2020).

A gestão dos resíduos sólidos engloba ainda as atividades de manutenção dos serviços de limpeza urbana que incluem roçagem, capinação, raspagem e caiação de vias e logradouros públicos, totalizando até setembro de 2020 aproximadamente 7.639 m² de vias tratadas; além de 2.610 toneladas de coleta de resíduos da saúde (SESAN, 2020).

Apesar do descrito acima, nossa cidade ainda convive com um déficit na coleta de resíduos, fruto da falta de investimentos e de campanhas educativas.

São situações que perduram e se agravaram no contexto da pandemia e exigem soluções urgentes da gestão municipal, sob o risco de um crescente agravamento das condições de vida e saúde da população.

ConViver Belém: Ações estratégicas para o Centro Histórico de Belém

O centro histórico da cidade, que consiste majoritariamente nos bairros Cidade Velha e Campina, desempenha um papel fundamental no contexto municipal pois concentra os principais cartões postais da cidade, fomenta o turismo, abriga o centro comercial, as feiras, portos e edificações históricas

Acompanhar a vanguarda das intervenções em centros históricos no contexto global é necessário, mas isso requer respeito e articulação com as práticas tradicionais existentes e o entendimento de que elas representam o potencial amazônico que se diferencia dos demais contextos.

Assim, o projeto “ConViver Belém” criará frentes diversas de ações culturais, intervenções urbanas, melhorias nas infraestruturas existentes e parcerias

institucionais, pensando a humanização e requalificação desde a pequena escala até a escala da poligonal do centro histórico completo.

A requalificação urbanística de áreas e imóveis em prol da preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural de Belém é uma estratégia que contribui para a valorização da cultura local e fomento do turismo e da economia criativa de Belém.

Com políticas públicas e ações privadas nos últimos anos, a economia criativa de Belém fomentou o mercado com a gastronomia, teatro, artesanato, música autoral, produções artísticas e turismo. Para a população local, tais políticas trazem o resgate da identidade belenense (indígena, ribeirinha e cabana), além de novas opções de uso habitacional.

ii. Belém, Nossa Moradia: Habitação e Regularização Fundiária

Objetivo 2201	**Atender à demanda por unidades habitacionais, regularização fundiária e serviços relativos a moradia para a população residente em zonas especiais de interesse social (ZEIS) e em situação de vulnerabilidade social.***

Projeto 020	Lotes Urbanizados
Projeto 021	Escritório de Moradia Popular nos Bairros
Projeto 022	**Terra da Gente***

** Prioridades*

Habitação: Conclusão das Obras PAC e MCMV

Na cidade de Belém, a política de moradia e habitação é coordenada e executada pela Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, criada e estabelecida pela Lei Municipal nº 7865, de 05 de janeiro de 1998.

Seguindo os dados do levantamento feito para o Ministério das Cidades, coordenado pela Companhia Estadual de Habitação – COHAB, para o Diagnóstico Habitacional do Pará, existe um déficit habitacional de 92.194 (noventa e dois mil e cento e noventa e quatro) imóveis na cidade de Belém para este ano de 2021. O

número representa um aumento de cerca de 30% em relação ao déficit em 2010, que era de 69.203 (sessenta e nove mil, duzentos e três) domicílios. Para 2022, a projeção é de 94.630 (noventa e quatro mil, seiscentos e trinta), isto é, a necessidade de mais 2.436 (dois mil, quatrocentos e trinta e seis) moradias para famílias vulneráveis e um investimento estimado em mais de R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões). Os dados, porém, estão desatualizados e necessitam de revisão, em razão do pouco avanço de obras e das mudanças nas políticas públicas de habitação e moradia que o país e o município atravessaram nos últimos 04 (quatro) anos.

A SEHAB estima que o desemprego e a queda de renda agravados pela pandemia provocaram um crescimento na demanda por moradia de interesse social de cerca de 30% (trinta por cento) no cadastramento em programas habitacionais do município. A pandemia trouxe uma nova realidade financeira a muitas famílias, que hoje, não conseguem mais pagar o aluguel e buscam alternativas para não acabarem despejadas de suas casas.

A situação da política pública habitacional de Belém apresenta graves entraves, como: obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, para habitação, estarem em quase sua totalidade paralisada, entre elas, a saber: Paracuri, Vila da Barca, Neuton Miranda e Portal da Amazônia. Esta situação acarreta um conjunto de problemáticas, famílias que há mais de 10 (dez) anos esperam receber suas unidades habitacionais, além de um forte impacto orçamentário nas finanças da Prefeitura, pois atualmente, a SEHAB gasta por ano, cerca R$ 3.900.000,00 com auxilio Aluguel para cerca de 700 (setecentas) famílias que foram remanejadas destes projetos. A demora na conclusão dos empreendimentos, acarretam outro impacto direto no orçamento, causado pela paralisia dessas obras, que são os contratos defasados e os valores gastos com aditivos e reajustes, que representam cerca de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por ano.

Os programas habitacionais relacionados ao antigo Minha Casa Minha Vida - MCMV, também estão com graves entraves, cerca de quatro empreendimentos estão com obras paradas ou ocupados de forma irregular: Viver Outeiro, Viver Pratinha, Viver Mosqueiro e Viver Val-de-Cans.

Esta situação corrobora com o déficit habitacional na cidade, trazendo elevados impactos orçamentários na prefeitura, em decorrência de que os recursos para aportes financeiros de cada obra para sua conclusão deverão sair, inicialmente, dos cofres da Prefeitura de Belém. O valor estimado dos aportes financeiros para a sua conclusão e entrega é cerca de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). A falta de transparência na conclusão e no sorteio para entrega das poucas unidades habitacionais no período da gestão anterior, dificulta maiores esclarecimentos à sociedade sobre o trabalho hoje realizado por esta Secretaria.

Necessário frisar que, para o ano de 2020, apenas R$ 100.000,00 (cem mil reais) foram destinados para o Programa “Cheque Moradia Municipal”, o que dificulta qualquer tipo de ação desta secretaria na ajuda em ações emergenciais relativas às habitações que sofreram sinistros em Belém.

Outro fator de importante impacto na política habitacional em Belém, é a desestruturação da organizacional da Secretaria Municipal de Habitação, que sofre com o sucateamento de sua estrutura funcional, de ordem administrativa e de recursos humanos. A estrutura hoje utilizada para realização de suas atividades, não comporta a demanda de atendimento ao público, que chega a fazer mais de 100 atendimentos diários, e que possui hoje em seu banco de dados, cerca de 150.000 (cento e cinquenta mil) famílias cadastradas, aguardando pela oportunidade de receber uma unidade habitacional.

A Lei nº 8.960/2012 de Assistência Técnica a Habitação nunca foi implementada, o que também contribui, para o aumento de habitações precárias na cidade de Belém, bem como o seu déficit habitacional.

Terra da Gente: Estratégia para a Regularização Fundiária

A partir dos dados do IBGE (2015) estima-se que 53% dos imóveis da Região metropolitana de Belém são considerados irregulares, segundo a sua condição material e fundiária. São 101 áreas demarcadas ao longo dos 508 quilômetros quadrados de extensão territorial da cidade, que formam um conjunto de ocupações irregulares incidindo na área central e também a partir da Segunda Légua Patrimonial em direção ao chamado "eixo de expansão" constituído pela rodovia Augusto Montenegro e a Rodovia BR 316 (IBGE, 2010).

Na última década, a Prefeitura Municipal de Belém criou o Programa de Regularização Fundiária, por meio da Lei Municipal nº 8.739/2010, que objetivava prover a segurança jurídica da propriedade aos moradores de ocupações irregulares existentes no município por meio de um conjunto de ações necessárias para fornecer o documento de legalização ao cidadão, reconhecendo seu direito social à moradia como previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade.

Contudo, a legislação se tornou obsoleta frente aos novos institutos da Lei Federal nº 13.465/2017. Em que pese trazer alterações na lógica da política nacional, que simplificou procedimentos e operou uma mudança de lógica no marco legal da regularização fundiária, priorizando a regularização por meio de títulos de propriedade, até mesmo com aquisição originária de direito real de propriedade por meio da legitimação fundiária, a título de exemplo.

O processo de ocupação do território do município, notadamente hegemonizado por interesses patrimoniais e especulativos, decorreu nas diversas questões urbanas relativas à promoção do direito à cidade e à moradia adequada que hoje se configuram na problemática da posse e da propriedade da terra como forte empecilho à transformação de assentamentos precários em assentamentos humanos sustentáveis.

O tema foi um dos mais debatidos durante as plenárias de bairro do *“Tá Selado!”* e, frente a sua relevância, um aprofundamento das discussões da

problemática foi realizado em uma plenária de segmento específica que contou com cerca de 500 participantes. Somada aos estudos desenvolvidos pela Companhia de Desenvolvimento Municipal (CODEM) e a determinação de honrar a Carta Compromisso Executivo do Programa Cidades Sustentáveis[1] resultaram no "Terra da Gente".

O Terra da Gente é um projeto prioritário de Regularização Fundiária Urbana, que detém como escopo o acesso ao título que garante o direito real de propriedade às famílias que vivem em situação de insegurança jurídica devido à consolidação histórica dos núcleos urbanos informais. A análise do direito à propriedade e dos fatores acerca da informalidade no acesso à terra demandaram uma compreensão sistémica sobre a atuação estatal, especialmente quanto ao alcance dos direitos e garantias fundamentais, tais como o acesso à moradia.

O ponto central é o combate ao déficit regulatório habitacional com a incorporação dos núcleos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação dos seus ocupantes. Ou seja, garantir condições básicas para que os cidadãos possam estabelecer a sua residência como segurança e dignidade (art. 9º da Lei n. 13.465/2017), com os princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental e ordenação territorial, buscando a ocupação do solo de maneira eficiente, combinando seu uso de forma funcional.

iii. Belém Integrada e Acessível

Objetivo 2301	**Garantir e Promover o direito à cidade através da integração, da mobilidade urbana e da acessibilidade nos espaços e serviços públicos***

Projeto 023	Belém Acessível
Projeto 024	**Integra Belém: Sistema de Operação***

[1] Ver: 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

Projeto 025	Integra Belém: Projetos e Obras*

** Prioridades*

O tema da Mobilidade Urbana é o resultado de um conjunto de políticas atinentes à circulação de pessoas e cargas, infraestrutura de transporte, acessibilidade e trânsito que visa proporcionar o acesso amplo e equânime ao espaço urbano, propondo ações socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis que viabilizem a convivência urbana coletiva.

Desta forma, deve-se trabalhar com duas temáticas importantes: a Mobilidade Urbana e o Trânsito, enquanto a Acessibilidade surge como conceito transversal que permeia o planejamento e compõe as ações que buscam a mudança do paradigma de mobilidade mais adequada à configuração físico-territorial do espaço urbano. No tocante ao trânsito, temos como base as soluções de engenharia, educação e a fiscalização.

Observamos que na caracterização dos fluxos de transporte e mobilidade, o município de Belém deve estar interna e externamente conectado com a Região Metropolitana. Isso exige o planejamento adequado da mobilidade dos munícipes, além de boa acessibilidade a todos os lugares do território, tanto na porção continental, quanto na região insular. Sendo assim, faz-se necessário revisar o Plano de Mobilidade de Belém (PlanMob) instituído pelo Decreto nº 86.545/2016.

Assim, esta política se orienta pela:

- Acessibilidade universal;
- Democratização e equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;
- Equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo de qualidade, tendo este como prioridade a segurança nos deslocamentos das pessoas;
- Eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e do sistema de circulação viária;

- Gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da política municipal de mobilidade;
- Integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, planejamento e gestão do uso e ocupação do solo, especialmente com os municípios limítrofes, pertencentes à Região Metropolitana de Belém (RMB);
- Melhores condições de acessibilidade e infraestrutura nas subcentralidades e em seu entorno, com incentivo ao processo de consolidação dos mesmos;
- Garantia da circulação democrática e equânime de pedestres e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Priorizar o deslocamento de pedestres e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, indistintamente nas vias do sistema principal e secundário, promovendo autonomia nos passeios e demais espaços públicos;
- Estímulo e criação de condições para o transporte por bicicleta face aos modos motorizados, com infraestrutura que possibilite o deslocamento com segurança, especialmente nas vias do sistema principal.

A mudança de paradigmas do setor exige uma política que considere a necessidade de integração dos diversos modos de transporte, que proporcione uma distribuição mais justa dos espaços urbanos e de circulação e garanta a sustentabilidade das condições de mobilidade.

Importante induzir a priorização dos modos não motorizados e os sistemas de transporte coletivo, principais meios de deslocamento da população de menor renda, em especial a implantação do transporte aquaviário continente-continente e continente-região insular, utilizando a potencialidade de nossas águas como vias de acesso e locomoção.

Para uma política de acessibilidade e mobilidade urbana sustentável que promova a integração da Região Metropolitana de Belém (RMB), devem ser previsto também investimentos em pavimentação de vias urbanas de grande

circulação e em áreas de interesse social com adensamento populacional e infraestrutura deficiente, visando à melhoria das condições de circulação e da qualidade de vida dos cidadãos.

As ações executadas no sistema operacional de tráfego promoveram a fluidez com correções em tempos semafóricos e, ainda, de traçados geométricos em vias importantes de escoamento de tráfego. Destaca-se a análise do projeto de sinalização horizontal e vertical das vias ao entorno do Elevado da Av. Augusto Montenegro com Av. Centenário; Análise do projeto de sinalização viária BRT Augusto Montenegro 2º trecho (adequação de faixas de circulação); Projeto de Sinalização Turística de Belém incluindo a área de Icoaraci e Mosqueiro; Proposta de ampliação faixas exclusivas para o transporte coletivo por ônibus – projeto de sinalização viária (Av. Padre Eutíquio – Rua Gama Abreu – Av. Presidente Vargas – Av. Gentil Bittencourt); e estudos técnicos e mapeamento de equipamentos de fiscalização eletrônica em conjunto com a análise de dados estatísticos de acidentes de trânsito para fundamentação de possíveis pontos de instalação de novos equipamentos de fiscalização tipo radar fixo e/ou lombadas eletrônicas.

No transporte fluvial, foram projetados e estão sob licitação os portos fluviais da Praça Princesa Isabel e da ilha de Cotijuba, para melhoria do acesso à região insular e mobilidade da população ribeirinha, integrando as ilhas ao continente e entre pontos de embarque/desembarque existentes na orla da cidade. Em fase de liberação de recursos tem-se a viabilização do Terminal Hidroviário do Ver-o-Peso e da Ilha de Mosqueiro. Tanto os portos, quanto os terminais hidroviários, estão contemplados como suporte à integração dos modais quando da efetiva implantação do Sistema BRT.

Atualmente, a PMB executa o projeto *Bus Rapid Transit* (BRT Belém), que prevê a implantação do plano operacional de serviços, o estudo de viabilidade econômica e tarifária, definição do modelo de Certificado de Conclusão de Obra (CCO) do sistema tronco-alimentador rodoviário com previsão de integração ao

transporte fluvial; além do detalhamento de atividades de planejamento e operação do serviço básico, convencional e complementar, integrando-os ao escopo que compreende o sistema tronco-alimentador.

Na última década a Prefeitura avançou pouco na racionalização do sistema de transporte, na ampliação de atendimentos de origem-destino, ajustes operacionais de frota e de itinerários. A infraestrutura de apoio do sistema-ônibus teve, em parceria com a iniciativa privada, o recebimento de 120 abrigos instalados ao longo da Av. Augusto Montenegro e em demais pontos da cidade.

O projeto BRT foi executado em duas frentes: obras físicas no sistema viário com a implantação da rede central de vias para a operacionalização do sistema de transporte integrado, e a requalificação urbanística da área de influência do projeto e do entorno, com a construção de equipamentos urbanos (estações de transbordo e terminais de integração), alargamento do calçamento com destinação para área de circulação de pedestre e locação de ciclovias. Segundo a SEMOB, em 2020, a rede cicloviária do município possui 100,5km de extensão; asfaltamento das vias laterais e de acesso ao sistema central; dotação de sistema de drenagem pluvial e esgotamento sanitário; e ampliação dos pontos de iluminação pública.

O projeto BRT concluiu a etapa São Brás – Entroncamento, Entroncamento – Mangueirão, Mangueirão – Tapanã/Satélite, com a implantação da rede central de vias nas avenidas Almirante Barroso e Augusto Montenegro para a operacionalização do sistema e o conjunto de elevados do Entroncamento e Centenário.

Ao todo o Sistema BRT opera com 4 Terminais de Integração (São Brás, Mangueirão, Tapanã/Satélite e Marcacuera) e 30 estações de transbordo (embarque e desembarque), sendo:

- 19 estações no eixo São Brás – Entroncamento: (01) São Brás, edificada e à funcionar, (01) Antônio Baena, (01) Curuzu, (02) Humaitá, (02) Mauriti, (02)

Bosque, (02) Dr. Freitas, (02) Júlio César, (01) Império, (01) Tuna Luso, (04) Tavares Bastos, sendo 2 à funcionar;

- 11 estações no Eixo Entroncamento – Terminal Maracacuera: Castro Moura, Eduardo Angelin, Grêmio Português, Maguari, Homobono, Sideral, Morada do Sol, Parque Shopping, Centenário, Marinha e Marambaia.

O Sistema BRT perfaz 19,9 km de extensão de caneleta central para circulação exclusiva das linhas do BRT (ônibus articulados e troncal “padron”), sendo: 6 km do Terminal de São Brás até o Entroncamento e 13,7 km do Entroncamento até a Estação Maracacuera no Distrito de Icoaraci.

A articulação político-institucional com a União, o Estado e os municípios limítrofes e aqueles que integram a RMB tem por princípio o reforço dos vínculos intergovernamentais e da revisão das relações entre os entes federados, sendo importante a convergência de objetivos para que as ações planejadas se complementam e sejam executadas de forma integrada, agregando esforços e somando recursos.

A administração municipal elegeu a mobilidade urbana como elemento integrador do desenvolvimento da RMB com a expansão do Sistema BRT como modal de transporte capaz de melhorar as condições de trafegabilidade em curto e médio prazos.

Integra Belém: Sistema de Operação & Integra Belém: Projetos e Obras

O programa Integra Belém é um programa para beneficiar a cidade em todos os seus eixos, proporcionando a democratização do transporte público. O município de Belém contará com um novo sistema de transporte público, de forma racionalizada, linhas expressas e semi-expressas no eixo tronco alimentador dos grandes corredores como as Avenidas Almirante Barroso e Augusto Montenegro serão alimentadas por linhas complementares com um sistema completamente integrado, beneficiando bairros e subcentros que não possuem assistência devida.

O eixo tronco alimentador contará com linhas: expressas, semi-expressas e paradoras, que terão como destino São Braz e o centro expandido de Belém, sendo este último assistido por linhas operadas por veículos tipo padrón que operam tanto no eixo troncal (canaleta central) como em tráfego misto.

O integra Belém contará ainda com um aumento de frota de veículos de diversas capacidades: articulados, convencionais, padron, midi e micro, racionalizando assim as linhas e a frota existente.

Importante destacar a integração insular, atendendo aos ilhéus residentes nas 37 ilhas existentes no município. O Integra Belém, contará com a integração entre modos: rodoviário, fluvial, cicloviário, onde o ponto principal de integração com o sistema troncal se dará no Ver-o-Peso e em Icoaraci. O projeto prevê a construção de terminais hidroviários como o do Ver-o-peso, Outeiro, Porto da Palha, UFPA, Icoaraci, Ilha Grande e Combu e Cotijuba, juntando ao Terminal Ruy Barata na Praça Princesa Isabel, já em operação, e ao terminal da Ilha do Mosqueiro em execução pelo DNIT em parceria com a Prefeitura Municipal de Belém.

Para uma Belém ainda mais integrada, a priorização do modo bicicleta com a expansão da malha cicloviária é ponto fundamental e premissa básica para criação de nova alternativa de transporte em vias que necessitam de infraestrutura adequada para atendimento aos ciclistas, permitindo assim, a inserção de novas ciclorrotas na cidade. Sendo assim, com uma proposta de macro acessibilidade, o Integra Belém foi desenvolvido para beneficiar os mais de 1,4 milhões de habitantes de Belém e região insular.

3.3. ECONOMIA, TURISMO, INOVAÇÃO E INCLUSÃO PRODUTIVA

Belém é uma das maiores capitais da américa latina, com grande riqueza natural e uma população trabalhadora, criativa e voltada à construção do futuro. A cidade apresenta diversos espaços de interação comercial, feiras livres, de serviços e de moradia integrados e que fazem parte da política governamental de um projeto social democrático e popular.

O PIB de Belém em 2018 estava estimado em aproximadamente 31,5 bilhões de reais, representando 19,51% do PIB paraense, com crescimento de 4,1% em relação a 2017. Basicamente, Belém se constitui em uma cidade de serviços, representando mais de 85% da economia, seguido pelo setor industrial com cerca de 14% e a agropecuária, 0,3%. No setor de serviços destacam-se os atendimentos especializados em saúde e educação, e na indústria, a construção civil, os alimentos e bebidas (IBGE/FAPESPA, 2020).

Neste mesmo período, as receitas tributárias municipais pouco têm contribuído para a elevação da arrecadação e incremento de recursos próprios do Tesouro Municipal, devido a vários fatores, com destaque à fragilidade econômica do Município comprovada pela ineficiência dos planos de desenvolvimento econômico e social para Belém.

Em 2015, durante a gestão municipal anterior, a arrecadação tributária municipal alcançou R$ 681 milhões, com participação de 20,83% da receita total. Em 4 anos, apesar do crescimento, essa participação alcançou apenas 25,73%, com R$ 874 milhões. Assim, devido à fragilidade econômica do município e da falta de ações mais efetivas de fiscalização e de arrecadação nos governos anteriores, o grau de dependência fiscal de Belém em relação aos recursos de transferências constitucionais e legais, sejam da União ou do Governo Estadual se manteve muito elevado.

Em 2015, as transferências correntes para o município de Belém totalizaram R$1,971 bilhões. Em 2019 essas transferências declinaram para R$1,889 bilhões.

O principal fator para esse decréscimo foi a diminuição da cota-parte do ICMS repassado pelo Governo do Estado. Entre os anos de 2015 a 2019, esse item de transferência apresentou uma diminuição de 10,67%; uma perda financeira acumulada para o município de R$195 milhões. Importa lembrar que, nesse mesmo período, a arrecadação de ICMS obteve um crescimento real de 7,8%. Em 2015 esse índice era de 17,74; em 2019, 15,28 e, em 2020, 14,34. Em 2000 era de 24,72.

A limitação tributária da Prefeitura de Belém, por conta do que foi exposto, vem exigindo que a cada ano o poder público municipal recorra ao mercado financeiro para buscar recursos na forma de operação de crédito e, esse foi o principal fator que tem levado ao crescimento da receita de capital do município. Em 2015 ingressaram nos cofres municipais R$134 milhões; em 2019 R$177 milhões e, apenas no primeiro semestre de 2020, R$322 milhões.

Nesse montante de receitas de capital, as operações de crédito têm expressiva relevância. Entre os anos de 2015 a 2020 já foram captados R$ 923 milhões. Essa excessiva dependência do ingresso de operações de crédito para fazer face aos investimentos.

Segundo o Boletim de Finanças dos Entes Federativos, publicado em agosto de 2020 pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) referente ao atual exercício, a correlação das receitas próprias em relação à receita total é 41,8% Se analisada sob a ótica das transferências correntes (FPM, Cota-parte do ICMS, IPVA e demais) ao longo dos últimos 5 anos, essa participação em relação ao total das receitas correntes cresceu em torno de 60%.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), no período em análise, apesar do crescimento, pouco contribuiu para o total dos ingressos das receitas. Em 2015, a arrecadação desse imposto foi na ordem de R$ 381 milhões; e em 2019, foi de R$ 418 milhões com crescimento real de 9,71% entre 2015 e 2019. Entretanto, apesar desse desempenho, a participação dele pouco se alterou

passando de 11,65% em 2015 para 12,30% em 2019, sendo que, no primeiro semestre de 2020, essa relação foi de 10,51%.

Segundo estudo elaborado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), com a base de dados do Tesouro Nacional de 2018, Belém apresentou dificuldade na gestão fiscal, associando maior comprometimento do orçamento com pessoal e baixo nível de investimentos. Belém iniciou o ano de 2018 no "cheque especial", com mais restos a pagar do que recursos em caixa e, por isso, recebeu nota zero no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) Liquidez, a despeito da nota máxima (1,0) no IFGF Autonomia. O desempenho municipal figura na 1.953ª posição no ranking geral do índice que avaliou as contas de 5.337 municípios brasileiros.

A capacidade administrativa como um todo tem sido afetada com o declínio de 23,8% dos recursos destinados ao planejamento e à gestão da máquina pública e reflete as lamentáveis gestões anteriores. Considerando a conjuntura na qual ainda se enfrenta a pandemia do COVID-19, o declínio de 13,8% de recursos destinados à saúde contribuiu na última gestão com a baixa eficácia e desvelo com que se enfrentou a pandemia no ano de 2020.

Por outro lado, a dívida consolidada do município cresceu de R$ 629 milhões em 2015, para aproximadamente R$ 1.144 bilhão em 2019, não refletindo porém na melhoria das condições de oferta e acesso aos bens, serviços e equipamentos públicos e tampouco a melhoria dos indicadores de qualidade de vida, o que comprova a ineficiência da gestão anterior no gerenciamento dos recursos e investimentos no Município.

A desocupação/desemprego constitui um dos principais problemas de Belém. No primeiro trimestre de 2020, Belém possuía segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia, Economia e Estatística) cerca de 100 mil pessoas desempregadas no 1º trimestre de 2020, dos quais aproximadamente 60 mil mulheres desempregadas, o que representa uma taxa de desemprego de 16,2%.

Ainda sobre desemprego, aproximadamente 42 mil homens estavam desocupados nesse mesmo período, o que representa uma taxa de desocupação de 10,3% entre os homens no mercado de trabalho. A população jovem é a mais atingida, no primeiro trimestre de 2020, 22% dos jovens com idade de 18 a 24 anos estavam desempregados.

Os dados revelam alta de 18,6% de pessoas desocupadas em Belém no primeiro trimestre do ano, cerca de 16 mil pessoas a mais em relação ao último trimestre do ano passado. Ainda segundo o estudo, Belém é a segunda capital do norte com maior número de desempregados com um total de 102 mil pessoas.

Quanto à chamada população subocupada, ou seja, parcela considerável da população com alguma renda de trabalho, porém insuficiente ou abaixo da satisfação de condições básicas de vida, temos que 26,1% da população economicamente ativa de Belém, ou seja, aproximadamente 115 mil pessoas se encontram em condição precária de ocupação.

Nos últimos meses, ainda em virtude da crise pandêmica, as taxas de desocupação em todo o país apresentaram aumento intenso, atingindo de acordo com o IBGE no final do primeiro trimestre de 2021, taxa de 14,7% de desocupados, o que equivale a 14,8 milhões de pessoas que buscam trabalho e não conseguem. Entretanto, mesmo antes da crise sanitária, o município de Belém-PA historicamente já vinha apresentando taxas de desocupação mais altas que o Brasil, o que indica que a capital paraense sofre mais que a média nacional com os índices de desocupação/desemprego. No 1º trimestre de 2015 a Taxa de Desocupação do Brasil era de 7,9%, já em Belém-PA era de expressivos 13,6%. No primeiro trimestre de 2020, 22% dos jovens no Pará com idade de 18 a 24 anos estavam desempregados e buscando oportunidades no mercado de trabalho, em Belém essa taxa alcança 25%.

Durante a pandemia, a pobreza e a desigualdade na capital do Pará podem ser dimensionadas pelo montante dos programas de transferências de renda que

chegam à população. O auxílio emergencial como parte da estratégia de resposta à pandemia da Covid-19, transferiu, entre janeiro e julho de 2020, R$ 1,07 bilhões que beneficiaram 545.935 pessoas.

Segundo dados do Ministério da Cidadania, uma parcela considerável da população depende de políticas de transferência de renda, nas quais somente o Bolsa Família atende 118.121 mil famílias (até novembro de 2020) e o Benefício de Prestação Continuada, 55.040 pessoas (até junho de 2020). Estes dados nos levam a um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 0,746, que figura entre as piores das capitais brasileiras (22ª posição).

Em 2018, o salário médio mensal alcançava nos setores formais da economia somente 3,7 salários-mínimos, sendo que 39% da população estava em domicílios com rendimentos mensais nominais per capita de somente até meio salário mínimo, o que coloca Belém em uma posição entre as cidades nacionais de menor renda per capita (2.870).

Por mais que o quadro econômico municipal apresente diversas dificuldades, mas a realidade local apresenta potencialidades que devem ser estimuladas e o poder público municipal estabelecer o planejamento local das principais atividades e seu desenvolvimento. Assim, Belém é uma das cidades brasileiras com maior capilaridade de feiras fixas populares que têm papel relevante no abastecimento de toda a cidade. Belém dispõe atualmente de 20 Mercados Públicos Municipais, 39 Feiras e 4 Portos, que contam com cerca de aproximadamente 6.265 permissionários cadastrados (Relatório Anual de Gestão da SECON, 2020).

As feiras livres em Belém devem ser entendidas como espaços de apropriação coletiva, cujo significado integrado envolve aspectos econômicos, culturais, sociais, tecnológicos e de organização da vida comunitária. Há no município de Belém, 5.281 permissionários cadastrados na SECON, distribuídos em 58 feiras e mercados. O Distrito Administrativo de Belém (DABEL) é aquele que

concentra o maior número de feiras e o Distrito do Guamá (DAGUA) a maior quantidade de mercados.

Tabela 7. Quantidade de Feiras e Mercados, Permissionários, Valor previsto de Arrecadação e Valor Arrecadado segundo Distritos de Belém, em 2020.

Distrito	Quantidade de Feiras e Mercados	Quantidade de Permissionários	Valor Previsto de Arrecadação	Valor Arrecadado
DAGUA	12	1.374	337.519,35	39.870,43
DABEL	14	1.978	1.204.334,42	125.790,11
DASAC	7	673	241.063,81	35.923,64
DABEN	5	324	119.542,10	10.591,17
DAICO	4	263	120.371,39	11.488,69
DAMOS	8	111	51.759,12	5.158,88
DAENT	8	558	313.381,19	35.119,43
DAOUT	-	-	-	-
Total	58	5.281	2.387.971,38	263.942,35

Fonte: SECON- 2020

Gráfico 8. Quantidade de Feiras e Respectivos Permissionários, segundo Distritos de Belém, em 2020.

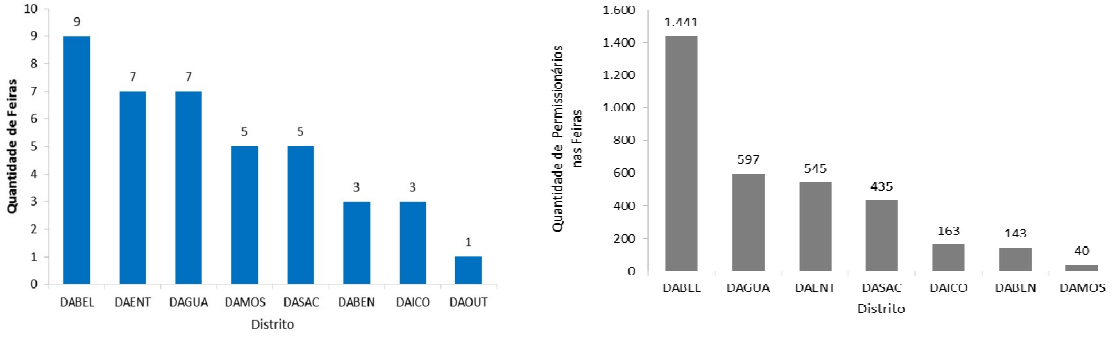


Gráfico 9. Quantidade de Mercados e Respectivos Permissionários, segundo Distritos de Belém, em 2020.

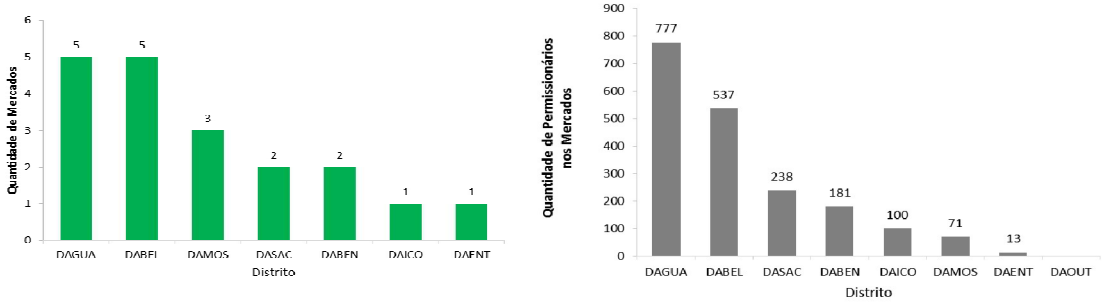
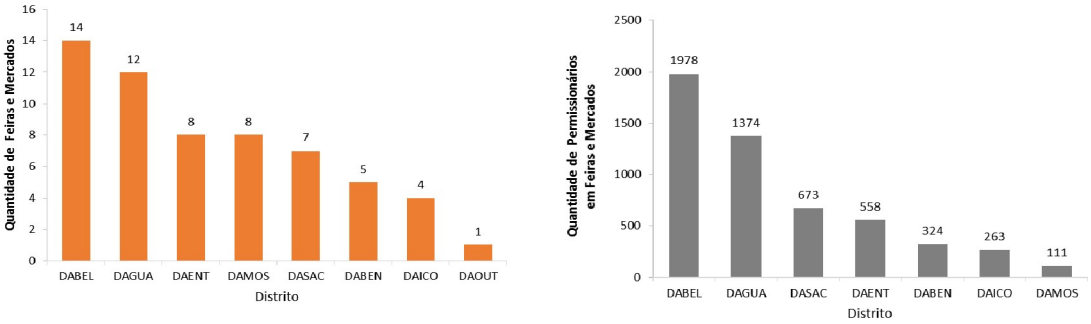


Gráfico 10. Quantidade Total de Feiras e Mercados e Respectivos Permissionários, segundo Distritos de Belém, em 2020.



Por outro, a atividade econômica do turismo possibilita impactos positivos sobre a geração de emprego e renda e o meio ambiente, quando planejada para as condições sociais e ambientais da localidade que recebe os turistas, de modo a atender critérios de sustentabilidade que permitam que a atividade seja lucrativa e perene.

O turismo depende em muito das condições locais de preservação dos recursos naturais, patrimônio histórico e locais de convivência em geral - praças, orlas e equipamentos públicos de lazer e cultura – que em Belém carecem de cuidados e planejamento e que nas últimas quatro gestões municipais foram completamente negligenciados.

Vale fazer referência neste breve diagnóstico necessário ao Plano Plurianual (PPA), de dois segmentos econômicos fundamentais a sociedade e a economia municipal: produção, estoque, distribuição e venda do açaí e do pescado. A economia do açaí no Estado do Pará e Belém movimentou mais de R$3 bilhões em 2018, cerca de 55% do valor das lavouras permanentes do Estado, com uma produção de 1,44 milhão de toneladas.

O Estado do Pará e Belém como centro pesqueiro, na maioria dos levantamentos estatísticos pesqueiros, tem sido o maior produtor de peixes oriundos da pesca extrativa, com mais de 140 mil toneladas, segundo dados do ICMBIO (2011).

i. Belém: Cidade Inovadora, Inteligente e Inclusiva

Objetivo 3101	**Fomentar o desenvolvimento econômico sustentável por meio do incentivo à capacitação, inclusão produtiva, microcrédito, recursos tecnológicos e reestruturação comercial. ***

Projeto 026	**Cidade Inovadora e Inteligente: Recuperação Econômica***
Projeto 027	**Donas de Si***

** Prioridades*

Cidade Inovadora e Inteligente: Recuperação Econômica

A busca por inovação e tecnologia em grandes cidades tem se acentuado para assentar a superação de seus problemas e atender às demandas sociais, econômicas, culturais, ambientais e de gestão pública. Verifica-se que tal busca foi impulsionada pela pandemia do Covid-19, a qual acarretou a necessidade de aprimorar infraestruturas digitais para inúmeros processos e desempenha um papel imprescindível na reestruturação econômica.

Consolida-se a demanda por centros urbanos que sejam referências em conectividade, inovação, simplificação, criatividade, transparência e sustentabilidade, isto é: cidades inteligentes.

Dessa forma, reconhece-se a importância do desenvolvimento científico, tecnológico e inovador como promotor do desenvolvimento econômico. Dado que o empreendedorismo de base tecnológica se faz fundamental para garantir desenvolvimento e reestruturação socioeconômica pós pandemia. Para tal efeito, também é essencial a implementação de estratégias promotoras de maior eficiência e celeridade à gestão municipal e seus serviços.

Contudo, embora a Constituição Federal institua a atuação estatal como primordial na promoção de inovações científico-tecnológicas, observa-se a

incipiência de ações concretas com este intuito. Como se observa em emenda constitucional:

> “Parágrafo único. O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes - e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia.” (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Portanto, faz-se necessário promover empresas de cunho tecnológico em âmbito municipal, com o fito de garantir mais autonomia e eficiência nos processos locais. Além de reduzir a dependência de empresas terceirizadas - de regiões Sul e Sudeste, que tipicamente concentram polos tecnológicos em detrimento das cidades amazônidas.

Verifica-se que o relacionamento com as universidades - responsáveis majoritárias pela produção científico-tecnológica - precisa ser fortalecido, uma vez que é fundamental para desenvolver a inovação. Haja vista que o país perde competitividade e investimentos ao deixar de gerar inovação e, por conseguinte, as empresas e governos se tornam fracos e ineficientes, de modo a gerar uma curva descendente que culmina em um cenário de instabilidade e crise.

Sabe-se também que estruturas informacionais eficientes e acessibilidade de dados são fundamentais para a tomada de decisões hodiernamente, em que processos orientados a dados tem se tornado mandatórios. Nesse cenário, constata-se que as cidades amazônidas carecem de infraestrutura de dados uma vez que diversos processos são majoritariamente arquivados em ferramentas físicas ao invés de digitais.

Assim, a análise de contextos para tomadas de decisão é perniciosamente afetada e, portanto, inovações tecnológicas se fazem necessárias para auxiliar gestores na viabilização de um futuro urbano sustentável, a partir do fornecimento de insumos para a implementação de mais inteligência na gestão da dinâmica urbana.

Diante do exposto, o projeto Cidade Inovadora e Inteligente dispõe de 4 estratégias articuladas e integradas com as secretarias e instituições chaves para conduzir políticas públicas fomentadoras do desenvolvimento e reestruturação econômica da cidade de Belém.

Conta com estratégias de reestruturação econômica, com o objetivo de investir em infraestrutura para a retomada econômica e fortalecimento das relações Internacionais. Com as seguintes ações: reforma de feiras e mercados, operações de crédito, fortalecimento da política de economia solidária, investimentos internacionais, guia do investidor e cooperações Internacionais (sobretudo com Rússia e China).

Além de incentivar um fecundo ambiente de negócios com a promoção de um ecossistema empreendedor na cidade, por meio de: realização de parcerias (Ex.: FIEPA, SEBRAE e SINDUSCON); desburocratização e simplificação de abertura de firmas; alvará auto declaratório para obras de baixa complexidade; guia de criação de negócios; racionalização tributária, e; microcréditos orientados.

Há também a implantação do sistemas de informação, com o fito de gerar recursos tecnológicos para alcançar metas de desempenho através de ações como: diagnóstico do cadastro multifinalitário, sistema de gestão orçamentária, produção e sistematização das estatísticas municipais e criação do comitê gestor para integração das ações.

Por fim, há a estratégia de consolidar negócios de impactos sociais e econômicos com base tecnológica. Com ações que perpassam a criação de um centro de incubação de startups e de empreendimentos sociais tecnológicos, bem como o estabelecimento de convênios e parcerias para o fomento da inovação, por meio de editais e concursos.

Donas de Si: Estratégia para a capacitação e inclusão produtiva

A realidade do emprego/desemprego em Belém acompanha o quadro nacional, no qual se observa que o ano de 2019 encerrou com taxa de desemprego

de 11%[2], o que significou 12,6 milhões de pessoas desocupadas no país. Em agosto de 2020, a população fora da força de trabalho foi estimada em 74,992 milhões de pessoas (IBGE,2020)[3].

A taxa de desocupação entre as mulheres, apresentada pela ONU Mulher, citando dados do IBGE, diz que "entre maio e agosto de 2020 em todas as Grandes Regiões do país foi de 16,2%, enquanto a dos homens foi de 11,7%"[4] e que, se compararmos por cor ou raça, esta taxa é de 15,4% entre as pessoas de cor preta ou parda e de 11,5% para brancas/os. O estudo também demonstra que, além da desigualdade de gênero, aprofundam-se as desigualdades raciais, onde a renda média mensal dos/as trabalhadores/as negras/os é equivalente a 55,8% da renda média mensal dos/as brancos/as.

É pertinente ressaltar que as mulheres constituem a maioria do contingente do mercado de trabalho doméstico. Segundo o estudo da ONU Mulher, de 2020, "há cerca de 6 milhões de pessoas empregadas no trabalho doméstico, sendo 5,7 milhões de mulheres (3,9 milhões são negras). As trabalhadoras domésticas representaram 14,6% do total da ocupação feminina no país. Cabe ressaltar que 70% dessas profissionais não possuem carteira de trabalho assinada[5]. Os números apresentados demonstram que "a crise agravou as disparidades de gênero e raça e impôs um pesado fardo às mulheres negras. Além de seus empregos remunerados, estão acumulando trabalhos domésticos, cuidados com as crianças, com higiene e alimentação. Mais difícil é a situação das 11 milhões de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, que podem não ter ninguém para compartilhar esse trabalho" (ONU Mulher, 2020).

[2]1https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-01/taxa-de-desemprego-no-pais-fecha-2019-em-119. Visitado em 19/07/2021.

[3]https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10094/0?indicador=83023&ano=20200816-20200822. Visitado em 16/07/2020.

[4]ONU Mulher - Informe v2 15.10.2020-

[5]ONU Mulher - Informe v2 15.10.2020

No município de Belém, a desocupação constitui um dos principais problemas e historicamente apresenta taxas de desocupação mais altas que o Brasil, o que indica que a capital paraense sofre mais que a média nacional com os índices de desocupação/desemprego. No 1º trimestre de 2015 a Taxa de Desocupação do Brasil era de 7,9%, já em Belém era de expressivos 13,6%. Além disso, o município caracteriza-se como uma cidade de serviços, em que o setor terciário representa mais de 85% da economia.

Nesse cenário, as políticas do Banco do Povo de Belém constituem importantes estratégias para o enfrentamento dos dramáticos números de desemprego em Belém e, por conseguinte, das várias desigualdades. De modo a oferecer alternativas socioeconômicas de enfrentamento às desigualdades, seja nas esferas econômicas, sociais, de gênero, idade, raça e etnia, seja na desigualdade de valores de renda entre homens e mulheres, entre outras questões.

Metodologicamente, o Banco do Povo de Belém orienta suas ações pelos princípios da economia solidária, cuja chave para desenvolvê-la é a associação. A comunidade se associa para produzir, comercializar, consumir ou poupar. Trata-se de uma associação de iguais nas necessidades. Se montarem um empreendimento, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Por exemplo, as mulheres associadas podem enfrentar problemas pessoais de difícil solução, a resistência das famílias para que participem dos projetos, o tempo reduzido em função dos afazeres domésticos, entre outros, além de gerar o sustento de suas famílias.

Entre as ações estratégicas do Banco do Povo de Belém destacamos a formação e capacitação para o empreendedorismo e o mercado de trabalho, incluindo o Bora Belém e; e políticas de finanças solidárias, como a administração do crédito solidário para apoiar iniciativas econômicas da população, de geração

de renda e o estímulo à implantação de bancos comunitários e o uso de moeda social.

O programa Donas de Si, lançado em junho de 2021, está voltado para atender prioritariamente às mulheres e iniciou as atividades com as beneficiárias do Programa Bora Belém (Lei Nº 9665, de 11/01/2021), selecionadas através da base cadastral do CadÚnico, com checagem de informações através de busca ativa e utilização de formulário próprio. O Bora Belém destina-se ao enfrentamento da pobreza, da extrema pobreza e do estado de calamidade pública decorrente de vulnerabilidade social aguda, através do pagamento de benefício eventual, distribuído em faixas de valores, de acordo com critérios pré-estabelecidos. A escolha do Bora Belém como prioridade, deve-se à temporalidade do acesso à renda e impõe à construção de políticas complementares que possibilitem a autonomia financeira dessas mulheres, cuja maioria são as únicas provedoras de suas famílias.

O programa baseia-se nos princípios da Economia Solidária, com o reconhecimento de que é possível apoiar as formas de sobrevivência da população e alcançar coletivamente outros patamares de inclusão socioeconômica. Projetamos capacitar/qualificar mais de 4.400 mulheres, do Programa Bora Belém, até 2024. Objetiva-se estimular as mulheres à organização coletiva, através de grupos de convivência, mesmo que virtuais ou semipresenciais, com vistas ao desenvolvimento comunitário e econômico; contribuir com a elevação da autoestima e ampliar a capacidade de empregabilidade, com formação ao mercado de trabalho e geração de renda.

O programa é desenvolvido em conjunto com o Comitê Executivo Bora Belém, composto por: Banco do Povo de Belém, Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP), Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Secretaria Municipal de Economia (SECON), Secretaria Municipal de Saúde (Sesma), com as

Coordenadorias Antirracista (COANT), de Diversidade Sexual (CDS), da Mulher (COMBEL) e com apoio de parceiros governamentais e da sociedade.

Trata-se de um conjunto de ações de formação, orientação, capacitação e habilitação para o crédito solidário, objetivando a inclusão socioprodutiva, financeira e bancária, mas também uma capacitação cidadã com atividades de forma articulada com as exigências atuais do mercado de trabalho, no aprimoramento tecnológico e nas relações interpessoais, que incorporem a valorização étnica-cultural, de gênero e raça da população do município de Belém e suas ilhas, contribuindo na construção de uma cultura antirracista, anti-LGBTfobia e anti-misoginia. Na implantação do *Donas de Si* tomou-se como base a orientação de Governo do planejamento territorial por bairro e a mobilização/busca ativa - realizada por meio dos CRAS/FUNPAPA em conjunto com o Banco do Povo de Belém. Assim, o *Donas de Si* visa alterar a condição de vulnerabilidade social e proporcionar meios de auto sustento com participação cidadã e dignidade.

ii. Belém com Turismo para o Desenvolvimento Socioeconômico

Objetivo 3201	**Promover e incentivar o turismo como atividade estratégica para o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e inclusivo***

Projeto 028	**Belém das Ilhas***

** Prioridades*

Belém das Ilhas

Entre as cidades da Amazônia, Belém é uma daquelas que tem forte expressão de sua identidade e cultura, reunindo, ao mesmo tempo, um lado urbano, fruto da colonização, e outro ribeirinho, formado por comunidades tradicionais. Dividindo e ao mesmo tempo integrando esses dois modos de vida, está o rio Guamá e a baía do Guajará. Nos últimos anos, com o crescimento do turismo na

região das ilhas, houveram transformações no modo de vida das comunidades que, agora, se organizam na luta para se tornarem protagonistas deste processo de desenvolvimento.

Quando se fala na capital paraense, a tendência natural é pensar na porção continental do município, mas existe uma outra Belém localizada na outra margem do Rio Guamá e da baía do Guajará: a Belém das Ilhas. Essa porção insular é composta por 39 ilhas, sendo Mosqueiro, Outeiro, Cotijuba e Combu as quatro maiores.

O turismo é uma atividade capaz de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico local. Para tanto, as ilhas necessitam de investimentos em infraestrutura e políticas sociais. Entre os quais destacam-se como problemas emergenciais, respectivamente: saneamento, gestão de resíduos sólidos, abastecimento de água, degradação ambiental e; exploração do trabalho infantil e turismo sexual de crianças e adolescentes, incentivo incipiente à capacitação e inclusão produtiva.

A Prefeitura de Belém, por meio da sua Coordenadoria Municipal de Turismo, considerando o Programa de Governo “Belém de Novas Ideias” e, sobretudo, a Participação Popular do *“Tá Selado!”*, por meio das plenárias dos bairros e dos segmentos de Economia, construiu uma programação de investimentos do poder público nas ilhas da cidade com foco no fortalecimento do turismo. Para isso se concretizar de forma ágil e efetiva, foram estabelecidos anos focais dos investimentos em infraestrutura, pautados especialmente na urgência de ações frente à questão socioeconômica e ambiental.

A ilha do Combu é, inicialmente, de atenção urgente para investimentos e ações da prefeitura, justificado pelo acelerado crescimento desordenado das atividades econômicas e da ocupação territorial. Esse crescimento, apesar de apresentar oportunidades para o crescimento econômico local, leva a ilha os elevados riscos de degradação ambiental que ainda podem ser revertidos através

de ações estratégicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade. Mosqueiro e Outeiro, em virtude de suas complexidades em relação a urbanização e a integração municipal, possuem um planejamento estratégico específico, que considera principalmente as experiências de ações do poder público e as demandas transversais apresentadas pela população local nos instrumentos de participação popular. Cotijuba é um dos focos desses investimentos, a qual se destaca especialmente a integração e mobilidade para ampliação dos serviços e do acesso à ilha.

"Belém das Ilhas" é a síntese de diversas ações integradas do poder público municipal que objetivam impulsionar o desenvolvimento socioeconômico através do turismo: Incentivo ao Turismo Esportivo, com a Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL); Incentivo ao Turismo Gastronômico, através da Companhia de Desenvolvimento Municipal (CODEM); Incentivo à Capacitação para o atendimento ao turista, através da Secretaria Municipal de Economia (SECON) e a Coordenadoria Municipal de Turismo (Belemtur); Implantação de Rotas de base comunitária, com a Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque (FUNBOSQUE); Implantação do Grupamento Fluvial da Guarda Municipal de Belém (GMB); Combate ao Turismo Sexual de Crianças e Adolescentes e ao Trabalho Infantil, por meio da Coordenadoria da Mulher de Belém (COMBEL) e da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA); Combate à Degradação Ambiental, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Gestão de Resíduos Sólidos, Abastecimento e Saneamento por meio da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN).

3.4. ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

A Assistência Social como política constitui-se enquanto componente do tripé da Seguridade Social no Brasil, conjuntamente com a Previdência e Saúde, assumindo caráter de política pública após a Constituição Federal de 1988.

O município apresenta um cenário preocupante no que tange a assistência social e requer intervenções mais eficientes para atender a população, especialmente aqueles que vivenciam situações de extrema vulnerabilidade e não tem seus direitos básicos devidamente assegurados.

Com a implantação do Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS), cujo marco legal estabeleceu parâmetros para toda a rede Socioassistencial do Município, seja governamental ou não governamental, teve que se adequar aos parâmetros nacionais, organizando-se da seguinte forma:

I - Proteção Social Básica (PSB), ou conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, por meio de aquisições, do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A Rede Pública de Proteção Social Básica possui hoje alguns espaços físicos para o desenvolvimento de suas atividades: 12 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 01 Centro de Convivência de Terceira Idade, 1 Centro de Inclusão Produtiva (CIP) em estruturação, 5 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 2 Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), 1 Centro DIA de Referência para pessoas com deficiência, 4 Espaços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 1 Espaço de Acolhimento para Mulher, 8 Conselhos Tutelares, 1 Central do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e do Programa Bolsa Família (PBF), 1 Núcleo de Atendimento ao Migrante e

Refugiado e 1 Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergência.

Chama atenção o déficit de 18 CRAS, que é a porta de entrada da Assistência, onde as pessoas são atendidas em primeira mão; e ainda, a ausência do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosos, e a não regulamentação dos Benefícios Eventuais (auxílio natalidade, funeral, alimentar e apoio em calamidades públicas).

II - Proteção social especial, ou o conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. A Proteção Social Especial subdivide-se em:

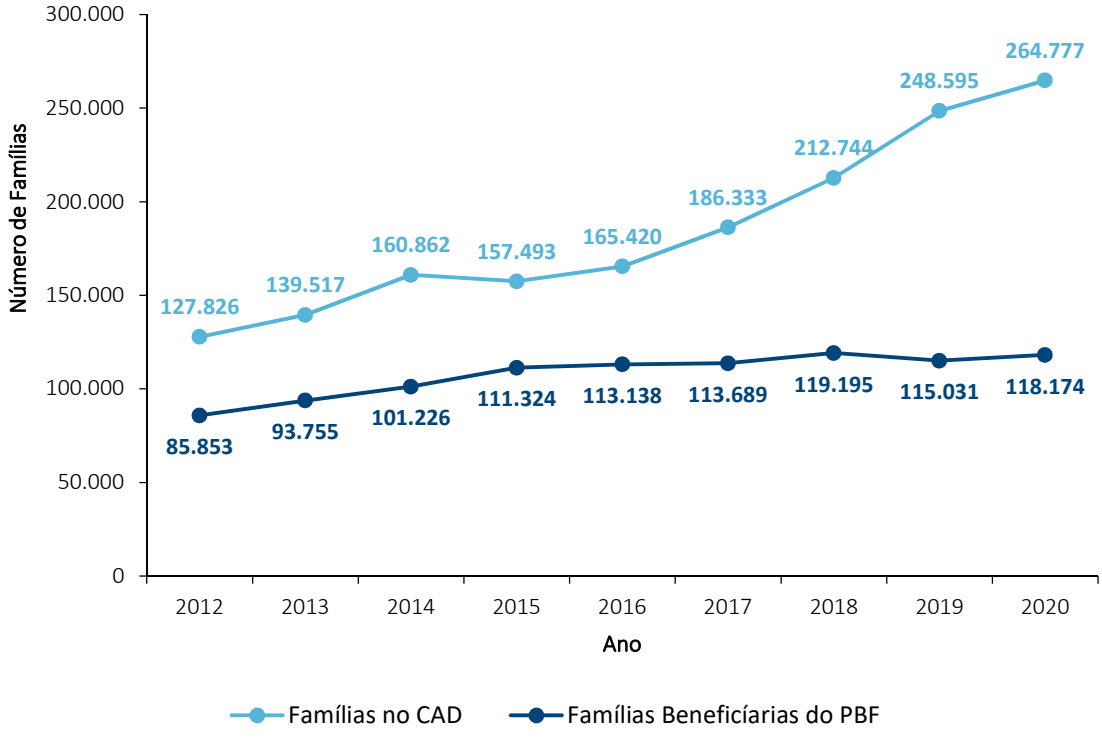
a. Rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade: oferece atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, mas requerem estruturação técnica, operacional e especializada para o acompanhamento. Conta com apenas 5 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS); 02 Centros de referência especializada para População em Situação de Rua (Centros POP), 01 Centro Dia de Referência para pessoas com deficiência; e ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

b. Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: garantem a proteção integral, incluindo a moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos. O município possui 04 Espaços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 1 Espaço de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica sob ameaça de morte, 2 Espaços de Acolhimento para Pessoas Adultas em Situação de Rua e 01 Espaço de Acolhimento para Pessoas em Situação de Migração e Refúgio e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades

Públicas e de Emergências (SICAPE). Ainda não foram implantados serviços essenciais, como: Serviço de Acolhimento em República e Serviço Família Acolhedora.

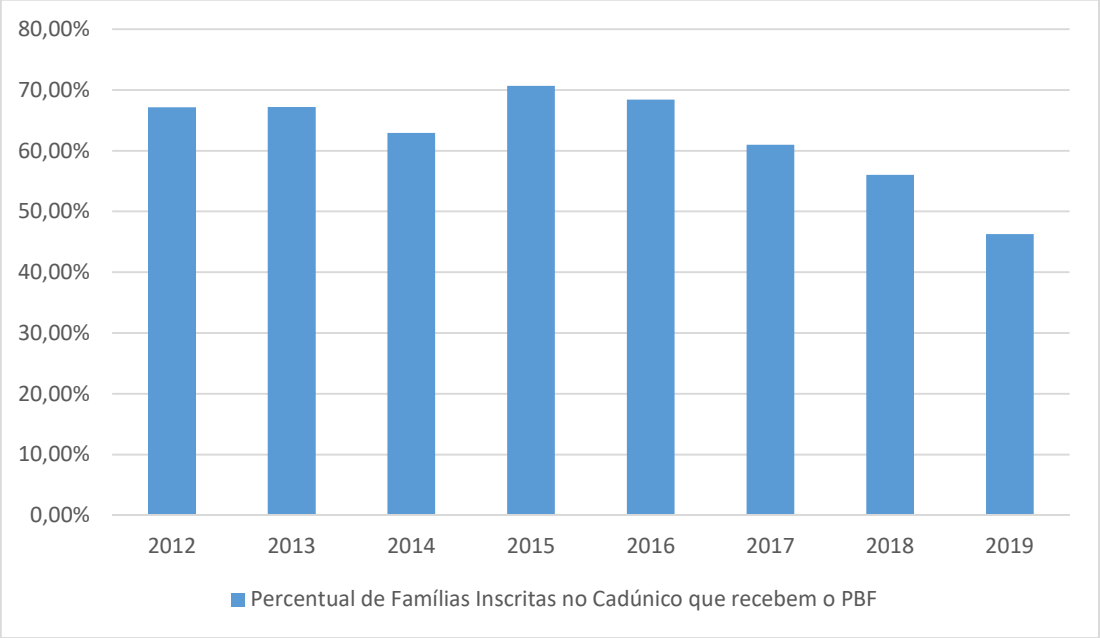
A gestão do Cadastro Único (CAD) e do Programa Bolsa Família (PBF), realizada pela Central do Cadastro Único (CCU), aponta o cadastro de 264.777 famílias no CAD (outubro de 2020) e 118.174 famílias no PBF (dezembro de 2020) . O percentual de famílias incluídas no CAD que são beneficiárias do PBF decresceu, passando de 67% em 2013, para 45% até outubro de 2020, segundo dados do Ministério da Cidadania (Gráficos 7 e 8).

Gráfico 11. Número de famílias inscritas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família no município de Belém, 2012-2019.



Fonte: MC, Cadastro Único; Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família.
Nota: 2020 - Famílias no CAD dados até out 2020; Famílias beneficiárias do PBF dados até dez 2020.

Gráfico 12. Percentual de Famílias Inscritas no Cadastro Único que são Beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Belém, 2012-2019.



Segundo dados do CadÚnico, referente a julho de 2020, há em Belém 215.205 famílias em situação de baixa renda, estando a maioria (58%, 124.697) em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita até R$ 89,00) e 15% (32.110) em situação em situação de pobreza (renda mensal per capita entre R$89,01 e R$ 178,00).

Tabela 8 - Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Cadastro Único, por territorialidade de CRAS (ref.Julho, 2020).

Territorialidade de CRAS	Faixa de renda familiar per capita			Total
	Baixa Renda			
	Extrema Pobreza (até R$ 89,00)	Pobreza (entre R$89,01-até R$ 178,00)	Acima de R$ 178 à 1/2 SM)	
Aurá	7.787	2.560	4.475	14.822
Barreiro	12.365	3.508	6.108	21.981
Benguí	13.283	3.140	6.040	22.463
Cremação	5.429	1.556	3.503	10.488

Guamá	9.730	3.282	5.999	19.011
Icoaraci	20.923	6.298	9.962	37.183
Jurunas	8.603	1.877	3.035	13.515
Mosqueiro	9.622	464	987	11.073
Outeiro	5.595	1.120	1.504	8.219
Pedreira	8.040	2.335	5.119	15.494
Tapanã	13.571	3.505	5.678	22.754
Terra Firme	9.749	2.465	5.988	18.202
Total	124.697	32.110	58.398	215.205

Fonte: Central do Cadastro Único/FUNPAPA, 2020.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é voltado ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica, sexual, negligência, abandono), pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual, pessoas em situação de rua dentre outras violações. No período de 2012 a junho de 2020 foram atendidos 7.772 indivíduos e famílias neste serviço.

Belém convive com situações que pode-se considerar de risco social. As Situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual, são as principais reveladas pelo atendimento realizado na assistência social. A partir de amostra disponível no Sistema Único de Assistência Social, em 2020 o município registrou que 31 crianças na faixa etária de 03 a 17 anos foram vítimas de abuso sexual, em especial no período da quarentena da COVID-19.

Dados da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Renda (SEASTER), apontam que em 2020 aproximadamente 1.200 crianças na faixa etária de 3 a 12 anos estavam em situação de trabalho infantil. No município de Belém 71 crianças foram atendidas em situação de trabalho infantil (Relatório Anual de Gestão – FUNPAPA, 2020).

i. Bora Belém: Combate à extrema pobreza

Objetivo 4101	**Garantir a proteção social à indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social com assistência e renda cidadã**

Projeto 029	**Bora Belém: Renda Cidadã***

** Prioridades*

A pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, vem provocando repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos e culturais sem precedentes no Brasil.

O número de infectados e mortos concorre diretamente com o impacto catastrófico sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos vulneráveis, como idosos, população em situação de rua, indígenas e pessoas com comorbidades diversas. A situação econômica da população, a saúde mental, o temor pelo risco de adoecimento e morte, o acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros, são preocupações constantes da sociedade de modo geral. Nesse sentido, deve-se considerar que o perigo da carestia volta a rondar a vida de milhões de brasileiros.

Além da pandemia e desemprego acelerado, a população vê minguar seu poder de compra, especialmente dos itens básicos. Esses apontamentos indicam que, em 2020, os preços dos alimentos necessários para as refeições de um adulto aumentaram em todas as Capitais entre 76% e 32,89%. O levantamento também informa: "Quando se compara o custo da cesta com o salário mínimo líquido, após o desconto à previdência, se verifica que a pessoa remunerada pelo Piso nacional comprometeu, em dezembro, na média, 56,57% do salário líquido para comprar os alimentos básicos a um adulto".

Diante dessa conjuntura social e econômica alarmante, a Prefeitura de Belém formulou e implementou a renda cidadã intitulada “Bora Belém: Renda Cidadã”, no intuito de alcançar famílias em extrema vulnerabilidade.

O objetivo do Bora Belém é, inicialmente, repassar renda em caráter emergencial às famílias belenenses a princípio já inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) que não estão recebendo nenhum tipo de auxílio estadual ou federal no momento. O valor do auxílio é calculado conforme a composição familiar, de acordo com três faixas: na primeira delas, mulheres com um filho recebem R$ 150,00; com dois e três filhos, recebem R$ 300,00, e com quatro ou mais filhos têm direito a R$ 450,00.

O subprograma *“Bora Belém: Combate à extrema pobreza”* prevê a elaboração de estratégias e ações do poder público para a inclusão social e combate à miséria para além da renda cidadã, estimando a articulação com os variados setores da sociedade e do poder público.

ii. Belém, Cidade Acolhedora

Objetivo 4201	Garantir a proteção social à indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos - Proteção Social Básica
Objetivo 4202	Garantir a proteção social à indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade
Objetivo 4203	Aprimorar e consolidar a gestão da política de assistência social
Objetivo 4204	Promover o direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar, por meio de realizações de projetos e ações, em prol da consolidação da política municipal de segurança alimentar e nutricional.

Assistência a População em Situação de Rua e/ou Vulnerabilidade Social

Um segmento da sociedade que enfrenta graves problemas e demanda uma série de ações por parte dos governos ao redor do mundo é a população em situação de rua, caracterizada pela sua heterogeneidade e por abranger pessoas em extrema pobreza, com vínculos familiares fragilizados ou interrompidos e sem

moradia convencional, o que as leva a ocupar logradouros públicos, fazendo deles seu espaço de moradia e de sustento.

A situação de rua, ao mesmo tempo que identifica um grupo social, permeia a experiência individual de pessoas em vulnerabilidade, "caracterizadas pelo abandono, desespero, baixa autoestima e negação da dignidade"[3]. São pessoas que, além de uma trajetória de rua, possuem uma trajetória de vida e devem ser tratadas dentro da perspectiva dos direitos humanos. Efetivar atenção especializada para atendimento a esses indivíduos implica em inúmeros desafios conjunturais e estruturais os quais devem ser superados, ainda que paulatinamente.

Dentre os desafios que se apresentam, tem-se a falta de dados oficiais para embasar a adoção de políticas públicas voltadas a essa população, além do preconceito e resistência por parte da sociedade e de governos em reconhecer as pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos e que, portanto, devem ser abrangidas por ações por parte do poder público que fujam de políticas "higienistas". A instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), via Decreto nº 7.053/2009, foi um importante marco legal visando superar os estigmas presentes no atendimento a essa população ao definir os princípios que devem regê-lo.

Como visto, a Política Municipal de Assistência Social avançou na cobertura dos serviços destinados à população em situação de rua em Belém, que foram ratificados com a sanção da Lei nº 13.797 de 16 de junho de 2019 que regulamenta o SUAS no âmbito local. No entanto, a FUNPAPA, enquanto órgão gestor dessa política, ainda enfrenta uma série de dificuldades para implementá-la, tais como: insuficiência de recursos humanos nos equipamentos socioassistenciais; falta de gêneros alimentícios para atender os demandatários; inexistência de espaço de acolhimento municipal para pessoas idosas em situação de rua, haja vista que o CAMAR I tem como público pessoas adultas e famílias e o

CAMAR II, mulheres e famílias; ampliação da capacidade de atendimento do CAMAR I e II; necessidade de produção contínua de estatísticas sobre essa população; falta de estratégias no âmbito da Inclusão Produtiva voltadas à formação, qualificação e geração de renda a essa população e inexistência de uma agenda de formação continuada para os trabalhadores.

Além desses fatores, uma questão importante a ser considerada no atendimento é a fragilidade da rede de serviços. Dada a multiplicidade de fatores que levam os indivíduos a ocuparem logradouros públicos, dentre os quais o uso de drogas, desemprego, conflitos familiares e alcoolismo, as ações não devem ser registra apenas a uma política setorial e sim contar com uma rede intersetorial de serviços para as pessoas em situação de rua. Assim, é fundamental que áreas como a saúde, habitação, educação, emprego e renda, lazer se façam presentes para, em articulação contínua, concretizem uma Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua, garantindo um atendimento pleno e humanizado a essa população.

Entre os anos de 2015 e 2016, a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), por meio do Setor de Vigilância Socioassistencial (SEVISA), realizou levantamento de acordo com seu quantitativo de atendimento dessa população, chegando ao total de 822 pessoas em situação de rua. Esse total representou um acréscimo de 72% em relação ao total identificado na pesquisa realizada pela UFPA em 2014 e de 104% se comparada à pesquisa de 2007, conforme os quantitativos do quadro 10.

Tabela 9. Pessoas em situação de rua identificadas no município de Belém em 2007, 2014 e 2015

MDS / 2007	UFPA / 2014	FUNPAPA / 2015-2016
403	478	822

Fonte: MDS, UFPA, Espaços Socioassistencias/FUNPAPA.
Elaboração: SEVISA/FUNPAPA, 2018.

O recorte presente nos dados da FUNPAPA "pessoas em situação de rua atendidas em 09 (nove) espaços socioassistenciais", poderia fazer com que o

quantitativo de pessoas identificadas fosse inferior ao da pesquisa da UFPA, pois os dados dos pesquisadores da Universidade foram coletados diretamente nos logradouros públicos e não somente em equipamentos que ofertam atendimento a esse contingente populacional. Por outro lado, há que se considerar o lapso temporal de dois anos de atendimento que compôs a coleta das informações da FUNPAPA.

Entre 2013 e 2020, os dois Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros Pop) existentes no município de Belém prestaram 5.828 atendimentos, com média anual de 728 pessoas em situação de rua, conforme o quadro 11. Neste caso, ressalta-se que, diferentemente da pesquisa divulgada em 2018 pela FUNPAPA em que as pessoas em situação de rua foram contadas somente uma única vez, nos dados de atendimento do quadro 11, uma mesma pessoa pode ter recebido atendimento em anos diferentes, sendo computada mais de uma

Tabela 10. Quantitativo de atendimentos realizados pelos Centros Pop (2013-2020).

Ano	**Centro Pop**		**Total**
	São Brás	Icoaraci	
2013	163	-[1]	163
2014	546	129	675
2015	493	225	718
2016	386	245	631
2017	549	242	791
2018	459	328	787
2019	905	304	1.209
2020	599	255	854
Total	4.100	1.728	5.828

Fonte: SEVISA/FUNPAPA, 2020.
[1] Ainda não havia sido implantado.

Ainda que não se obtenha um levantamento mais atualizado e censitário da população em situação de rua no município de Belém, é presumível, pelos dados de atendimento disponíveis, que a capital paraense conta com centenas de munícipes que se encontram nessa situação, com dificuldade de acessos às

políticas fundamentais como educação, saúde, emprego e renda, situações essas que rebatem diretamente na Política Municipal de Assistência Social, solicitando desta melhor estruturação e ampliação de sua rede de atendimento.

Estratégia municipal para a assistência à população em situação de rua

Em 2021 a FUNPAPA continuou o atendimento à População em Situação de Rua através dos equipamentos socioassistenciais e com ações que visem a amenizar os efeitos da pandemia na vida deste público e dos trabalhadores como também atualização do projeto de captação de recursos intitulado "II Plano de atendimento ao migrante e refugiado" e Plano Emergencial da Política de Assistência Social do Município de Belém para atendimento às Famílias e Indivíduos em Situação de Vulnerabilidade Social, no Cenário da Pandemia do Novo Coronavírus-COVID-19.

Como política pública prioritária, a Assistência à População em Situação de Rua é uma das bases do planejamento estratégico do eixo Cidade Diversa e Inclusiva, integrando ações intersetoriais da saúde, do esporte, do lazer, da cultura, da alimentação, da segurança pública, da habitação e da economia. O planejamento da estratégia contou com participação da população assistida nos Centro POP existentes e com órgãos do poder público municipal: Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), Secretaria Municipal de Saúde (SESMA), Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL), Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), Fundação Municipal de Cultura de Belém (FUMBEL), Coordenadoria de Diversidade Sexual (CDS), Coordenadoria Antirracista (COANT), Coordenadoria da Mulher de Belém (COMBEL), Guarda Municipal de Belém (GMB) e integrantes da Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos (SecDH) a ser criada.

As metas e os objetivos definidos buscam ampliar a inclusão da população em situação de rua através das políticas públicas já existentes: cadastramento no programa "Bora Belém", para acesso à Renda Cidadã; ampliação da capacidade de atendimento da rede dos Centro Pop; fortalecimento dos "Consultórios nas

Ruas", das ações para a Saúde Mental e tratamento da dependência de álcool e outras drogas; formação da guarda para o atendimento e segurança cidadã; acesso a cidadania, habitação, cultura, esporte e lazer.

A estratégia estabelecida contempla os recortes de raça e gênero, onde as especificidades necessárias para a inclusão da mulher, da população negra, indígena, LGBTQIA+, especialmente para a saúde e assistência social, pautaram as escolhas e iniciativas.

Casa de Passagem LGBTQIA+

A legislação vigente não criminaliza a orientação ou identidade de gênero e apesar dos significativos avanços no judiciário para equiparação de direitos e a instituição de políticas públicas de promoção à cidadania - tendo como marco a participação social através de entidades representativas dessa população -, o país ainda figura no ranking mundial como o que mais mata a população LGBTQIA+, acima ainda de países em que há pena de morte para homossexuais[6].

Deve-se considerar que quando o tema é orientação sexual ou identidade de gênero, o próprio lar pode ser um espaço tão cruel quanto a sociedade de modo geral, e a rua acaba tornando-se a única opção. Diante de muitas histórias de pessoas que ficaram sem moradia – apenas por serem quem são –, militantes se espalham pelo Brasil organizando casas de acolhimento, que, às vezes, funcionam sob o próprio teto.

[6] De modo que os índices de violência ainda são elevados. Somente entre 2015 e 2017 o SINAN (2018) registrou 24.564 atendimentos a LGBT vítimas de violência, que indicam que 71% da violência contra essa população é perpetrada por familiares, conhecidos ou ex-parceiros, e que ocorrem dentro de casa em 61% dos casos. Neste sentido, quando a unidade familiar ou íntima não funciona como rede de apoio e proteção, potencializa os danos causados pela discriminação social vivida nos espaços públicos, o que coloca a residência como local onde se manifestam precocemente atitudes violentas discriminação e agressões físicas, culminando com a expulsão da moradia (PINTO, 2018). Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB) - que coleta informações e divulga em seu Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBTQIA+ no Brasil há 41 anos - 237 pessoas LGBTQIA+ tiveram morte violenta no Brasil em 2020, vítimas da homotransfobia: 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%). E, diferentemente do que se repete desde que o Grupo Gay da Bahia iniciou tal pesquisa em 1980, as travestis ultrapassaram os gays em número de mortes: 161 travestis e trans (70%), 51 gays (22%) 10 lésbicas (5%), 3 homens trans (1%), 3 bissexuais (1%) e finalmente 2 heterossexuais confundidos com gays (0,4%).

É importante frisar que a violência LGBTfóbica pode apresentar diferentes dados sobre os marcadores sociais de gênero, raça e cor, segundo indicadores da pesquisa do #VoteLGBT de 2020. Ao analisar-se dados mais robustos de forma qualitativa, é notório que dentro da comunidade LGBTQIA+ as populações mais vulnerabilizadas são as pessoas trans, negras e bissexuais.

Em razão do preconceito, da discriminação, da fragilidade dos vínculos familiares, da exclusão do convívio na comunidade, discriminação nas escolas, falta de acesso à informação e serviços, a população LGBTQIA+ se torna ainda mais vulnerável. A fragilidade ou até o rompimento dos vínculos familiares, a exclusão do convívio na comunidade, a discriminação sofrida nas escolas, a falta de acesso a informações e serviços dificultam que estes segmentos tenham conhecimento e acesso aos seus direitos.

A discriminação nos cuidados de saúde e questões de cidadania não se referem apenas a ter serviços de saúde negados. Nesse contexto temos desinformação, burocratização, despreparo no atendimento e acolhimento dessa população, que, muitas vezes, é marginalizada e contribui para que as políticas públicas não sejam plenamente eficazes,

As políticas públicas apresentadas pelo governo municipal das administrações anteriores foram ineficazes. O número de grupos de movimentos sociais LGBTQIA+ em Belém é bastante expressivo, e suas lutas na busca de direitos e políticas públicas voltadas para essa população estão marcadas e registradas em diversos momentos históricos do município. Após décadas de lutas foi possível a criação de uma Coordenadoria de Diversidade Sexual no Município.

O objetivo da Coordenadoria de Diversidade Sexual (CDS) é propor políticas públicas que auxiliem no combate à discriminação e ao preconceito contra a comunidade LGBTQIA+ por meio de ações que promovam o reconhecimento social destes cidadãos, tratando da grande problemática social que é a LGBTQIfobia e a marginalização desta comunidade. A CDS tem a responsabilidade

de planejar, coordenar e monitorar políticas que promovam a cultura do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero; e ações que serão articuladas com políticas públicas setoriais, como forma de garantir os reais interesses do cidadão LGBTQIA+, contribuindo para uma efetiva integração cultural, social e econômica.

A casa de passagem voltada para a população LGBTQIA+ é uma iniciativa que, pela política de assistência social do município, busca atender e acolher essa população em situação de vulnerabilidade. Projetar uma casa de passagem LGBTQIA+ não é apenas projetar um abrigo, mas uma “infraestrutura de cuidado” em um sentido mais amplo, considerando o valor social que se pode atingir não apenas para o público alvo e para o movimento LGBTQIA+. Estudos apontam que a falta de apoio durante o processo de LGBTQIfobia familiar e saída do domicílio parental pode aprofundar as vulnerabilidades e levar, sobretudo, jovens a uma situação de exploração sexual e ou de rua crônica na vida adulta. Nesse momento de rompimento de vínculos, uma infraestrutura de apoio pode ser decisiva.

O projeto faz parte da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social, gerido pela FUNPAPA e que administra atualmente 8 espaços de acolhimento voltados a diferentes públicos. Contudo, a diversidade da população e das condições de vulnerabilidade urge a necessidade de espaços que atendam às demandas da população LGBTQIA+ em seu contexto específico de violação de direitos motivados por LGBTIfobia. Neste sentido, a proposta da casa LGBTQIA+ é a implantação de serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade de atendimento em unidade institucional de passagem, denominado como casa de passagem. Seu funcionamento é em regime de plantão, de domingo a domingo, 24h por dia.

Importante ressaltar a responsabilidade da gestão no sentido de impulsionar a equiparação de oportunidades, por meio de políticas públicas que preparem equipamentos que atendam as especificidades das populações em situação de vulnerabilidade, além de disponibilizar os meios necessários para que os direitos

sejam efetivos e garantam a efetividade da liberdade de escolha de movimentação ou de moradia.

O reconhecimento das seguranças de acolhida, de convívio familiar, comunitário e social, e de desenvolvimento de autonomia, individual, familiar e social, afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, possibilitam a qualificação da estruturação do Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos LGBTQIA+. A política de acolhimento, enquanto assistência integral das pessoas acolhidas relaciona-se como outras garantias de direito, bem como: Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Saúde e prevenção; Desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; Educação; Formação cidadã; Regularização de documentação; Esporte e Lazer; Formação em Arte; Grupo de Proteção; Inclusão nas políticas de moradia.

Para atender esta demanda é importante estabelecer porta de entrada e fluxo de encaminhamentos, bem como a estruturação do equipamento de acordo com a realidade desta população. A abordagem e acolhida inicial cabe à equipe de educadores sociais, sendo relatada as situações a coordenação e equipe multiprofissional para encaminhamento adequado de acordo com cada situação, seja ela, de acolhimento, violência, saúde ou outra.

iii. Belém da Diversidade, dos Povos e dos Direitos Humanos

Objetivo 4301	**Garantir a proteção, as redes de apoio, a atenção, o acesso, o atendimento dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, a igualdade de gênero e a diversidade sexual***

Projeto 030	Belém da Diversidade
Projeto 031	É das Manas
Projeto 032	**Escolas de Cidadania***
Projeto 033	Belém dos Povos: Povos Indígenas

Projeto 034	Belém dos Povos: Afroamazônidas
Projeto 035	Cidadania da Nossa Gente

** Prioridades*

O reconhecimento das diferenças ganha centralidade, comprovando que a cultura se destaca nos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma de relações sociais fundadas no saber tradicional, na organização política e modos de vida próprios. O respeito pela diversidade deve ser entendido como condição para a paz, afirmando a necessidade de tolerância, o diálogo, a cooperação e enfrentamento de lutas por afirmação e reconhecimento, contribuindo para a percepção do aparente paradoxo entre a diversidade cultural e a unidade do gênero humano, aspirando uma melhor solidariedade fundada na consciência e no desenvolvimento dos intercâmbios culturais.

Definir diretrizes e políticas públicas emancipatórias garantidoras de direitos sociais é uma meta a ser perseguida pela Gestão Pública, pois apesar de haver políticas distintas para grupos sociais específicos, é necessário encontrar os pontos de interseção, os elos, a integração.

De acordo com dados do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho da Universidade Federal do Pará (UFPA), entre 2008 e 2018, a participação feminina no mercado de trabalho oscilou entre 47%, enquanto a masculina esteve ao redor de 70%. Em 2018, as mulheres tinham rendimento médio de R$1.359,00, enquanto os homens, R$1.614,00 (um milhão, seiscentos e quatorze mil reais), embora as mulheres sejam maioria entre quem detém nível de escolaridade superior. Entre 1995 e 2018, as mulheres chefes de família passaram de 25% para 45%. Sobre as mulheres recai a responsabilidade do cuidado. Durante a pandemia o registro de casos de violência doméstica aumentou em 118%, e os casos de feminicídio quase dobraram no Estado do Pará e quase triplicaram na Região

Metropolitana de Belém, agravado pela necessidade de isolamento no âmbito doméstico.

Na conjuntura de pandemia, a juventude é o principal grupo impactado pelo desemprego e pela perda de renda. Os jovens estão sem perspectivas de futuro, sem garantia de seus direitos fundamentais pelo Estado. Os jovens precisam recuperar seus espaços de participação popular como foi o Orçamento Participativo da Juventude e o Congresso da Cidade no Governo Edmilson Rodrigues (1997-2004). Atualmente, não contam com políticas de incentivo para socializar suas produções culturais a partir do lugar onde vivem. É necessário garantir o direito de expressão de suas diferentes linguagens: música, dança, teatro, desenho, poesia, dentre outras que foram silenciadas, e apoiá-los para terem oportunidade de trabalho e potencializar seu poder criativo.

As iniciativas para a promoção de uma política de juventude, esporte e lazer, são incipientes e não há efetividade quando da execução das mesmas. A juventude não possui espaços públicos de convivência para usufruir, se manifestar, ocupar, sociabilizar, tendo seu direito à cidade cada vez mais cerceado pela violência e pelo desamparo.

Dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) apontam que na faixa etária de 10 a 29 anos, 74% dos óbitos são em sua maioria agressões (84,7%), seguido de acidentes de transporte (5,1%) e lesões autoprovocadas (3,75%). Para piorar, a juventude está exposta, de forma crescente, a doenças sexualmente transmissíveis como o HIV e a Sífilis.

Segundo o Ministério da Saúde (MS) há em Belém uma tendência crescente de casos de HIV em jovens de 15 a 24 anos. No primeiro trimestre de 2020, 22% dos jovens no Pará, com idade de 18 a 24 anos, estavam desempregados e buscando oportunidades no mercado de trabalho.

A população indígena existente no Município é constituída por homens e mulheres de povos diversos e não se encontram em melhor situação, apesar de

conviverem com não-indígenas em ambientes de trabalho, interagindo com os costumes da cidade, não alterando suas origens étnicas. As razões para se deslocarem para a cidade são principalmente a busca pela educação e pelo emprego, muitas vezes, o matrimônio, o que explica o deslocamento e a permanência de algumas famílias no centro urbano.

Quanto às pessoas com deficiência, dados do Censo de 2010 apontam 381 mil pessoas com algum tipo de deficiência no Município. Em Belém existe um grande número de pessoas com deficiência enfrentando dificuldades que obstruem sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Cabe ao governo municipal implementar políticas que permitam a máxima inclusão dessas pessoas, no sentido de sua existência.

O Pará conta possui o segundo maior índice de pessoas autodeclaradas negras ou pardas do Brasil, são 82%; inexistindo nos munícipios uma política de igualdade racial, à exceção de Tomé-Açú. A ausência de políticas de ação afirmativa para a população negra per si não garantiria todos os direitos desta população que é historicamente marginalizada, mas indicaria a mínima orientação do Município para construir uma sociedade livre de racismo, da racial e da marginalização. Do ponto de vista de povos e comunidades tradicionais de matriz africana, estudo realizado pelo Governo Federal e UNESCO, em 2012, havia 1189 casas de “religiosidades afroamazônicas” em Belém.

A desigualdade provocada pelo caráter da nossa sociedade aponta que os jovens negros encontram-se em situação de desigualdade no acesso ao ensino superior, menores salários, maior índice de desemprego, alcançando 80% no Pará.

Os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não têm sido respeitados, como se observa de forma aprofundada nesses tempos de pandemia. Em Belém, nem todos vivem no mesmo bairro, no mesmo lugar, mas constroem laços comuns, que os unem em torno de determinadas pautas e lutas. Esses coletivos enfrentam

a negação de direitos e a tentativa de tornar invisível a face plural de Belém. Em contraposição, constituem frente de resistência e têm potencial para desempenhar um papel mais ativo e reconhecido no planejamento da cidade, na formulação de políticas e na decisão sobre os direitos e as aspirações de forma crítica e autônoma a fim de enfrentar a discriminação, a intolerância e o racismo, além de defender a cultura e o modo próprio de vida.

Assim, o reconhecimento das diferenças ganha centralidade no Governo, comprovando que a cultura se destaca nos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de relações sociais fundadas no saber tradicional, na organização política e modos de vida próprios. O respeito pela diversidade deve ser entendido como condição para a paz, afirmando a necessidade de tolerância, o diálogo, a cooperação e o enfrentamento de lutas por afirmação e reconhecimento, aspirando uma melhor solidariedade fundada na consciência e no desenvolvimento dos intercâmbios culturais.

No momento atual de relação entre o urbano, - o que tem sido definido como uma “reconfiguração étnica” nas cidades - se manifesta em Belém pela presença de indígenas, de negras e negros, ribeirinhos, agricultores, quilombolas, pescadores, mulheres, artesãos, religiosos de diferentes credos, juventude, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, e muitas outras formas organizativas que constroem a sua existência coletiva como um povo, como uma comunidade tradicional, com identidade e uma cultura.

O projeto de cidade assume a dimensão da diversidade e da diferença em Belém, onde todos deverão ter direito à cidade de forma a alcançar uma equidade futura. Que mulheres vivam com segurança, que os jovens tenham futuro, que as negras e negros tenham os direitos assegurados na luta antirracista, que indígenas sejam reconhecidos independente do lugar e do modo em que vivam; que ribeirinhos tenham amparo para viver e trabalhar, que pescadores contem com o apoio necessário às suas práticas da mesma forma que artesãos na arte de criar,

que os LGBTQIA+ vivam com liberdade e segurança que religiosos sejam respeitados, que agricultores que vivem nesse território municipal contem com políticas de segurança alimentar que os envolvam, enfim que a cidade seja acolhedora.

Da mesma forma, a política para a juventude deve valorizar a diversidade de identidades entre os jovens e ser orientada por diretrizes que desenvolvam a transversalidade das políticas estruturais em programas e ações principalmente nas áreas da: Saúde, Educação, Assistência, Cultura, Transporte, Saneamento. Por sua vez, estas políticas incentivarão a presença de jovens em sua formulação, implementação, avaliação e participação ativa nos espaços decisórios, estabelecendo mecanismos que ampliem a gestão da informação e produção de conhecimento sobre juventude, transformar a cidade materialmente com meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre.

É importante reocupar espaços públicos já destinados a valorização dos povos indígenas e negros, com o Memorial dos Povos, Memorial dos Povos Indígenas e Memorial dos Povos Afrodescendentes, a ser retomado, e que os mesmos atuem enquanto pontos de sociabilidade e manifestação político e cultural. Trabalhar pelo direito à livre circulação de indígenas pela cidade, e propiciar espaços de manifestação e valorização de suas culturas.

Reparar a dívida histórica com as populações negras e a consequente exclusão desse grupo racial impõe garantir suas manifestações próprias e seu direito a participar e usufruir da cidade. Para tanto, será garantida a participação de negros e negros nos espaços decisórios de participação popular e de gestão como forma de combate ao racismo estrutural e institucional.

Em paralelo a estratégias de inserção social, econômica e política, serão realizadas políticas de valorização cultural com destaque para o ensino de valorização da cultura negra nas escolas. Consideramos importante o estímulo à

permanência escolar, oferecer qualificação para o ingresso no mercado de trabalho formal e assegurar direito ao trabalho, à escola e respeito aos jovens que sofrem preconceito por orientação sexual.

Do ponto de vista mais específico das políticas, asseguramos de um lado, os direitos que são comuns a todos que vivem em Belém, mas há uma pauta específica que se define em processos participativos e autônomos. Nosso propósito é a criação de estruturas próprias no âmbito municipal para a constituição de um lugar da devida interlocução.

Como parte desta estratégia, se fazem necessárias as estruturas de fortalecimento e reconhecimento como garantia de direitos e mecanismos de participação e de formulação e controle de políticas de todos os segmentos referidos

Secretaria Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos (SecDH)

Na perspectiva de promover os direitos humanos na cidade, está proposta a criação da Secretaria Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos do município de Belém (SecDH), que tem por finalidade formular, articular e implementar políticas públicas no município de Belém, voltadas para a promoção da cidadania, de uma cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, de forma transversal e interinstitucional, e com a participação da sociedade civil.

Para o desenvolvimento de suas ações, a criação da SecDH parte do histórico e da evolução das lutas e das experiências da sociedade civil na defesa de direitos, bem como nas diretrizes expressas em construções históricas e marcos legais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a Constituição Federal de 1998 e, mais recentemente, a terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH3.

Construído em 2009 a partir do acúmulo histórico da sociedade brasileira em âmbito governamental e dos movimentos sociais organizados, o PNDH3 aponta diretrizes nacionais que visam materializar os direitos humanos como política de

Estado, e soma-se aos princípios já instituídos na Declaração Universal e na Constituição Federal, para ampliar as discussões e indicar elementos fundamentais para o combate às várias formas de violência e opressão, especialmente contra grupos historicamente em situação de vulnerabilidade social (mulheres, negras/os, LBGTQIA+, pessoas com deficiência, povos indígenas e comunidades tradicionais, migrantes, crianças e adolescentes, idosas/os, entre outros).

Em um contexto de violação de direitos nos níveis federal, estadual e municipal, o município de Belém nunca teve em sua história um órgão público municipal que promovesse a execução direta das políticas de direitos humanos, ficando estas ações pulverizadas através de programas e projetos de outras secretarias.

Vale ressaltar que, apesar das políticas de direitos humanos não terem sido priorizadas em grande parte da história de Belém, houve um hiato entre os anos de 1997 e 2004 com a criação do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos na extinta Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos (Semaj), que promovia orientações jurídicas, facilitava o acesso à documentação, acompanhava segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social, estimulava a participação popular e o controle social e atendia diretamente vítimas de violações de direitos humanos.

Nesse mesmo período foi criado o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos - CMDDH através da Lei nº 7.823, fundamental para a construção de um Plano Municipal de Direitos Humanos e a última alteração, que incide sobre o CMDDH é a Lei nº 9.584, de julho de 2020. O referido conselho está inoperante há pelo menos 12 anos, onde as escolhas governamentais não levaram tais políticas adiante, mesmo com as constantes violações de direitos vivenciadas nestes tempos.

Apesar das garantias constitucionais e das ações dos governos, o município de Belém vivenciou, na última década, um contexto de grandes índices de violência e violação dos direitos humanos, como os constantes casos de extermínio da

juventude negra, intolerância religiosa, violência contra mulher, LGBTQIfobia, abusos de autoridade, entre outras. Ainda que no último ano tenha ocorrido redução dos índices, informações sobre os anos anteriores demonstram que a violência urbana esteve presente de forma significativa na vida da população, o que mostra um processo de sociabilidade violador de direitos humanos, sobretudo o direito à vida.

A SECDH terá a missão de atuar em uma região que vivenciou e vivencia até os dias de hoje significativos processos de luta e resistência popular, como a Cabanagem, as lutas dos povos indígenas, comunidades tradicionais, movimento negro, feminista, de luta por moradia, entre outros fundamentais para o acúmulo e defesa dos direitos humanos no município. Por isso, é necessário também potencializar e valorizar a memória e a construção social e histórica de nosso povo.

No atual contexto de desmonte do conjunto das políticas públicas no Brasil, a iniciativa da Prefeitura de Belém vai na contramão do avanço do conservadorismo e do "negacionismo", assumindo o compromisso com a defesa da dignidade humana do povo e com a garantia dos direitos fundamentais.

Escolas de Cidadania

Se constitui enquanto responsabilidade do poder público municipal, em articulação com as demais esferas de governo e sociedade civil, a elaboração e apresentação de propostas que tenham por objetivo o enfrentamento a essa realidade, que não perpasse pelo fortalecimento do punitivismo, mas tendo uma perspectiva pedagógica, centralize também no desenvolvimento de ações formativas voltadas para os diferentes sujeitos vítimas de violação de direitos.

A educação é fundamental no enfrentamento às diversas manifestações de preconceito e práticas violentas, bem como é necessária para que, a partir da ampliação do conhecimento e desenvolvimento de novas habilidades e competências, as pessoas possam conhecer o Sistema de Garantia de Direitos e acessar a Rede socioassistencial, passando do lugar de vítima para o local de

sujeito que de forma organizada reivindica e luta por seus direitos, para exercer a cidadania ativa.

Nessa perspectiva, com a coordenação da SecDH e o apoio das Coordenadorias da Prefeitura de Belém e demais órgãos municipais, foi elaborado o "Escolas de Cidadania - Programa Municipal de Educação em Direitos Humanos", uma iniciativa inovadora e inédita que compreende a educação para além do processo de escolarização formal, como um instrumento essencial para a transformação de pessoas e, consequentemente, da sociedade.

A estratégia compreende três eixos de ações necessárias para a construção de uma Cidade Diversa e Inclusiva, com a valorização da história, da memória e da cultura, da cidadania e dos direitos humanos, com empregabilidade e sociabilidade, como também no combate ao machismo, racismo, gordofobia, LGBTfobia e capacitismo: I. Comunidade, em parceria com a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) e a Usinas de Paz do Programa Territórios de Paz (Terpaz) do Governo do Estado; II. Escolas, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) e a Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque (FUNBOSQUE), e; III. Servidores, em articulação com a Secretaria Municipal de Administração Pública (SEMAD) e a Guarda Municipal de Belém (GMB)

O Escolas de Cidadania, portanto, visa fomentar discussões em defesa da vida, que estimulem o acesso ao Sistema de Garantia de Direitos e à rede socioassistencial, por meio de atividades formativas/educativas e espaços de diálogo com a população, por compreender que as diversidades existentes na sociedade devem ser respeitadas e valorizadas através de políticas implementadas pelo poder público com a contribuição de toda sociedade, que promovam os direitos humanos, combatam as diversas manifestações de preconceitos e estimulem uma cultura de paz.

3.5. CIDADANIA CULTURAL, JUVENTUDE, ESPORTE, LAZER E COMUNICAÇÃO

Para abordarmos sobre patrimônio cultural na Amazônia, devemos ter em consideração as relações interculturais. Uma política cultural para a cidade deverá considerar as iniciativas e as necessidades de uma população que convive com um patrimônio material que remete às estruturas arquitetônicas de herança europeia, tais como o conjunto arquitetônico do núcleo histórico da cidade, e construções contemporâneas forjadas na realidade espacial, de importante referência cultural. Relacionar a herança ancestral às políticas públicas de salvaguarda significa criar instrumentos para alcançar o conjunto de significados que integram práticas sociais e as relações de poder inseridas nessas práticas, baseado no dinamismo das expressões culturais.

Em relação ao patrimônio cultural, Belém integra uma significativa quantidade de bens tombados nas esferas federal, estadual e municipal, além de possuir um rico patrimônio imaterial expresso em variadas linguagens artísticas, modos de fazer, ofícios e saberes, e manifestação culturais que constituem o processo de formação histórica da sociedade, que se dinamiza e reproduz na atualidade.

A ausência de uma política atualizada de ordenamento territorial tem desconsiderado, ao longo dos anos, a importância das áreas de interesse à preservação do patrimônio histórico e cultural, gerando fragilidade institucional na preservação e salvaguarda do mesmo, e a notável carência de espaços e equipamentos públicos para o usufruto de lazer cultura nos bairros mais afastados do centro urbano consolidado.

É necessário instituir processos de identificação e reconhecimento para potencializar a diversidade do patrimônio cultural do Município enquanto fator de desenvolvimento e cidadania e sua contribuição na estrutura espacial da cidade, delimitando territorialidades históricas e de memória.

Conceitualmente, é preciso tomar a cultura em sua transversalidade, ou seja, como eixo fundamental de qualquer projeto de construção de uma cidade, para que esta seja um espaço de convívio das pessoas. Desse modo, em um planejamento socioeconômico para Belém, a cultura deverá ser vista não como um setor específico, ou apenas como manifestação artística, mas servindo de base a toda a política pública de um governo municipal, integrante do cotidiano das pessoas, de suas estruturas mentais, sentimentos e formulações simbólicas que se dão no contexto urbano. Essa política pública deverá ser construída com participação, diversidade e sustentabilidade; e a sua gestão, sem dúvida, também deverá ser democrática e transparente.

Portanto, a cultura, enquanto elemento formador da identidade de um povo, deverá ser articulada à participação de todos nos processos de gestão e formação de políticas e ações necessárias à democracia, com inclusão e garantia de direitos culturais para o reconhecimento das identidades, do fortalecimento da nossa memória histórica e coletiva.

Assim, a política cultural deve encontrar estratégias que reforcem o exercício público e político dos diversos atores sociais no território, constituindo redes diversificadas de agentes sociais a fim de que todos possam ser protagonistas de si mesmos.

Compreendendo que a relação cultura e participação constitui uma proposição política que atravessa todos os demais eixos da gestão cultural adotar-se-á procedimentos e práticas que incentivem a participação popular nos projetos desenvolvidos pela gestão.

Do ponto de vista dos espaços culturais, o financiamento, economia da cultura, economia criativa e fomento à cultura, temos que, entre 2007 a 2017, dados do IBGE, apoiados no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) revelam que as atividades caracterizadas como culturais no Brasil registraram aumento de 1,3 milhão para 1,5 milhão neste período. No Estado do Pará, em 2017, havia 3.640

unidades locais (instituições formalmente constituídas) ligadas à área cultural e o pessoal ocupado assalariado era de 18.716 trabalhadores, o que representava um acréscimo de 29,5% em relação a 2007.

Outro dado importante é em relação aos recursos do incentivo fiscal, que é de onde provém o maior aporte de recursos para financiar projetos culturais na escala federal, como é o caso da Lei Rouanet. Assim, no caso da Lei Rouanet, a Região Norte captou apenas 0,9% do valor captado para aplicação em projetos culturais em 2018, enquanto a Região Sudeste captou 77,3% desse valor.

Em termos de financiamento para projetos culturais, a anteriormente criada Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense de incentivos fiscais para o financiamento de projetos culturais e esportivos, bem como de artistas e esportistas, foi totalmente modificada sem a escuta e participação dos profissionais da cultura. Assim, optou-se por lançar editais com a aplicação direta dos recursos nos projetos culturais inscritos e selecionados, provocando grande desmobilização do setor produtivo da cultura.

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em Belém, 6,1% das pessoas estavam ocupadas no setor cultural em relação à população total ocupada. Em números absolutos, observa-se que aproximadamente 26.749 pessoas estavam ocupadas no setor cultural em Belém em 2018.

Esse indicador é importante no sentido de apresentar um quantitativo de agentes culturais em Belém que poderiam estar aptos a ter acesso aos recursos emergenciais culturais propostos pela Lei Aldir Blanc. Se levar em conta a informalidade no setor cultural em Belém, na faixa de 60%, cujo Índice Nacional é de 45,2%, a população que atua na informalidade no setor cultural seria aproximadamente de 16.049 pessoas. Esta é a quantidade de potenciais candidatos a receber o auxílio emergencial cultural no Município.

A ocupação informal aumentou consideravelmente dentro do setor cultural. No Brasil, em 2014, 38,3%, cerca de 2 milhões de trabalhadores culturais, estavam na informalidade, enquanto em 2018 este índice aumentou para 45,2% dos trabalhadores, perfazendo 2,4 milhões de trabalhadores informais.

Assim chegamos a um quadro onde a política cultural não atende ao setor da economia da cultura e relega os profissionais a dificuldades de se manterem devido à ausência de renda pela não continuidade de suas atividades.

Belém concentra mais da metade do mercado de trabalho da indústria criativa paraense (50,8% em 2017). Em 2017, foram registrados 5.435 trabalhadores formais atuando na indústria criativa belenense. Mas se observa uma queda em relação a 2013, quando foram registrados 5.591 trabalhadores atuando na indústria criativa local.

Os segmentos criativos com maior peso de trabalhadores empregados em relação ao mercado estadual são Expressões Culturais (61,2% do mercado de trabalho estadual no mesmo segmento), TIC (61,1%) e Biotecnologia (59,7%). Mas quando se observam os números absolutos, os segmentos criativos com maior número de trabalhadores formais em Belém são Arquitetura (930 trabalhadores), Publicidade & Marketing (710), Editorial (676), Pesquisa & Desenvolvimento (667) e Audiovisual (618).

O financiamento ou apoio a projetos culturais, programas e ações culturais podem ser feitos através de duas modalidades: ou através do Fundo Municipal de Cultura (FMC), ou por meio do Incentivo Fiscal. A alocação de recursos no FMC do orçamento municipal sofreu modificações na Lei Valmir Santos que instituiu o Sistema Municipal de Cultura (SMC).

Reconhecer o patrimônio cultural perpassa também pela valorização de nossas tradições, manifestações, ofícios e modos de fazer de nossos ancestrais, dos povos originários, dos colonizadores, dos imigrantes e dos que resistiram; e de

como as reproduzimos no tempo histórico atual. Para tanto é necessário criar instrumentos que reconheça nosso patrimônio imaterial.

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico dos bairros da Cidade Velha e Campina, tombado pelo Governo Federal por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) possui cerca de 2.350 (dois mil, trezentos e cinquenta) imóveis tombados e ainda, 1.715 (hum mil, setecentos e quinze) unidades localizadas na área de entorno, perfazendo um total de mais de 4.000 (quatro mil) imóveis acautelados pelo IPHAN, em Belém. Some-se a isso o tombamento do Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi e do Engenho do Murutucu. No Centro Histórico de Belém (CHB) tem-se cerca de 1.000 unidades com sérios problemas de conservação, arruinados ou em estado de arruinamento, além de lotes vazios.

Entre trabalhadores e usuários do CHB, estão os cerca de 1.800 (hum mil e oitocentos) vendedores informais, que não têm sido objeto de atenção e constantemente são associados às principais problemáticas identificadas na região, sem que contem com políticas que os envolvam. Ainda nesse contexto, se destaca a escassez de mão de obra especializada para lidar com os bens culturais. Importante mencionar que as feiras e mercados de Belém constituem um importante fator de geração de renda, oferta de serviços diversificados, pequenos, médios e grandes negócios, e que a exemplo do Ver-o-Peso devem ter destacadas sua importância cultural e seu valor simbólico como patrimônio.

Percebem-se ainda ações isoladas de requalificação em áreas de interesse à preservação histórica e das iniciativas de restauro e reuso do patrimônio arquitetônico de nossa cidade. Não há definição clara de uma política de requalificação do nosso patrimônio histórico, artístico e cultural, onde políticas de desenvolvimento urbano e econômico assegurem a preservação e o uso adequado do mesmo. Portanto, faz-se necessário reconhecer este enorme patrimônio, torná-lo parte integrante da vida social urbana da cidade, definindo diretrizes para a sua

conservação, preservação e salvaguarda, em uma política de reabilitação voltada para o CHB, mas que também reconheça áreas de interesse à preservação em todo o território, e em especial, na região insular.

Vale um destaque especial para o potencial cultural, simbólico, natural e turístico da região insular de Belém, que representa mais de 50% do território do município, tendo grande representatividade as Ilhas de Mosqueiro e Caratateua (Outeiro).

Portanto, a política municipal de cultura deve buscar a coesão na diversidade, direcionando o financiamento público tanto para as expressões tradicionais quanto para as contemporâneas; e, sobretudo, visando alcançar os bairros e as comunidades periféricas que usualmente não participam da fruição dos bens culturais existentes na cidade, como também não encontram canal para expressar as manifestações locais de artistas, mestres e mestras, fazedores de cultura e moradores.

É reconhecer o que nos “diferencia” enquanto potencialidade artística e econômica capaz de atrair investimentos, ampliar as redes e conexões tecnológicas, e gerar trabalho, emprego e renda.

O direito de acessar bens e serviços culturais envolve mais do que entretenimento, trata-se de uma questão de cidadania. O acesso à cultura é formador, gera conhecimento e poder de crítica, fomenta o espírito criativo e incentiva novas formas de expressão, tornando o cidadão um agente ativo de transformação de sua realidade.

Nos espaços museais foram realizadas 23 exposições. Em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MINC), o MABE/FUMBEL participou da 11ª, 12ª, 13ª e 16ª edição da Semana dos Museus que ocorre no mês de maio de cada ano, bem como das 7ª, 8ª e 9ª edições da Primavera dos Museus realizadas em setembro. Dados da FUMBEL atestam que o MABE recebeu um público total

aproximado de 42.915 visitantes, com uma média aproximada de 505 pessoas/mês (FUMBEL, dados até out./2020).

No inventário do acervo artístico e bibliográfico do Museu e da Biblioteca Antônio Lemos, constam 1.680 peças pertencentes ao MABE; a digitalização de 700 fotografias e 1.300 obras fotografadas; além da aquisição de peças expográficas, tais como: Conjunto Maria Antonieta de sala de visitas formado por 10 peças; Conjunto de porcelana Capo Di Monti; Imagem de São José entalhada em madeira; obra da artista plástica paraense Maria da Conceição Câmara Cutrim - Concy Cutrim; e uma obra em tecido da artista Carla Beltrão.

No incentivo ao livro e à leitura, a política pública é desenvolvida a partir das atividades implementadas pela Biblioteca Pública Municipal "Avertano Rocha" (BPMAR). O público atendido pelas bibliotecas totalizou 182.777 usuários (FUMBEL, dados até março de 2020).

i. Cultura da Nossa Gente

Objetivo 5101	**Garantir e ampliar o acesso à cultura, à leitura e ao patrimônio material e imaterial através de ações e projetos de forma descentralizada e democrática***

Projeto 036	**Sistema Municipal de Cultura***
Projeto 037	**Bienal das Artes: Amazônia Livre e Soberana***

** Prioridades*

O PPA 2022-2025 traz em suas metas o fortalecimento de uma política pública que visa promover um ambiente cultural e artístico renovado, estimulando o respeito e a valorização às diversidades culturais de Belém e seus distritos, tendo o Objetivo 5101 em sua prioridade de concretizar o Sistema Municipal de Cultura.

A criação da Lei Municipal nº 8.943 de 31/07/2012, orientava a formatação Municipal de Cultura, buscando orientar as bases de Gestão Municipal para a

administração da política pública na área, mais tarde foi modificada com a implementação da Lei 9.277/2017 de 24/05/2017 na intenção de uma adequação ao sistema Federal de Cultura, com os acréscimos do decreto 89.726 de 114/09/2017 que acrescentou novos segmentos culturais em nova intenção de um realinhamento mais adequado às normas nacionais, no sentido de atender as Leis Federais.

Com a extinção do Ministério da Cultura, transformado em secretaria, muitas das regulações até então vigentes foram revogadas, prejudicando sobremaneira as diretrizes municipais que até então estavam se adaptando ao conjunto de regras nacionais na Gestão Pública da Política Cultural. Desse modo,

A partir da Lei 9.277/2017 - Lei Valmir Bispo Santos - foi instituído oficialmente o Sistema Municipal de Cultura, o qual garantiu as bases gestoras da Política Cultural no Município, cabendo a coordenação geral à Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL. Entidade que instituiu como instância de articulação, pactuação e regulação o Conselho Municipal de Política Cultural, o qual possui seus mecanismos de funcionamento, como o Fundo Municipal de Cultura (Lei do Fundo). Contudo, dos instrumentos de gestão, o Plano Municipal de Cultura ainda não está concluído em sua integralidade, faltando o desenvolvimento detalhado dos programas de governo que lhe servirão como base.

Ressalta-se que a FUMBEL deve aplicar as Leis Municipais instituídas e cumprir seu papel com a qualificação e reconhecimento das manifestações culturais e expressões artísticas. Para tanto, considerou o Programa de Governo “Belém de Novas Ideias” e a Participação Popular do Tá Selado!, por meio das plenárias dos bairros e dos segmentos de: Patrimônio e Centro Histórico; Patrimônio Imaterial e Culturas Populares (Bois, Pássaros, Grupos de Carimbó e Parafolclóricos); Culturas Populares; Criativa: Artesanato, Design e Moda; Pontos de Cultura; Cultura Afro-brasileira, Culturas tradicionais e Originárias; Música, Produtoras, Trabalhadores e Servidores da Cultura; Teatro e Circo; Artes Digitais;

Cultura Alimentar. Assim, corroborou-se a demanda por formação e ampliação tanto do corpo funcional quanto da população para aprofundamento e integração das discussões e ações de políticas culturais. De modo a culminar em uma revisão das datas de cunho oficial em conectividade com os Órgãos Legislativos no sentido de uma política pública mais assertiva e eficiente.

Com a interdição por parte do TCM da Lei Tó Teixeira devido a auditagens por falhas em prestações de contas, foi instituído o edital 004/2018 que tinha como objetivo básico Projetos Culturais de Relevância Social, após avaliações sua culminância se deu em dezembro de 2019, sanando de forma emergencial o fomento às atividades artísticas e culturais, com a situação da pandemia foram distribuídos recursos/verbas Federais cujos foram repassados aos grupos e artistas individuais, todas de caráter emergencial através do Edital Aldir Blanc. Processo concluído em 2020.

Em 2021, ainda sob o impacto da pandemia foi produzido o Edital Plantando o Carnaval o ano todo, gerando resultados sociais concretos junto às comunidades do entorno das agremiações carnavalescas garantindo a continuidade de suas atividades via oficinas e consequente geração de renda, estamos em processo de produção dos editais de credenciamento artístico e do fomento à quadra junina nos moldes similares ao do carnaval, garantindo assim o processo de produção cultural das bases e estudando a promoção de novos editais com estas características.

ii. Belém da Comunicação Social

Objetivo 5201	**Promoção da comunicação social com a democratização do acesso e da circulação da informação enquanto instrumento de fortalecimento da cidadania e o direito à cidade. ***

Projeto 038	**TV Belém***
Projeto 039	TV-WEB Belém

Projeto 040	Rádio Belém
Projeto 041	Redes de Comunicadores Populares

** Prioridades*

TV Belém, uma prioridade para a comunicação

Considerando a histórica concentração dos meios, mas também a sua histórica centralidade das formas de sociabilidade na sociedade contemporânea, é uma tarefa extremamente necessária a construção de ferramentas que devolvam ao município, aos cidadãos e cidadãs, a possibilidade de gerar ambientes para democratização da informação, das suas formas horizontalizadas de circulação e produção.

A imprensa é um bastião das sociedades democráticas, embora a história recente do Brasil mostre como foram forjados esses processos que indicam ainda a televisão como um veículo que agrega quase 50% da população brasileira como único veículo de acesso à informação. Infelizmente, ainda são 70 milhões de brasileiros que acessam precariamente a internet, dados do próprio Ministério das Comunicações.

Nesse sentido, a perspectiva de um debate sobre comunicação pública passa pela necessidade de compreender a comunicação como direito humano e direito à cidade. Essa histórica apropriação do estado e de empresas privadas sobre os processos que regulamentaram a comunicação no Brasil apresentam contradições segundo a natureza pública apontada pela constituição de 1988 a comunicação como um direito público.

Não há condições reais de enfrentamento às formas organizacionais dos oligopólios que representam interesses privados em uma cadeia do mundo todo. Nossa contribuição nos municípios é possibilitar um debate e condições reais para implementação de ferramentas que desafiem dentro de condições locais essa cadeia a ter ambientes para a participação popular.

A criação do projeto da TV Belém é para criar no espectro do município um canal que cumpra essa função de criar condições reais para uma cidadania, a partir da comunicação. Isso teria como base também um debate caro à nossa região amazônica, sobre inclusão digital. A TV, assim como uma rádio municipais, gerenciadas pelo município em diálogo permanente para produção de conteúdo da sociedade civil pode ser a base de um conselho colegiado para administrações dos processos de comunicação pública no município, no sentido de criar uma instância, um fórum permanente para estabelecer diretrizes para uma política de comunicação municipal, que seja fortalecida com a participação social, inclusive, de entes estaduais e federais. A cooperação de órgãos da Cultura e educação e tecnologia do governo são fundamentais para a criação de redes de transmissão colaborativas e de produção de conteúdo também.

A experiência comunicacional pública tem a missão de agregar as experiências de grupos locais, como uma condução de materialização do sonho do acesso à informação e as ferramentas de produção como forma concreta de ter a experiência de comunicação coletivamente construída no âmbito da prefeitura de Belém. Isso é uma forma concreta de exercício de poderes pela população, comprometido com a diversidade social da cidade, seus fazeres e seus saberes, dando suporte a sistemas de educação integrados no município, que valorize conteúdo da nossa região amazônica e nossos microterritórios e lutas sociais.

iii. Belém da Juventude, do Esporte e do Lazer

Objetivo 5301	**Fortalecimento dos mecanismos de gestão democrática, inclusiva e diversa para a reestruturação da política municipal de juventude, esporte e lazer. ***

Projeto 042	**Belém das Ruas e da Juventude***

** Prioridades*

No que diz respeito à situação da política de juventude, esporte e lazer em Belém, observa-se que não houve articulação com os demais setores de políticas públicas e sociais para a formulação e a implementação de programas e ações, que de fato buscassem a democratização de acesso ao esporte e lazer como direitos sociais e a garantia de direitos dos jovens.

A Política de Esporte e Lazer como Direito Social de todas as pessoas é dever do Estado, deve ser desenvolvida na perspectiva do direito à cidade, integrada enquanto política intersetorial e baseada em princípios de participação popular, transparência e controle social.

Deste modo, a política atua no fomento ao desenvolvimento do esporte e lazer em projetos de alcance social que priorizam crianças, adolescentes, a juventude e a terceira idade em várias modalidades esportivas e linguagens artísticas. Neste contexto, estão inseridas pessoas com limitações físico-funcionais e as vitimadas por alto risco e/ou violência social, incluídas em programas institucionais de assistência, acompanhamento e recuperação socioeducativa, proporcionadas por instituições especializadas.

Ao longo dos anos foram implantados alguns projetos pontuais sem o almejado alcance social em resultados significativos para a comunidade quando da alteração de um determinado cenário social de vulnerabilidade.

O que se observou na política de atendimento à juventude, esporte e lazer do município de Belém, foi a redução drástica do atendimento à população com a redução e até mesmo extinção de programas e projetos de esporte e lazer, assim como a não execução integral dos recursos destinados à pasta que chegaram ao percentual crescente de 16.74% em 2017, 24,53% em 2018, 34,33% em 2019 e em 2020 já chega na casa de 90,62% de recursos não executados, conforme dados do Portal da Transparência. Ainda, observou-se a incapacidade de ampliação e diversificação das fontes de financiamento para o esporte e lazer no município.

Belém das Ruas e da Juventude

A plataforma *"Tá Selado!"* orientou as escolhas e a elaboração de um planejamento apropriado em relação às políticas de juventude, esporte e lazer. No almejo de se atender as demandas dos bairros, a elaboração da estratégia *"Belém das Ruas e da Juventude"* contou com a metodologia intersetorial, agregando a experiência dos servidores e as contribuições das plenárias do segmento da participação popular.

Belém é uma cidade multicultural com diversas expressões próprias de lazer. Devido a extensão territorial e a presença de ilhas, cada bairro ou cada distrito administrativo apresenta características específicas, seja pelo contexto cultural ou até mesmo geográfico. Apesar destas diferenças, há muitos espaços urbanos e equipamentos dedicados ao lazer, no entanto, a ocupação destes tem sido feita de maneira inadequada, onde percebe-se a presença de problemas sociais e de segurança pública.

As políticas públicas referentes ao tema tiveram planejamentos com características de governo (temporária) e não de estado (permanente). Isso permitiu um alto grau de fragilidade e a dependência de estímulos que partissem da própria administração pública para a sua execução, sem envolvimento adequado da população local para torná-las conscientes de seus direitos como cidadãos.

No dia 18 de junho, a plenária setorial do Esporte e Lazer do *"Tá Selado!"* discutiu as necessidades que direcionam para as seguintes aglomerações de conteúdo: utilização das quadras das escolas municipais; falta de espaços públicos direcionados ao esporte e lazer (praças e quadras); falta de atividades de ruas de para o lazer; atividades específicas com feiras, eventos culturais e incentivo ao empreendedorismo; lazer voltado aos idosos; desenvolvimento de projetos para esportes adaptados e comunidades tradicionais, e; reaproveitamento dos espaços públicos atuais para construção de complexos poliesportivos e culturais.

3.6. GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA, HUMANIZADA E SERVIÇO PÚBLICO

i. Belém Democrática e Participativa

Objetivo 6101	**Consolidar modelo de gestão democrática com a participação popular nos processos decisórios da formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas***

Projeto 046	***"Tá Selado!"*: Fórum Permanente de Participação Cidadã**

** Prioridades*

"Tá Selado!": Fórum Permanente de Participação Cidadã

O processo de participação popular foi retomado em Belém em 2021, após 16 anos de governos de caráter liberal, que mantiveram o povo alheio dos espaços decisórios de governança e formulação de políticas públicas para a cidade de Belém.

Apesar do contexto da pandemia, a participação popular foi retomada em Belém, com o apoio de meios tecnológicos recentes de interação e de conexão dos governos representativos atuais com sua população em sua diversidade. O programa de participação popular foi denominado *"Tá Selado!"*.

O *Tá Selado!* é uma possibilidade de maior e efetiva participação da população nas ações que estão sendo desenvolvidas ou que ainda serão, como disposto na lei complementar n°131, de maio de 2002, que torna obrigação dos entes da federação fazer o repasse das informações da receita alcançada, seja ela normal ou extraordinária e também das despesas e como elas se deram para que todos tenham a possibilidade de julgar se o dinheiro público está sendo devidamente aplicado, fazendo também parte das obrigações da federação facilitar e com isso incentivar a participação popular para realmente avançar de uma política de representação pura do povo e atender a verdadeira vontade popular, a qual deve

ser expressa por cada cidadão. Nesse sentido, é central o protagonismo dos cidadãos tanto no processo de produção orçamentária, gestão e formulação de políticas públicas.

Sendo o *"Tá Selado!"* um espaço de planejamento estratégico do nosso governo. Diversos níveis de problemas dos bairros e as possibilidades de soluções, bem como a inclusão das viabilidades nos instrumentos de gestão e planejamento, tais como o PPA e a LDO. O Tá selado divide-se 4 etapas:

1. Reuniões preparatórias;
2. Plenárias Populares de Bairros e Segmentos;
3. Plenárias Distritais;
4. Congresso da Cidade.

O *Tá Selado* utilizando-se dos meios telemáticos permite a participação contínuo dos moradores de Belém e ilhas nas decisões do governo municipal, onde a população pode apresentar demandas, propostas e sugestões de projetos e políticas públicas que venham a beneficiar os bairros e toda a cidade, também por meio do site: https://decide.belem.pa.gov.br/.

ii. Valorização e humanização do serviço público municipal

Objetivo 6201	**Assegurar o direito e o acesso dos servidores públicos e seus dependentes às ações de valorização, atendimento humanizado e à participação cidadã, de modo a fomentar uma cultura de valorização do serviço público. ***

Projeto 044	PROVIVA - Programa Viver Bem a Aposentadoria
Projeto 045	**Estratégia Universidade Livre da Amazônia (ULAM)**
Projeto 046	Jovem do futuro - Formação de jovens no âmbito da administração pública
Projeto 047	Valorização do Servidor: Saúde do Servidor
Projeto 048	Valorização do Servidor: Programa de educação fiscal para a cidadania

Prioridades

No Brasil, Considerando as demandas da população de nossa Cidade por serviços públicos de qualidade, socialmente referenciada, diante de um contexto de retirada de direitos e a precarização do mundo trabalho, que também atinge o serviço público, faz-se necessário que o Município atue de forma consciente no sentido de valorizar o serviço público e os servidores.

Valorizar quem desenvolve o seu trabalho para garantir a oferta de serviços à população, torna-se uma tarefa imprescindível da gestão comprometida com a construção de uma cidade mais inclusiva e humana.

Dando sentido a esse objetivo, construímos um conjunto de ações estrategicamente articuladas, que tem como objetivo promover valorização salarial, condições dignas de trabalho, a formação, o aperfeiçoamento e a profissionalização de seus agentes públicos.

Estratégia Universidade Livre da Amazônia (ULAM)

A ULAM constitui-se como uma estratégia de articulação e formação intersetorial, que envolve estruturas já existentes na administração pública municipal, como a Escola de Gestão Pública (EGP), Núcleo de Educação Permanente da SESMA (NEP), o Centro de Formação da SEMEC, o Núcleo de Formação da FUNBOSQUE, e outras estruturas formativas públicas e privadas, tendo como objetivo contribuir com o desenvolvimento dos programas e projetos das políticas públicas municipais, articuladas ao Planejamento de Governo.

Portanto, a implantação da ULAM é parte integrante de uma estratégia abrangente ao território municipal como um todo, incluindo servidores, estudantes, comunidades e demais agentes relacionados aos projetos estratégicos da PMB e deverá aprimorar o fazer cotidiano e o reconhecimento da cidade como lugar de diversidade, com a valorização de diferentes saberes e a introdução de avanços tecnológicos e inclusivos, na economia, na gestão política e administrativa, assim como, na relação da cidade com a população.

iii. Gestão Descentralizada, com Ordenamento e Modernização

Objetivo 6301	**Promover a modernização tecnológica dos instrumentos, estruturas e patrimônios da administração pública, valorizando a democratização da gestão com justiça fiscal e tributária.**

Projeto 049	**Cidade Inovadora e Inteligente: Gestão Eficiente***
Projeto 050	Arquivo Público Municipal
Projeto 051	Núcleo de Comunicação Integrada
Projeto 052	Parque Tecnológico da Administração Municipal
Projeto 053	**Revisão Participativa do Plano Diretor Municipal***

** Prioridades*

Revisão Participativa do Plano Diretor Municipal

Na política de ordenamento territorial e desenvolvimento urbano, o processo de planejamento e gestão do território de Belém não atende às reais necessidades da atual demanda urbana, evidenciado pelo agravamento da qualidade de moradia, deterioração dos espaços públicos, e no caos da mobilidade urbana e degradação das condições ambientais, aprofundando ainda mais a segregação e exclusão socioespacial. As consequências mais duras restam à parcela da população que tem como alternativa áreas desprovidas dos bens comuns, sejam no continente ou nas ilhas que compõem o território municipal.

Houve um nítido esvaziamento das funções e da capacidade de planejamento, controle e gestão urbana por parte das gestões municipais nos últimos 16 anos. Essa omissão e a ausência de diretrizes e procedimentos de controle que permitissem ganhos coletivos para a cidade e o cumprimento da função social da propriedade, facilitaram o agravamento do desordenamento urbano, inclusive com descaracterização de uso do solo e comprometimento ambiental.

Apesar dos avanços promovidos pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.251/2001) e pelo limitado Plano Diretor do Município de Belém (Lei nº 8.655/2008), marcos regulatórios da política e da reforma urbana, com instrumentos urbanísticos que contribuem para o ordenamento urbano, há um longo caminho a percorrer no sentido de melhorar a qualidade de vida da população na cidade de Belém, visto que instrumentos previstos no referido Plano precisam de urgente regulamentação para serem implementados, ampliando o acesso à terra urbanizada.

Portanto, é necessário combater os processos de esvaziamento de áreas consolidadas e providas de infraestrutura e serviços urbanos, bem como evitar a ocupação de áreas ambientalmente frágeis ou de preservação ambiental. Outro desafio constante ao planejamento e ordenamento urbano municipal será reconhecer as áreas irregulares como parte da cidade formal, provendo-as da infraestrutura e serviços urbanos básicos, bem como regularizando a posse das propriedades.

A orla fluvial, tanto na região insular quanto na porção continental concentram parte significativa da população, notadamente, aquelas de menor poder aquisitivo e em situação de vulnerabilidade social, cabendo ao ordenamento territorial a definição dos usos adequados aos imóveis pertencentes à União, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), delimitando zonas de domínio público e privado e recuperando espaços públicos já ocupados de modo a proteger populações assentadas nestes locais e promover a adequação ambiental desses espaços.

Nessa perspectiva, uma prioridade da gestão municipal é a realização da Revisão Participativa do Plano Diretor Municipal de forma democrática e inclusiva através dos instrumentos de participação social agora implantados.

ANEXO I

QUADRO SÍNTESE DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS E DE MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PODERES CONSTITUÍDOS

			R$ 1,00
PROGRAMAS TEMÁTICOS E DE GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	**2022**	**2023-2025**	**TOTAL**
			PODER LEGISLATIVO
GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	**92.628.867,00**	**298.609.967,00**	**391.238.834,00**
PODER EXECUTIVO	**3.463.878.480,00**	**11.141.843.578,00**	**14.605.722.058,00**
Gestão, Transparência e Participação Popular	177.520.618,00	567.795.608,00	745.316.226,00
Economia, Turismo, Inovação e Inclusão Produtiva	6.035.098,00	19.273.871,00	25.308.969,00
Saúde, Educação e Segurança	1.223.815.773,00	3.858.776.188,00	5.079.018.323,00
Assistência Social, Inclusão e Diversidade	27.417.596,00	82.504.293,00	109.921.889,00
Infraestrutura, Mobilidade, Habitação e Meio Ambiente	549.120.191,00	1.646.127.819,00	2.211.248.010,00
Cultura, Comunicação, Juventude, Esporte e Lazer	32.335.450,00	62.982.255,00	82.891.343,00
GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	883.388.597,00	3.143.932.519,00	4.027.321.116,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO (RESERVAS, ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, PENSÕES ESPECIAIS, PENSIONISTAS E INATIVOS)	564.245.157,00	1.760.451.025,00	2.324.696.182,00
TOTAL	**3.556.507.347,00**	**11.440.453.545,00**	**14.996.960.892,00**

ANEXO II

QUADRO GERAL DETALHADO DOS EIXOS/PROGRAMAS TEMÁTICOS COM SUBPROGRAMA, INDICADORES, OBJETIVOS, METAS, AÇÕES, ATIVIDADES, PROJETOS E PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PODERES CONSTITUÍDOS

Belém: Cidade Alfabetizada, Educadora e Inclusiva

Código do Programa	1
Código do Subprograma	11
Orgão Principal	Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)
Orgãos Participantes	Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque "Professor Eidorfe Moreira" (FUNBOSQUE) Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Não alfabetizados de 15 anos ou mais de idade registrados no sistema CadUnico	Taxa	2020	CadUnico	0	11000
Rendimento no Ensino Fundamental²	Taxa	2020	INEP	EC	Taxa de Aprovação = 99,5
	Taxa	2020	INEP	EC	Taxa de Reprovação = 0,0
	Taxa	2020	INEP	EC	Taxa de Abandono = 0,5
Rendimento no Ensino Médio²	Taxa	2019	INEP	EC	Taxa de Aprovação = 60,0
	Taxa	2019	INEP	EC	Taxa de Reprovação = 35,8
	Taxa	2019	INEP	EC	Taxa de Abandono = 10,8
Rendimento no Ensino Fundamental¹	Taxa	2019	INEP	EC	Taxa de Aprovação = 93,2%
	Taxa	2019	INEP	EC	Taxa de Reprovação=5,7%
	Taxa	2019	INEP	EC	Taxa de Abandono=1,1%
Rendimento no Ensino Médio¹	Taxa	2019	INEP	EC	Taxa de Aprovação=60%
	Taxa	2019	INEP	EC	Taxa de Reprovação=35,8%
	Taxa	2019	INEP	EC	Taxa de Abandono=4,2%
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (Anos Iniciais e finais)	Índice	2019	INEP	EC	Anos iniciais = 5,3
	Índice	2019	INEP	EC	Anos Finais=4,4
	Índice	2019	INEP	EC	Médio=2,5
Variação Relativa de Matrícula na Rede Municipal de Ensino	Índice	2018-2019	INEP	EC	-0,68

Nota:

¹Na política de educação a linha de base refere-se ao ano de 2019 em decorrência do ano de 2020 ser atípico e ter pontos discrepantes por conta da pandemia de COVID-19.

²Dados referentes à Escola Bosque

*Não há referência nacional para o IDEB 2021.

Objetivo 1101 Tornar Belém um território livre do analfabetismo

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Garantir alfabetização de 11.036 pessoas acima de 15 anos não alfabetizados	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	11.036	2020	5.000	6.036
Realizar busca ativa de pessoas não alfabetizadas em parcerias intersetoriais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2020	24.000	8.000
Expandir a oferta de EJAI Ensino Fundamental na região insular	DAOUT e DAMOS	Nº Absoluto	-	2021	0	120

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Elaborar e implantar o plano municipal de alfabetização para jovens, adultos e idosos	Plano Municipal Elaborado

Projetos

Nº	Nome	Descrição
001	Cidade Alfabetizada e Educadora: Belém, território livre do analfabetismo	Estratégias para ampla alfabetização no município

Objetivo 1102 Garantir o acesso e a permanência à educação, de forma integral, inovadora e com qualidade socialmente referenciada

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar de 4.305 para 5.825 o atendimento de crianças de 0 a 3 anos de creche, crescimento de 1.520, cerca de 35,3% gerados a partir de construção e ampliações de prédios próprios	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	4.305	2021	380	1.140
Ampliar de 11.911 para 15.186 o atendimento de crianças de 4 e 5 anos de Pré-Escola, crescimento de 3.275, cerca de 27,5% gerados a partir de construção e ampliações de prédios próprios	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	11.911	2021	819	2.456
Ampliar de 46.801 para 51.756 o atendimento de crianças e jovens de 6 a 14 anos do Ensino Fundamental, crescimento de 4.955, cerca de 10,6% gerados a partir de construção e ampliações de prédios próprios.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	46.801	2021	1.239	3.716
Ampliar de 1.033 para 2.058 o atendimento de crianças e jovens de 4 a 14 anos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, crescimento de 1.027, cerca de 101,2% gerados a partir de construção e ampliações de prédios próprios de unidades do campo	DAOUT	Nº Absoluto	464	2021	462	0
	DAMOS	Nº Absoluto	569	2021	0	565

Ampliar de 5.910 para 8.520 , crescimento de cerca de 44,2%, a oferta de vagas de Educação de Jovens, adultos e idosos através das obras de construção e ampliação de escolas do ensino fundamental.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	5.910	2021	2.130	6.390
Aquisição de 40.160 livros para atender acervo bibliográfico da educação básica municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	10.040	30.120
Garantir atendimento em 136 salas de recurso multifuncionais para alunos com deficiência - AEE	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	34	102
Garantir infraestrutura tecnológica em 208 unidades escolares	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	50	158
Garantir em 214 unidades da secretaria municipal de educação adequação e acessibilidade para pessoas com deficiência	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	52	162
Implantar Programas Especiais de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) em 7 unidades do campo	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	4	3
Implantar atendimento serviços de Psicologia e de Serviço Social na Educação Basica em 239 unidades escolares, atendendo 100% da comunidade escolar	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	0	2021	60	179
Implantar projetos especiais para educação integral em 208 escolas unidades	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	0	-	176	32
Implantar 220 pontos de acesso a internet no atendimento de 100% da educação básica de Belém	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	50	150
Garantir atendimento educacional especializado (AEE) a 300 alunos com deficiência, infraestrutura e transporte coletivo para atendimento especializado no Centro de Referência em Inclusão educacional - CRIE	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	60	240
Ampliar o atendimento educacional especializado (AEE) no espaço do CRIE de 200 para 300 crianças com deficiência	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	200	2021	20	80
Ampliar de 5.600 para 6.200 o quantitativo de trabalhadores na área de educação	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	5.600	04/2021	200	400
Promover a inclusão digital para 100% estudantes da educação básica	Abrangência Municipal	Percentual	-	-	50%	50%
Garantir 100% de acesso e permanência dos alunos provenientes das famílias beneficiárias do programa Bora Belém (Renda Cidadã)	Abrangência Municipal	Percentual	0%	2020	30%	70%
Ofertar 10 projetos "Plano de Apoio Pedagógico" para todos os níveis de ensino do Ensino Fundamental	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	2	8
Atender 1200 alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em Projetos no contraturno	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	300	900
Garantir a permanência de 1.200 alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em Projetos no contraturno com alimentação	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	300	900

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Implantar Biblioteca Virtual para Rede Municipal de Educação	Biblioteca Virtual implantada
Aumentar a capacidade do transporte escolar para 100% de estudantes e profissionais de acompanhamento a escolas do campo	Escolas do campo com transporte escolar regular

Atividades
Acesso e permanência para a educação Infantil e Fundamental em Tempo Integral
Acesso e permanência para a educação infantil
Acesso e permanência para a educação no campo, das águas e das florestas
Acesso e permanência para ensino fundamental
Acesso e permanência para estudantes com deficiência
Acesso e permanência para a educação de jovens, adultos e idosos - EJAI

Objetivo 1103 Fortalecer a gestão democrática na formulação e implementação das políticas educacionais

Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Realizar 12 conferências de projetos e políticas educacionais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	4	8
Garantir 100% de conselhos escolares implantados e regulamentados	Abrangência Municipal	Percentual	-	2021	90%	10%
Garantir 100% de unidades escolares regulamentadas	Abrangência Municipal	Percentual	-	2021	90%	10%
Capacitar 100% membros dos conselheiros escolares	Abrangência Municipal	Percentual	-	2021	90%	10%

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Garantir gestão democrática e participação popular em 100% das unidades educacionais	Participação estimulada e garantida
Revisar e implantar Plano Municipal de Educação	Plano revisado e implementado
Garantir atualização das leis e decretos que regulamentam o Sistema Municipal de Educação	Leis e decretos municipais do Sistema Municipal de Educação efetivamente regulamentadas
Garantir a realização de eventos artísticos e culturais na educação	Eventos realizados
Incentivo a produção literária amazônida	Produção literária amazônida realizada
Realizar a reforma administrativa da Secretaria Municipal de Educação	Reestruturação administrativa realizada
Implantar o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca	Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca implantado
Incentivo a Produção, circulação e democratização do aceso ao livro, leitura, literatura, e às oralidades amazônicas	Produção incentivada

Atividades
Realização de estudos, pesquisas e publicações
Realização de Eventos

Manutenção e Operacionalização de Editais de publicações de produções literarias e acadêmicas na RME de Belém nos Cadernos da Educação da SEMEC

Objetivo 1104 Assegurar a formação e valorização permanente dos trabalhadores da educação

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Garantir vale/bônus livros para todos os trabalhadores da educação	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	5.600	30.120
Garantir formação para todos os profissionais da rede municipal de educação	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1.400	4.200
Ampliar em 25% o número de professores com mestrado ou doutorado	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	10%	15%
Qualificar 60 servidores com oferta de Cursos de especialização Lato Sensu	FUNBOSQUE/SEMEC	Nº Absoluto	-	-	20	60
Qualificar 120 servidores nas áreas, técnica, operacional e pedagógica.	FUNBOSQUE/SEMEC	Nº Absoluto	-	-	30	90
Implantar PCCR para valorização do servidores	FUNBOSQUE/SEMEC	Percentual	-	-	50,00%	50,00%
Ampliar de 175 para 325 quadro de servidores efetivos	FUNBOSQUE/SEMEC	Nº Absoluto	-	-	0	150
Realizar anualmente 1 Jornada de Educação Ambiental com servidores e Comunidade Escolar	FUNBOSQUE/SEMEC	Nº Absoluto	-	-	1	3

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Implantar plataforma em EAD para formação de 100% trabalhadores da educação	Plataforma de EAD implantada com acesso garantido
Garantir transporte para 100% dos técnicos de assessoramento e acompanhamento de políticas educacionais	Transporte garantido e acessível
Implantar o Núcleo de Formação da Funbosque	Núcleo de formação implantado

Atividades

Desenvolvimento a formação e Valorização continuada dos trabalhadores da educação

Objetivo 1105 Garantir a expansão e melhoria da infraestrutura da rede física dos espaços de educação pública municipal

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Construir 6 novas creches de tempo integral, ampliação de 28 para 34 unidades para atender crianças de 0 a 3 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	4
Ampliar de 63 para 83 a quantidade de de salas de aula de creches de tempo integral, ampliando em 20 novas salas nas 28 unidades de educação infantil, cerca de 31,7% p	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	5	15
Construir 2 novas unidades escolares para atender o Ensino Fundamental de 06 a 14 anos de idade.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	1
Construir 32 novas salas de aula em prédios próprios para atender o ensino fundamental de 06 a 14 anos de idade	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	8	24
Construir 2 novas unidades escolares de atendimento educaçãoinfantil e fundamental em tempo integral	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	1
Ampliar de 32 para 38 novas salas em escolas do campo	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	3	0
	DAMOS	Nº Absoluto	-	-	0	3
Construir 2 novas unidade no campo, passando de 5 para 7 unidades, um crescimento de 40% no atendimento	DAOUT	Nº Absoluto	2	2021	1	0
	DAMOS	Nº Absoluto	3	2021	0	1
Adquirir 12 prédios próprios para substituir prédios alugados ou cedidos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	4	8
Construir 30 novas salas para educação infantil de crianças de 4 e 5 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	8	22
Ampliar de 68 para 136 salas de recursos multifuncionais em escolas, crescimento de 68 novas salas cerca de 100% de crescimento	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	68	2021	17	51
Garantir 100% das unidades com infraestrutura tecnológica implantada	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	25%	75%
Garantir 100% das unidades adaptadas com acessibilidade para pessoas com deficiência	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	25%	75%
Garantir a manutenção e o funcionamento de 208 (100%) unidades escolares	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	176	2021	192	16
Garantir e manter funcionamento de 100% unidades conveniadas	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	27	2021	100%	100%
Construir 5 novas salas de aula para atendimento de 1500 alunos/ano em espaços pedagógicos.	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	2	3
Construir nova unidade em Mosqueiro para alunos do Ensino Fundamental e Médio	DAMOS	Percentual	-	-	25,00%	75,00%

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Implantar Biblioteca Virtual para Rede Municipal de Educação	Biblioteca Virtual implantada
Transporte escolar para 100% de estudantes e profissionais de acompanhamento a escolas do campo	Escolas do campo com transporte escolar regular
Construir Centro Tecnológico para alunos do Ensino Fundamental e Médio	Centro técnológico construído, implantado em atividade
Construir 1 nova unidade em Cotijuba para alunos do Ensino Fundamental	Unidade construída em atividade
Realizar a reforma de Unidades da FUNBOSQUE	Reforma concluída
Estruturação e ampliação da rede física da FUNBOSQUE	Rede física da FUNBOSQUE reestruturada e ampliada
Construção, Reforma e Ampliação da Rede Física Educacional	Refe física educacional estruturada e ampliada
Implantar rotas Fluviais para integração entre as Unidades, atendimento aos alunos e Apoio às Atividades de Pesquisa e Extensão	Rotas fluviais integradas implantadas

Atividades

Aparelhamento e Manutenção dos Espaços Físicos de suporte às Atividades Educacionais
Operacionalização e Manutenção da Rede Física Educacional
Operacionalização e manutenção da rede física da FUNBOSQUE
Operacionalização da logística de transporte da FUNBOSQUE

Objetivo 1106 Garantir o acesso amplo ao Ensino Médio Profissional, aos Cursos Técnicos Subsequentes e a Prática da Pesquisa e da Extensão na área ambiental

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar de 73 para 180 a oferta de vagas no Ensino Médio Técnico Integrado Regular na Sede	Ilha de Caratateua	Nº Absoluto	73	2021	25	82
Ampliar de 55 para 130 a oferta de de vagas no Ensino Médio EJA na Sede e Casa Escola da Pesca	Ilha de Caratateua	Nº Absoluto	55	2021	15	60

Reduzir a Evasão Escolar no Ensino Médio de 10,8% para 5%	Ilha de Caratateua	Percentual	10,80%	2021	-1,80%	-4,00%
Ofertar 60 vagas de Ensino Médio Profissionalizante em Mosqueiro	Ilha de Mosqueiro	Nº Absoluto	0	2021	0	60
Implantar 4 Bibliotecas setoriais para atender 100% do alunos do ensino Médio e Cursos Técnicos Subsequentes	Região Insular	Nº Absoluto	0	2021	2	2
Implantar 6 Laboratórios Multidisciplinares para atendimento de 100% alunos dos Ensinos Fundamental, Médio e Cursos Subsequentes	Região Insular	Nº Absoluto	0	2021	3	3
Garantir a participação de 50% dos alunos nos projetos desenvolvidos	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	20%	30%
Implantar 3 Grupos de pesquisa na área ambiental e afins	DAOUT E DAMOS	Nº Absoluto	-	-	1	2
Implantar Banco de dados sobre Conhecimentos Tradicionais das ilhas	DAOUT E DAMOS	Percentual	-	-	40,00%	60,00%
Implantar Incubadora de Tecnologia Socioambientais	DAOUT E DAMOS	Percentual	-	-	40,00%	60,00%
Identificar 100 quintais produtivos na Região Insular para promover a soberania alimentar e inclusão socioecnômica das famílias	DAOUT E DAMOS	Nº Absoluto	-	-	60	40
Implantar 5 Hortas Comunitárias na Região insular para promover a soberania alimentar e inclusão socioecnômica das famílias	DAOUT E DAMOS	Nº Absoluto	-	-	3	2
Implantar 5 Viveiros Comunitários na Região insular para promover a soberania alimentar e inclusão socioecnômica das famílias	DAOUT E DAMOS	Nº Absoluto	-	-	5	0
Implantar 30 canteiros de medicinais na Comunidade insular para valorização de conhecimentos tradicionais e fomento ao debate dos fitoterápicos	DAOUT E DAMOS	Nº Absoluto	-	-	10	20
Implantar 5 Bancos de Sementes da Comunidade insular para valorização e sistematização dos conhecimentos tradicionais	DAOUT E DAMOS	Nº Absoluto	-	-	2	3

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Implantar Núcleo de Extensão em Educação Ambiental	Núcleo de extensão implantado
Regularizar os cursos Técnicos Subsequentes	Curso técnico subsequente regularizado

Atividades
Desenvolvimento e Operacionalização da Pesquisa e Extensão na Região Insular
Desenvolvimento e Operacionalização do Ensino Médio Profissional e Cursos Técnicos Subsequentes na Região Insular

Objetivo 1107 Garantir o acesso e a permanência à educação, de forma integral, inovadora com qualidade socialmente referenciada

Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Ofertar 10 projetos "Plano de Apoio Pedagógico" para todos os níveis de ensino do Ensino Fundamental	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	2	8
Atender 1200 alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em Projetos no contraturno	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	300	900
Garantir a permanência de 1.200 alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em Projetos no contraturno com alimentação	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	300	900

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Implantar Núcleo de Extensão em Educação Ambiental	Núcleo de extensão implantado

Atividades
Desenvolvimento e Operacionalização do Ensino Fundamental na Região Insular

Objetivo 1108 Garantir alimentação escolar saudável e de qualidade que atenda às carências nutricionais e assegure o pleno desenvolvimento físico, psíquico e intelectual dos alunos atendidos na RME

Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Ampliar de 10 para 50 o quantitativo de unidades escolares com a identificação de estudantes com necessidades nutricionais específicas	Abrangência municipal	Nº Absoluto	10	2019	15	25
Ampliar de 15 para 35 o quantitativo de unidades escolares atendidas pelo Projeto Café da Manhã	Abrangência municipal	Nº Absoluto	15	2019	5	15
Realizar 01 oficina semestral em 02 escolas por distrito através do PEHEG sobre reaproveitamento de resíduos orgânicos, compostagem e produção de adubo orgânico	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	4	12
Implantar 01 horta comunitária em 05 distritos administrativos por meio do PEHEG	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	2	3
Ampliar de 35 para 110 escolas o Projeto Educando com a Horta Escolar e Gastronomia - PEHEG	Abrangência municipal	Nº Absoluto	35	-	20	55
Ampliar de 49 para 75 o quadro funcional da FMAE através de Concurso Público	Abrangência municipal	Nº Absoluto	49	2022	0	26
Implantar 01 canteiro de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) em cada Distrito Administrativo	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	2	6
Realizar 01 seminário anual sobre PANCs	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	1	3
Realizar 04 oficinas anuais distritais sobre PANCs	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	5	15
Realizar 1 seminário anual sobre agricultura urbana e alimentação	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	1	3
Criar 100 hortas fitoterápicas em escolas da RME	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	20	80
Criar 01 unidade referência de compostagem em 05 unidades escolares	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	1	4

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Garantir a formação para 100% dos manipuladores de alimentos	Formação e qualificação realizada
Implementar o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores da FMAE (PCCR)	Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores da FMAE (PCCR) implantado
Ampliar e adequar em 15% as estações administrativas de trabalho da FMAE	Estações alimentares ampliadas e adequadas para repasse às atividades de oferta e manutenção da alimentaç
Construção, reforma e ampliação da rede de infraestrutura física operacional da FMAE	Rede de infraestrutura operacional da FMAE construída, reformada e ampliada
Readequar e modernizar o setor de armazenamento de alimentos	Setor de armazenamento de alimentos readequados e modernizados
Realizar a avaliação antropométrica dos estudantes de 118 escolas da RME	Avaliação antropométrica realizada e estudantes encaminhados para acompanhamento nutricional
Planejar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar em 100% das unidades escolares da RME	Avaliação e acompanhamento dos cardápios de alimentação escolar realizada continuamente

Atividades
Desenvolvimento e Operacionalização de projetos especiais
Desenvolvimento e operacionalização da formação continuada aos servidores da aréa de educação
Aparelhamento e manutenção de maquinários e equipamentos de suporte à infraestrturua operacional da FMAE
Desenvolvimento e operacionalização da estrutura de gestão municipal da alimentação escolar e nutricional
Operacionalização do plano nacional de alimentação escolar - PNAE

Desenvolvimento e operacionalização da avaliação nutricional e educação alimentar na escola
Desenvolvimento, operacionalização e manutenção do Projeto "Educando com a Horta Escolar e Gastronomia"

Belém com Saúde para a Nossa Gente

Código do Programa	1
Código do Subprograma	12
Orgão Principal	Secretaria Municipal de Saúde (SESMA)
Orgãos Participantes	Coordenadoria da Mulher de Belém (COMBEL)
	Coordenadoria Antirracista (COANT)
	Coordenadoria da Diversidade Sexual (CDS)

Indicadores	Unidade de medida	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Cobertura populacional pelas Equipes da Atenção Básica (%)	Nº Absoluto	2020	E-Gestor	100%	40%
Cobertura População Estimada de Saúde Bucal na Atenção Básica por Quadrimestre	Nº Absoluto	2017	SIM/SINAS	EC	18,68
Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica (Icsab)	Nº Absoluto	2017	SIM/SINAS	EC	48,4
Cobertura vacinal da população de acordo com o Subprograma Nacional de Imunização - PNI (%)	Percentual	2021	SIPNI	95%	31%

Objetivo 1201 Ampliar e qualificar as Equipes da Atenção Primária de Saúde (APS) como ordenadora do cuidado nas redes de atenção, promovendo o acesso e resolutividade as ações e serviços da Atenção Básica

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar a cobertura de atenção básica de 40% para 100% em 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	40%	dez/20	20,00%	40,00%
Ampliar o número de equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) de 100 para 315 nos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	100	dez/20	70	145
Ampliar a cobertura de 599 (23,07%) para 1.895 de Agente Comunitário de Saúde (ACS) nos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	599	dez/20	420	876
Ampliar a informatização de 12 equipes para 315 equipes por meio da implantação do prontuário eletrônico cidadão	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	12	dez/20	90	213
Reduzir as internações por causas sensíveis (ICSAB) na atenção básica de 31,90% para 25% ao longo de 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	31,90%	dez/20	-2,90%	-4,00%
Ampliar a Cobertura de Saúde Bucal na Atenção Básica de 109 para 144	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	109	abr/21	7	28

Projetos

Nº	Nome	Descrição
002	Rede Belém de Saúde nas Comunidades	Ampliação e Manutenção da Cobertura da Atenção Primária à Saúde

Objetivo 1202 Garantir a Atenção Especializada de Saúde no nível Ambulatorial e Hospitalar de média e alta complexidade aos usuários do SUS

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Reduzir a mortalidade materna de 66,98 para 47,29 nos 4 anos (30%)	Abrangência Municipal	Taxa (/1000 NV)	66,98	mai/21	57,69	47,29%
Reduzir a mortalidade neonatal de 10,54 para 7,63 nos 4 anos (20%)	Abrangência Municipal	Taxa (/1000 NV)	10,54	mai/21	8,84	7,63
Implantar 60 novos leitos hospitalares	Abrangência Municipal	Taxa (/1000 NV)	353	mai/21	0	60
Implantar 24 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva e Unidade de Cuidados Intermediários (UTI e UCI)	Abrangência Municipal	Taxa (/1000 NV)	75	mai/21	0	24
Ampliar o número de partos normais e humanizados de 36,91 para 40,60%	Abrangência Municipal	Taxa (/1000 NV)	36,91	mai/21	0,03	6,90%
Ampliar de 68.475.404 para 75.322.944 o número de procedimentos especializados de média complexidade ambulatorial para população residente e referenciada. (aumento de 10%- 6.847.540 nos 4 anos)*	Abrangência municipal	Nº Absoluto	68.475.404	dez/20	1.711.885	5.135.655
Ampliar de 11.086.212 para 12.194.833 o número de procedimentos especializados de alta complexidade ambulatorial para população residente e referenciada (aumento de 10%- 1.108.621 nos 4 anos)	Abrangência municipal	Nº Absoluto	11.086.212	dez/20	277.155	831.466
Ampliar de 165.044 para 198.052 o numero de internações de média complexidade para população residente e referenciada. (aumento de 20%- 33.088 nos 4 anos)*	Abrangência municipal	Nº Absoluto	165.044	dez/20	8.252	24.757
Ampliar de 29.188 para 35.025 o numero de internações de alta complexidade para população residente e referenciada (aumento de 20%- 5.837 nos 4 anos)*	Abrangência municipal	Nº Absoluto	29.188	dez/20	1.459	4.378
Contratualizar 20 novos leitos de UTI Adulto Tipo II	Abrangência municipal	Nº Absoluto	67	jul/20	0	20
Ampliar serviço especializado em Saúde Bucal com a implantação de 3 Centro de Especialidades Odontológicas (CEOs) para 6 CEOS's	DAMOS, DABEL, DAOUT e DAICO	Nº Absoluto	3	abr/21	2	1

Atividades

Atenção Especializada Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade (MAC)

Projetos

Nº	Nome	Descrição
003	Hospital da Mulher e da Criança do Município de Belém	Implantação do hospital municipal para a mulher e a criança

Objetivo 1203 Aprimorar a Rede de Atenção às Urgência e Emergência (RUE), a nível ambulatorial e hospitalar

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Reduzir os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM) de 10,05% para 8,50% nos 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	10,05%	mai/21	0,55%	1%
Ampliar o Atendimento no Suporte Básico – SAMU de 1,20 para 1,30 nos 04 anos	Abrangência Municipal	Percentual	1,20%	mai/21	0,03	0,07

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Aprimorar e adequar os serviços de U/E, para melhoria e ampliação da cobertura das pessoas atendidas na Rede de Atenção às Urgências (RUE)	Serviços de U/E aprimorado e adequado

Atividades

Operacionalização, desenvolvimento e manutenção da Atenção as Urgências e Emergências na (RUE)

Objetivo 1204 Garantir o acesso às ações e serviços, e qualificar o atendimento das pessoas com deficiência na Rede SUS Municipal

Meta	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar a identificação precoce de deficiências na fase pré, peri e pós-natal de 5% para 30% Rede Primária de Atenção nos 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	5%	2020	5,00%	20,00%

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Instituir mecanismo para implementação de proteção aos direitos de pessoas com TEA	Mecanismos instituídos

Atividades

Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência

Objetivo 1205 Ampliar e qualificar o acesso as ações e serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), aprimorando a Política Municipal de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar ações de matriciamento dos CAPS para as equipes de profissionais da Atenção Básica nas 29 UBS de 25% para 100% nos 04 anos	Abrangência Municipal	Percentual	25%	jun /2021	25,00%	50,00%
Garantir aumento da oferta de cuidado em saúde mental com a inclusão de 02 Equipes Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT) na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	0	2

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Garantir leitos de Saúde Mental nos Hospitais Gerais Municipais. para atendimentos de situações de crises	Leitos para indivíduos em situação de crises e adoecimento mental garantidos
Garantir ações de reabilitação psicossocial, para integração comunitária e melhoria na qualidade de vida dos usuários atendidos nos CAPS	Ações de reabilitação psicossocial realizadas
Implementação do Centro Municipal de Atendimento para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (CEMATEA)	CEMATEA Implantado

Atividades

Fortalecimento da Atenção Psicossocial na RAPS

Objetivo 1206 Fortalecer as ações de vigilância dos agravos de maior incidência na população de Belém, com a implantação de novas estratégias de controle vetorial

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Qualificar a vigilância a saúde e o controle epidemiológico de 20% a 80% em 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	20%	mai/21	50,00%	10,00%
Investigar e bloquear 100% dos casos suspeitos de sarampo	Abrangência Municipal	Percentual	100%	mai/21	100,00%	100,00%
Ampliar a cobertura vacinal contra o sarampo de acordo com o calendário vacinal, de 51% a 95% nos 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	51%	mai/21	14,00%	30%
Ampliar a detecção de pessoas com hanseníase em Belém de 20% para 90%	Abrangência Municipal	Percentual	20%	mai/21	30,00%	40%
Ampliar a cobertura vacinal contra a COVID-19 de acordo com Calendário Nacional do PNI pelo Programa Belém Vacinada, de 40% a 90% até 2022	Abrangência Municipal	Percentual	40%	jul/21	50,00%	0,00%
Ampliar a testagem rápida em casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave, de 50.000 testes para 100.000 em 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	50.000	jul/21	25.000	25.000
Ampliar a identificação e rastreio das novas variantes do vírus Sars-COV-2, causador da COVID-19, de 0,10% a 2,00% nos 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	0,10%	jul/21	0,90%	1,00%
Ampliar a cobertura vacinal para crianças menores de 1 ano de idade de 141.268 doses para 185.570 doses, nos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	141.268	jun/21	28.232	16.070
Ampliar a cobertura vacinal com BCG-ID (Bacilo de Calmette-Guërin) dos contatos de casos de TB confirmados, de 37% para 95% nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	37%	jun/21	28,00%	30,00%
Ampliar a cobertura vacinal de acordo com Calendário Nacional do PNI pelo programa Belém vacinada, de 78% para 95% nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	78%	jun/21	7,00%	10,00%
Ampliar os ciclos de visita domiciliar, com mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Abrangência Municipal	Percentual	20,00%	mai/21	60,00%	-
Reduzir o número de casos de sífilis congênita no município de Belém em 15% ao ano	Abrangência Municipal	Percentual	-	jun/21	-15,00%	-45,00%
Reduzir o número de casos de sífilis em gestantes no município de Belém em 15% ao ano	Abrangência Municipal	Percentual	-	jun/21	-15,00%	-45,00%
Reduzir o número de casos de HIV no município de Belém em 15% ao ano	Abrangência Municipal	Percentual	-	jun/21	-15,00%	-45,00%
Ampliar o número de testes de HIV realizados em relação ao ano anterior, de 8.954 para 14.954 nos próximos 4 anos (67% de aumento)	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	8.954	jun/21	1500	4500
Ampliar o número de testes para sífilis realizados em relação ao ano anterior (8.000 para 10.940) nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	8.000	jun/21	1.200	1.740
Ampliar a média anual do Controle Reprodutivo de Cães e Gatos (Esterilização) de 7.000 cirurgias para 8.000 cirurgias nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	7.000	jun/21	8.000	24.000
Ampliar a vigilância zoosanitária de 75 visitas para 200 visitas nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	75	jun/21	75	50
Ampliar o número de ações de controle de animais sinantrópicos, de 21 para 130 nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	21	jun/21	79	30
Ampliar o número de ações de controle da Leishmaniose de 22 para 80 nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	22	jun/21	28	30
Ampliar o número de ações de controle da raiva humana e animal de 10 para 50 nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	10	jun/21	20	20

Ampliar o número e inspeções nos estabelecimentos sujeitos a ação de vigilância sanitária de 18.000 a 25.000 nos 4 anos.	Abrangência Municipal	N° absoluto	18.000	jul/21	540	6.460
Ampliar o número de análise de água para consumo humano de 780 para 26.640 nos 4 anos	Abrangência Municipal	N° absoluto	780	jul/21	11.220	14.640
Ampliar o monitoramento dos manipuladores artesanais de açaí de 1.000 para 3.000 nos 4 anos	Abrangência Municipal	N° absoluto	1.000	jul/21	500	1.500
Monitorar a implantação dos Núcleos de Segurança do Paciente (NSP) de 37 hospitais para 47 hospitais nos 4 anos.	Abrangência Municipal	N° absoluto	37	jul/21	5	5

Atividades
Operacionalização da Vigilância Epidemiológica no Enfrentamento da Pandemia da COVID-19 em Belém
Operacionalização das Ações de Vigilância em Saúde (DEVISA)
Operacionalização das Ações de Vigilância em Saúde

Objetivo 1207 Promover a atenção integral à Saúde do Trabalhador na vigilância, promoção, proteção e reabilitação da saúde dos trabalhadores, para redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos

Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Ampliar as ações de vigilância em saúde do trabalhador no município de Belém de 430 para 600 trabalhadores, no ambiente de trabalho	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	430	2020	43	127
Ampliar o número de municípios que realizam as ações de apoio institucional/matricial, em Saúde do Trabalhador na Região Metropolitana de Belém I (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara), de 2 para 5 municípios, conforme o Plano Estadual de Saúde (2020-2023)	Abrangência RMB I	Nº Absoluto	2	2020	1	2
Ampliar o quantitativo de notificações de acidentes e agravos relacionados ao trabalho de 1.320 para 1520 nos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1.320	2020	66	134
Ampliar o número de Comissão Local de Saúde do Trabalhador (CLST) nos estabelecimentos de saúde de 26 para 47 nos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	26	2020	6	15

Atividades
Operacionalização e Manutenção da Atenção Integral à Saúde do Trabalhador

Objetivo 1208 Fortalecer a integração ensino, serviço e comunidade na Rede de Atenção à Saúde do município de Belém, bem como fomentar o desenvolvimento da pesquisa e extensão, e qualificação profissional no âmbito do SUS municipal

Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Ampliar a cobertura das práticas de ensino dos cursos da área de saúde de instituições públicas e privadas de 61% nas unidades da rede de saúde municipal para 95%.	Município	Percentual	61%	2020	14,00%	20,00%

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Elaborar o Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) do município de Belém	Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) elaborado
Instituir o Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) em parceria com as instituições de ensino públicas e privadas	Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) instituído

Atividades
Qualificação do processo de trabalho profissional no âmbito da gestão e da Rede de Atenção à Saúde

Objetivo 1209 Promover a consolidação da gestão da política municipal de saúde pública

Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Ampliar o serviço de Ouvidoria do SUS Municipal de 12 para 13 Ouvidorias Setoriais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	12	2020	-	1
Ampliação e aparelhamento da rede física de atenção à saúde (UPA's, UBS's, Centros de Especialidades Odontológicas, CAPS, Hospitais e Nível Central da SESMA)	Abrangência Municipal	-	-	-	-	-

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Realizar Conferências Municipais de Saúde de Belém	Conferências Realizadas
Realizar Concurso Público	Concurso realizado
Realizar Processos Seletivos	Processo seletivo realizado
Informatização das Unidades de Saúde	Unidades de saúde informatizadas
Realinhamentos da estrutura organo funcional da Secretaria Municipal de Saúde (SESMA)	Estrutura organo funcional realinhada
Aquisição de Equipamentos de Informática e Comunicação.	Equipamentos de Informática, Tecnologia da Informação e comunicaçã

Atividades
Operacionalização da Infra-estrutura e manutenção da rede de atenção à saúde
Assistência Farmacêutica
Operacionalização das Ações Administrativas
Manutenção e Operacionalização do Hospital Veterinário Municipal

Belém com Segurança Cidadã

Código do Programa	1
Código do Subprograma	13
Orgão Principal	Guarda Municipal de Belém

Indicadores	**Unidade de medida**	**Data**	**Fonte**	**Índice do PPA 2022 - 2025**	
				Estimado para 2025 (A)	**Linha de Base (B)**
Número de Guardas a cada 100 mil Habitantes	Razão	2016	DO/GMB	EC	82
Número de Postos atendidos pela GMB	Nº Absoluto	2013-2017	DO/GMB	EC	768

Registro de Ocorrências Atendidas pela Guarda Municipal	Nº Absoluto	0	DO/GMB	EC	11.684
Número de atendimentos deocorrências por bases distritais	Nº Absoluto	2019	DO/GMB	EC	779
Servidores contemplados com capacitação	Nº Absoluto	2019	DE/GMB	EC	426

Objetivo 1301	Aprimorar e consolidar o Sistema de Gestão da Política de Segurança Pública Municipal, de modo a intensificar as ações de monitoramento e enfrentamento à criminalidade. Além de aprimorar a qualificação profissional do servidor da Guarda Municipal de Belém

Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Ampliar em 877 para 1500 a capacidade de atendimento às ocorrências por Demanda de Rua/Bases Distritais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	779	2019	178	445
Garantir o atendimento a 100% das ocorrências de violência contra a mulher, por demanda espontânea.	Abrangência Municipal	Percentual	30	2018	100%	100%
Ampliar de 17.450 para 20.942 o Patrulhamento Comunitário Escolar	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	17.450	2019	873	2.619
Ampliar de 15 para 200 os espaços supervisionados por sistema de vídeo monitoramento no município de Belém	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	15	2020	50	135
Ampliar de 30 para 130 dispositivos de atendimento do SOS da Paz em equipamentos públicos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	30	2019	25	75
Ampliar de 176 para 380 o quantitativo de crianças e adolescentes atendidos pelo projeto Anjos da Guarda.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	176	2020	50	154
Ampliar de 1.470 para 2.500 a capacidade de públicos participantes nas ações de prevenção à violência pelo Projeto Guarda Amigo da Escola	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1.470	2019	250	780
Capacitar 1.142 dos servidores em formação continuada	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1.142	2019	280	862
Alcançar 1.142 dos servidores com ações realacionados a qualidade de vida e saúde ocupacional dos servidores	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1.142	2019	280	862
Ampliar de 1.142 para 1.742 (600) o efetivo da Guarda Municipal de Belém por meio de concurso publico	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1.142	2020	0	600
Implantar Sistema de Gestão e Informação de Dados da Segurança Pública Municipal	Abrangência Municipal	Percentual	-	2020	25%	75%

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Ampliar a capacidade de atendimento da Banda de Música da GMB suas apresentações culturais da PMB	Capacidade de atendimento garantida
Efetivar a promoção e progressão funcional conforme estabelecido no plano e cargos carreiras e remuneração – PCCR	Promossões e progressões efetivadas conforme PCCR
Valorização de mérito aos servidores	Valorização de méritos efetivadas
Modernizar, aparelhar e manter 100% as unidades da Instituição	Unidades mantidas com totalidade de operacionalização
Ampliação e Reforma as unidades da Guarda Municipal de Belém	Unidades da Guarda Municipal de Belém ampliadas e reformadas
Efetivar o Plano Municipal de Segurança Pública	Plano municipal de segurança efetivado

Atividades
Aparelhamento e Manutenção Operacional da Guarda Municipal de Belém
Operacionalização e manutenção das ações primárias de prevenção à violência e garantia de direitos e cidadania
Operacionalização das ações de qualificação e valorização profissional
Operacionalização e manutenção da Gestão da Política de Segurança Pública Municipal

Projetos

Nº	**Nome**	**Descrição**
004	Sistema integrado de vigilância e vídeo monitoramento	Modernização e operacionalização das ações de monitoramento e intervenção à violência

Belém Bem Cuidada

Código do Programa	2
Código do Subprograma	21
Orgão Principal	Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN)
Orgãos Participantes	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova e UNA (PROMABEN) Agência Reguladora Municipal de Belém (ARBEL) Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL) Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) Coordenadoria Municipal de Turismo do Município de Belém (BELEMTUR) Secretaria Municipal de Economia (SECON) Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB) Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Áreas Protegidas de Responsabilidade do Município	Nº Absoluto	2017	SEMMA	2,5	3
Quantidade de ações de educação ambiental desenvolvidas no Município	Nº Absoluto	2013-2019	CEADC/SEMMA	EC	1331
População Atendida com Abastecimento de Água	Nº Absoluto	2018	SNIS	EC	1044423
População com coleta de esgoto	Nº Absoluto	2019	SNIS	EC	235469
Ligações faltantes para universalização do acesso a esgoto em Belém	Nº Absoluto	2019	SNIS	EC	227.614
Quantidade total de Resíduo Sólido Domiciliar e Resíduo Sólido Público Coletada pelo Agente Público	Tonelada	2018	SNIS	EC	709492
Canais construídos com a execução do Programa PROMABEN (Sub-bacia 1, 3 e 4)	Metros	2019	UCP/PROMABEN	EC	572
Patrimônio histórico em uso por agentes privados em atividades comerciais	Nº Absoluto	2017-2021	FUMBEL	EC	EC
Patrimônio histórico em uso para fins residenciais	Nº Absoluto	2017-2021	FUMBEL	EC	EC
Patrimônio histórico em uso pela administração pública municipal	Nº Absoluto	2017-2021	FUMBEL	EC	EC

Objetivo 2101 Melhoria na gestão da drenagem, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, limpeza urbana, abastecimento de água, meio ambiente e iluminação pública com redução dos riscos ambientais e urbanos para o desenvolvimento territorial sustentável e ordenado, para a melhoria da qualidade de vida.

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Implantar 61,2 Km de pavimentação e drenagem em vias no sistema viário do município de Belém	Abrangência Municipal	Km	1,45875	-	15,3	45,9
Recuperar e revitalizar 588,24 Km de vias no sistema viário do município de Belém	Abrangência Municipal	Km	3,5475	-	147,06	441,18
Recuperar 574 m de pontes para veículos no sistema viário do município de Belém	Abrangência Municipal	m	28,7	-	143,5	430,5
Recuperar 15.777 m de passarelas para pedestres no município de Belém	Abrangência Municipal	m	788,85	-	3944,25	11832,75
Otimizar em 100% os serviços prestados pelo atual sistema de manejo de resíduos sólidos, coleta, transporte, tratamento e deposição final.	Abrangência Municipal	%	96%	-	1%	3%
Otimizar em 100% os serviços prestados pelo atual sistema de limpeza urbana.	Abrangência Municipal	%	60%	-	10%	30%
Ampliar em 100% a coleta seletiva no município de Belém	DAMOS	%	1%	-	4%	7%
	DAOUT	%	1%	-	4%	7%
	DAICO	%	2%	-	5%	8%
	DABEL	%	3%	-	6%	9%
	DAGUA	%	2%	-	5%	8%
	DASAC	%	3%	-	6%	9%
	DAENT	%	1%	-	4%	7%
	DABEN	%	1%	-	4%	7%
Implantar 35 km de rede de abastecimento de água na Ilha de Cotijuba	DAOUT	Km	-	-	8	27
Implantar 8,8 km de rede de abastecimento de água no bairro do Fidélis	DAOUT	Km	-	-	3	5,8
Implantar 52 km de rede de microdrenagem	Abrangência Municipal	Km	2,14375	-	13	39
Manter 216 km de rede de microdrenagem do município	Abrangência Municipal	Km	8,9875	-	54	162
	DAGUA	Nº Absoluto	-	-	0,4	0,6

Integrar 03 bacias hidrográficas a programas de recuperação urbano-ambiental do município (Mata-fome, Ariri e Tucunduba-Lago Verde)	DASAC	Nº Absoluto	-	-	0,05	0,25
	DAENT	Nº Absoluto	-	-	0,05	0,25
	DABEN	Nº Absoluto	-	-	0,4	1
Reduzir em 40% a ocorrência de riscos ou ocorrência de sinistros ambientais	Municipal	%	-	-	10%	30%
Construção de 10 Praças e espaços de convivência	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	8
Reformar 60 praças e espaços de convivência	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	10	50
Ampliar de 4.500 pontos em LED para 92.000 mil pontos em LED	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	4.500	2020	43.750	43.750
Ampliar em 5% (4.750 novos pontos) o parque de iluminação pública (4.750 novos pontos)	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	92.000	-	2000	2750
Ampliar de 373 para 562 as ações de fiscalização	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	373	2020	75	114
Ampliar de 170 para 340 usuários atendidos para orientação técnica	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	170	2020	50	120
Executar 2.060 metros de macrodrenagem do tipo canais e galerias, das sub bacias 1,2, 3 e 4 da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova	DAGUA	m	-	2021	570	1.490
Implantar 3 Sistemas de Comportas nos canais da área do Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN II	DAGUA	Nº Absoluto	-	2021	1	2
Reabilitar 3.920 metros de canais de macrodrenagem na área do Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN II	Abrangência Municipal	m	-	2021	420	3.500
Implantar 12.760 metros de redes de microdrenagem na área do Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN II	DAGUA	m	-	2021	170	12.590
Executar/Revitalizar 8,87 km do sistema Viário da Bacia da Estrada Nova	DAGUA	km	-	2021	-	8,87
Construir 8 pontes para integração do Sistema Viário da Bacia da Estrada Nova	DAGUA	Nº Absoluto	-	2021	3	5
Construir 11 lombofaixas para pedestres no Sistema Viário da Bacia da Estrada Nova	DAGUA	Nº Absoluto	-	2021	-	11
Implantar 35.000 metros de rede de abastecimento de água no Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN II	DAGUA	m	-	-	0	35.000
Implantar 4.000 ligações intradomiciliar na área do Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN II	DAGUA	Nº Absoluto	-	2021	0	4.000
Implantar 51.000 metros de rede de esgoto sanitário na área do Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN II	DAGUA	m	-	-	0	51.000
Ampliar de 22% para 50% a arborização urbana (vias públicas) no município de Belém, em 4 anos.	Abrangência Municipal	%	22%	-	8%	20%
Ampliar de 120.000 para 270.000 o nº de árvores plantadas em Belém em 4 anos.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	120.000	-	37.500	112.500
Criar 10 das áreas de unidades de conservação e proteção ambiental em 4 anos.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	8
Realizar ações e processos educativos e informativos de forma participativa aos moradores e frequentadores das áreas tombadas	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	2	2
Reformar de 5 praças do centro histórico	DABEL	Nº Absoluto	-	-	2	3

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Urbanizar e requalificar trechos da orla fluvial	Orlas requalificadas urbanisticamente com qualidade ambiental e destinada como espaços de convivência social
Revisar e atualizar o Código de Postura Municipal	Código de posturas atualizado conforme realidade local com processos legalmente embasados
Revisar a Lei Complementar número 002/99 - Lei Complementar de Controle Urbanistico	Lei de uso e ocupação do solo atualizada de acordo com dinâmica urbana atual e efetivo controle do solo urbano
Implantar Estação de Tratamento de Esgoto na área do Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN	Estação de tratamento de esgoto - ETE construída e em operação
Estabelecer cooperação técnica para elaboração de projetos arquitetônicos, urbanísticos e ambientais	Cooperação técnica para elaboração de projetos encaminhados para a execução e efetivados
Requalificação e ampliação do Parque de Iluminação Pública	Parque de Iluminação Pública requalificado
Modernização da estrutura de gestão da política municipal de desenvolvimento urbano	Estrutura da gestão da política municipal de desenvolvimento urbano modernizada
Implantação do plano de normatização do lançamento de águas pluviais e esgotamento sanitário	Plano de normatização do lançamento de águas pluviais e esgotamento sanitário implantado
Implantação e Operacionalização do Comitê Permanente de Gerenciamento de Riscos e Desastres	Comitê Permanente de Gerenciamento de Riscos e Desastres implantado
Implantação do Plano Municipal de Educação Ambiental	Plano Municipal de Educação Ambiental implantado
Elaborar o Plano Municipal de Coleta Seletiva e Tratamento dos Resíduos Sólidos Reaproveitáveis	Plano Municipal de Coleta Seletiva e Tratamento dos Resíduos Sólidos Reaproveitáveis elaborado
Elaborar Plano Municipal de Fiscalização da Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Plano Municipal de Fiscalização da Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário elabo
Elaborar Manual de Orientação dos Direitos e Deveres dos Usuários dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Manual de Orientação dos Direitos e Deveres dos Usuários dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento S
Estruturar Sistema de Informação Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Sistema de Informação Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário estruturado
Implantar o Plano de Normatização do Lançamento de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário	Plano de Normatização do Lançamento de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário implantado
Integrar 03 bacias hidrográficas a programas de recuperação urbano-ambiental do município (Mata-fome, Ariri e Tucunduba-Lago Verde)	Bacias Hidrográficas Integradas
Implantação, reforma e requalificação de praças e áreas verdes públicas	Áreas verdes públicas implantadas, reformadas e requalificadas
Elaborar Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Belém - CHB e das áreas de interesse à preservação	Plano elaborado e implementado
Reformar as edificações próprias do Município, sob a guarda da FUMBEL, conservadas e reformadas com a capacidade de atendimento e de receber atividades culturais otimizadas	Edificações reabilitadas com capacidade de atendimento ao público e promotoras de atividades culturais otimizadas
Identificar e diagnosticar imóveis de interesse à preservação histórica passíveis de uso habitacional	Diagnóstico e identificação realizados com encaminhamento ao órgão gestor do patrimônio para elaboração de projeto de restauração / readequação
Desenvolver projeto habitacional especifico para habitação em imóveis de interesse à preservação destinados à diferentes públicos-alvo conforme renda	Programa habitacional específico elaborado com formas de financiamento diferenciadas e instituição de legislação específicas que assegurem os direitos de uso e ocupação das áreas de interesse de preservação histórica
Restaurar ou reformar imóveis de interesse à preservação do patrimônio histórico sob gestão da PMB	Imóveis restaurados ou reformados disponibilizados para acesso público (continuidade das obras do Palácio Antônio Lemos e Cinema Olympia)
Requalificação urbanística das áreas e imóveis de interesse à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural	Áreas e imóveis de interesse à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural requalificados

Atividades
Construção, reforma e requalificação urbanística de logradouros e prédios públicos
Desenvolvimento de estudos e pesquisas para a regulamentação dos instrumentos de controle e regularização do espaço público
Operacionalização e manutenção das atividades de fiscalização, controle, licenciamento de atividades e empreendimentos

Desenvolvimento, execução e operacionalização de projetos urbanísticos e ambiental
Desenvolvimento da Padronização e Normatização dos Serviços Reguladores de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Construção, terraplenagem, pavimentação, drenagem e manutenção da malha viária
Construção e manutenção de obras especiais (pontes para veículos e passarelas para pedestres)
Expansão, operacionalização e manutenção do sistema de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos
Operacionalização e manutenção dos serviços de limpeza urbana
Operacionalização e manutenção da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC)
Gerenciamento do Plano Municipal de Manejo e Tratamento de Resíduos Sólidos
Fiscalização, monitoramento e controle ambiental
Educação ambiental e desenvolvimento comunitário
Gerenciar o Plano Municipal de Manejo e Tratamento de Resíduos Sólidos
Bem-estar animal: manutenção e conservação do bem-estar animal

Projetos

Nº	Nome	Descrição
005	Belém Bem Cuidada: Macrodrenagem Ariri-Bolonha	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras para o sistema de macrodrenagem do 'Ariri-Bolonha'
006	Belém Bem Cuidada: Macrodrenagem Mata Fome	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras para o sistema de macrodrenagem do 'Mata Fome'
007	Belém Bem Cuidada: Macrodrenagem Paracuri	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras para o sistema de macrodrenagem do 'Paracuri'
008	Belém Bem Cuidada: PROMABEN	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras para o sistema de macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova e do Una
009	Belém Bem Cuidada: Macrodrenagem	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras para sistemas de macrodrenagens
010	Belém Bem Cuidada: Microdrenagem	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras para sistemas de microdrenagens
011	Belém Bem Cuidada: Limpeza Urbana	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras para limpeza urbana
012	Belém Bem Cuidada: Pavimentação	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras para pavimentação
013	Belém Bem Cuidada: Gestão dos Resíduos Sólidos	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras para a gestão dos resíduos sólidos
014	Belém Bem Cuidada: Belém Bem Iluminada	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras para a iluminação pública
015	Belém Bem Cuidada: Ilhas	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras para saneamento, limpeza urbana e outros serviços nas ilhas da cidade
016	Belém Bem Cuidada: Arborização Urbana	Produção de mudas e implantação de corredores arborizados
017	Belém Bem Cuidada: Unidades de conservação e áreas especiais	Implantação de unidades de conservação e áreas especiais
018	ConViver Belém	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras para o centro histórico da cidade
019	Patrimônio da Nossa Gente	Estruturação e operacionalização da gestão da política de preservação do patrimônio histórico

Belém, Nossa Moradia

Código do Programa	2
Código do Subprograma	22
Orgão Principal	Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)
Orgãos Participantes	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Déficit Habitacional Urbano	%	2015	IBGE/FJP	EC	99.434
Déficit Habitacional Rural	%	2015	IBGE/FJP	EC	2.400
Déficit Habitacional Relativo	%	2015	IBGE/FJP	EC	15,3
Unidades habitacionais entregues (em construção)	Taxa	2020	SEHAB	EC	EC
Atendimento a concessão de cheque moradia (em construção)	Taxa	2020	SEHAB	EC	EC
Terrenos não regularizados	Taxa	2010	IBGE	EC	0,54
Titulos emitidos no Subprograma Chão Legal	Nº Absoluto	2016-2019	CODEM	EC	1403

Objetivo 2201 Atender à demanda por unidades habitacionais, regularização fundiária e serviços relativos a moradia para a população residente em zonas especiais de interesse social (ZEIS) e em situação de vulnerabilidade social.

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Reduzir o déficit habitacional de interesse social em 10% com a entrega de 7.240 unidades habitacionais à população de baixa renda (72.401 – FJP, 2010)	Abrangência Municipal	%	-	-	4%	6%
Promover a melhoria da habitabilidade de famílias em situação de vulnerabilidade social, ampliando de 1.311 para 4.000 a concessão de Cheque Moradia.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	600	2089

Promover a regularização em 20.000 lotes	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	199.200	2010	5.000	15.000

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Elaboração de 2 planos de urbanização em área especial de interesse social para moradia	Planos de Urbanização elaborados
Revisão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social	Plano revisado e atualizado conforme atual e diagnóstico de áreas de aglomerado subnormal ou de interesse social
Elaborar 2 planos de urbanização nas áreas de regularização de interesse social	Plano de urbanização elaborado
Conclusão e entrega de unidades habitacionais PAC (Vila da Barca, Vila da Barca/Arthur Bernardes, Portal da Amazônia)	Obras concluídas e entregues
Conclusão e entrega de unidades habitacionais MCMV (Pratinha, Viver Outeiro, Viver Mosqueiro)	Obras concluídas e entregues
Construção e entrega de unidades habitacionais próprias do Município (unidades habitacionais ribeirinhas e outras)	Obras concluídas e entregues

Atividades
Desenvolvimento e operacionalização dos estudos, projetos e obras para habitação
Operacionalização e manutenção da Concessão do aluguel social
Concessão de Cheque Moradia Municipal
Desenvolvimento e operacionalização de programas e projetos de urbanização em assentamentos precários
Desenvolvimento, operacionalização e articulação de políticas de inclusão socioeconômica nas áreas atendidas pela regularização

Projetos

Nº	**Nome**	**Descrição**
020	Lotes Urbanizados	Desenvolvimento e Produção de lotes urbanizados
021	Escritório de Moradia Popular nos Bairros	Implantação de Serviços e Operacionalização da Assistência Técnica e jurídica para habitação de interesse social
022	Terra da Gente	Estratégia de regularização fundiária do município de Belém

Belém Integrada e Acessível

Código do Programa	2
Código do Subprograma	23
Orgão Principal	Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB)
Orgãos Participantes	Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB)
	Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN)
	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM)

Indicadores	**Unidade**	**Data**	**Fonte**	**Índice do PPA 2022 - 2025**	
				Estimado para 2025 (A)	**Linha de Base (B)**
Demonstrativo de Ocorrências no trânsito atendidas por Agentes de Trânsito	Nº Absoluto	2018	SEMOB	EC	1.123
Transporte de média e alta capacidade por 100.000 habitantes - RTR (Rapid Transit to Resident)	Razão	2020	SEMOB	EC	2,83
Rede de ciclovias implementadas pela prefeitura	Metros	2013-2016	SEMOB	EC	6.250

Objetivo 2301 Garantir e Promover o direito a cidade através da integração, da mobilidade urbana e da acessibilidade nos espaços e serviços públicos

Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Garantir frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência (total de coletivos 1.848)	Abrangência Municipal	%	100%	2020	100%	100%
Integrar os diversos espaços urbanos com a ampliação da malha cicloviária de 111,2 km para 231,2 km	Abrangência Municipal	Km	111,2	2020	30 Km	90 Km
Aumentar em 50% a oferta de estacionamento público de bicicletas.	Abrangência Municipal	%	-	-	15%	35%
Operacionalização do Sistema Integrado BRT Augusto Montenegro e Centenário em 100%	Abrangência Municipal	%	-	-	25%	75%
Ampliação dos corredores e faixas exclusivas de ônibus em 50%	Abrangência Municipal	%	-	-	15%	35%
Desenvolver 96 (24 ao ano) projetos de educação para a mobilidade em 8 Distritos Regionais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	24	96
Dotar 100% a malha rodoviária pavimentada com sinalização vertical e horizontal em “bom e ótimo” estado	Abrangência Municipal	%	-	-	100%	100%
Urbanização 6,5 km da Avenida Augusto Montenegro em perímetro de requalificação urbanística do BRT	DABEL, DAICO	Km	-	-	3,5 km	3 km
5,5 km de pavimento rígido, estações e urbanização Centenário	Av. Centenário	Km	-	-	2 km	3,5 km
Adequar 35 km de calçadas acessíveis	DABEN	Km	-	-	15 km	25 km

Ações	**Produto**
Implantação de terminais hidroviários e Portos	**Terminais Implantados**
Requalificar e urbanizar vias públicas	Vias públicas com qualidade de acessibilidade
Implantar Sistema de Transporte Público Fluvial, com linha regular integrada ao BRT	Sistema fluvial implantado com linha regular integrada ao BRT

Concluir as obras de estruturação viária e requalificação urbanística do BRT Augusto Montenegro	BRT Av. Augusto Montenegro concluído

Atividades

Desenvolvimento e operacionalização do sistema municipal de mobilidade e acessibilidade urbana
Desenvolvimento da educação integrada para o trânsito e cidadania
Operacionalização, manutenção e ampliação dos serviços e dos instrumentos legais de fiscalização e controle para o trânsito seguro.

Projetos

Nº	Nome	Descrição
023	Belém Acessível	Desenvolvimento, operacionalização e ampliação dos modos de transporte não convencionais
024	Integra Belém: Sistema de Operação	Implantação do sistema integrado de operação do Sistema BRT - Belém
025	Integra Belém: Projetos e Obras	Desenvolvimento de Projetos e Obras de Estruturação viária e requalificação urbanística

Economia, Turismo, Inovação e Inclusão Produtiva

Plano Plurianual 2022-2025

Belém: Cidade Inovadora, Inteligente e com Inclusão Produtiva

Código do Programa	3
Código do Subprograma	31
Orgão Principal	Secretaria Municipal de Economia (SECON)
Orgãos Participantes	Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP) Banco do Povo de Belém (Fundo Ver o Sol) Coordenadoria Municipal de Turismo do Município de Belém (BELEMTUR) Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN) Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém (CODEM) Companhia de Tecnologia da Informação de Belém (CINBESA) Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Pessoal ocupado	Nº Absoluto	2019	IBGE	EC	432.641
Número de mulheres inscritas no '"Donas de Si"	Nº Absoluto	2021	Banco do Povo	1.000	EC
Número de mulheres do "Donas de Si" que constituiram CNPJ (MEI)	Nº Absoluto	2020	Banco do Povo	50	EC
Feiras no Município de Belém	Nº Absoluto	2016	SECON	EC	35

Objetivo 3101 Fomentar o desenvolvimento econômico sustentável por meio do incentivo à capacitação, inclusão produtiva, microcrédito, recursos tecnológicos e reestruturação comercial.

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Capacitar 6.000 pessoas, dentre empreendedores e empregabilidade	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1.200	4.800
Criar parceria com 100 empresas e/ou instituições para banco de vagas no mercado de trabalho.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	20	80
Criar a Central de Intermediação de Trabalhadores Autônomos – CITA e incentivar a formalização de trabalho de 1.400 trabalhadores autônomos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1.050	350
Inserir 3.000 pessoas no mercado de trabalho	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	750	2.250
Atender 4.000 pessoas com capacitação e ações de educação financeira, empreendedorismo, turismo, gastronomia e outros temas.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1.000	3.000
Atender 50.000 turistas ao ano	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	12.500	37.500
Atrair 100 investidores nacionais e internacionais para investir na gastronomia regional	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	25	75
Organizar 02 corredores econômicos inteligentes atendendo a sociedade belemense	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	1
Legalizar 600 novos empreendedores por ano	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	600	1.800
Promover 06 (seis) estudos estratégicos para aptidão de programas econômicos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	6	0
Implantar serviços de fiscalização e controle, com padronização de equipamentos em 11 (onze) vias do centro histórico de Belém.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	3	8
Implantar serviços de fiscalização e controle, com padronização de equipamentos em 60 (sessenta) praças	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	18	42
Implantar serviços de fiscalização e controle, com padronização de equipamentos em 44 Unidades de abastecimento	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	13	31
Implantar serviços de fiscalização e controle, com padronização de equipamentos em 34 feiras temáticas e/ou itinerantes	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	10	24
Realizar 50 edições da atividade "Feira da Gente"	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	20	30
Executar obras físicas com reforma, revitalização e manutenção em 20 unidades de abastecimento	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	16	4
Adquirir 3.000 equipamentos de padronização e adequação funcional para permissionários em unidades de abastecimentos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2.250	750
Realizar 4 Festivais / Forum do Açaí	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	3
Realizar 5 campanhas educativas de caráter permanente nos espaços culturais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	4
Promover 15 ações de educação patrimonial nas escolas municipais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	3	12
Promover 15 ações de educação patrimonial nos espaços sob gestão municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	3	12

Organizar a comercialização para 200 pequenos empreendedores locais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	50	150
Realizar anualmente 04 feiras temáticas: Feira do Círio de Nazaré, Feira Pascal, Feira Junina e Feira Natalina	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	4	12
Realizar 04 Circuitos "Comida de Feira"	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	3
Realizar 02 eventos internacionais consolidando Belém como centro de gastronomia da Amazônia	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	1
Implementar novo formato de gestão (Condomínios Participativos) em 105 logradouros de atividades comerciais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	50	55
Ordenar as atividades comerciais no centro histórico com a participação de 320 ambulantes	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	160	160
Ampliar de 84 para 3.680 o número de mulheres capacitadas/qualificadas	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	84	jul-21	920	2.760
Capacitar 15.000 empreendedoras/es individuais e coletivos da Economia Solidária, Criativa e Cooperadas.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1668	2020	5.000	15.000
Ampliar de 23 para 15.000 o número de crédito solidário	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	23	dez-19	5.000	15.000
Ampliar de 1.200 para 2.400 a capacidade de produção diária de refeições subsidiada aos cidadãos e cidadãs de Belém	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1.200/dia	2.400/dia
Ampliar a Qualificação e Capacitação de 1.900 para 3.600 trabalhadores/as do mercado formal e informal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1.900	2019	1.000	700
Realizar 5 campanhas de fomento ao turismo local: Amigo do Turista (festividade do Círio de Nazaré), Festival do Selo Gastronômico e Festival do Açaí	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	3
Construção de mercados e feiras municipais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	2
Ampliar de 40 USD para 100 USD o gasto médio do turista em Belém	Abrangência Municipal	USD	40	2019	15	45
Ampliar de 300 para 2.000 a rede de capacitação de atendimento ao turista para os servidores públicos e dos profissionais de suporte ao turismo	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	300	2019	500	1500

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Elaborar e implementar o Plano de Retomada econômica de Belém	Plano de retomada econômica elaborado e implementado
Realização de Diagnósticos Produtivos Rural 2022 - 2024	Diagnóstico produtivo realizado
Realizar Conferência Municipal de Produtores Rurais e Urbanos	Conferência municipal realizada
Implantar Centro de Agricultura Urbana	Centro de agricultura urbana implantada e em funcionamento
Implementar o Programa Municipal de Economia Solidária	Programa Municipal de Economia Solidária implementado
Criar Polo de Industrialização da Cadeia do Açaí	Polo criado implantado e operacionalizado
Criar espaço de co-working público	Espaço de co-working público criado implementado e em funcionamento
Implementação de condomínios participativos nas feiras, praças e mercados	Feiras, praças e mercados com condomínios participativos
Reforma de mercados e feiras municipais	Feiras e mercados municipais reformados
Implantar sistema integrado de qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho	Sistema implementado e integrado à central de intermediação de trabalhadores autônomos

Atividades
Operacionalização da gestão dos equipamentos municipais de abastecimento e distribuição da produção com acesso à população de serviços prestados
Desenvolvimento e ampliação do microcrédito (Crédito Solidário)
Desenvolvimento e Operacionalização da formação, qualificação e capacitação de profissionais na geração de trabalho, emprego e renda.
Desenvolvimento e apoio à economia solidária e à arranjos produtivos locais
Alimentação Solidária - Desenvolvimento e Operacionalização do Restaurante Popular
Desenvolvimento e Operacionalização de formação, qualificação e capacitação profissional ao mercado de trabalho

Projetos

Nº	**Projetos**	**Descrição**
026	Cidade Inovadora e Inteligente: Recuperação Econômica	Desenvolvimento econômico inclusivo, com sustentabilidade, modernização tecnologica e infraestrutura
027	Donas de Si	Desenvolvimento e operacionalização da capacitação, qualificação profissional e da inclusão produtiva

Belém com Turismo para o Desenvolvimento Socioeconômico

Código do Programa	3
Código do Subprograma	32
Orgão Principal	Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR)
Orgãos Participantes	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEGEP)
	Secretaria Municipal de Economia (SECON)
	Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém (CODEM)
	Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL)

Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)
Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque "Professor Eidorfe Moreira" (FUNBOSQUE)
Coordenadoria da Mulher de Belém (COMBEL)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Fluxo de Turista	Nº Absoluto	2018	CEPI/Setur-PA	EC	638.284
Renda (US$) gerada pelo turismo em Belém	US$	2017	DGDR/INF.	EC	132.206.337
Número mínimo de dias de permanência do turista na cidade	Nº Absoluto	2020	ABIH	5	3
Taxa de ocupação dos Hotéis	%	2020	ABIH	0,5	0,4

Objetivo 3201 Promover e incentivar o turismo como atividade estratégica para o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e inclusivo

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Realizar 5 campanhas de fomento ao turismo local: Amigo do Turista (festividade do Círio de Nazaré), Festival do Selo Gastronômico e Festival do Açaí	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	3
Ampliar de 40 USD para 100 USD o gasto médio do turista em Belém	Abrangência Municipal	USD	40	2019	40	100
Ampliar de 300 para 2.000 a rede de capacitação de atendimento ao turista para os servidores públicos e dos profissionais da rede da infraestrutura de suporte ao turismo	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	300	2019	500	1500

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Implantar Roteiros Turísticos de Base Comunitária na região insular, para geração de renda nas comunidades e valorização da cultura amazônica.	Geração de renda nas comunidades e valorização da cultura amazônica por meio da impantação de Roteiros Turísticos de Base Comunitária no DAOUT e DAMOS

Atividades

Manutenção e ampliação da rede física de atendimento ao turista
Fortalecimento da gestão municipal da política de turismo
Desenvolvimento, captação e operacionalização do marketing local do turismo de negócio/local

Projetos

Nº	Nome	Descrição
028	Belém das Ilhas	Desenvolvimento de estudos, projetos e obras ligados a infraestrutura e outros serviços ligados ao turismo insular

Bora Belém: Combate à extrema pobreza

Código do Programa	4
Código do Subprograma	41
Orgão Principal	Fundação Papa João XXIII (Funpapa)
Orgãos Participantes	Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Número de pessoas beneficiadas pela Renda Cidadã	Nº Absoluto	2021	FUNPAPA	22.000	7.000
Número de pessoas cadastradas para seleção de beneficio Renda Cidadã	Nº Absoluto	2021	FUNPAPA	EC	EC
Número de Mulheres Beneficiadas pela Renda Cidadã	Nº Absoluto	2021	FUNPAPA	EC	EC
Taxa de famílias em situação de pobreza (%)	Taxa	2020	CECAD	EC	8,28%
Taxa de famílias em situação de extrema pobreza (%)	Taxa	2020	CECAD	EC	31,90%

Objetivo 4101 Garantir a proteção social à indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social com assistência e renda cidadã

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar de 7 mil para 22 mil a inserção de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza, inscritas no Cadastro único, no programa Bora Belém	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	7000	jan/21	4.000	11.000

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Realização de busca ativa de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no município de Belém.	Busca Ativa realizada
Atendimento e Acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social por meio dos equipamentos socioassistenciais	Famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas e acompanhadas

Projetos

Nº	Nome	Descrição
029	"Bora Belém" - Renda Cidadã	Renda básica municipal na estratégia de combate a situação de extrema pobreza

Belém, Cidade Acolhedora

Código do Programa	4
Código do Subprograma	42
Orgão Principal	Fundação Papa João XXIII (Funpapa)
Orgãos Participantes	Gabinete do Prefeito (GAB.PMB) Coordenadoria da Mulher de Belém (COMBEL) Coordenadoria Antirracista de Belém (COANT) Coordenação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (COPSAN) Coordenadoria Municipal da Diversidade Sexual (CDS)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Inserção de famílias e ou indivíduos em situação de vunerabilidade social no Cadastro Único	Nº Absoluto	2020	FUNPAPA	526.252	263.126
Número de acesso de indivíduos beneficiários do Subprograma Bolsa família e no no Subprograma de transferência de renda cidadã - Bora Belém	Nº Absoluto	2020	FUNPAPA	275.904	137.952
Número de prestação de serviços socioassistenciais à famílias e ou indivíduos em situação de vulnerabilidade residentes na região insular	Nº Absoluto	2020	FUNPAPA	17.000	10.000
Número de inserção dos usuários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, no Cadastro Único	Nº Absoluto	2020	FUNPAPA	11.618	55.309
Número de prestação de serviços socioassistenciais à População em Situação de Rua	Nº Absoluto	2020	FUNPAPA	1.456	728

Objetivo 4201 Garantir a proteção social à indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos - Proteção Social Básica

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar o número de famílias beneficiadas/ano pela cobertura de proteção social básica de 60.000 para 80.000.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	60.000	jan.-21	5.000	15.000

Ampliar a inserção de famílias e ou indivíduos em situação de vunerabilidade social no Cadastro Único de 263.126 para 526.252.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	263.126	jan.-21	65.782	197.345
Ampliar o acesso de 137.952 para 275.904 indivíduos beneficiários do Programa Bolsa família, Bora Belém e BPC em estratégias de inclusão produtiva.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	137.952	jan.-21	34.488	103.464
Ampliar de 10 mil para 17 mil a prestação de serviços socioassistenciais à famílias e ou indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social residentes na região das ilhas, povos e comunidades tradicionais	DAOUT, DAMOS, DAICO, DAGUA	Nº Absoluto	10.000	jan.-21	1.752	5.248
Ampliar de 2 mil para 4 mil a concessão de Benefícios Eventuais para familias e ou individuos na modalidade nascimento, morte,calamidade pùblica e vunerabilidade temporarias, observadas as contigencias e riscos, perdas e danos que estão sujeitos cidadoes e familias	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	2.000	jan.-21	500	1.500
Ampliar o atendimento de Migrantes e Refugiados nos CRAS de 424 para 848	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	424	jan.-21	106	318

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Implantação do Serviço de Proteção Social Básica Domiciliar para Pessoas com Deficiência e idosos nos CRAS existentes.	Serviço implementado
Ampliação e qualificação do atendimento para populações e povos e comunidades tradicionais	População atendida

Atividades
Desenvolvimento, ampliação e operacionalização dos serviços de proteção social básica

Objetivo 4202 Garantir a proteção social à indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Ampliar em 100% a cobertura de atendimento dos serviços à famílias e indivíduos em situação de violação de Direitos (de 2729 para 5458)	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	2729	jan./21	683	2046
Reduzir de 570 para 0 o número de crianças em situação de trabalho infantil e de adolescentes em situação de trabalho desprotegido	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	570	jan./21	-142	-428
Ampliar de 728 para 1.456 a prestação de serviços socioassistenciais à População em Situação de Rua	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	728	jan./21	182	546
Ampliar o atendimento de Migrantes e Refugiados nos CREAS e Centros POP'S de 426 para 852	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	426	jan./21	106	320
Ampliar de 820 para 1.640 a cobertura de acolhimento /atendimento dos serviços às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos com vínculos familiares rompidos e ou fragilizados .	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	820	jan./21	205	615
Garantir o acolhimento de 80 famílias no Serviço Família Acolhedora.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	jan./21	20	60
Acolher 40 jovens egressos do serviço de acolhimento institucional, de forma transitória, objetivando alcançar a sua autonomia sócio-ecônomico.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	jan./21	10	30
Atender pessoas idosas em situação de rua e/ou abandono, em espaço de acolhimento institucional longa permanência.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	0	jan./21	-	20
Atender pessoas adultas em situação de rua e/ou vitimas de diferentes formas de discriminação, em espaço de acolhimento institucional, de forma transitória.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	0	jan./21	-	20
Institucionalizar espaços de acolhimento para atendimento de Migrantes e Refugiados no município de Belém.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	200	jan./21	100	300
Ampliar em 100% o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica.	Abrangência Municipal	Percentual	43	jan./21	25%	75%
Ampliar em 100% o acolhimento de Crianças de 7 a 11 anos, em situação de violações de direitos.	Abrangência Municipal	Percentual	247	jan./21	25%	75%

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Reordenar e regulamentar o atendimento e o acolhimento de Migrantes e Refugiados.	Atendimento regulamentado
Reordenar e pactuar o serviço de acolhimeto para população em situação de rua	O serviço de acolhimento reordenado com pactuação
Regulamentar, implantar e implementar o serviço de família acolhedora.	O serviço de atendimento de acolhimento de crianças e adolescentes em família acolhedora.
Implantar pactuar e implementar o serviço de acolhimento institucional de forma transitória para jovens egressos, objetivando alcançar a sua autonomia sócio-ecônomico.	Serviço de acolhimento institucional de forma transitória para adolescentes egressos implantado
Implantar pactuar e implementar o serviço institucional de acolhimento institucional longa permanência para pessoas idosas em situação de rua e/ou abandono.	Serviço institucional de acolhimento institucional longa permanência para pessoas idosas implantado
Fortalecer o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica.	O atendimento de mulheres em situação de violência doméstica.
Fortalecer o atendimento de Crianças e adolescentes em situação de violações de direitos.	Atendimento de Crianças e adolescentes em situação de violações de direitos.
Implantar espaço de acolhimento provisório para Migrantes e refugiados.	Espaço implantado
Ampliar atendimento das famílias e indivíduos em situação de calamidade pública e sinistro.	População atendida
Implantar o Fórum Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, instituído pelo Decreto N° 96.656-PMB, de 24 de abril de 2013.	Fórum implantado com garantia da participação e do acesso aos espaços democráticos.
Implantar o Núcleo Socioeducativo Interinstitucional para qualificar o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto.	Núcleo socioeducativo implantado.
Realizar pesquisa e diagnóstico acerca do Trabalho Infantil e População em Situação de Rua no município de Belém.	Resultado da Pesquisa.
Desenvolver Ações Estratégicas para a redução do Trabalho Infantil - AEPETI - Belém sem Trabalho Infantil: Programa Bruno Secchi	Programa implantado
Implantação de um Centro Pop para a Assistência Integral à população em situação de rua	Centro Pop implantado
Casa de Passagem LGBTQIA+	Casa de Passagem implantada
República para Atendimento à pessoas e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social.	República para Atendimento à pessoas e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social implantada
Espaço de acolhimento institucional longa permanência, pessoas idosas em situação de rua e/ou abandono.	Espaço de acolhimento institucional longa permanência implantado

Atividades
Desenvolvimento, ampliação e operacionalização dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade

Objetivo 4203 Aprimorar e consolidar a gestão da política de assistência social

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar o quantitativo de servidores efetivos do quadro funcional FUNPAPA para 766.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	515	jan./21	0	251
Ampliar o número de Conselhos Tutelares de 08 para 10.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	8	jan./21	0	2
Implementar as condições de acessibilidade nos espaços socioassistenciais, em 100%.	Abrangência Municipal	Percentual	40%	jan./21	25%	75%
Implantar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, em todos os conselhos tutelares, em 100%.	Abrangência Municipal	Percentual	-	jan./21	25%	75%
Garantir as Conferências Municipais de Assistência Social, Criança e do Adolescentes e demais segmentos, em 100%.	Abrangência Municipal	Percentual	-	jan./21	25%	75%
Garantir a eleição dos Conselhos Tutelares em 100%.	Abrangência Municipal	Percentual	-	jan./21	0%	100%
Ampliar a Gestão do Trabalho e fomento da capacitação e educação permanente, em 100%.	Abrangência Municipal	Percentual	60%	jan./21	25%	75%

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Construção, Ampliação, reforma e aparelhamento da rede física de atendimento.	Rede física de atendimento ampliada e reformada.
Ampliar a cobertura dos benefícios eventuais	Cobertura ampliada
Implantar e implementar Equipes Volantes para serviços das PSB E PSE	Equipe constituída
Implantar equipes nos espaços da rede socioassistencial à LGBTQIA+ e a População em Situação de Rua.	Equipe implantada

Atividades
Operacionalização e manutenção das atividades dos conselhos tutelares
Operacionalização e manutenção das unidades de atendimento da rede municipal de assistência
Qualificação da gestão da política de assistência social e garantia dos direitos no município.
Operacionalização e Manutenção das Atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - COMDAC
Operacionalização das Ações Administrativas
Garantia da Concessão de Benefícios Eventuais

Objetivo 4204 Promover o direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar, por meio de realizações de projetos e ações, em prol da consolidação da política municipal de segurança alimentar e nutricional.

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Fabricar diariamente pães de semente de açaí	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2.000/dia	2.000/dia
Distribuir anualmente cestas do Projeto Nutrir Juntos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1.000	3.000
Implantar anualmente Hortas Comunitárias	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	23
Implantar anualmente Quintais Ecológicos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	24
Realizar anualmente Oficinas de Reaproveitamento Alimentar e Alimentação Saudável	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	8	17
Realizar encontros interinstitucionais e públicos de segurança alimentar e nutricional	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	0	3

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Elaborar e publicar revistas científicas e cartilhas	Revistas e cartilhas elaboradas, editadas, publicadas e distribuídas com acesso à população
Implantação de Quintal Ecológico (Mão na Terra)	Quintais Ecológicos Implantados
Implantar Banco de Dados sobre Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional	Banco de dados implantado com infromações acessíveis à população

Atividades
Desenvolvimento e operacionalização da Cesta Nutrir Juntos
Desenvolvimento e operacionalização de tarefas ligadas a hortas comunitárias
Produção de Pães da Semente do Açaí

Belém da Diversidade, dos Povos e dos Direitos Humanos

Código do Programa	4
Código do Subprograma	43
Orgão Principal	Gabinete do Prefeito (GAB.PMB)
Orgãos Participantes	Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (SECDH) - A criar
	Coordenadoria da Diversidade Sexual (CDS)
	Fundação Papa João XXIII (Funpapa)
	Coordenadoria Antirracista de Belém (COANT)
	Coordenadoria da Mulher de Belém (COMBEL)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)

Número de Servidores capacitados em formação em Direitos Humanos	Nº Absoluto	2021	SEGEP	EC	EC
Número de anulos matriculados na rede municipal em formação em Direitos Humanos	Nº Absoluto	2021	SEGEP	EC	EC
Número de comunidades locais capacitadas para acesso ao mundo do trabalho e ao sistema de garantia de direitos	Nº Absoluto	2021	SEGEP	EC	EC
Monitoramento de casos de violações dos Direitos Humanos	Nº Absoluto	2021	SEGEP	EC	EC

Objetivo 4301 Garantir a proteção, as redes de apoio, a atenção, o acesso, o atendimento dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, a igualdade de gênero e a diversidade sexual

Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Atender, acompanhar e monitorar 120 casos de violação dos direitos humanos/ano	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	120	360
Realizar mutirões cada 2 meses nos bairros, distritos e região insular para oferta de serviços em cidadania descentralizados.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	600%	2400%

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Implantar Curso de Especialização Lato Sensu em Direitos Humanos para Servidores Públicos do Município de Belém com 2 turmas criadas	Curso implantado e em funcionamento para a qualificação de servidores municipais
Capacitar em áreas correlatas aos direitos humanos para servidores/as municipais (Guarda Municipal, Servidores da Educação, Saúde e Assistência Social)	Ações de capacitação destinadas aos servidores municipais realizadas
Formar adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Ensino como multiplicadores do “Enfrentamento às formas de Violência e Preconceito”	Agentes multiplicadores atuantes nas comunidades para o enfrentamento às formas de violência e preconceito
Capacitar as comunidades locais para acesso ao mundo do trabalho e ao sistema de garantia de direitos	Comunidades locais com acesso garantido ao sistema de direitos e ao mundo do trabalho
Criar a Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos - SECDH	SECDH criada, regulamentada e em pleno funcionamento para a garantia de direitos
Implantar Posto Municipal de Cidadania com emissão de documentos	Posto Municipal de Cidadania criado e implantado com serviços entregues à população
Garantir assessoria técnica aos conselhos de direitos vinculados à SECDH para o fortalecimento do controle social das políticas públicas.	Fortalecimento do controle social garantido com assessoria técncia aos conselhos de direitos
Revisar o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres	Plano municipal de políticas para as mulheres atualizado e implementado
Formar parcerias que efetivem as políticas públicas para as mulheres	Valorização e defesa da mulher garantida com exercício de direitos e cidadania
Acompanhar o andamento da execução das políticas públicas para as mulheres	Direitos das mulheres assegurados para a plena manifestação de sua capacidade e autonomia
Formação e qualificação dos servidores públicos na prestação de serviço de referência à população LGBTQIA+	Serviço especializado de referência ao atendimento da população LGBTQIA+ implantado e em operação
Estudo e diagnóstico Situacional da população LGBTQIA+	Diagnóstico municipal da população LGBTQIA+ realizado
Estruturação da gestão da política municipal de cidadania e direitos humanos	Gestão da política municipal de cidadania e direitos humanos estruturada
Estruturação do Núcleo de Atendimento às Violações de Direitos - NAVIDA	Núcleo de Atendimento às Violações de Direitos - NAVIDA estruturado
Implantar o Conselho Municipal da Diversidade Sexual e de Gênero	Conselho criado, regulamentado, implementado e em funcionamento

Projetos

Nº	**Nome**	**Descrição**
030	Belém da Diversidade	Estruturação, desenvolvimento e operacionalização das políticas municipais em defesa à população LGBTQIA+
031	É das Manas	Estruturação, desenvolvimento e operacionalização das políticas municipais em defesa da mulher
032	Escolas da Cidadania	Estratégias de formação e capacitação a cerca dos direitos os humanos nas escolas, comunidades e serviço público
033	Belém dos Povos: Povos Indígenas	Estruturação, desenvolvimento e operacionalização das políticas municipais em defesa à população indígena
034	Belém dos Povos: Afro-Amazônidas	Estruturação, desenvolvimento e operacionalização das políticas municipais em defesa à população negra
035	Cidadania da Nossa Gente	Realização de multirões de cidadania nos bairros, com emissão de documentos, palestras, orientações jurídicas e atividades lúdicas

Cultura da Nossa Gente

Código do Programa	5
Código do Subprograma	51
Orgão Principal	Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL)
Orgãos Participantes	Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL) Coordenadoria de Comunicação Social (COMUS) Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Ações e eventos culturais	Nº Absoluto	2021	FUMBEL	EC	EC
Atendimento ao Público, Projetos e Programações realizadas na Biblioteca Avertano Rocha, Setorial Maria Lúcia Medeiros e Setorial do MABE	Nº Absoluto	2020	FUMBEL	EC	4615
Número de exposições anuais realizadas	Nº Absoluto	2013-2019	FUMBEL	EC	23
Artistas, Fazedores de Cultura e Público Indireto beneficiados por ações e eventos culturais	Nº Absoluto	2021	FUMBEL	EC	115600

Objetivo 5101 Garantir e ampliar o acesso à cultura, à leitura e ao patrimônio material e imaterial através de ações e projetos de forma descentralizada e democrática

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Qualificação 70 servidores em processos de discussões e ações aprofundadas em políticas culturais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	0	70
Ampliação de até 80% o valor em R$ dos Editais de Financiamento Cultural	Abrangência Municipal	%	-	-	20%	40%
Ampliar de 2 para 10 o quantitativo de exposições de curta duração nos espaços museais do MABE	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	8	2019	2	6
Participar de 14 ações/exposições fora do museu	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	5	9
Atualizar de 1.685 para 2.000 o inventário do MABE	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1685	2020	105	210
Ampliar de 4 para 12 os recursos de multimídia	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	4	2020	2	6
Ampliar de 10 para 2.000 as informações do acervo disponíveis no site do MABE	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	10	2019	600	1.390
Restaurar obras do acervo do MABE	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	18
Desenvolver 10 projetos de pesquisa realizados em parceria com universidade	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	8
Desenvolver 10 projetos de pesquisa voltados ao acervo museológico de Belém	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	8
Ampliar de 1 para 10 catálogos em Braile	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1	2021	2	7
Estabelecimento de 8 ações de educação patrimonial interna e externa aos Museus	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2020	2	6
Realizar 16 eventos com a comunidade para debates sobre museus e questões sociais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	4	12
Implantar 08 bibliotecas comunitárias de acesso público, sendo duas distritais e 4 espaços de leitura em equipamentos urbanos sob gestão municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	4	4
Realizar 04 edições de Prêmios Literários	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2019	1	3
Realizar 04 editais voltados para Projetos Literários	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2019	1	3
Realizar 04 Feiras Literárias	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	1	3
Montar 15 exposições itinerantes de valorização da diversidade e do patrimônio cultural	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2019	5	10

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Revisar a Lei Walmir Bispo (9.277/2017)	Lei Revisada
Elaborar o Plano Municipal de Cultura	Plano Implantado
Implantar o Fundo Municipal de Cultura (FMC)	Fundo regulamentado e implantada
Executar a política de editais de pauta e uso de espaços culturais	Política de Editais implantada e consolidada em andamento as atividades culturais e aos fazedores de cultura
Qualificar os segmentos artísticos culturais em processos de participação popular de discussões e ações aprofundadas em políticas culturais com a realização de Conferência Cultural	Segmentos artísticos culturais reconhecidos e particpantes das discussões populares sobre política cultural
Realização de Conferência Municipal de Cultura	Conferências municipáis de cultura realizadas

Acompanhar o calendário oficial do Município de Belém para a operacionalização e manutenção dos eventos culturais	Operacionalização das atividades culturais do Calendário Oficial do Município com ações realizadas pelos eventos da municipalidade em culminância a projetos culturais
Implantar e organizar funcionalmente o Museu Casa Francisco Bolonha	Espaço museal regulamentado
Ampliação e restruturação da Biblioteca Pública Municipal Avertano Rocha (DAICO)	Biblioteca com espaços físicos ampliados para maior capacidade de atendimento ao público com restauro dos ambientes de preservação histórica
Qualificar os segmentos artísticos em processos de discussões e ações aprofundadas em políticas culturais voltadas ao patrimônio histórico (Valoriza Belém - Cidade Criativa)	Segmentos artísticos partícipes dos processo de discussão popular sobre a qualificação, preservação e valorização do patrimônio histórico
Implantar o Plano Participativo de Segurança do Centro Histórico de Belém	Plano elaborado e implementado
Ampliação, reestruração e acessibilidade da Biblioteca Pública Municipal Avertano Rocha e das Bibliotecas Distritais do DABEN (Tapanã) e DAMOS (Biblioteca Viva)	Biblioteca Pública Municipal Avertano Rocha, Bibliotecas Distritais do DABEN (Tapanã) e DAMOS (Biblioteca Viva) ampliadas, reestruturadas e com acessibilidade
Criação e modernização de bibliotecas comunitárias (Editais Mais Livros)	Bibliotecas comunitárias criadas e modernizadas
Fomento à Leitura e prêmios literários (Bora Ler)	Leitura e prêmios literários fomentados
Instalação de Pontos de Leitura nas estações do BRT (Estação Leitura)	Pontos de Leitura nas estações do BRT instalados
Realização da Feira Literária de Belém	Feira Literária de Belém realizada
Realização do Circuito de Noites Cabanas	Circuito de Noites Cabanas realizado
Identificação, organização e apoio aos arranjos produtivos na área da cultura, patrimônio, artesanato	Arranjos produtivos locais identificados, diagnosticados e potencializados enquanto promotores do desenvolvimento socioeconômico e cultural por meio da valorização da cultura, patrimônio e artesanato

Atividades

Desenvolvimento e operacionalização da política de fomento cultural/editais culturais (Fundo de Apoio Cultural)

Desenvolvimento, operacionalização e manutenção da política museal e dos espaços de museais (Resignificar Museus - Janelas para Cidade)

Projetos

Nº	Nome	Descrição
036	Sistema Municipal de Cultura	Implantação, Desenvolvimento, Operacionalização e Consolidação de gestão da política municipal de cultura
037	Bienal das Artes: Amazônia Livre e Soberana	Evento de Bienal de Artes a ser realizado em Belém

Belém da Comunicação Popular

Código do Programa	5
Código do Subprograma	52
Orgão Principal	Coordenadoria de Comunicação Social (COMUS)
Orgãos Participantes	Ouvidoria Geral do Município de Belém (OGM)
	Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque "Professor Eidorfe Moreira" (FUNBOSQUE)
	Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Números de Canais Instituicionais de Comunicação (WEB)	Nº Absoluto	2021	COMUS	5	3
Número de Canais Institucionais de Comunicação (TV Digital)	Nº Absoluto	2021	COMUS	1	0
Número de acessos aos Canais Institucionais de Comunicação (web)	Nº Absoluto	2021	COMUS	3.000	1.000
Número de acessos aos Canais Institucionais de Comunicação (TV Digital)	Nº Absoluto	2021	COMUS	5.000	0

Objetivo 5201 Promover a comunicação social com a democratização do acesso e da circulação da informação enquanto instrumento de fortalecimento da cidadania e o direito à cidade.

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Criar canais institucionais de comunicação popular	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	1	1
Realizar 10 eventos na programação da tv municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	8

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Ampliar o acesso às mídias de participação social (concessão de Tv e rádio, redes sociais, aplicativos, sites, dentre outros)	Mídias sociais implementadas com conteúdo formatado e de fácil compreensão para embasar o amplo processo de partic

Realização do Prêmio Cabanagem de Jornalismo	Prêmio Cabanagem de Jornalismo realizado
Implantar iniciativas de comunicação de base comunitária nos bairros e distritos administrativos	Iniciativas de comunicação de base comunitária reconhecidas com apoiamento aos grupos e difusão das redes colaborati

Atividades
Desenvolvimento, operacionalização e manutenção da comunicação social
Desenvolvimento e operacionalização do Fórum Permanente de Participação Cidadã (Tá Selado)

Projetos

Nº	Nome	Descrição
038	TV Belém	Desenvolvimento e implantação da TV da Cidade de Belém
039	TV-WEB Belém	Desenvolvimento e implantação da TV-WEB da Cidade de Belém
040	Rádio Belém	Desenvolvimento e implantação da Rádio da Cidade de Belém
041	Redes de Comunicadores Populares	Gerenciamento de Redes Colaborativas

Belém de Juventude, Esporte e Lazer

Código do Programa	5
Código do Subprograma	53
Orgão Principal	Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL)
Orgãos Participantes	Fundação Cultural do Municipio de Belém (FUMBEL)
	Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB)
	Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB)
	Gabinete da Vice-Prefeitura (GABVice-PMB)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Números de equipamentos Públicos para esporte de Lazer (Praças)	Nº Absoluto	2016	SEJEL	8	220
Participantes em eventos e ações esportivas	Nº Absoluto	2021	SEJEL	EC	EC
Número de Academias ao Ar Livre	Nº Absoluto	2018	SEJEL	EC	26
Crimes ocorridos no Município	Nº Absoluto	2020	SIAC/SEGUP-PA	EC	67.465

Objetivo 5301 Fortalecimento dos mecanismos de gestão democrática, inclusiva e diversa para a reestruturação da política municipal de juventude, esporte e lazer

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Qualificar 2.200 jovens aprendizes cadastrados no Programa Belém: Esporte e Lazer como Direito Social	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	400	1.800
Realizar 4 Webnários de Políticas de Esporte e Lazer	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	1	3
Garantir a formação de 45 Professores da Escola de Esporte	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	15	30
Reformar e revitalizar 20 espaços esportivos	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	2020	5	15
Construir 10 espaços esportivos	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	2020	2	8
Implantar 03 complexos municipais de esporte e lazer	DAICO, DAMOS, DAOUT	Nº Absoluto	-	2020	1	2
Realizar 2 Jogos da Diversidade anualmente (Volley e Gaymada)	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	2	6
Grantir 750 beneficiários atendidos pelos editais	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	195	555
Realizar 2 Seminários sobre participação das Mulheres no Esporte	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	1	1
Promover 32 ações de prática Esportiva nos Bairros de Belém	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	8	24
Promover 4 Práticas de Esportes Radicais nas ruas de Belém	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	1	3
Executar 60 ações para atividades de lazer à população	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	20	40

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Restruturação da Política de Esporte, Juventude e Lazer	Políticas de Esporte, Juventude e Lazer estruturadas
Construção, ampliação, manutenção e reforma da Infraestrutura dos Espaços Esportivos e de Lazer e convivência da Juventude	Infraestrutura dos Espaços Esportivos, de Lazer e de Convivência da Juventude expandidos
Implementar o Conselho Municipal de Juventude	Conselho municipal da juventude regulamentado e implantado
Implantar e manter o Sistema Digital de Juventude	Sistema digital da juventude implantado
Realização do Congresso do esporte e lazer	Congresso do esporte e lazer realizado
Realização do Festival da Melhor Idade (FER+)	Festival da Melhor Idade realizado
Realização Jogos Ribeirinhos da Amazônia	Jogos Ribeirinhos da Amazônia realizados

Promover Incentivos ao Esporte Amador	Esporte amador incentivados
Realização Jogos da Diversidade (Volley e Gaymada)	Jogos da diversidade realizados

Atividades
Desenvolvimento de Programas Especiais para a Juventude
Realização de Eventos, Webnários e Seminários para Juventude, Esporte e Lazer
Desenvolvimento, formação e capacitação dos recursos humanos
Manutenção e Operacionalização das ações administrativas da SEJEL
Desenvolvimento e operacionalizações de editais para incentivo â politica de Esporte e Lazer
Ampliação, Reforma e Manutenção da Infraestrutura dos Espaços Esportivos e de Lazer e convivência da Juventude

Projetos

Nº	Nome	Descrição
042	Belém das Ruas e da Juventude	Fomento, Incentivo e Realização de Eventos e Torneios ligados ao Esporte, a Juventude e ao Lazer

Belém Democrática e Participativa

Código do Programa: 6
Código do Sub Programa: 61
Orgão Principal: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP)
Orgãos Participantes: Companhia de Tecnologia da Informação de Belém (CINBESA)
Coordenadoria de Comunicação Social (COMUS)
Gabinete do Prefeiro (GAB.PBM)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Número de Participação na Plataforma Web Tá Selado	Nº Absoluto	2021	SEGEP	4.000	1.158
Número de Participação presencial nas Plenárias	Nº Absoluto	2021	SEGEP	5.000	12.350
Número de Participação Remota nas Plenárias	Nº Absoluto	2021	SEGEP	10.000	9.106
Número de Propostas enviadas para Plataforma Web Tá Selado	Nº Absoluto	2021	SEGEP	3.000	294

Objetivo 6101 Consolidar modelo de gestão democrática com a participação popular nos processos decisórios da formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar a quantidade de cidadãos participantes nos instrumentos de planejamento público anualmente	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	450	2021	25.000	75.000
Obter 1mil propostas na plataforma virtual de participação cidadã	Abrangência municipal	Nº Absoluto	217	2021	283	500

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Implantação e Ampliação de espaços de participação social (reuniões, fóruns, organizações voluntárias, conselhos setoriais, conselhos municipais, dentre outros)	Espaços de participação social implantados e ampliados com apoio e interlocução de diálogos com o poder público
Ampliar o acesso às mídias de participação social (redes sociais, aplicativos, sites, dentre outros)	Mídias sociais implementadas com conteúdo formatado e de fácil compreensão para embasar o amplo processo de participação popular
Fomentar a organização voluntária de representações e segmentos sociais	Incremento no quantitativo de organizações socais e espaços decisórios de iniciativa popular
Formar servidores públicos e sociedade em processos participativos, leitura comunitária e qualificação do debate social	Qualificação dos processos de participação social e formação de capital social para o fortalecimento da governança

Projetos

Nº	Nome	Descrição
043	Tá Selado!	Implantação, operacionalização e manutenção da Plataforma Permamente de Participação Cidadã

Valorização e Humanização do Serviço Público

Código do Programa: 6
Código do Subprograma: 62
Orgão Principal: Secretaria Municipal de Administração (SEMAD)
Orgãos Relacionados: Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Munícipio de Belém (IASB)
Instituto de Previdência do Município de Belém (IPMB)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Reduzir tempo médio de resposta às demandas dos servidores inscritas em processos funcionais com transparência e eficiência.	Mês	2021	SEMAD	EC	120
Servidores capacitados em planos de formação	Unidade	2021	SEMAD	EC	800
Atendimentos dos serviços de assistência social	Unidade	2021	SEMAD	73.728	52.663
Servidores segurados do Plano de Saúde do Servidor Municipal	Unidade	2021	SEMAD	54.000	27.000

Objetivo 6201 Assegurar o direito e o acesso dos servidores públicos e seus dependentes às ações de valorização, atendimento humanizado e à participação cidadã, de modo a fomentar uma cultura de valorização do serviço público.

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Envolver 100% dos servidores com ações de valorização.	Abrangência Municipal	%	28.000	2021	25%	75%
Manter Mesas Permanentes de Negociação	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	15 mesas	2021	15 mesas	45 mesas
Reduzir de 10 anos para 04 meses o tempo médio de resposta das demandas dos servidores inscritas em processos funcionais, aumentando o nível de satisfação, com celeridade, transparência e eficiência.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	10 anos	2020	10 meses	04 meses
Desenvolver estratégias formativas para 20.000 servidores municipais observando os planos de formação das políticas públicas setoriais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	5.000	15.000
Desenvolver estratégias formativas para 30.000 agentes sociais (adolescentes, jovens e adultos) alinhados aos Eixos Estratégicos de Governo da administração municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	5.000	25.000

Expandir de 27.000 para 54.000 o número de segurados do Plano de Saúde do Servidor Municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	27.000	2021	6.750	20.250
Ampliar de 52.663 para 73.728 o número de atendimentos dos serviços de assistência social	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	52.663	2021	5.266	15.799
Expandir de 27.000 para 54.000 o número de segurados do Plano de Saúde do Servidor Municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	27.000	2021	6.750	20.250
Ampliar de 52.663 para 73.728 o número de atendimentos dos serviços de assistência social	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	52.663	2021	5266	15799
Qualificar 80% do quantitativo de profissionais da Rede Assistencial de Saúde/Social do IASB no programa de educação permanente - formação, capacitação, qualificação (300 Servidores do total de 372)	Abrangência Municipal	%	372	2021	16% (60 Servidores)	65% (240 Servidores)
Ampliar de 58.316 para 87.474 a capacidade de atendimento na rede de serviços próprios do IASB	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	58.316	2021	7.290	21.869
Reduzir em até 365 dias o tempo de tramitação na concessão dos beneficíos previdenciários	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	545/dias	2019	45/dias5	365/dias
Revisar e adequar as legislações previdenciárias municipais	Abrangência Municipal	%	0	2021	20%	80%
Ampliar de 100 para 150 o quantitativo funcional	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	100	2021	0	150

Ações	**Produto (Entrega de bens e serviços)**
Realizar o Censo Multifinalitário dos Servidores e Servidoras Municipais	Censo reaizado com o conhecimento da situação socioeconômica dos servidores e aplicação dos resultados
Operacionalização de estratégias que promovam o bem-estar físico, psicológico, econômico e profissional	Melhoria do bem-estar físico, psicólogico, economico e profissional dos servidores
Implantação do Plano Municipal de Formação em Políticas Públicas	Plano Municipal de Formação em Políticas Públicas implantados
Reestruturação e manutenção do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Municipio de Belém	Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Municipio de Belém restruturado
Estruturação da nova sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Municipio de Belém	Nova sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Municipio de Belém estruturada
Expansão, melhoria e manutenção da rede fisica do Regime Próprio de Previdência Social do Municipio de Belém	Regime Próprio de Previdência Social do Municipio de Belém expandido e melhorado
Implantar Núcelo de Acolhimento e Desenvolvimento Integral do Servidor(a) Público(a)	Núcelo de acolhimento e Desenvolvimento Integral do Servidor(a) Público(a) implantado
Implementar Política Municipal de Formação dos Servidores	Política Municipal de Formação dos Servidores implantada
Implantar Sistema de Atendimento de Excelência na relação PMB com o público	Sistema de Atendimento de Excelência implantado

Atividades
Gestão da folha de pagamento dos servidores públicos
Desenvolvimento e coordenação dos instrumentos de planejamento municipais
Coordenação, operacionalização e manutenção da Escola de Gestão Pública - EGP
Desenvolvimento, operacionalização e manutenção dos programas especiais de saúde do servidor municipal
Desenvolvimento e operacionalização dos serviços de assistência social a saúde do servidor municipal
Desenvolvimento e aperfeiçoamento de Recursos Humanos da assistência à saúde e do Serviço de Assistência Social ao servidor municipal
Operacionalização e Manutenção da Rede Física de Assistência a Saúde e Assistência Social ao Servidor Municipal

Projetos

Nº	Nome	Descrição
044	PROVIVA - Programa Viver Bem a Aposentadoria	Implantação do Programa Viver Bem a Aposentadoria
045	Estratégia Universidade Livre da Amazônia (ULAM)	Implantação de estratégias de valorização na formação do servidor municipal
046	Jovem do Futuro	Formação de jovens no âmbito da administração pública
047	Valorização do Servidor: Saúde do Servidor	Estratégias de Ampliação da assistencia em saúde do servidor público municipal
048	Valorização do Servidor: Programa de educação fiscal para a cidadania	Desenvolvimento do programa de educação fiscal para a cidadania

Gestão Descentralizada, com Ordenamento e Modernização

Código do Programa	6
Código do Subprograma	63
Orgão Principal	Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP)
Orgãos Participantes	Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN) Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência (SECONT) Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) Gabinete da Vice Prefeitura (GAB-Vice) Gabinete da Prefeitura (GAB) Ouvidoria Geral do Município de Belém (OGM) Procuradoria Geral do Municipio (PGM) Administração Regional de Outeiro (AROUT) Agência Distrital de Mosqueiro (ADMO) Agência Distrital de Icoaraci (ADIC) Companhia de Tecnologia da Informação de Belém (CINBESA) Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (UCP/PROMABEN)

Indicadores	Unidade	Data	Fonte	Índice do PPA 2022 - 2025	
				Estimado para 2025 (A)	Linha de Base (B)
Tempo de conclusão de processos internos	Horas	2021	SEGEP	EC	EC

Tempo de desenvolvimento de relatórios de monitoramento e avaliação de políticas públicas	Horas	2021	SEGEP	EC	EC

Objetivo 6301 Promover a modernização tecnológica dos instrumentos, estruturas e patrimônios da administração pública, valorizando a democratização da gestão com justiça fiscal e tributária.

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Disponibilizar acesso via fibra óptica e viabilizar wi-fi a 100% das unidades escolares	Abrangência Municipal	%	-	-	25%	75%
Disponibilizar acesso via fibra óptica e viabilizar wi-fi a 20 unidades municipais de saúde	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	5	15
Disponibilizar acesso via fibra óptica e viabilizar wi-fi a 5 CRAS	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	5	0
Disponibilizar acesso via fibra óptica e viabilizar wi-fi a 50% de feiras e mercados municipais	Abrangência Municipal	%	-	-	10%	40%
Disponibilizar acesso via fibra óptica e viabilizar wi-fi a 7 espaços públicos de convivência social	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	3	4
Disponibilizar o acesso via a internet via rádio à ilha de Cotijuba	DAOUT	%	-	-	0	100%
Aquisição de 14 pontos de acesso WiFi	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	5	9
Digitalizar 1.500.000 páginas	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	500.000	1.000.000
80% das demandas enviadas pelas Secretarias Municipais respondidas pela OGM	Abrangência Municipal	%	-	-	20%	60%
70% das demandas da população encaminhadas à Ouvidoria com da capacidade de resolutividade ampliada (870 demandas / 70% = 1.480)	Abrangência Municipal	%	-	-	20%	50%
100% do Portal da Transparência Pública permanentemente atualizado	Abrangência Municipal	%	-	-	40%	60%
Aumentar em no mínimo 25% a receita própria do município, em valores reais, com base na arrecadação do exercício de 2016	AbrangênciaMunicipal	%	-	-	5%	20%

Ações	Produto (Entrega de bens e serviços)
Reorganização e reestruturação do monitoramento e avaliação de políticas públicas	Monitoramento e avaliação de políticas públicas reorganizado e reestruturado
Realizar estudos técnicos para a reconfiguração do modelo de gestão adminsitrativa	Novo modelo de gestão adminsitrativa implantado com reconfiguração espacial dos distritos adminsitrativos
Estruturação básica de rede lógica em unidades escolares, unidades cde atendimento à saúde, UPAS, CRAS, mercados e praças	Estruturação básica de rede lógica em unidades escolares, unidades cde atendimento à saúde, UPAS, CRAS, mercados e praças
Dobrar a capacidade de processamento e de armazenamento do Data Center	Dobrar a capacidade de processamento e de armazenamento do Data center
Viabilizar a digitalização e o armazenamento de documentos do acervo documental municipal	Viabilizar a digitalização e o armazenamento de documentos do acervo documental municipal
Recuperar, organizar, tratar e salvaguardar a legislação municipal	Documentos públicos tratados e salvaguardados de forma eficiente
Realizar o inventário qualificado do patrimônio imobiliário de Belém	Patrimônio imóvel de Belém inventariado
Realizar estudos de viabilidade e diagnóstico para o reordenamento dos órgãos da PMB e a realização de concurso público	Estudo do reordenamento da PMB realizados
Promoção de atividades sobre transparência, cidadania e controle social	Direito da sociedade ao acesso às informações públicas ampliado e consolidado
Implantação e operacionalização do Sistema Municipal de Gestão do Controle Interno e Transparência	Sistema Municipal de Gestão do Controle Interno e Transparência implantado
Desenvolver estudos para estruturação da Implantação do Código de Defesa do Usuário do Serviço Público Municipal	Estudos para estruturação da Implantação do Código de Defesa do Usuário do Serviço Público Municipal desenvolvidos
Divulgar e aprimorar a Carta de Serviços Municipais	Carta de Serviços Municipais atualizadas e distribuida para o amplo conhecimento
Ampliar a atuação da Ouvidoria Municipal nos termos da Lei nº 13.460/17	Serviços prestados pela Ouvidoria regulamentados
Expansão, operacionalização e manutenção dos serviços prestados pelas agências/administrações distritrais	Serviços prestados pelas agências/administrações distritrais expandidos e operacionalizados
Descentralização da administração municipal a partir dos distritos administrativos	Administração Municipal descentralizada
Desenvolver estudos e pesquisas para a promoção da inovação dos instrumentos de arrecadação municipal	Estudos e pesquisas para a promoção da inovação dos instrumentos de arrecadação municipal desenvolvidos
Implantação dos mecanismos de comunicação interna e externa da Gestão Fazendária	Mecanismos de comunicação interna e externa da Gestão Fazendária implantados

Atividades
Desenvolvimento, operacionalização e reorganização adminsitrativa da gestão e dos orgãos municipais
Desenvolvimento e operacionalização de ações de desenvolvimento e incremento institucional
Gestão dos contratos corporativos da PMB
Desenvolvimento e operacionalização das ações de acesso à informação
Desenvolvimento e operacionalização da formação, capacitação e qualificação de servidores municipais
Coordenação, operacionalização e manutenção dos serviços próprios de assistencia jurídica à administração municipal
Modernização da Gestão Fazendária
Desenvolvimento, operacionalização e manutenção do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM)
Desenvolvimento e operacionalização do Diário Oficial do Município
Operacionalização e Manutenção do Portal da Transparência Municipal
Desenvolvimento e aprimoramento do Sistema de Ouvidoria Municipal - SISOUV
Coordenação, operacionalização e manutenção de atividades da Vice Prefeitura
Operacionalização e manutenção dos serviços prestados pelas agências/administrações distritrais
Desenvolvimento e coordenação dos instrumentos de planejamento municipais
Desenvolvimento de indicadores da adminsitração pública para o Sistema Integrado de Informação Municipal - SIB
Comunicação Digital - Manutenção, expansão, aparelhamento de infovias
Implantação do sistema de Salvaguarda e manutenção do acervo digital produzido pela administração municipal
Estruturação, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de sede e demais unidades de funcionamento dos orgãos
Desenvolvimento, operacionalização e acompanhamento dos processos estruturais de gestão e sustentabilidade do PROMABEN

Projetos

Nº	Nome	Descrição
049	Cidade Inovadora e Inteligente: Gestão Eficiente	Implantação, desenvolvimento e operacionalização de sistemas de gestão e informação (SIPLAG, SIB e outros)
050	Arquivo Público Municipal	Implantação e operacionalização do Arquivo Público Municipal
051	Núcleo de Comunicação Integrada	Implantação e Operacionalização do Núcleo de Comunicação Integrada
052	Parque Tecnológico da Administração Municipal	Implantação e desenvolvimento do Parque Tecnológico da Administração Municipal
053	Revisão Participativa do Plano Diretor Municipal	Realização da revisão do Plano Diretor Municipal de forma participativa

ANEXO III

PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO

PROGRAMA DE GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO		
Valor Global	**2022**	**2023 a 2025**
	3.463.878.480,00	11.141.843.578,00
Objetivo: Garantir o funcionamento administrativo, a manutenção e a continuidade dos serviços e funcionalidade dos órgãos e entidades da adminsitração pública do Poder Executivo		
Órgão Responsável: SEGEP / SEMAD / SEFIN		
Atividades		
Folha de Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos		
Encargos com pagamento de Água, Energia, Telefonia (móvel e fixa) e Internet		
Aquisição de combustível		
Operacionalização das Ações Administrativa		
Gestão dos contratos de aluguéis de imóveis e veículos, dentre outros		
Encargos com pagamento de Vale Alimentação		
Encargos com pagamento de Vale Transporte		

ANEXO IV

PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

PROGRAMA DE GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO		
Valor Global	**2022**	**2023 a 2025**
	92.628.867,00	298.609.967,00
Objetivo: Promover a coordenação os trabalhos legislativos do município, assegurando legalidade e legitimidade dos atos legislativos e do executivo legislando em prol da comunidade.		
Órgão Responsável: Câmara Municipal de Belém (CMB)		
Atividades		
Construção, reforma e manutenção do prédio da CMB, melhorando instalações, adequando os espaços físicos já existente, tornando o ambiente de trabalho mais funcional		
Desenvolvimento e Administração dos Recursos Humanos no processamento da folha de pagamento de pessoal ativos e encargos sociais		
Operacionalização e manutenção das Mídias de Publicidade e Divulgação das Ações do Poder Legislativo		
Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para suporte às atividades do Poder Legislativo		
Capacitação dos Servidores do Legislativo para melhoria dos serviços prestados interno e externo		
Encargos com Pagamento de Água, Energia, Telefonia (móvel e fixa) e Internert		
Operacionalização das Ações Administrativas		
Fundo de Reaparelhamento da Câmara Municipal de Belém, no recebimento de recursos de saldos de exercício anterior, de Projetos, Ações, Convênios e Parcerias Públicas e Privadas		

ANEXO V

QUADRO DE METAS POR EIXO/PROGRAMA TEMÁTICO E OBJETIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2022, conforme artigo 2º da Lei nº 9.679 de 13 de julho de 2021 que dispões sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022.

Belém: Cidade Alfabetizada, Educadora e Inclusiva

Objetivo 1101 Tornar Belém um território livre do analfabetismo

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Garantir alfabetização de 11.036 pessoas acima de 15 anos não alfabetizados	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	11.036	2020	5.000	6.036
Realizar busca ativa de pessoas não alfabetizadas em parcerias intersetoriais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2020	24.000	8.000
Expandir a oferta de EJAI Ensino Fundamental na região insular	DAOUT e DAMOS	Nº Absoluto	-	2021	0	120

Objetivo 1102 Garantir o acesso e a permanência à educação, de forma integral, inovadora e com qualidade socialmente referenciada

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar de 4.305 para 5.825 o atendimento de crianças de 0 a 3 anos de creche, crescimento de 1.520, cerca de 35,3% gerados a partir de construção e ampliações de prédios próprios	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	4.305	2021	380	1.140
Ampliar de 11.911 para 15.186 o atendimento de crianças de 4 e 5 anos de Pré-Escola, crescimento de 3.275, cerca de 27,5% gerados a partir de construção e ampliações de prédios próprios	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	11.911	2021	819	2.456
Ampliar de 46.801 para 51.756 o atendimento de crianças e jovens de 6 a 14 anos do Ensino Fundamental, crescimento de 4.955, cerca de 10,6% gerados a partir de construção e ampliações de prédios próprios.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	46.801	2021	1.239	3.716
Ampliar de 1.033 para 2.058 o atendimento de crianças e jovens de 4 a 14 anos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, crescimento de 1.027, cerca de 101,2% gerados a partir de construção e ampliações de prédios próprios de unidades do campo	DAOUT	Nº Absoluto	464	2021	462	0
	DAMOS	Nº Absoluto	569	2021	0	565
Ampliar de 5.910 para 8.520 , crescimento de cerca de 44,2%, a oferta de vagas de Educação de Jovens, adultos e idosos através das obras de construção e ampliação de escolas do ensino fundamental.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	5.910	2021	2.130	6.390
Aquisição de 40.160 livros para atender acervo bibliográfico da educação básica municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	10.040	30.120
Garantir atendimento em 136 salas de recurso multifuncionais para alunos com deficiência - AEE	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	34	102
Garantir infraestrutura tecnológica em 208 unidades escolares	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	50	158
Garantir em 214 unidades da secretaria municipal de educação adequação e acessibilidade para pessoas com deficiência	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	52	162
Implantar Programas Especiais de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) em 7 unidades do campo	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	4	3
Implantar atendimento serviços de Psicologia e de Serviço Social na Educação Basica em 239 unidades escolares, atendendo 100% da comunidade escolar	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	0	2021	60	179
Implantar projetos especiais para educação integral em 208 escolas unidades	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	0	-	176	32
Implantar 220 pontos de acesso a internet no atendimento de 100% da educação básica de Belém	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	50	150
Garantir atendimento educacional especializado (AEE) a 300 alunos com deficiência, infraestrutura e transporte coletivo para atendimento especializado no Centro de Referência em Inclusão educacional - CRIE	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	60	240
Ampliar o atendimento educacional especializado (AEE) no espaço do CRIE de 200 para 300 crianças com deficiência	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	200	2021	20	80
Ampliar de 5.600 para 6.200 o quantitativo de trabalhadores na área de educação	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	5.600	04/2021	200	400
Promover a inclusão digital para 100% estudantes da educação básica	Abrangência Municipal	Percentual	-	-	50%	50%
Garantir 100% de acesso e permanência dos alunos provenientes das famílias beneficiárias do programa Bora Belém (Renda Cidadã)	Abrangência Municipal	Percentual	0%	2020	30%	70%
Ofertar 10 projetos "Plano de Apoio Pedagógico" para todos os níveis de ensino do Ensino Fundamental	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	2	8
Atender 1200 alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em Projetos no contraturno	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	300	900
Garantir a permanência de 1.200 alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em Projetos no contraturno com alimentação	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	300	900

Objetivo 1103 Fortalecer a gestão democrática na formulação e implementação das políticas educacionais

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Realizar 12 conferências de projetos e políticas educacionais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	4	8

Garantir 100% de conselhos escolares implantados e regulamentados	Abrangência Municipal	Percentual	-	2021	90%	10%
Garantir 100% de unidades escolares regulamentadas	Abrangência Municipal	Percentual	-	2021	90%	10%
Capacitar 100% membros dos conselheiros escolares	Abrangência Municipal	Percentual	-	2021	90%	10%

Objetivo 1104 Assegurar a formação e valorização permanente dos trabalhadores da educação

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Garantir vale/bônus livros para todos os trabalhadores da educação	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	5.600	30.120
Garantir formação para todos os profissionais da rede municipal de educação	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1.400	4.200
Ampliar em 25% o número de professores com mestrado ou doutorado	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	10%	15%
Qualificar 60 servidores com oferta de Cursos de especialização Lato Sensu	FUNBOSQUE/SEMEC	Nº Absoluto	-	-	20	60
Qualificar 120 servidores nas áreas, técnica, operacional e pedagógica.	FUNBOSQUE/SEMEC	Nº Absoluto	-	-	30	90
Implantar PCCR para valorização do servidores	FUNBOSQUE/SEMEC	Percentual	-	-	50,00%	50,00%
Ampliar de 175 para 325 quadro de servidores efetivos	FUNBOSQUE/SEMEC	Nº Absoluto	-	-	0	150
Realizar anualmente 1 Jornada de Educação Ambiental com servidores e Comunidade Escolar	FUNBOSQUE/SEMEC	Nº Absoluto	-	-	1	3

Objetivo 1105 Garantir a expansão e melhoria da infraestrutura da rede física dos espaços de educação pública municipal

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Construir 6 novas creches de tempo integral, ampliação de 28 para 34 unidades para atender crianças de 0 a 3 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	4
Ampliar de 63 para 83 a quantidade de de salas de aula de creches de tempo integral, ampliando em 20 novas salas nas 28 unidades de educação infantil, cerca de 31,7% p	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	5	15
Construir 2 novas unidades escolares para atender o Ensino Fundamental de 06 a 14 anos de idade.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	1
Construir 32 novas salas de aula em prédios próprios para atender o ensino fundamental de 06 a 14 anos de idade	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	8	24
Construir 2 novas unidades escolares de atendimento educaçãoinfantil e fundamental em tempo integral	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	1
Ampliar de 32 para 38 novas salas em escolas do campo	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	3	0
	DAMOS	Nº Absoluto	-	-	0	3
Construir 2 novas unidade no campo, passando de 5 para 7 unidades, um crescimento de 40% no atendimento	DAOUT	Nº Absoluto	2	2021	1	0
	DAMOS	Nº Absoluto	3	2021	0	1
Adquirir 12 prédios próprios para substituir prédios alugados ou cedidos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	4	8
Construir 30 novas salas para educação infantil de crianças de 4 e 5 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	8	22
Ampliar de 68 para 136 salas de recursos multifuncionais em escolas, crescimento de 68 novas salas cerca de 100% de crescimento	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	68	2021	17	51
Garantir 100% das unidades com infraestrutura tecnológica implantada	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	25%	75%
Garantir 100% das unidades adaptadas com acessibilidade para pessoas com deficiência	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	25%	75%
Garantir a manutenção e o funcionamento de 208 (100%) unidades escolares	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	176	2021	192	16
Garantir e manter funcionamento de 100% unidades conveniadas	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	27	2021	100%	100%
Construir 5 novas salas de aula para atendimento de 1500 alunos/ano em espaços pedagógicos.	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	2	3
Construir nova unidade em Mosqueiro para alunos do Ensino Fundamental e Médio	DAMOS	Percentual	-	-	25,00%	75,00%

Objetivo 1106 Garantir o acesso amplo ao Ensino Médio Profissional, aos Cursos Técnicos Subsequentes e a Prática da Pesquisa e da Extensão na área ambiental

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar de 73 para 180 a oferta de vagas no Ensino Médio Técnico Integrado Regular na Sede	Ilha de Caratateua	Nº Absoluto	73	2021	25	82
Ampliar de 55 para 130 a oferta de de vagas no Ensino Médio EJA na Sede e Casa Escola da Pesca	Ilha de Caratateua	Nº Absoluto	55	2021	15	60
Reduzir a Evasão Escolar no Ensino Médio de 10,8% para 5%	Ilha de Caratateua	Percentual	10,80%	2021	-1,80%	-4,00%
Ofertar 60 vagas de Ensino Médio Profissionalizante em Mosqueiro	Ilha de Mosqueiro	Nº Absoluto	0	2021	0	60
Implantar 4 Bibliotecas setoriais para atender 100% do alunos do ensino Médio e Cursos Técnicos Subsequentes	Região Insular	Nº Absoluto	0	2021	2	2
Implantar 6 Laboratórios Multidisciplinares para atendimento de 100% alunos dos Ensinos Fundamental, Médio e Cursos Subsequentes	Região Insular	Nº Absoluto	0	2021	3	3
Garantir a participação de 50% dos alunos nos projetos desenvolvidos	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	20%	30%
Implantar 3 Grupos de pesquisa na área ambiental e afins	DAOUT E DAMOS	Nº Absoluto	-	-	1	2
Implantar Banco de dados sobre Conhecimentos Tradicionais das ilhas	DAOUT E DAMOS	Percentual	-	-	40,00%	60,00%
Implantar Incubadora de Tecnologia Socioambientais	DAOUT E DAMOS	Percentual	-	-	40,00%	60,00%
Identificar 100 quintais produtivos na Região Insular para promover a soberania alimentar e inclusão socioecnômica das famílias	DAOUT E DAMOS	Nº Absoluto	-	-	60	40
Implantar 5 Hortas Comunitárias na Região insular para promover a soberania alimentar e inclusão socioecnômica das famílias	DAOUT E DAMOS	Nº Absoluto	-	-	3	2
Implantar 5 Viveiros Comunitários na Região insular para promover a soberania alimentar e inclusão socioecnômica das famílias	DAOUT E DAMOS	Nº Absoluto	-	-	5	0
Implantar 30 canteiros de medicinais na Comunidade insular para valorização de conhecimentos tradicionais e fomento ao debate dos fitoterápicos	DAOUT E DAMOS	Nº Absoluto	-	-	10	20
Implantar 5 Bancos de Sementes da Comunidade insular para valorização e sistematização dos conhecimentos tradicionais	DAOUT E DAMOS	Nº Absoluto	-	-	2	3

Objetivo 1107 Garantir o acesso e a permanência à educação, de forma integral, inovadora com qualidade socialmente referenciada

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ofertar 10 projetos "Plano de Apoio Pedagógico" para todos os níveis de ensino do Ensino Fundamental	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	2	8
Atender 1200 alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em Projetos no contraturno	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	300	900
Garantir a permanência de 1.200 alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em Projetos no contraturno com alimentação	DAOUT	Nº Absoluto	-	-	300	900

Objetivo 1108	Garantir alimentação escolar saudável e de qualidade que atenda às carências nutricionais e assegure o pleno desenvolvimento físico, psíquico e intelectual dos alunos atendidos na RME

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar de 10 para 50 o quantitativo de unidades escolares com a identificação de estudantes com necessidades nutricionais específicas	Abrangência municipal	Nº Absoluto	10	2019	15	25
Ampliar de 15 para 35 o quantitativo de unidades escolares atendidas pelo Projeto Café da Manhã	Abrangência municipal	Nº Absoluto	15	2019	5	15
Realizar 01 oficina semestral em 02 escolas por distrito através do PEHEG sobre reaproveitamento de resíduos orgânicos, compostagem e produção de adubo orgânico	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	4	12
Implantar 01 horta comunitária em 05 distritos administrativos por meio do PEHEG	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	2	3
Ampliar de 35 para 110 escolas o Projeto Educando com a Horta Escolar e Gastronomia - PEHEG	Abrangência municipal	Nº Absoluto	35	-	20	55
Ampliar de 49 para 75 o quadro funcional da FMAE através de Concurso Público	Abrangência municipal	Nº Absoluto	49	2022	0	26
Implantar 01 canteiro de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) em cada Distrito Administrativo	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	2	6
Realizar 01 seminário anual sobre PANCs	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	1	3
Realizar 04 oficinas anuais distritais sobre PANCs	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	5	15
Realizar 1 seminário anual sobre agricultura urbana e alimentação	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	1	3
Criar 100 hortas fitoterápicas em escolas da RME	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	20	80
Criar 01 unidade referência de compostagem em 05 unidades escolares	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	1	4

Belém com Saúde para a Nossa Gente

Objetivo 1201	Ampliar e qualificar as Equipes da Atenção Primária de Saúde (APS) como ordenadora do cuidado nas redes de atenção, promovendo o acesso e resolutividade as ações e serviços da Atenção Básica

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar a cobertura de atenção básica de 40% para 100% em 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	40%	dez/20	20,00%	40,00%
Ampliar o número de equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) de 100 para 315 nos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	100	dez/20	70	145
Ampliar a cobertura de 599 (23,07%) para 1.895 de Agente Comunitário de Saúde (ACS) nos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	599	dez/20	420	876
Ampliar a informatização de 12 equipes para 315 equipes por meio da implantação do prontuário eletrônico cidadão	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	12	dez/20	90	213
Reduzir as internações por causas sensíveis (ICSAB) na atenção básica de 31,90% para 25% ao longo de 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	31,90%	dez/20	-2,90%	-4,00%
Ampliar a Cobertura de Saúde Bucal na Atenção Básica de 109 para 144	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	109	abr/21	7	28

Objetivo 1202	Garantir a Atenção Especializada de Saúde no nível Ambulatorial e Hospitalar de média e alta complexidade aos usuários do SUS

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Reduzir a mortalidade materna de 66,98 para 47,29 nos 4 anos (30%)	Abrangência Municipal	Taxa (/1000 NV)	66,98	mai/21	57,69	47,29%
Reduzir a mortalidade neonatal de 10,54 para 7,63 nos 4 anos (20%)	Abrangência Municipal	Taxa (/1000 NV)	10,54	mai/21	8,84	7,63
Implantar 60 novos leitos hospitalares	Abrangência Municipal	Taxa (/1000 NV)	353	mai/21	0	60
Implantar 24 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva e Unidade de Cuidados Intermediários (UTI e UCI)	Abrangência Municipal	Taxa (/1000 NV)	75	mai/21	0	24
Ampliar o número de partos normais e humanizados de 36,91 para 40,60%	Abrangência Municipal	Taxa (/1000 NV)	36,91	mai/21	0,03	6,90%
Ampliar de 68.475.404 para 75.322.944 o número de procedimentos especializados de média complexidade ambulatorial para população residente e referenciada. (aumento de 10%- 6.847.540 nos 4 anos)*	Abrangência municipal	Nº Absoluto	68.475.404	dez/20	1.711.885	5.135.655
Ampliar de 11.086.212 para 12.194.833 o número de procedimentos especializados de alta complexidade ambulatorial para população residente e referenciada (aumento de 10%- 1.108.621 nos 4 anos)	Abrangência municipal	Nº Absoluto	11.086.212	dez/20	277.155	831.466
Ampliar de 165.044 para 198.052 o numero de internações de média complexidade para população residente e referenciada. (aumento de 20%- 33.088 nos 4 anos)*	Abrangência municipal	Nº Absoluto	165.044	dez/20	8.252	24.757
Ampliar de 29.188 para 35.025 o numero de internações de alta complexidade para população residente e referenciada (aumento de 20%- 5.837 nos 4 anos)*	Abrangência municipal	Nº Absoluto	29.188	dez/20	1.459	4.378
Contratualizar 20 novos leitos de UTI Adulto Tipo II	Abrangência municipal	Nº Absoluto	67	jul/20	0	20
Ampliar serviço especializado em Saúde Bucal com a implantação de 3 Centro de Especialidades Odontológicas (CEOs) para 6 CEOS's	DAMOS, DABEL, DAOUT e DAICO	Nº Absoluto	3	abr/21	2	1

Objetivo 1203	Aprimorar a Rede de Atenção às Urgência e Emergência (RUE), a nível ambulatorial e hospitalar

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Reduzir os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM) de 10,05% para 8,50% nos 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	10,05%	mai/21	0,55%	1%
Ampliar o Atendimento no Suporte Básico – SAMU de 1,20 para 1,30 nos 04 anos	Abrangência Municipal	Percentual	1,20%	mai/21	0,03	0,07

Objetivo 1204	Garantir o acesso às ações e serviços, e qualificar o atendimento das pessoas com deficiência na Rede SUS Municipal

Meta	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar a identificação precoce de deficiências na fase pré, peri e pós-natal de 5% para 30% Rede Primária de Atenção nos 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	5%	2020	5,00%	20,00%

Objetivo 1205 Ampliar e qualificar o acesso as ações e serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), aprimorando a Política Municipal de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar ações de matriciamento dos CAPS para as equipes de profissionais da Atenção Básica nas 29 UBS de 25% para 100% nos 04 anos	Abrangência Municipal	Percentual	25%	jun /2021	25,00%	50,00%
Garantir aumento da oferta de cuidado em saúde mental com a inclusão de 02 Equipes Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT) na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	0	2

Objetivo 1206 Fortalecer as ações de vigilância dos agravos de maior incidência na população de Belém, com a implantação de novas estratégias de controle vetorial

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Qualificar a vigilância a saúde e o controle epidemiológico de 20% a 80% em 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	20%	mai/21	50,00%	10,00%
Investigar e bloquear 100% dos casos suspeitos de sarampo	Abrangência Municipal	Percentual	100%	mai/21	100,00%	100,00%
Ampliar a cobertura vacinal contra o sarampo de acordo com o calendário vacinal, de 51% a 95% nos 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	51%	mai/21	14,00%	30%
Ampliar a detecção de pessoas com hanseníase em Belém de 20% para 90%	Abrangência Municipal	Percentual	20%	mai/21	30,00%	40%
Ampliar a cobertura vacinal contra a COVID-19 de acordo com Calendário Nacional do PNI pelo Programa Belém Vacinada, de 40% a 90% até 2022	Abrangência Municipal	Percentual	40%	jul/21	50,00%	0,00%
Ampliar a testagem rápida em casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave, de 50.000 testes para 100.000 em 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	50.000	jul/21	25.000	25.000
Ampliar a identificação e rastreio das novas variantes do vírus Sars-COV-2, causador da COVID-19, de 0,10% a 2,00% nos 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	0,10%	jul/21	0,90%	1,00%
Ampliar a cobertura vacinal para crianças menores de 1 ano de idade de 141.268 doses para 185.570 doses, nos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	141.268	jun/21	28.232	16.070
Ampliar a cobertura vacinal com BCG-ID (Bacilo de Calmette-Guërin) dos contatos de casos de TB confirmados, de 37% para 95% nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	37%	jun/21	28,00%	30,00%
Ampliar a cobertura vacinal de acordo com Calendário Nacional do PNI pelo programa Belém vacinada, de 78% para 95% nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Percentual	78%	jun/21	7,00%	10,00%
Ampliar os ciclos de visita domiciliar, com mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Abrangência Municipal	Percentual	20,00%	mai/21	60,00%	-
Reduzir o número de casos de sífilis congênita no município de Belém em 15% ao ano	Abrangência Municipal	Percentual	-	jun/21	-15,00%	-45,00%
Reduzir o número de casos de sífilis em gestantes no município de Belém em 15% ao ano	Abrangência Municipal	Percentual	-	jun/21	-15,00%	-45,00%
Reduzir o número de casos de HIV no município de Belém em 15% ao ano	Abrangência Municipal	Percentual	-	jun/21	-15,00%	-45,00%
Ampliar o número de testes de HIV realizados em relação ao ano anterior, de 8.954 para 14.954 nos próximos 4 anos (67% de aumento)	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	8.954	jun/21	1500	4500
Ampliar o número de testes para sífilis realizados em relação ao ano anterior (8.000 para 10.940) nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	8.000	jun/21	1.200	1.740
Ampliar a média anual do Controle Reprodutivo de Cães e Gatos (Esterilização) de 7.000 cirurgias para 8.000 cirurgias nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	7.000	jun/21	8.000	24.000
Ampliar a vigilância zoosanitária de 75 visitas para 200 visitas nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	75	jun/21	75	50
Ampliar o número de ações de controle de animais sinantrópicos, de 21 para 130 nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	21	jun/21	79	30
Ampliar o número de ações de controle da Leishmaniose de 22 para 80 nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	22	jun/21	28	30
Ampliar o número de ações de controle da raiva humana e animal de 10 para 50 nos próximos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	10	jun/21	20	20
Ampliar o número e inspeções nos estabelecimentos sujeitos a ação de vigilância sanitária de 18.000 a 25.000 nos 4 anos.	Abrangência Municipal	N° absoluto	18.000	jul/21	540	6.460
Ampliar o número de análise de água para consumo humano de 780 para 26.640 nos 4 anos	Abrangência Municipal	N° absoluto	780	jul/21	11.220	14.640
Ampliar o monitoramento dos manipuladores artesanais de açaí de 1.000 para 3.000 nos 4 anos	Abrangência Municipal	N° absoluto	1.000	jul/21	500	1.500
Monitorar a implantação dos Núcleos de Segurança do Paciente (NSP) de 37 hospitais para 47 hospitais nos 4 anos.	Abrangência Municipal	N° absoluto	37	jul/21	5	5

Objetivo 1207 Promover a atenção integral à Saúde do Trabalhador na vigilância, promoção, proteção e reabilitação da saúde dos trabalhadores, para redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar as ações de vigilância em saúde do trabalhador no município de Belém de 430 para 600 trabalhadores, no ambiente de trabalho	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	430	2020	43	127
Ampliar o número de municípios que realizam as ações de apoio institucional/matricial, em Saúde do Trabalhador na Região Metropolitana de Belém I (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara), de 2 para 5 municípios, conforme o Plano Estadual de Saúde (2020-2023)	Abrangência RMB I	Nº Absoluto	2	2020	1	2
Ampliar o quantitativo de notificações de acidentes e agravos relacionados ao trabalho de 1.320 para 1520 nos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1.320	2020	66	134
Ampliar o número de Comissão Local de Saúde do Trabalhador (CLST) nos estabelecimentos de saúde de 26 para 47 nos 4 anos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	26	2020	6	15

Objetivo 1208 Fortalecer a integração ensino, serviço e comunidade na Rede de Atenção à Saúde do município de Belém, bem como fomentar o desenvolvimento da pesquisa e extensão, e qualificação profissional no âmbito do SUS municipal

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar a cobertura das práticas de ensino dos cursos da área de saúde de instituições públicas e privadas de 61% nas unidades da rede de saúde municipal para 95%.	Município	Percentual	61%	2020	14,00%	20,00%

Objetivo 1209 Promover a consolidação da gestão da política municipal de saúde pública

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar o serviço de Ouvidoria do SUS Municipal de 12 para 13 Ouvidorias Setoriais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	12	2020	-	1
Ampliação e aparelhamento da rede física de atenção à saúde (UPA's, UBS's, Centros de Especialidades Odontológicas, CAPS, Hospitais e Nível Central da SESMA)	Abrangência Municipal	-	-	-	-	-

Belém com Segurança Cidadã

Objetivo 1301	Aprimorar e consolidar o Sistema de Gestão da Política de Segurança Pública Municipal, de modo a intensificar as ações de monitoramento e enfrentamento à criminalidade. Além de aprimorar a qualificação profissional do servidor da Guarda Municipal de Belém

Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Ampliar em 877 para 1500 a capacidade de atendimento às ocorrências por Demanda de Rua/Bases Distritais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	779	2019	178	445
Garantir o atendimento a 100% das ocorrências de violência contra a mulher, por demanda espontânea.	Abrangência Municipal	Percentual	30	2018	100%	100%
Ampliar de 17.450 para 20.942 o Patrulhamento Comunitário Escolar	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	17.450	2019	873	2.619
Ampliar de 15 para 200 os espaços supervisionados por sistema de vídeo monitoramento no município de Belém	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	15	2020	50	135
Ampliar de 30 para 130 dispositivos de atendimento do SOS da Paz em equipamentos públicos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	30	2019	25	75
Ampliar de 176 para 380 o quantitativo de crianças e adolescentes atendidos pelo projeto Anjos da Guarda.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	176	2020	50	154
Ampliar de 1.470 para 2.500 a capacidade de públicos participantes nas ações de prevenção à violência pelo Projeto Guarda Amigo da Escola	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1.470	2019	250	780
Capacitar 1.142 dos servidores em formação continuada	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1.142	2019	280	862
Alcançar 1.142 dos servidores com ações realacionados a qualidade de vida e saúde ocupacional dos servidores	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1.142	2019	280	862
Ampliar de 1.142 para 1.742 (600) o efetivo da Guarda Municipal de Belém por meio de concurso publico	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1.142	2020	0	600
Implantar Sistema de Gestão e Informação de Dados da Segurança Pública Municipal	Abrangência Municipal	Percentual	-	2020	25%	75%

Belém Bem Cuidada

Objetivo 2101	Melhoria na gestão da drenagem, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, limpeza urbana, abastecimento de água, meio ambiente e iluminação pública com redução dos riscos ambientais e urbanos para o desenvolvimento territorial sustentável e ordenado, para a melhoria da qualidade de vida.

Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Implantar 61,2 Km de pavimentação e drenagem em vias no sistema viário do município de Belém	Abrangência Municipal	Km	1,45875	-	15,3	45,9
Recuperar e revitalizar 588,24 Km de vias no sistema viário do município de Belém	Abrangência Municipal	Km	3,5475	-	147,06	441,18
Recuperar 574 m de pontes para veículos no sistema viário do município de Belém	Abrangência Municipal	m	28,7	-	143,5	430,5
Recuperar 15.777 m de passarelas para pedestres no município de Belém	Abrangência Municipal	m	788,85	-	3944,25	11832,75
Otimizar em 100% os serviços prestados pelo atual sistema de manejo de resíduos sólidos, coleta, transporte, tratamento e deposição final.	Abrangência Municipal	%	96%	-	1%	3%
Otimizar em 100% os serviços prestados pelo atual sistema de limpeza urbana.	Abrangência Municipal	%	60%	-	10%	30%
Ampliar em 100% a coleta seletiva no município de Belém	DAMOS	%	1%	-	4%	7%
	DAOUT	%	1%	-	4%	7%
	DAICO	%	2%	-	5%	8%
	DABEL	%	3%	-	6%	9%
	DAGUA	%	2%	-	5%	8%
	DASAC	%	3%	-	6%	9%
	DAENT	%	1%	-	4%	7%
	DABEN	%	1%	-	4%	7%
Implantar 35 km de rede de abastecimento de água na Ilha de Cotijuba	DAOUT	Km	-	-	8	27
Implantar 8,8 km de rede de abastecimento de água no bairro do Fidélis	DAOUT	Km	-	-	3	5,8
Implantar 52 km de rede de microdrenagem	Abrangência Municipal	Km	2,14375	-	13	39
Manter 216 km de rede de microdrenagem do município	Abrangência Municipal	Km	8,9875	-	54	162
Integrar 03 bacias hidrográficas a programas de recuperação urbano-ambiental do município (Mata-fome, Ariri e Tucunduba-Lago Verde)	DAGUA	Nº Absoluto	-	-	0,4	0,6
	DASAC	Nº Absoluto	-	-	0,05	0,25
	DAENT	Nº Absoluto	-	-	0,05	0,25
	DABEN	Nº Absoluto	-	-	0,4	1
Reduzir em 40% a ocorrência de riscos ou ocorrência de sinistros ambientais	Municipal	%	-	-	10%	30%
Construção de 10 Praças e espaços de convivência	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	8
Reformar 60 praças e espaços de convivência	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	10	50
Ampliar de 4.500 pontos em LED para 92.000 mil pontos em LED	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	4.500	2020	43.750	43.750
Ampliar em 5% (4.750 novos pontos) o parque de iluminação pública (4.750 novos pontos)	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	92.000	-	2000	2750
Ampliar de 373 para 562 as ações de fiscalização	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	373	2020	75	114
Ampliar de 170 para 340 usuários atendidos para orientação técnica	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	170	2020	50	120
Executar 2.060 metros de macrodrenagem do tipo canais e galerias, das sub bacias 1,2, 3 e 4 da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova	DAGUA	m	-	2021	570	1.490
Implantar 3 Sistemas de Comportas nos canais da área do Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN II	DAGUA	Nº Absoluto	-	2021	1	2
Reabilitar 3.920 metros de canais de macrodrenagem na área do Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN II	Abrangência Municipal	m	-	2021	420	3.500
Implantar 12.760 metros de redes de microdrenagem na área do Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN II	DAGUA	m	-	2021	170	12.590
Executar/Revitalizar 8,87 km do sistema Viário da Bacia da Estrada Nova	DAGUA	km	-	2021	-	8,87
Construir 8 pontes para integração do Sistema Viário da Bacia da Estrada Nova	DAGUA	Nº Absoluto	-	2021	3	5
Construir 11 lombofaixas para pedestres no Sistema Viário da Bacia da Estrada Nova	DAGUA	Nº Absoluto	-	2021	-	11
Implantar 35.000 metros de rede de abastecimento de água no Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN II	DAGUA	m	-	-	0	35.000
Implantar 4.000 ligações intradomiciliar na área do Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN II	DAGUA	Nº Absoluto	-	2021	0	4.000
Implantar 51.000 metros de rede de esgoto sanitário na área do Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova – PROMABEN II	DAGUA	m	-	-	0	51.000
Ampliar de 22% para 50% a arborização urbana (vias públicas) no município de Belém, em 4 anos.	Abrangência Municipal	%	22%	-	8%	20%
Ampliar de 120.000 para 270.000 o nº de árvores plantadas em Belém em 4 anos.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	120.000	-	37.500	112.500
Criar 10 das áreas de unidades de conservação e proteção ambiental em 4 anos.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	8
Realizar ações e processos educativos e informativos de forma participativa aos moradores e frequentadores das áreas tombadas	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	2	2
Reformar de 5 praças do centro histórico	DABEL	Nº Absoluto	-	-	2	3

Belém, Nossa Moradia

Objetivo 2201	Atender à demanda por unidades habitacionais, regularização fundiária e serviços relativos a moradia para a população residente em zonas especiais de interesse social (ZEIS) e em situação de vulnerabilidade social.					
Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Reduzir o déficit habitacional de interesse social em 10% com a entrega de 7.240 unidades habitacionais à população de baixa renda (72.401 – FJP, 2010)	Abrangência Municipal	%	-	-	4%	6%
Promover a melhoria da habitabilidade de famílias em situação de vulnerabilidade social, ampliando de 1.311 para 4.000 a concessão de Cheque Moradia.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	600	2089
Promover a regularização em 20.000 lotes	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	199.200	2010	5.000	15.000

Belém Integrada e Acessível

Objetivo 2301	Garantir e Promover o direito a cidade através da integração, da mobilidade urbana e da acessibilidade nos espaços e serviços públicos					
Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Garantir frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência (total de coletivos 1.848)	Abrangência Municipal	%	100%	2020	100%	100%
Integrar os diversos espaços urbanos com a ampliação da malha cicloviária de 111,2 km para 231,2 km	Abrangência Municipal	Km	111,2	2020	30 Km	90 Km
Aumentar em 50% a oferta de estacionamento público de bicicletas.	Abrangência Municipal	%	-	-	15%	35%
Operacionalização do Sistema Integrado BRT Augusto Montenegro e Centenário em 100%	Abrangência Municipal	%	-	-	25%	75%
Ampliação dos corredores e faixas exclusivas de ônibus em 50%	Abrangência Municipal	%	-	-	15%	35%
Desenvolver 96 (24 ao ano) projetos de educação para a mobilidade em 8 Distritos Regionais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	24	96
Dotar 100% a malha rodoviária pavimentada com sinalização vertical e horizontal em “bom e ótimo” estado	Abrangência Municipal	%	-	-	100%	100%
Urbanização 6,5 km da Avenida Augusto Montenegro em perímetro de requalificação urbanística do BRT	DABEL, DAICO	Km	-	-	3,5 km	3 km
5,5 km de pavimento rígido, estações e urbanização Centenário	Av. Centenário	Km	-	-	2 km	3,5 km
Adequar 35 km de calçadas acessíveis	DABEN	Km	-	-	15 km	25 km

Belém: Cidade Inovadora, Inteligente e com Inclusão Produtiva

Objetivo 3101 Fomentar o desenvolvimento econômico sustentável por meio do incentivo à capacitação, inclusão produtiva, microcrédito, recursos tecnológicos e reestruturação comercial.

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Capacitar 6.000 pessoas, dentre empreendedores e empregabilidade	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1.200	4.800
Criar parceria com 100 empresas e/ou instituições para banco de vagas no mercado de trabalho.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	20	80
Criar a Central de Intermediação de Trabalhadores Autônomos – CITA e incentivar a formalização de trabalho de 1.400 trabalhadores autônomos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1.050	350
Inserir 3.000 pessoas no mercado de trabalho	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	750	2.250
Atender 4.000 pessoas com capacitação e ações de educação financeira, empreendedorismo, turismo, gastronomia e outros temas.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1.000	3.000
Atender 50.000 turistas ao ano	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	12.500	37.500
Atrair 100 investidores nacionais e internacionais para investir na gastronomia regional	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	25	75
Organizar 02 corredores econômicos inteligentes atendendo a sociedade belemense	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	1
Legalizar 600 novos empreendedores por ano	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	600	1.800
Promover 06 (seis) estudos estratégicos para aptidão de programas econômicos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	6	0
Implantar serviços de fiscalização e controle, com padronização de equipamentos em 11 (onze) vias do centro histórico de Belém.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	3	8
Implantar serviços de fiscalização e controle, com padronização de equipamentos em 60 (sessenta) praças	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	18	42
Implantar serviços de fiscalização e controle, com padronização de equipamentos em 44 Unidades de abastecimento	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	13	31
Implantar serviços de fiscalização e controle, com padronização de equipamentos em 34 feiras temáticas e/ou itinerantes	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	10	24
Realizar 50 edições da atividade "Feira da Gente"	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	20	30
Executar obras físicas com reforma, revitalização e manutenção em 20 unidades de abastecimento	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	16	4
Adquirir 3.000 equipamentos de padronização e adequação funcional para permissionários em unidades de abastecimentos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2.250	750
Realizar 4 Festivais / Forum do Açaí	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	3
Realizar 5 campanhas educativas de caráter permanente nos espaços culturais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	4
Promover 15 ações de educação patrimonial nas escolas municipais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	3	12
Promover 15 ações de educação patrimonial nos espaços sob gestão municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	3	12
Organizar a comercialização para 200 pequenos empreendedores locais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	50	150
Realizar anualmente 04 feiras temáticas: Feira do Círio de Nazaré, Feira Pascal, Feira Junina e Feira Natalina	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	4	12
Realizar 04 Circuitos "Comida de Feira"	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	3
Realizar 02 eventos internacionais consolidando Belém como centro de gastronomia da Amazônia	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	1
Implementar novo formato de gestão (Condomínios Participativos) em 105 logradouros de atividades comerciais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	50	55
Ordenar as atividades comerciais no centro histórico com a participação de 320 ambulantes	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	160	160
Ampliar de 84 para 3.680 o número de mulheres capacitadas/qualificadas	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	84	jul-21	920	2.760
Capacitar 15.000 empreendedoras/es individuais e coletivos da Economia Solidária, Criativa e Cooperadas.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1668	2020	5.000	15.000
Ampliar de 23 para 15.000 o número de crédito solidário	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	23	dez-19	5.000	15.000
Ampliar de 1.200 para 2.400 a capacidade de produção diária de refeições subsidiada aos cidadãos e cidadãs de Belém	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1.200/dia	2.400/dia
Ampliar a Qualificação e Capacitação de 1.900 para 3.600 trabalhadores/as do mercado formal e informal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1.900	2019	1.000	700
Realizar 5 campanhas de fomento ao turismo local: Amigo do Turista (festividade do Círio de Nazaré), Festival do Selo Gastronômico e Festival do Açaí	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	3
Construção de mercados e feiras municipais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	2
Ampliar de 40 USD para 100 USD o gasto médio do turista em Belém	Abrangência Municipal	USD	40	2019	15	45
Ampliar de 300 para 2.000 a rede de capacitação de atendimento ao turista para os servidores públicos e dos profissionais de suporte ao turismo	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	300	2019	500	1500

Belém com Turismo para o Desenvolvimento Socioeconômico

Objetivo 3201	Promover e incentivar o turismo como atividade estratégica para o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e inclusivo					
Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Realizar 5 campanhas de fomento ao turismo local: Amigo do Turista (festividade do Círio de Nazaré), Festival do Selo Gastronômico e Festival do Açaí	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	3
Ampliar de 40 USD para 100 USD o gasto médio do turista em Belém	Abrangência Municipal	USD	40	2019	40	100
Ampliar de 300 para 2.000 a rede de capacitação de atendimento ao turista para os servidores públicos e dos profissionais da rede da infraestrutura de suporte ao turismo	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	300	2019	500	1500

Bora Belém: Combate à extrema pobreza

Objetivo 4101 Garantir a proteção social à indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social com assistência e renda cidadã

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar de 7 mil para 22 mil a inserção de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza, inscritas no Cadastro único, no programa Bora Belém	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	7000	jan/21	4.000	11.000

Belém, Cidade Acolhedora

Objetivo 4201 Garantir a proteção social à indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos - Proteção Social Básica

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar o número de famílias beneficiadas/ano pela cobertura de proteção social básica de 60.000 para 80.000.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	60.000	jan.-21	5.000	15.000
Ampliar a inserção de famílias e ou indivíduos em situação de vunerabilidade social no Cadastro Único de 263.126 para 526.252.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	263.126	jan.-21	65.782	197.345
Ampliar o acesso de 137.952 para 275.904 indivíduos beneficiários do Programa Bolsa família, Bora Belém e BPC em estratégias de inclusão produtiva.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	137.952	jan.-21	34.488	103.464
Ampliar de 10 mil para 17 mil a prestação de serviços socioassistenciais à famílias e ou indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social residentes na região das ilhas, povos e comunidades tradicionais	DAOUT, DAMOS, DAICO, DAGUA	Nº Absoluto	10.000	jan.-21	1.752	5.248
Ampliar de 2 mil para 4 mil a concessão de Benefícios Eventuais para familias e ou individuos na modalidade nascimento, morte,calamidade pùblica e vunerabilidade temporarias, observadas as contigencias e riscos, perdas e danos que estão sujeitos cidadoes e familias	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	2.000	jan.-21	500	1.500
Ampliar o atendimento de Migrantes e Refugiados nos CRAS de 424 para 848	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	424	jan.-21	106	318

Objetivo 4202 Garantir a proteção social à indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar em 100% a cobertura de atendimento dos serviços à famílias e indivíduos em situação de violação de Direitos (de 2729 para 5458)	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	2729	jan./21	683	2046
Reduzir de 570 para 0 o número de crianças em situação de trabalho infantil e de adolescentes em situação de trabalho desprotegido	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	570	jan./21	-142	-428
Ampliar de 728 para 1.456 a prestação de serviços socioassistenciais à População em Situação de Rua	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	728	jan./21	182	546
Ampliar o atendimento de Migrantes e Refugiados nos CREAS e Centros POP'S de 426 para 852	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	426	jan./21	106	320
Ampliar de 820 para 1.640 a cobertura de acolhimento /atendimento dos serviços às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos com vínculos familiares rompidos e ou fragilizados .	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	820	jan./21	205	615
Garantir o acolhimento de 80 famílias no Serviço Família Acolhedora.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	jan./21	20	60
Acolher 40 jovens egressos do serviço de acolhimento institucional, de forma transitória, objetivando alcançar a sua autonomia sócio-ecônomico.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	jan./21	10	30
Atender pessoas idosas em situação de rua e/ou abandono, em espaço de acolhimento institucional longa permanência.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	0	jan./21	-	20
Atender pessoas adultas em situação de rua e/ou vitimas de diferentes formas de discriminação, em espaço de acolhimento institucional, de forma transitória.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	0	jan./21	-	20
Institucionalizar espaços de acolhimento para atendimento de Migrantes e Refugiados no município de Belém.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	200	jan./21	100	300
Ampliar em 100% o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica.	Abrangência Municipal	Percentual	43	jan./21	25%	75%
Ampliar em 100% o acolhimento de Crianças de 7 a 11 anos, em situação de violações de direitos.	Abrangência Municipal	Percentual	247	jan./21	25%	75%

Objetivo 4203 Aprimorar e consolidar a gestão da política de assistência social

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar o quantitativo de servidores efetivos do quadro funcional FUNPAPA para 766.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	515	jan./21	0	251
Ampliar o número de Conselhos Tutelares de 08 para 10.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	8	jan./21	0	2
Implementar as condições de acessibilidade nos espaços socioassistenciais, em 100%.	Abrangência Municipal	Percentual	40%	jan./21	25%	75%
Implantar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, em todos os conselhos tutelares, em 100%.	Abrangência Municipal	Percentual	-	jan./21	25%	75%

Garantir as Conferências Municipais de Assistência Social, Criança e do Adolescentes e demais segmentos, em 100%.	Abrangência Municipal	Percentual	-	jan./21	25%	75%
Garantir a eleição dos Conselhos Tutelares em 100%.	Abrangência Municipal	Percentual	-	jan./21	0%	100%
Ampliar a Gestão do Trabalho e fomento da capacitação e educação permanente, em 100%.	Abrangência Municipal	Percentual	60%	jan./21	25%	75%

Objetivo 4204	Promover o direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar, por meio de realizações de projetos e ações, em prol da consolidação da política municipal de segurança alimentar e nutricional.					
Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Fabricar diariamente pães de semente de açaí	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2.000/dia	2.000/dia
Distribuir anualmente cestas do Projeto Nutrir Juntos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1.000	3.000
Implantar anualmente Hortas Comunitárias	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	23
Implantar anualmente Quintais Ecológicos	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	1	24
Realizar anualmente Oficinas de Reaproveitamento Alimentar e Alimentação Saudável	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	8	17
Realizar encontros interinstitucionais e públicos de segurança alimentar e nutricional	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	0	3

Belém da Diversidade, dos Povos e dos Direitos Humanos

Objetivo 4301	Garantir a proteção, as redes de apoio, a atenção, o acesso, o atendimento dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, a igualdade de gênero e a diversidade sexual					
Metas	**Localização**	**Unidade**	**Linha de Base**	**Data**	**2022**	**2023-2025**
Atender, acompanhar e monitorar 120 casos de violação dos direitos humanos/ano	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	120	360
Realizar mutirões cada 2 meses nos bairros, distritos e região insular para oferta de serviços em cidadania descentralizados.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	600%	2400%

Cultura da Nossa Gente

Objetivo 5101 Garantir e ampliar o acesso à cultura, à leitura e ao patrimônio material e imaterial através de ações e projetos de forma descentralizada e democrática

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Qualificação 70 servidores em processos de discussões e ações aprofundadas em políticas culturais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	0	70
Ampliação de até 80% o valor em R$ dos Editais de Financiamento Cultural	Abrangência Municipal	%	-	-	20%	40%
Ampliar de 2 para 10 o quantitativo de exposições de curta duração nos espaços museais do MABE	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	8	2019	2	6
Participar de 14 ações/exposições fora do museu	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	5	9
Atualizar de 1.685 para 2.000 o inventário do MABE	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1685	2020	105	210
Ampliar de 4 para 12 os recursos de multimídia	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	4	2020	2	6
Ampliar de 10 para 2.000 as informações do acervo disponíveis no site do MABE	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	10	2019	600	1.390
Restaurar obras do acervo do MABE	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	18
Desenvolver 10 projetos de pesquisa realizados em parceria com universidade	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	8
Desenvolver 10 projetos de pesquisa voltados ao acervo museológico de Belém	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	8
Ampliar de 1 para 10 catálogos em Braile	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	1	2021	2	7
Estabelecimento de 8 ações de educação patrimonial interna e externa aos Museus	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2020	2	6
Realizar 16 eventos com a comunidade para debates sobre museus e questões sociais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	4	12
Implantar 08 bibliotecas comunitárias de acesso público, sendo duas distritais e 4 espaços de leitura em equipamentos urbanos sob gestão municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	4	4
Realizar 04 edições de Prêmios Literários	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2019	1	3
Realizar 04 editais voltados para Projetos Literários	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2019	1	3
Realizar 04 Feiras Literárias	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	1	3
Montar 15 exposições itinerantes de valorização da diversidade e do patrimônio cultural	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2019	5	10

Belém da Comunicação Popular

Objetivo 5201 Promover a comunicação social com a democratização do acesso e da circulação da informação enquanto instrumento de fortalecimento da cidadania e o direito à cidade.

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Criar canais institucionais de comunicação popular	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	1	1
Realizar 10 eventos na programação da tv municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	2	8

Belém de Juventude, Esporte e Lazer

Objetivo 5301 Fortalecimento dos mecanismos de gestão democrática, inclusiva e diversa para a reestruturação da política municipal de juventude, esporte e lazer

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Qualificar 2.200 jovens aprendizes cadastrados no Programa Belém: Esporte e Lazer como Direito Social	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	400	1.800
Realizar 4 Webnários de Políticas de Esporte e Lazer	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	1	3
Garantir a formação de 45 Professores da Escola de Esporte	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	15	30
Reformar e revitalizar 20 espaços esportivos	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	2020	5	15
Construir 10 espaços esportivos	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	2020	2	8
Implantar 03 complexos municipais de esporte e lazer	DAICO, DAMOS, DAOUT	Nº Absoluto	-	2020	1	2
Realizar 2 Jogos da Diversidade anualmente (Volley e Gaymada)	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	2	6
Grantir 750 beneficiários atendidos pelos editais	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	195	555
Realizar 2 Seminários sobre participação das Mulheres no Esporte	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	1	1

Promover 32 ações de prática Esportiva nos Bairros de Belém	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	8	24
Promover 4 Práticas de Esportes Radicais nas ruas de Belém	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	1	3
Executar 60 ações para atividades de lazer à população	Abrangência municipal	Nº Absoluto	-	-	20	40

Belém Democrática e Participativa

Objetivo 6101 Consolidar modelo de gestão democrática com a participação popular nos processos decisórios da formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Ampliar a quantidade de cidadãos participantes nos instrumentos de planejamento público anualmente	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	450	2021	25.000	75.000
Obter 1mil propostas na plataforma virtual de participação cidadã	Abrangência municipal	Nº Absoluto	217	2021	283	500

Valorização e Humanização do Serviço Público

Objetivo 6201 Assegurar o direito e o acesso dos servidores públicos e seus dependentes às ações de valorização, atendimento humanizado e à participação cidadã, de modo a fomentar uma cultura de valorização do serviço público.

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Envolver 100% dos servidores com ações de valorização.	Abrangência Municipal	%	28.000	2021	25%	75%
Manter Mesas Permanentes de Negociação	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	15 mesas	2021	15 mesas	45 mesas
Reduzir de 10 anos para 04 meses o tempo médio de resposta das demandas dos servidores inscritas em processos funcionais, aumentando o nível de satisfação, com celeridade, transparência e eficiência.	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	10 anos	2020	10 meses	04 meses
Desenvolver estratégias formativas para 20.000 servidores municipais observando os planos de formação das políticas públicas setoriais	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	5.000	15.000
Desenvolver estratégias formativas para 30.000 agentes sociais (adolescentes, jovens e adultos) alinhados aos Eixos Estratégicos de Governo da administração municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	2021	5.000	25.000
Expandir de 27.000 para 54.000 o número de segurados do Plano de Saúde do Servidor Municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	27.000	2021	6.750	20.250
Ampliar de 52.663 para 73.728 o número de atendimentos dos serviços de assistência social	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	52.663	2021	5.266	15.799
Expandir de 27.000 para 54.000 o número de segurados do Plano de Saúde do Servidor Municipal	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	27.000	2021	6.750	20.250
Ampliar de 52.663 para 73.728 o número de atendimentos dos serviços de assistência social	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	52.663	2021	5266	15799
Qualificar 80% do quantitativo de profissionais da Rede Assistencial de Saúde/Social do IASB no programa de educação permanente	Abrangência Municipal	%	372	2021	16%	65%
Ampliar de 58.316 para 87.474 a capacidade de atendimento na rede de serviços próprios do IASB	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	58.316	2021	7.290	21.869
Reduzir em até 365 dias o tempo de tramitação na concessão dos benefícios previdenciários	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	545/dias	2019	45/dias5	365/dias
Revisar e adequar as legislações previdenciárias municipais	Abrangência Municipal	%	0	2021	20%	80%
Ampliar de 100 para 150 o quantitativo funcional	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	100	2021	0	150

Gestão Descentralizada, com Ordenamento e Modernização

Objetivo 6301 Promover a modernização tecnológica dos instrumentos, estruturas e patrimônios da administração pública, valorizando a democratização da gestão com justiça fiscal e tributária.

Metas	Localização	Unidade	Linha de Base	Data	2022	2023-2025
Disponibilizar acesso via fibra óptica e viabilizar wi-fi a 100% das unidades escolares	Abrangência Municipal	%	-	-	25%	75%
Disponibilizar acesso via fibra óptica e viabilizar wi-fi a 20 unidades municipais de saúde	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	5	15
Disponibilizar acesso via fibra óptica e viabilizar wi-fi a 5 CRAS	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	5	0
Disponibilizar acesso via fibra óptica e viabilizar wi-fi a 50% de feiras e mercados municipais	Abrangência Municipal	%	-	-	10%	40%
Disponibilizar acesso via fibra óptica e viabilizar wi-fi a 7 espaços públicos de convivência social	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	3	4
Disponibilizar o acesso via a internet via rádio à ilha de Cotijuba	DAOUT	%	-	-	0	100%
Aquisição de 14 pontos de acesso WiFi	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	5	9
Digitalizar 1.500.000 páginas	Abrangência Municipal	Nº Absoluto	-	-	500.000	1.000.000
80% das demandas enviadas pelas Secretarias Municipais respondidas pela OGM	Abrangência Municipal	%	-	-	20%	60%
70% das demandas da população encaminhadas à Ouvidoria com da capacidade de resolutividade ampliada (870 demandas / 70% = 1.480)	Abrangência Municipal	%	-	-	20%	50%
100% do Portal da Transparência Pública permanentemente atualizado	Abrangência Municipal	%	-	-	40%	60%
Aumentar em no mínimo 25% a receita própria do município, em valores reais, com base na arrecadação do exercício de 2016	AbrangênciaMunicipal	%	-	-	5%	20%

ANEXO VI

QUADRO PROJETOS E OBRAS EM ANDAMENTO

RELATÓRIO PREVISTO NO ART.45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00

PROJETOS EM ANDAMENTO 2022

Segundo o disposto no art.45 da Lei Complementar nº 101/00, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público. Desse modo, os projetos que continuarão em andamento em 2022 estão listados conforme o programa temático em que estão alocados no PPA 2022 - 2025.

GESTÃO, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR
• Implantar o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão; • Integrar os órgãos municipais ao Sistema de Informação Municipal; • Implantar infraestrutura tecnológica adequada nos órgãos Municipais.
ECONOMIA, TURISMO, INOVAÇÃO E INCLUSÃO PRODUTIVA
• Reformar feiras livres; • Reformar e modernizar mercados municipais; • Promover a revitalização dos portos.
SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA
• Estruturar e reformar Unidades Básicas de Saúde - UBS; • Estruturar e reformar Unidades Estratégia Saúde da Família; • Implantar Espaços de Acolhimento; • Construir e ampliar as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino - RME; • Realizar melhoria na infraestrutura da rede física das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino - RME; • Construir e ampliar as Salas de Recursos Multifuncionais – SEM e bibliotecas escolares; • Instalação de vídeo-monitoramento por câmeras.
INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE
• Ampliar, pavimentar e manter a malha viária do município de Belém; • Construir novas vias no sistema viário do município; • Executar e gerir o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN I e II; • Implantar macrodrenagem em canais nas bacias hidrográficas (Urbanização da Bacia do Paracuri); • Ampliar e aperfeiçoar o sistema de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos urbanos; • Ampliar o sistema de coleta seletiva de materiais recicláveis; • Ampliar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto sanitário e implantar novos sistemas de abastecimento de água potável nas ilhas; • Promover a regularização fundiária; • Produzir unidades habitacionais prioritariamente de interesse social (Projeto Vila da Barca Etapa 3, Projeto Habitacional Neuton Miranda, Projetos MCMV/Viver Belém – Contratos Caixa Econômica); • Garantir iluminação pública de qualidade para a população de Belém; • Construção e reforma de logradouros públicos e prédios próprios da administração municipal; • Restauração de imóveis de interesse à preservação do patrimônio histórico sob a guarda municipal; • Implantar o Projeto BRT Municipal para a melhora das condições de deslocamento dos cidadãos, por meio da readequação do sistema viário urbano e modelo de transporte (BRT – Centenário e Conclusão da requalificação urbanística da Avenida Augusto Montenegro); • Terminais Hidroviários de Passageiros; • Construção e revitalização de abrigos; • Sinalização vertical e horizontal; • Modernização semafórica nos principais cruzamentos; • Rede de ciclovias e ciclofaixas.
ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E DIVERSIDADE
• Garantir a manutenção da infraestrutura física dos Conselhos Tutelares;
CULTURA, COMUNICAÇÃO, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER
• Reformar espaços públicos para a prática de esportes, lazer e convivência;

ANEXO VII

MATRIZ DE FINANCIAMENTO DO PLANO

Os valores das Receitas do Município para o período do Plano Plurianual – PPA Participativo 2022 - 2025 foram estimados considerando o desempenho da receita arrecadada de 2021, o realizado até maio do ano corrente, a reestimativa para o ano de 2022, já incorporados os efeitos do cenário econômico atual, e a perspectiva de crescimento da arrecadação própria, fruto da modernização da administração tributária em função do avanço no novo Sistema Integrado de Administração Tributária, que normatiza e monitora a arrecadação municipal.

Os parâmetros econômicos e financeiros que nortearam a projeção dos valores das receitas orçamentárias foram os índices projetados pelo IBGE e aplicados conforme a origem e a natureza das receitas:

- Receita Própria pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e as Receitas Transferidas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) anual, acrescida de expectativa de crescimento real medida pelo PIB do Estado do Pará;
- Transferências da Cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundas da arrecadação Estadual, do Fundo de Participação dos Munícipios (FPM), foram utilizados os mesmos índices praticados em 2021, uma vez que esses índices são definidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU após o mês de agosto, mês de elaboração da Lei Orçamentária;
- Operações de Crédito foram incluídas aquelas já autorizadas e em processo de negociação, observando-se o limite da Lei Municipal de Autorização para Contratação de Operações de Crédito e a capacidade de endividamento do Município;

- Transferências Voluntárias, ou seja, os convênios indicam as perspectivas de captação junto aos Governos Federal e Estadual para atender as áreas prioritárias para o período do Plano.

Os valores projetados, no Quadro a seguir, serão objeto de reavaliação, por ocasião da elaboração das Leis Orçamentárias Municipal, inclusive para o exercício de 2022, cuja reestimativa tomou por base apenas o arrecadado até maio de 2021.

Quadro 1. Demonstrativo da Estimativa das Receitas do Município para o período do PPA Participativo 2022 - 2025.

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	PREVISÃO		
	2022	2023-2025	TOTAL
1. PRÓPRIA	**1.077.013.134,00**	**3.513.805.437,00**	**4.590.818.571,00**
IMPOSTOS	800.710.999,00	2.595.725.240,00	3.396.436.239,00
TAXAS	118.127.164,00	390.396.815,00	508.523.979,00
OUTRAS RECEITAS	158.174.971,00	527.683.382,00	685.858.353,00
2. TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAL	**1.932.425.071,00**	**6.308.728.906,00**	**8.241.153.977,00**
2.1-UNIÃO	1.293.767.601,00	4.288.424.276,00	5.582.191.877,00
2.2-ESTADO	638.657.470,00	2.020.304.630,00	2.658.962.100,00
3. (-) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FUNDEB	214.112.650,00	694.487.451,00	908.600.101,00
4. RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (Próprias/ transferidas)	**519.826.239,00**	**1.675.947.493,00**	**2.195.773.732,00**

5. SUB-TOTAL (1+2-3+4)	**3.315.151.794,00**	**10.803.994.385,00**	**14.119.146.179,00**
6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**180.865.514,00**	**366.586.902,00**	**547.452.416,00**
7. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	**11.573.543,00**	**110.271.407,00**	**121.844.950,00**
8. AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	**33.268,00**	**106.505,00**	**139.773,00**
9. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**48.883.228,00**	**159.494.346,00**	**208.377.574,00**
TOTAL GERAL (5+6+7+8+9)	**3.556.507.347,00**	**11.440.453.545,00**	**14.996.960.892,00**

FONTE: SEFIN/SEGEP, 2021.

Do lado da Despesa para o quadriênio 2022-2025, no montante de NR$ 11.440.453.545,00 (onze bilhões, quatrocentos e quarenta milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e quinhentos e quarenta e cinco reais), foram distribuídos pelos Programas Temáticos e de Gestão, Operacionalização e Manutenção da Administração dos Poderes constituídos, que totalizam o montante de R$ 9.680.002.520,00 (nove bilhões, seiscentos e oitenta milhões, dois mil e quinhentos e vinte reais).

No Plano Plurianual são excluídas as despesas comprometidas com o pagamento de inativos e pensionistas, reserva do regime próprio de previdência - IPMB, a contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), encargos da dívida pública e precatórios, que não integram o Plano Plurianual, por não contribuírem para o ciclo produtivo.

A distribuição do Plano Plurianual 2022-2025 encontra-se consolidada segundo quadro do ANEXO I